Educação
Ensino a distância deve ter mais um semestre negativo. "O mercado está ruim", diz Eduardo Parente, da Yduqs B5



Agronegócios
Temperaturas elevadas e estiagem afetaram a produção de sementes de soja para a próxima safra 2024/25 B10



Filantropia
Com apoio de nomes de peso do setor financeiro, Idis cria fundo com meta de captar R$ 25 mi, diz Paula Fabiani C6

Quinta-feira, 22 de agosto de 2024
Ano 25 | Número 6071 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Setor de serviços e consumo reduz investimentos

Conjuntura Entre 23 empresas que fazem parte do Ibovespa, os aportes recuaram 10,2% no 1º semestre

Adriana Mattos
De São Paulo

Apesar da queda dos juros e da maior geração de empregos no país, empresas brasileiras que dependem do mercado local para crescer evitaram se arriscar e reduziram os investimentos neste ano, mostra levantamento do **Valor**. Isso ocorre mesmo com alta na receita e no lucro em 2024, em uma sinalização de que há uma dose extra de prudência para destravar os desembolsos.

Entre as companhias que fazem parte do Ibovespa e atuam na área de consumo de produtos e serviços, os investimentos representaram 3,9% da receita líquida de janeiro a junho, ante 4,76% no mesmo período de 2023. Enquanto a receita líquida alcançou R$ 320 bilhões, com avanço de 7%, os investimentos caíram numa velocidade maior, de 10,2%, para R$ 12,8 bilhões. No 2º trimestre, a relação entre receita e investimentos atingiu 4,37%, frente aos 5,98% verificados em igual intervalo de 2023. Nesse período, enquanto a receita líquida se expandiu 8,7%, os investimentos tiveram recuo considerável, de 20,5%.

Os dados de investimento referem-se ao valor do "capex" (sigla em inglês para despesas de capital), que soma desembolsos em equipamentos, prédios, lojas, marcas e tecnologia, entre outros.

A necessidade de manter o caixa protegido e melhorar indicadores de endividamento, que são impactados diretamente pela saída de investimentos, explica parte desse movimento. O fato de as empresas já terem feito desembolsos elevados em anos anteriores, estabelecendo uma base de comparação alta, também pesa no número, mas são casos pontuais.

"Houve um baque forte nas companhias voltadas ao mercado interno após 2021 e o foco se mantém ainda em ampliar rentabilidade, na geração de caixa e melhoria da estrutura de capital das empresas", diz o consultor Eugênio Foganholo.

Foram considerados 23 balanços de empresas de saúde, educação, varejo, indústrias de consumo e construção civil do Ibovespa, segmentos fortemente dependentes do humor do mercado e do nível de confiança dos consumidores. **Página B1**

Kamala e Walz têm chapa oficializada para a eleição

De São Paulo

A vice-presidente dos EUA, Kamala Harris, e o governador de Minnesota, Tim Walz, foram nomeados, formalmente, candidatos a presidente e a vice nas eleições de novembro. A confirmação encerrou um mês turbulento para os democratas, que rapidamente se uniram em torno da nova chapa depois que o presidente Joe Biden desistiu da disputa, em julho. Os delegados do partido realizaram uma votação simbólica para oficializar as nomeações. Walz era o principal nome a discursar ontem durante a Convenção Nacional Democrata, em Chicago. O ex-presidente Bill Clinton e a ex-presidente da Câmara Nancy Pelosi, que foi fundamental para persuadir Biden a abandonar sua candidatura à reeleição, também falariam. Na terça-feira, Kamala e Walz receberam fortes declarações de apoio do ex-presidente Barack Obama e de sua mulher, Michelle Obama. Hoje Kamala encerra a convenção. **Página A13**

Equidade

GABRIEL REIS/VALOR

Mais mulheres estão chegando à diretoria financeira das empresas, um posto tradicionalmente ocupado por homens. Na Ticket, a executiva Amanda Pimenta Carlos assumiu o cargo em junho. "A iniciativa privada tem papel fundamental nesse movimento de equidade, para combater vieses." Página B2

Ata mostra Fed disposto a cortar juros em setembro

Gabriel Caldeira, Eduardo Magossi e Igor Sodré
De São Paulo

A maioria dos dirigentes do Federal Reserve (Fed) considera que um corte de juros em setembro provavelmente será apropriado se os indicadores econômicos seguirem a trajetória esperada, segundo a ata da última reunião do colegiado. A sinalização de que o início de um ciclo de redução das taxas está mais próximo teve resposta positiva de Wall Street. O índice S&P 500 subiu 0,42%, e o Nasdaq, 0,57%. Os retornos dos títulos do Tesouro dos EUA recuaram. A revisão anual do "payroll", relatório oficial do mercado de trabalho dos EUA, que mostrou uma geração de empregos menor do que a estimada anteriormente, reforçou o clima favorável. O Ibovespa voltou a ter alta, de 0,28%, indo a 136.464 pontos, novo recorde. **Página C2**

Projeto prevê prazo menor de inelegibilidade

Julia Lindner, Caetano Tonet e Flávia Maia
De Brasília

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou projeto de lei complementar que, na prática, diminui o período de inelegibilidade para condenados por crimes comuns e políticos cassados. O texto deixa claro que as alterações têm efeito imediato e caráter retroativo, contemplando "exmandatários por fatos pretéritos" — o que poderia beneficiar, na visão de especialistas, o ex-presidente Jair Bolsonaro. Para Jamile Kuntz, servidora da Justiça Eleitoral e membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político, no entanto, o texto não altera a situação de Bolsonaro. **Página A10**

Governo quer fundo de pensão em obras do PAC

Guilherme Pimenta, Edna Simão, Renan Truffi e Liane Thedim
De Brasília e do Rio

Sem margem no Orçamento e com aumento de despesas obrigatórias, o governo quer que os grandes fundos de pensão das empresas estatais retomem os investimentos em infraestrutura, sobretudo nos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A informação foi primeiramente divulgada pelo jornal "O Globo".

Para especialistas, o assunto é controverso, porque trouxe perdas para as fundações no passado recente. "Fundos de pensão das estatais são feitos para capitalizar a poupança dos empregados e pagar aposentadorias e pensões. Não é fonte de recurso barato para projetos que o governo queira apoiar", diz o economista Marcos Mendes, pesquisador do Insper. Procurado, o presidente da Abrapp, Jarbas Antonio de Biagi, disse que o posicionamento da entidade sobre o uso das reservas das fundações é técnico.

O tema foi tratado ontem em reunião no Palácio do Planalto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e membros da Petros (fundo de pensão dos funcionários da Petrobras), da Previ (BB), da Funcef (Caixa) e do Postalis (Correios). **Página C3**

Previdência vai rever critério do Atestmed

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O governo vai rever critérios de concessão do auxílio-doença via Atestmed para reduzir o risco de fraudes, apurou o **Valor**. A medida constará no anexo de revisão de gastos do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025. A avaliação é que o Atestmed é eficiente para concessão do auxílio-doença, porque permite deixar as perícias médicas presenciais para casos mais complexos e para aposentadorias por incapacidade permanente. Porém, técnicos do governo reconhecem que "abriu as portas": em junho, as concessões de auxílio-doença aumentaram 55,5% em relação ao mesmo mês de 2023. Para especialistas, a alta é desproporcional à redução da fila. **Página A5**

Destaques

G20 no Brasil discute a indústria
Em evento da série G20 no Brasil, realizado pelo **Valor**, "O Globo" e Rádio CBN, especialistas discutiram soluções para aumentar a competitividade da indústria brasileira, entre elas o investimento na transição energética, redução da carga tributária e do custo de capital e qualificação da mão de obra. **A4**

Vibra Energia compra Comerc
A Vibra Energia antecipou a compra de 50% de participação acionária na comercializadora Comerc Energia, iniciativa que estava prevista para ocorrer apenas entre 2026 e 2028. O valor do negócio é de R$ 3,52 bilhões, 100% custeado pelo caixa da Vibra. **B1**

Leilões portuários
Leilões de cinco terminais portuários realizados ontem arrecadaram R$ 4,75 milhões em outorgas. Os ativos ficam nos portos do Recife (3), Rio Grande (RS) e Rio de Janeiro. Os investimentos previstos são de pouco mais de R$ 86 milhões. **B6**

Mulheres no G20



LEO PINHEIRO/VALOR

Ana Fontes e Adriana Carvalho estão entre as líderes do W20, grupo de engajamento do G20 que tem por objetivo promover a equidade de gênero nas maiores economias do mundo, além de União Europeia e Africana. As propostas serão discutidas hoje durante o 7º Diálogo Nacional do W20 Brasil, na Fundação Getulio Vargas, em São Paulo. Página A4

Indicadores

Ibovespa	21/ago/24	0,28 %	R$ 21,5 bi
Selic (meta)	21/ago/24		10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	21/ago/24		10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	21/ago/24		5,4701/5,4707
Dólar comercial (mercado)	21/ago/24		5,4804/5,4810
Dólar turismo (mercado)	21/ago/24		5,5104/5,6904
Euro comercial (BC)	21/ago/24		6,0948/6,0960
Euro comercial (mercado)	21/ago/24		6,1111/6,1117
Euro turismo (mercado)	21/ago/24		6,1812/6,3612



7 898937 880054

Empresas já investiram US$ 1 tri em IA, sem muito retorno até aqui
Carpenter e Burek **A15**

Cesta básica isenta é benefício ilusório para os mais pobres
Massena e Tavares **A14**

INÊS 249

Conjuntura Apesar de trégua no ambiente externo, cenário doméstico ainda preocupa, com possibilidade de BC elevar taxa de juros, segundo Boletim Macro

Inflação alta e persistente é risco no cenário, diz FGV Ibre

Marsílea Gombata
De São Paulo

Apesar de o ambiente externo ter dado certa trégua, após forte volatilidade nos mercados no início do mês, o cenário doméstico ainda preocupa, alerta o Boletim Macro, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre). Isso porque as chances de estabilização da inflação no médio prazo ainda não são aparentes, e a necessidade de o Banco Central ter de aumentar os juros se coloca sobre a mesa.

"Ainda não sabemos se haverá necessidade de subir [os juros]. Mas o risco, com certeza, é mais de alta do que de eventual queda à frente", afirma Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro. "Talvez, se houvesse uma política fiscal mais consistente, com credibilidade de metas inflacionárias não arranhada, poderia haver espaço [para reduzir os juros] que perdemos por questões domésticas."

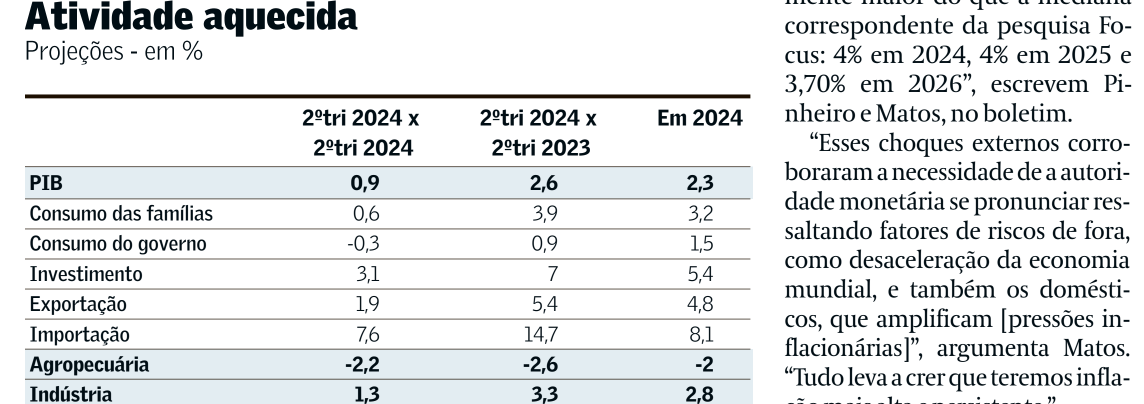
O boletim afirma que agosto parece caminhar para um "final feliz", depois de o índice de volatilidade da bolsa americana (S&P 500) ter atingido o maior valor em quatro anos, no início do mês. O cenário atual embute melhora do quadro inflacionário nos Estados Unidos, um indicativo de que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) pode começar a cortar os juros no próximo mês.

"A perspectiva de início de cortes em setembro traz um alívio para ativos dos países emergentes, como bolsa e moedas. Alívio que vem em bom momento", ressalta a edição de agosto do boletim, ao lembrar que, após ter atingido R$ 5,76 em 5 de agosto, a taxa de câmbio recuou para abaixo de R$ 5,5 desde 12 de agosto. "Tanto fatores externos quanto domésticos explicam esses movimentos."

Diferentemente dos EUA, o Brasil vive um momento de atividade robusta e desemprego em patamares baixos, por causa do mercado de trabalho aquecido, o que contribui para um cenário inflacionário.

De acordo com FGV Ibre, os dados referentes ao mês de junho e as previsões para o mês de julho reforçam esse quadro. Em junho, o índice de atividade do Banco Central (IBC-Br) subiu 1,4%, acima da expectativa de mercado. Com isso, o Boletim Macro revisou sua previsão de crescimento da economia para o segundo trimestre, ante o primeiro, de 0,7% para 0,9%. Para 2024, a projeção de crescimento do PIB passou de 2,2% para 2,3%.

O boletim ressalta que tanto o consumo das famílias quanto o investimento devem ser destaques no segundo trimestre, o que tende a resultar em expressivo crescimento da demanda doméstica.



Atividade aquecida
Projeções - em %

	2ºtri 2024 x 2ºtri 2024	2ºtri 2024 x 2ºtri 2023	Em 2024
PIB	**0,9**	**2,6**	**2,3**
Consumo das famílias	0,6	3,9	3,2
Consumo do governo	-0,3	0,9	1,5
Investimento	3,1	7	5,4
Exportação	1,9	5,4	4,8
Importação	7,6	14,7	8,1
Agropecuária	**-2,2**	**-2,6**	**-2**
Indústria	**1,3**	**3,3**	**2,8**
Extrativa	-6,3	-1	2,7
Transformação	2,1	4	2,6
Eletricidade e outros	0,9	5,5	3,6
Construção civil	1	2,4	3,4
Serviços	**0,5**	**2,7**	**2,4**

Fonte: Boletim Macro - FGV Ibre.

A taxa de desemprego, por sua vez, continua caindo e chegou a 6,9% em junho, a menor desde 2014, movimento na direção contrária dos EUA. O vigor do mercado de trabalho tem se traduzido em crescimento da renda nominal de cerca de 10% nos últimos 12 meses, o que resulta em 6% em termos reais, se embutida taxa de inflação anual de 4%.

No boletim, contudo, Matos e o economista Armando Castelar Pinheiro afirmam que, diante da forte depreciação do real, a piora do cenário inflacionário se consolida. O Focus, relatório semanal de expectativas do Banco Central, divulgado no dia 19, mostrou aumento das expectativas de inflação para 2024. A mediana das projeções de analistas para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 4,20% para 4,22%. Para 2025, houve queda de 3,97% para 3,91%, enquanto para 2026 a projeção se manteve inalterada, em 3,60%.

"Algo que chama atenção é que as expectativas de inflação pioraram não apenas no mercado financeiro. O Banco Central lançou a pesquisa Firmus, que tem como objetivo levantar as expectativas de empresas em relação à economia. Ao todo, 92 empresas não financeiras informaram suas expectativas para o desempenho da economia e a inflação. A mediana das expectativas de inflação foi consistentemente maior do que a mediana correspondente da pesquisa Focus: 4% em 2024, 4% em 2025 e 3,70% em 2026", escrevem Pinheiro e Matos, no boletim.

"Esses choques externos corroboraram a necessidade de a autoridade monetária se pronunciar ressaltando fatores de riscos de fora, como desaceleração da economia mundial, e também os domésticos, que amplificam [pressões inflacionárias]", argumenta Matos. "Tudo leva a crer que teremos inflação mais alta e persistente."

O boletim lembra que, apesar da atividade aquecida, a má notícia é que, após um ciclo de queda, a taxa de juros básica Selic estacionou em 10,5%. "E tudo sugere que não voltaremos a um ciclo de baixa tão cedo, com risco muito elevado de ser necessário subir os juros já em setembro", alerta o texto.

LEO PINHEIRO/VALOR

"A atividade vem mais forte que o esperado, mas não há almoço grátis"
Silvia Matos

O economista José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do FGV Ibre, argumenta que são claros os sinais de que o Copom promoverá uma elevação da Selic, provavelmente de 50 pontos base, na reunião do mês que vem.

"O BC arriscará sua reputação caso opte por não alterar a Selic, a menos, evidentemente, de uma importante reviravolta no cenário atual. Dada a possibilidade de o provável afrouxamento monetário nos EUA trazer certo alívio às pressões inflacionárias domésticas, via câmbio, é bem possível que o BC decida por elevar a Selic sem se comprometer com novas altas, deixando os passos seguintes condicionados aos desdobramentos não apenas do afrouxamento monetário nos EUA, mas também de nossas próprias questões fiscais", afirma Senna, na parte sobre política monetária do Boletim.

Rio Grande do Sul

Na seção sobre atividade econômica, o boletim observa ainda que no segundo trimestre de 2024 a economia superou as expectativas e resistiu ao impacto da tragédia no Rio Grande do Sul.

Embora o desastre tenha gerado uma tragédia humana e danos significativos, seu impacto foi menor do que o previsto, ressalta o FGV Ibre. "Os efeitos do desastre do Rio Grande do Sul acabaram completamente contrabalanceados pelo resultado positivo no segundo trimestre. No início de junho, reduzimos a projeção de 2024 para 2% e, agora, em posse de todos os dados, revisamos para 2,3%."

Para o segundo trimestre, a projeção é de crescimento de 2,9% da economia brasileira, ante o primeiro, com contribuição de 2,7 pontos percentuais do PIB cíclico — aquele mais sensível às oscilações da política monetária — e de 0,2 ponto do PIB exógeno — menos influenciado pelos juros.

Com dados de aceleração da indústria de transformação da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), o FGV Ibre elevou a projeção para o setor de alta de 1,1% no segundo trimestre, ante o segundo, para 2,1%. E de 2,5% na variação anual para 4%. Por outro lado, as estimativas da indústria extrativa passaram de -4% para -6,3% no segundo trimestre, na comparação com o anterior, e de 1,5% para 1%, na variação anual.

A projeção para o setor de serviços subiu de 0,3% para 0,5% no segundo trimestre, ante o primeiro, e de 2,5% para 2,7% na comparação com o mesmo trimestre de 2023.

Outra revisão feita pelo FGV Ibre foi a de projeção do consumo das famílias, que passou de 0,2% para 0,6%, na variação trimestre contra trimestre, e de 3,4% para 3,9%, em termos anuais.

"A atividade vem mais forte que o esperado. Mas não tem almoço grátis em economia. Atividade mais forte não é inflação se há um contexto de ociosidade, capacidade de aumentar produção sem ser inflacionário. Mas esse não é o nosso caso", diz Matos.

Na parte sobre inflação, o boletim afirma que a expectativa para agosto é de desaceleração, com possibilidade de deflação, à medida que a pressão dos preços administrados diminui. Mas alerta: "Mesmo assim, fatores como o aquecimento do mercado de trabalho e a volatilidade cambial sugerem que a inflação pode encerrar o ano em torno de 4,2%", diz o texto, ao ressaltar a resistência da inflação em ceder.

"Temos de utilizar todos os elementos à disposição do BC. [Contudo], ainda há dúvidas de que a autoridade monetária fará o que for necessário para trazer a inflação para a meta", diz Matos.

"Por que as pessoas acreditam que em 2027 a inflação será de 3,5%, e não de 3%? Até o ano que vem, as projeções contabilizam possíveis choques e não se trata tanto de falta de credibilidade. Mas para 2027 não faz sentido [pensar em inflação acima da meta] se não for [um problema de falta de] credibilidade."

Maioria dos MEIs é empreendedora por necessidade

Lucianne Carneiro
Do Rio

O número de pessoas que trabalham como microempreendedores individuais (MEIs) no Brasil cresceu pelo segundo ano seguido em 2022, para 14,6 milhões, de pessoas, uma alta de 11,4% em relação a 2021.

A pesquisa Estatísticas dos Cadastros de Microempreendedores Individuais 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), traça um retrato desse grupo: a maioria desses empreendedores trabalhava antes no mercado formal e tinha sido dispensada pelo empregador, o que indica um perfil de empreendedorismo por necessidade. Além disso, menos de 1% deles empregam um funcionário: são 133,8 mil do total de MEIs.

Se houve crescimento no número de MEIs em termos absolutos, a participação deles no total de ocupados recuou de 19,1% em 2021 para 18,8% em 2022. Em 2020, o percentual tinha sido de 17,3%.

"Houve um aumento de 11,4% do número de MEIs entre 2021 e 2022, mas teve um pequeno recuo na participação. Isso não foi necessariamente um movimento real. Houve mudança no e-social na forma de capturar os vínculos de trabalho. O próprio Ministério do Trabalho informou que passou a identificar um maior número de vínculos e de certa forma isso pode ter contribuído", afirma o analista do IBGE Thiego Gonçalves Ferreira, responsável pela pesquisa.

Dois indicadores da pesquisa apontam para uma maioria de empreendedores por necessidade, quando a decisão se dá quando não há outras alternativas de trabalho. Dos microempreendedores ativos em 2022, 72,1% tiveram algum tipo de vínculo formal de trabalho entre 2009 e 2022.

Quando se considera apenas aqueles MEIs que se filiaram em 2022, esse percentual é ainda maior: 80,1% deles eram trabalhadores urbanos que anteriormente tiveram contratos formais de trabalho por tempo indeterminado. Mais da metade (60,7%) dos MEIs filiados em 2022 tinha sido demitida pelos empregadores, incluindo tanto os casos tradicionais como aqueles por justa causa.

"Entre os MEIs filiados em 2022, e que tinham vínculo prévio de trabalho formal, mais da metade foi desligada involuntariamente. [...] A maioria dos MEIs é uma espécie de empreendedor por necessidade, uma vez que a causa de desligamento não partiu deles. A literatura costuma relacionar o empreendedor por necessidade como aquele que foi demitido e teve que abrir seu próprio empreendimento", diz Ferreira.

A pesquisa mostra ainda que eram 133,8 mil microempreendedores individuais com um funcionário em 2022, o que correspondia a 0,9% dos 14,6 milhões de MEIs existentes naquele ano. Em 2021, os chamados MEIs empregadores eram 104,1 mil, ou 0,8% dos 13,1 milhões de MEIs.

O MEI reúne empreendedores por conta própria com faturamento anual de até R$ 81 mil, com até no máximo um empregado (com renda no piso da categoria ou de um salário mínimo) e com apenas um estabelecimento, entre outros requisitos. Os empreendedores enquadrados nesta condição pagam uma carga tributária menor.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

INÊS 249

GABRIEL DE PAIVA/AGÊNCIA O GLOBO



José Luis Gordon, Perpétua Almeida, Naercio Menezes Filho e Rafael Lucchesi: investir em pessoas por meio da educação

GABRIEL DE PAIVA/AGÊNCIA O GLOBO



Ailtom Nascimento, Ludmila Nascimento, Jandaraci Araújo e David Canassa: investimentos com estratégia ESG

Conjuntura Transição energética, custo de capital e carga tributária são gargalos a serem resolvidos

Indústria tem desafios para competitividade



Alessandra Saraiva e Paula Martini
Do Rio

Uma indústria brasileira mais competitiva envolve uma série de desafios que vão desde investimentos em transição energética até a redução do custo de capital e da carga tributária, passando pela qualificação da mão de obra, defendem especialistas e representantes do setor privado.

Essa foi a visão dominante entre os palestrantes do seminário “A nova política industrial brasileira e o desafio de se tornar competitiva”. O evento, realizado quarta-feira (21), no auditório da Editora Globo, no centro do Rio de Janeiro, faz parte do projeto G20 no Brasil, que une os jornais “O Globo”, **Valor** e rádio CBN na cobertura da presidência brasileira do grupo dos países mais ricos do mundo.

Os participantes do seminário destacaram a importância da nova política industrial, lançada neste ano pelo governo federal, mas ressaltaram que ainda é necessário solucionar algumas questões importantes para promover o desenvolvimento sustentável do setor industrial no país.

O diretor de desenvolvimento industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e diretor-superintendente do Sesi, Rafael Lucchesi, afirmou no evento que é preciso reduzir a carga tributária do setor para que a indústria consiga tornar seu produto mais competitivo, especialmente no exterior.

“A indústria [no Brasil] paga em torno de R$ 600 bilhões, em tributos, e a agricultura e pecuária pagam em torno de R$ 12 bilhões”, observou. Para ele, a menor carga tributária poderia oferecer à indústria mais recursos para realizar investimentos e elevar competitividade do setor.

O custo de capital e os patamares atuais de subsídios também devem ser debatidos, no sentido de tornar a indústria brasileira mais competitiva, acrescentou Lucchesi. “Os países desenvolvidos gastam US$ 12 trilhões em subsídios à indústria, metade disso é somente os Estados Unidos”, exemplificou.

O diretor de desenvolvimento produtivo, inovação e comércio exterior do BNDES, José Luis Gordon, concordou que a indústria precisa de taxas diferenciadas para investir em inovação. Por isso, disse, o governo criou a TR (Taxa Referencial), para o financiamento de projetos em inovação pelo BNDES. “Não dá para a gente discutir inovação achando que vai apoiar com recursos [taxas] de mercado, porque o mundo não faz isso. Para se correr risco, que é inerente à inovação, você precisa de recurso diferenciado”, sustentou o diretor.

Também no evento, o vice-presidente do Grupo Stefanini, Ailtom Nascimento, destacou que o Brasil enfrenta gargalos em logística e infraestrutura que dificultam a atração de investimentos para o país. Ele sugeriu que o Brasil aproveite a presidência do G20, agora, e do Brics, no ano que vem, para prospectar uma agenda positiva nesse sentido.

Ele também destacou a importância de desenvolver o que chamou de "projetos limpos" para atrair grandes investidores internacionais. “Grandes investidores esbarram em problemas jurídicos e até geológicos. A gente não entrega projetos limpos e temos que focar nisso”, afirmou.

Os participantes do evento de ontem foram unânimes em destacar a importância de se investir em uma indústria verde no Brasil. A diretora de energia e descarbonização da Vale, Ludmila Nascimento, afirmou que a mineradora já tem 100% da energia consumida no Brasil originada de fontes renováveis.

“Temos uma meta de 100% [nas operações do] mundo em 2030”, acrescentou ela. Outro caminho adotado pela empresa foi pensar em parcerias para projetos de hidrogênio verde — chamado de combustível do futuro, gerado por energia renovável ou energia de baixo carbono.

> “A gente não entrega projetos limpos e temos que focar nisso”
> *Ailtom Nascimento*

Elevar a competitividade da indústria também passa por focar em investimentos que estejam alinhados a uma estratégia ESG, observaram os participantes. Essa linha de ação também envolve promoção de proteção ao meio ambiente, além de aumentar a diversidade no meio empresarial.

No caso de proteção ambiental, o diretor-executivo da Reservas Votorantim, David Canassa, ressaltou não ser preciso somente prover projetos de reflorestamento, como também investir na proteção de florestas existentes. Canassa alertou que o atual quadro de aquecimento global torna a temperatura da Terra cada vez maior — e isso afeta a longevidade das florestas já existentes.

Além de mais recursos para proteção das florestas, é preciso investimentos, por parte das empresas, em liderança mais diversas. O entendimento é da cofundadora do programa Conselheira 101, Jandaraci Araújo.

“Temos, por exemplo, várias acadêmicas indígenas formadas em bioeconomia” disse Araújo, a destacar essa última cátedra como fundamental para elevar competitividade e ESG dentro das empresas.

O investimento em pessoas por meio da educação básica e da qualificação profissional também é fundamental para uma indústria competitiva, ponderou a diretora de economia sustentável e temas de defesa na Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Perpétua Almeida. “[Investir] em força de trabalho para atender a indústria é [investir em] capital humano, é geração qualificada [de emprego]”, afirmou ela.

Naercio Menezes Filho, professor titular da cátedra Ruth Cardoso no Insper, concorda. E vai além: investir em educação básica é essencial para promover o desenvolvimento da atividade industrial e da economia brasileira como um todo. “Como os trabalhadores vão conseguir lidar com transformações se eles não têm o conhecimento básico de matemática e ciência?”, questionou. “Se a gente for pensar em nação do futuro, seja na indústria ou outra área, você precisa cuidar da qualidade da educação”, argumentou.

Projetos para mudanças climáticas não podem ignorar gênero, defende grupo

LEO PINHEIRO/VALOR



Ana Fontes e Adriana Carvalho defendem formas de financiamento voltadas para mulheres empreendedoras

Paula Martini
Do Rio

Condições diferenciadas de acesso a crédito e direcionamento dos chamados fundos verdes para projetos que contemplem mulheres estão entre as principais recomendações do W20, grupo de engajamento do G20 focado em promover a equidade de gênero nas maiores economias do mundo, além de União Europeia e União Africana.

A primeira versão das propostas que serão entregues à presidência brasileira do G20 em 1º de outubro, durante o Summit Internacional do Women20, no Rio de Janeiro, será antecipada hoje no 7º Diálogo Nacional do W20 Brasil, na Fundação Getulio Vargas (FGV), em São Paulo.

O communiqué do grupo trará quatro recomendações para cada um dos cinco eixos temáticos — empreendedorismo, mulheres em STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática), economia do cuidado, violência de gênero e justiça climática —, além de uma sessão com exemplos práticos adotados no Brasil e no exterior.

“A gente tem focado muito na pauta econômica porque todas as pesquisas mostram que, quando uma mulher tem independência financeira, ela consegue sair com menos dificuldade de situações de violência”, diz Ana Fontes, presidente do grupo de mulheres.

No eixo de empreendedorismo, o W20 destaca que, apesar de quase metade dos pequenos negócios brasileiros ser liderada por mulheres, elas ainda enfrentam mais dificuldades para conseguir financiamento junto aos bancos.

Por isso, o “blended finance”, ou financiamento misto, um instrumento que combina recursos públicos de fomento ou filantrópicos a capital privado, é apontado como uma saída para impulsionar a criação e o crescimento de negócios chefiados por mulheres.

“Há vários pontos na cadeia em que será necessário dar capacitação para essas mulheres receberem assistência técnica não só no sentido da produção, mas do negócio. E elas também vão precisar de financiamento para comprar maquinário e investir”, explica Adriana Carvalho, líder do eixo de economia do cuidado do W20.

Ela ressalta que as várias exigências feitas para obter financiamento convencional, como a de ter um imóvel atrelado ao CPF, travam a obtenção de crédito por mulheres empreendedoras. “A gente fala muito que com as mulheres empreendedoras é importante olhar para a receita que elas estão gerando, e não para as garantias, que é o jeito tradicional de dar crédito.”

Apesar de o empreendedorismo contribuir para independência econômico-financeira feminina, Fontes, presidente do W20, ressalta que muitas mulheres se tornam trabalhadoras autônomas por falta de oportunidades no mercado de trabalho formal.

“Boa parte dos ambientes corporativos ainda é muito hostil, especialmente para as mulheres que têm filhos pequenos, enquanto empreender garante certa flexibilidade. Mas há várias pegadinhas. As empreendedoras precisam de rede de apoio, de condições de acesso a recursos financeiros e de espaço para vender seus produtos e serviços”, aponta.

Outra prioridade é o aprofundamento da perspectiva de gênero no financiamento de projetos para o enfrentamento às mudanças climáticas. Carvalho argumenta que isso é necessário porque as mulheres, especialmente quilombolas, indígenas e periféricas, são as que mais sofrem com os efeitos do aquecimento global.

“Os planos e investimentos para fazer frente às mudanças climáticas não podem ser neutros em gênero. Gostaríamos que os fundos que serão destinados às mudanças climáticas sejam pensados para as mulheres e com as mulheres”, diz.

Para a porta-voz do W20, bancos multilaterais podem adotar essa proposta de várias maneiras: exigindo, por exemplo, que os projetos selecionados contemplem cota mínima de negócios liderados por mulheres ou indiquem como elas serão impactadas. “A gente vê isso em projetos de infraestrutura, mas não tanto em clima”, diz Carvalho, ressaltando que o próprio G20 já recomendou que bancos de desenvolvimento adotem o “Código Financeiro para Mulheres Empreendedoras”, que propõe olhar transversal para a questão.

Gestão pública Atestmed é aposta para reduzir gastos com Previdência, mas técnicos da área econômica consideram que ferramenta abriu portas para problemas

Sob temor de fraudes, governo vai rever análise digital de auxílio-doença

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O governo vai rever alguns critérios de concessão via Atestmed do benefício por incapacidade temporária (conhecido popularmente como auxílio-doença) para reduzir os riscos de fraudes, segundo apurou o **Valor**. A medida constará no anexo de revisão de gastos do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 e será detalhada no dia 30 deste mês pela equipe econômica.

A avaliação do governo é que a ferramenta é sim eficiente, porque permite a concessão da maior parte dos pedidos de auxílio-doença via análise digital dos atestados médicos, sem necessidade de o segurado passar por perícia médica presencial, como era a regra anterior. Com isso, os peritos podem se dedicar à análise de renovações e às solicitações de aposentadorias por incapacidade permanente.

Porém, técnicos da área econômica do governo reconhecem que a ferramenta "abriu portas" para novas fraudes, por isso as regras de perícia serão ajustadas. Conforme mostrou o **Valor**, dados do Ministério da Previdência Social mostram alta de 55,5% no número de auxílios-doença emitidos em junho deste ano em relação ao mesmo mês de 2023. Para comparar, as aposentadorias por idade cresceram 5,2%, e as pensões por morte, 1,7%, no mesmo período. Segundo especialistas, a alta das emissões do auxílio é desproporcional à redução da fila, o que indica concessões indevidas e fraudes.

A previsão, segundo apurou o **Valor**, é que haja mudanças numa portaria, de julho de 2023, que estabeleceu os parâmetros mínimos para apresentação do atestado médico e que aumentou de 90 para 180 dias o prazo máximo de duração da concessão do auxílio-doença. Essa mesma portaria também trouxe outras mudanças, que desburocratizaram o acesso ao benefício e tornaram a concessão mais rápida, mas que podem ter deixado lacunas para fraudes.

EDU ANDRADE/ASCOM/ME



"Perito deve realizar análise de mérito, e não só de conformidade do atestado"
Leonardo Rolim

Atualmente, o segurado que está incapacitado temporariamente para seu trabalho precisa apresentar atestado médico ou odontológico, eletrônico ou físico, que contenha o código da doença, assinatura do profissional emitente e data de início e término do afastamento. A data de emissão do atestado não pode ser superior a 90 dias da entrada do requerimento. Todo o pedido é feito via site ou aplicativo do INSS.

O consultor legislativo Leonardo Rolim, ex-presidente do INSS, explica que o perito médico federal não analisa apenas se a pessoa está doente, mas se está incapacitada para o trabalho. Já no Atesmed, diz, não há essa análise de mérito, mas apenas de conformidade.

"Para evitar as fraudes, sugiro que os atestados sejam enviados pelos médicos e hospitais diretamente no sistema do INSS; que o perito médico realize uma análise de mérito, e não apenas de conformidade do atestado e, quando não se sentir seguro para conceder o benefício, seja agendada uma perícia remota ou mesmo presencial; e que as prorrogações sempre por meio de perícias", afirmou Rolim.

Em novembro do ano passado, o Ministério da Previdência Social e INSS haviam editado uma portaria que permitia a prorrogação automática do auxílio-doença, para reduzir as filas de espera. Em julho deste ano, a regra mudou novamente, e passou a exigir perícia. Porém, caso o prazo de espera pela avaliação médica esteja maior do que 30 dias, o benefício será prorrogado por um mês sem agendamento da avaliação médica.

O Atestmed é a principal aposta do governo para reduzir as despesas com a Previdência Social. A autarquia estima uma economia de R$ 5,6 bilhões neste ano, devido à redução de custos com a concessão do auxílio via análise documental e com a diminuição do tempo de espera, o que evita pagamento com correção monetária. Porém, segundo especialistas, essa economia está sendo consumida pelo aumento de requerimentos.

Em junho (último dado disponível), dos 313 mil auxílios por incapacidade temporária concedidos pelo INSS, 205 mil (64%) foram via Atestmed.

Verba para despesa não obrigatória em 2025 é insuficiente, alerta INSS

De Brasília

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) estima que o valor recebido para as despesas discricionárias do órgão no ano que vem — aquelas não obrigatórias, mas que incluem investimento e manutenção das agências, por exemplo — será insuficiente em R$ 545,7 milhões para fazer frente às necessidades da autarquia.

O Ministério do Planejamento e Orçamento disponibilizou R$ 1,903 bilhão para os gastos não obrigatórios do INSS em 2025, valor que constará no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), a ser enviado no próximo dia 30 ao Congresso. A autarquia havia pedido R$ 2,448 bilhões, mas não foi atendida. O referencial monetário disponibilizado para o ano que vem também é menor que a dotação deste ano, de R$ 2,2 bilhões.

Débora Aparecida Andrade Floriano, diretora de Orçamento, Finanças e Logística do INSS, afirma que a autarquia enfrenta uma "restrição histórica" das despesas discricionárias. Todo ano, o INSS tem que pedir uma suplementação para que não haja paralisia em alguns serviços e contratos. "Nós fazemos um elefante, que é o INSS, caber dentro de uma caixa de sapato", afirmou ontem (21), durante reunião do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), quando os números foram apresentados.

Segundo a diretora, faltará dinheiro para o adequado funcionamento das agências e do serviço de teleatendimento, para processamento de dados (o que inclui o contrato com a Dataprev) e para investimentos em modernização tecnológica, capacitação de servidores e reformas.

No caso da Dataprev, ela disse que o montante orçado garantiria o contrato somente até maio. É a estatal que faz todo o processamento da folha do INSS e paga os aposentados e pensionistas. Os contratos que garantem o funcionamento das agências seriam afetados a partir de novembro, disse Débora. "Nós temos que fazer escolhas extremamente delicadas, ao ponto de demonstrar para o próprio Estado que o Estado também precisa olhar para nós com outra perspectiva", disse. Já o valor disponibilizado para as despesas discricionárias do Ministério da Previdência Social ficou dentro do solicitado — R$ 188,5 milhões.

"Fazemos um elefante, que é o INSS, caber dentro de uma caixa de sapato"
Débora Floriano

O CNPS aprovou, ainda, a previsão para as despesas obrigatórias da Previdência Social. A proposta orçamentária vai prever um gasto com benefícios previdenciários de R$ 964,274 bilhões em 2025, valor 7,33% superior ao previsto para este ano. O número foi revelado pelo **Valor** no início deste mês e, conforme mostrou a reportagem, pode estar subestimado, resultando numa abertura artificial de espaço no Orçamento para outras despesas.

Em relação ao Comprev, uma compensação que existe entre o INSS e regimes próprios de Previdência, a despesa estimada é de R$ 8,251 bilhões para 2025, alta de 3,65%. Com sentenças judiciais, a autarquia projetou um gasto de R$ 20,626 bilhões — valor que ainda pode mudar, porque está passível de atualização.

Com isso, ao todo, o INSS estima um gasto de R$ 972,525 bilhões com as despesas obrigatórias da Previdência (soma de benefícios, Comprev e sentenças), alta de 4,91% em relação aos R$ 927,037 bilhões estimados para este ano. *(JS)*

INÊS 249

Políticas públicas Levantamento reforça demanda por ações para reduzir desigualdade regional

Norte e Nordeste ficam atrás em ranking de gestão

Gabriela Pereira e Rafael Bitencourt
De Brasília

Estados e cidades das regiões Norte e Nordeste seguem com os piores indicadores de política pública na edição deste ano do Ranking de Competitividade dos Estados e dos Municípios. Os dados sociais e econômicos levantados pelo Centro de Liderança Pública (CLP) reforçam a demanda por ações para reduzir a desigualdade regional no país. Nenhuma das duas regiões tem Estado nas dez primeiras posições, ausência também percebida no grupo das cinco cidades mais competitivas.

Florianópolis e São Paulo são, respectivamente, a cidade e o Estado com mais competitividade. O levantamento, feito em parceria com Seall e Tendências Consultoria, avalia o desempenho dessas cidades e Estados em áreas — ou "pilares estratégicos" — como educação, segurança pública, finanças, inovação, entre outras. A capital catarinense ocupa a primeira posição no ranking pelo segundo ano consecutivo, estando no "top 10" em quatro dos 13 pilares avaliados. Já o Estado de São Paulo é o mais competitivo do país pela 13ª vez.

Os Estados do Norte e Nordeste só aparecem na lista a partir da 11ª e 12ª posições, com Amazonas e Paraíba. A região Norte responde pelas piores colocações de Estados, com Roraima e Amapá.

Entre os Estados, Santa Catarina e Paraná estão nas segunda e terceira posições. São Paulo, além de ocupar a primeira colocação geral, foi destaque, na primeira posição, nas áreas Infraestrutura, Inovação e Educação. Nos pilares de Sustentabilidade Ambiental e Segurança Pública, o Estado está no segundo e no quarto posto, respectivamente, com perda de posição nos pilares de Solidez Fiscal e Sustentabilidade Social (menos uma posição cada), Potencial de Mercado (menos seis posições), Eficiência da Máquina Pública (menos oito posições) e Capital Humano (menos duas posições).

Já no ranking dos municípios, Florianópolis foi seguida por São Paulo e Vitória (ES). Os últimos lugares foram ocupados por Belford Roxo (RJ) e Cametá (PA). As maiores mudanças no ranking foram registradas em Rio das Ostras (RJ), que saiu da 375ª para a 217ª posição. Por outro lado, Varginha (MG) foi o município que mais perdeu posições, de 59ª para a 228ª.

No evento, a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra (PSDB), disse que a condição do Norte e do Nordeste "escancara" a desigualdade regional no Brasil. "Isso tem sido escancarado também quando você senta à mesa com governadores do Sudeste, do Sul , do Centro-Oeste, de como o nosso país é desigual", disse, ao **Valor**.

"Enquanto você tem Estados com pleno emprego, com 3% de desempregados — praticamente o pleno emprego, porque é uma margem residual que dá pra fazer uma busca ativa para poder inserilos no mercado de trabalho —, a gente vive [no Norte e no Nordeste] uma realidade totalmente diferente, quando 50% da nossa população preenche essa condicionalidade de estar num Cadastro Único, do Bolsa Família", ressaltou a governadora de Pernambuco, Estado que está na 19ª posição.

Lyra disse que não quer rivalizar com os Estados das demais regiões. "Não estamos aqui brigando entre Estados", ressaltou. "Estamos lutando para que a gente possa ter patamar de desenvolvimento à semelhança do que outros Estados que receberam investimentos históricos do Brasil e, portanto, colocaram hoje nos indicadores que têm, seja em qualidade de vida, seja em infraestrutura, seja em potencialidade de crescimento, e que a gente possa levar isso para Nordeste também", acrescentou.

Sobre os dados contidos no ranking, a governadora afirmou que eles representam um instrumento importante de política pública para o gestor. "O CLP já faz parte da minha vida desde que fui prefeita de Caruaru [PE]", afirmou.

O diretor-presidente do CLP, Tadeu Barros, defendeu que os governadores olhem para o ranking como "bússola" para orientar a definição e a forma de execução de políticas públicas. "Quando a gente coloca aqui governadores de todas as regiões falando de boas práticas, eles se conectam, fazem o dever de casa depois com os secretários, com os gestores, para implantar essas boas práticas", disse.

CLP/DIVULGAÇÃO



Resultado "escancara" a desigualdade regional no Brasil, afirma Raquel Lyra

Gestão eficiente

Ranking de competitividade indica Estados com melhor desempenho

● Melhor posição ● Pior posição

UFs	Posição geral	Infraestrutura	Sustentabilidade social	Segurança pública	Educação	Solidez fiscal	Eficiência da máquina pública	Capital humano	Sustentabilidade ambiental	Potencial de mercado	Inovação
São Paulo	1	1	3	4	1	14	13	7	2	8	1
Santa Catarina	2	3	1	1	9	7	3	1	10	10	3
Paraná	3	4	5	10	5	8	2	4	1	11	4
Distrito Federal	4	5	2	2	4	12	14	2	7	23	18
Rio Grande do Sul	5	11	4	3	6	25	1	5	11	18	5
Espírito Santo	6	2	7	23	7	1	9	10	4	21	16
Minas Gerais	7	10	6	5	3	26	7	8	6	12	6
Goiás	8	12	10	17	8	9	5	9	3	2	25
Mato Grosso do Sul	9	8	8	15	11	5	12	3	14	13	14
Mato Grosso	10	13	9	14	16	2	6	6	18	19	27
Amazonas	11	26	21	7	22	4	8	18	8	14	2
Paraíba	12	6	15	6	14	10	16	24	13	16	11
Rio de Janeiro	13	7	11	21	12	22	11	13	5	27	7
Ceará	14	15	14	16	2	16	18	21	12	26	8
Tocantis	15	22	13	20	18	19	20	11	16	1	24
Rondônia	16	16	19	25	19	17	4	15	26	17	17
Alagoas	17	18	18	11	17	21	19	19	21	20	12
Sergipe	18	9	22	18	15	11	17	26	24	15	13
Pernambuco	19	14	16	24	13	18	15	25	15	25	9
Piauí	20	21	20	22	10	13	23	23	22	7	26
Pará	21	27	24	12	24	6	24	17	19	9	20
Bahia	22	23	17	19	20	3	10	27	20	24	21
Maranhão	23	20	25	8	23	20	25	22	25	4	23
Rio Grande do Norte	24	17	12	9	21	27	22	20	27	22	10
Acre	25	24	23	13	26	24	21	16	23	5	22
Amapá	26	19	27	27	27	15	26	14	17	6	15
Roraima	27	25	26	26	25	23	27	12	9	3	19

Fonte: Ranking de Competitividade dos Estados 2024

Atividade econômica

Indicadores agregados

	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	1,37	0,41	0,32	-0,15	0,51	0,67	0,75	0,11	0,05
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	4,1	-1,5	-0,3	1,0	0,2	-0,8	0,9	0,8	0,0
Indústria de transformação	-	4,5	-2,5	0,4	0,9	0,6	0,2	0,5	0,1	0,2
Indústrias extrativas	-	2,5	3,4	-3,6	0,7	-1,3	-6,7	3,7	3,3	-0,4
Bens de capital	-	0,5	-2,2	3,1	-1,5	2,7	11,0	-1,9	-0,5	-0,3
Bens intermediários	-	2,6	-0,9	-1,1	1,2	-0,8	-2,7	1,7	1,7	0,7
Bens de consumo	-	6,8	-2,1	0,5	0,6	1,6	-0,7	1,2	0,1	-0,9
Faturamento real (CNI - %)	-	6,3	-4,8	2,3	-1,4	3,2	-0,7	2,6	0,8	-0,6
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,2	-2,4	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,7	-0,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-0,1	1,1	0,3	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,1
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-1,0	0,9	0,8	0,2	0,9	1,8	-0,7	0,4	-0,1
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	2,7	-1,0	0,8	1,7	-1,6	2,4	0,0	1,1	0,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,7	-0,4	0,4	0,3	-0,5	0,5	0,5	1,0	-0,5
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,1	0,1	0,0	0,3	0,4	0,6	0,1	0,2	0,6
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.919	29.044	30.255	30.455	27.723	23.429	26.704	28.786	27.886	29.682
Importações	23.279	22.333	21.851	21.886	20.492	18.225	20.512	19.463	19.097	20.501
Saldo	7.640	6.711	8.404	8.568	7.230	5.204	6.192	9.323	8.789	9.181

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	-	24,44	1.412,00
2024	**0,50**	**4,59**	**4,59**	**6,46**	**7,09**	**4,48**	**3,80**	**2,50**	**2,70**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,87**	**7,09**	**7,09**	**10,22**	**11,20**	**6,79**	**5,60**	**3,89**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para agosto projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência ago/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-junho 2024	Janeiro-junho 2023	Var. %	junho 2024	junho 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**433,9**	**389,2**	**11,48**	**67,1**	**59,7**	**12,45**
Imposto de renda pessoa física	39,7	31,4	26,19	5,9	6,3	-6,69
Imposto de renda pessoa jurídica	170,0	165,9	2,44	16,9	15,5	9,27
Imposto de renda retido na fonte	224,2	191,9	16,88	44,3	37,9	16,92
Imposto sobre produtos industrializados	36,3	29,6	22,74	5,9	5,0	17,86
Imposto sobre operações financeiras	31,9	29,6	7,84	5,5	5,0	10,47
Imposto de importação	33,4	26,8	24,70	6,6	4,4	51,67
Cide-combustíveis	1,5	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	199,1	160,5	24,04	35,6	27,8	28,12
CSLL	90,7	85,4	6,20	9,5	9,0	5,75
PIS/Pasep	55,0	45,0	22,14	9,6	7,7	23,47
Outras receitas	416,7	376,7	10,62	68,8	61,9	11,14
Total	**1.298,5**	**1.142,8**	**13,62**	**208,8**	**180,5**	**15,72**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**

	jun/24 Valor	jun/24 Var. %*	mai/24 Valor	mai/24 Var. %*	jun/23 Valor	jun/23 Var. %*
INSS	**49,7**	**1,33**	**49,1**	**-2,76**	**45,9**	**-3,85**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	ago/24	jul/24	2024	2023	12 meses	ago/24	jul/24	dez/23	ago/23
IBGE									
IPCA	-	0,38	2,87	4,62	4,50	-	6.967,89	6.773,27	6.683,28
INPC	-	0,26	2,95	3,71	4,06	-	7.159,57	6.954,74	6.893,93
IPCA-15	-	0,30	2,82	4,72	4,45	-	6.833,52	6.645,93	6.560,89
IPCA-E	-	-	2,52	4,72	4,06	-	-	6.645,93	6.560,89
FGV									
IGP-DI	-	0,83	1,95	-3,30	4,16	-	1.127,10	1.105,54	1.082,59
Núcleo do IPC-DI	-	0,32	2,30	3,48	3,75	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,93	1,43	-5,92	4,10	-	1.312,82	1.294,35	1.262,45
IPA-Agro	-	0,72	2,17	-11,34	4,04	-	1.824,08	1.785,32	1.743,47
IPA-Ind.	-	1,01	1,15	-3,77	4,12	-	1.107,16	1.094,53	1.067,07
IPC-DI	-	0,54	3,01	3,55	4,12	-	755,73	733,67	724,28
INCC-DI	-	0,72	3,55	3,49	4,67	-	1.126,92	1.088,31	1.078,41
IGP-M	-	0,61	1,71	-3,18	3,82	-	1.143,31	1.124,07	1.099,71
IPA-M	-	0,68	1,16	-5,60	3,72	-	1.349,62	1.334,20	1.298,95
IPC-M	-	0,30	2,96	3,40	3,90	-	737,65	716,46	708,64
INCC-M	-	0,69	3,34	3,32	4,42	-	1.122,45	1.086,15	1.077,50
IGP-10	0,72	0,45	2,36	-3,56	4,26	1.170,28	1.161,97	1.143,35	1.122,49
IPA-10	0,84	0,49	1,90	-6,02	4,21	1.392,81	1.381,26	1.366,78	1.336,50
IPC-10	0,33	0,24	3,31	3,43	4,23	744,76	742,33	720,87	714,51
INCC-10	0,59	0,54	3,88	3,04	4,64	1.111,71	1.105,16	1.070,21	1.062,42
FIPE									
IPC	-	0,06	1,93	3,15	3,17	-	688,31	675,27	665,86

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia ago/24 0,45% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana ago/24 0,18%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024		-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024	Valor da declaração	2,70%	Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			
Pagamento com atraso				

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB	jun/23 Valor	jun/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.946,2**	**62,21**	**6.897,1**	**62,08**	**6.096,5**	**57,92**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-12,8	-0,11	-19,7	-0,18	9,0	0,09
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-912,6	-8,17	-819,0	-7,37	-676,1	-6,42
Dívida fiscal líquida	**7.871,6**	**70,49**	**7.735,9**	**69,63**	**6.763,6**	**64,25**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.706,3	69,02	7.604,4	68,45	6.744,8	64,07
Dívida externa líquida	-760,1	-6,81	-707,3	-6,37	-648,3	-6,16
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.954,1	53,32	5.923,8	53,32	5.169,6	49,11
Governos Estaduais	872,3	7,81	859,1	7,73	821,8	7,81
Governos Municipais	64,4	0,58	61,5	0,55	42,6	0,40
Empresas Estatais	55,4	0,50	52,7	0,47	62,5	0,59
Necessidades de financiamento do setor público Fluxos acumulados em 12 meses	**jun/24 Valor**	**jun/24 % do PIB**	**mai/24 Valor**	**mai/24 % do PIB**	**jun/23 Valor**	**jun/23 % do PIB**
Total nominal	**1.108,0**	**9,92**	**1.061,9**	**9,56**	**662,4**	**6,29**
Governo Federal**	875,9	7,84	871,2	7,84	528,1	5,02
Banco Central	149,3	1,34	107,3	0,97	55,2	0,52
Governo regional	72,6	0,65	73,5	0,66	71,1	0,68
Total primário	**272,2**	**2,44**	**280,2**	**2,52**	**24,3**	**0,23**
Governo Federal	-47,2	-0,42	-47,6	-0,43	-217,6	-2,07
Banco Central	0,6	0,01	0,5	0,00	0,5	0,00
Governo regional	-25,6	-0,23	-23,6	-0,21	-19,7	-0,19

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de junho*

Discriminação	Janeiro-junho 2024	Janeiro-junho 2023	Var. %	junho 2024	junho 2023	Var. %
Receita total	**1.320,2**	**1.216,9**	**8,49**	**203,0**	**187,7**	**8,16**
Receita Adm. Pela RFB**	854,4	768,9	11,12	128,1	116,6	9,84
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	302,5	289,1	4,65	49,7	47,9	3,88
Receitas Não Adm. Pela RFB	163,4	159,0	2,77	25,2	23,2	8,55
Transferências a Estados e Municípios	**259,3**	**239,2**	**8,41**	**42,5**	**36,0**	**18,11**
Receita líquida total	**1.060,9**	**977,7**	**8,51**	**160,5**	**151,7**	**5,80**
Despesa Total	**1.128,8**	**1.021,5**	**10,50**	**199,3**	**198,7**	**0,33**
Benefícios Precidenciários	501,9	461,9	8,66	94,6	101,8	-7,00
Pessoal e Encargos Sociais	174,7	171,5	1,89	28,9	28,2	2,62
Outras Despesas Obrigatórias	192,3	158,5	21,38	26,1	24,7	5,96
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	259,8	229,6	13,13	49,6	44,1	12,66
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-67,8**	**-43,8**	**55,02**	**-38,8**	**-47,0**	**-17,32**

Discriminação	jun/24 Valor	jun/24 Var. %	mai/24 Valor	mai/24 Var. %	jun/23 Valor	jun/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,4	450,94	-0,1	-51,94	-0,2	-
Discrepância estatística	-1,0	-	0,1	-	-1,3	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-40,2**	**-34,02**	**-60,9**	**-**	**-48,4**	**7,71**
Juros Noninimais	**-86,4**	**29,56**	**-66,7**	**-3,99**	**-34,7**	**-44,21**
Result. Nominal do Gov. Central	**-126,6**	**-0,79**	**-127,6**	**110,45**	**-83,2**	**-22,42**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha

Conjuntura Atividade no Estado cresceu 7,5%, após queda de 8,2% em maio, devido às enchentes

Economia gaúcha ganhou força, aponta BC

Gabriel Shinohara
De Brasília

A atividade econômica do Rio Grande do Sul mostrou uma retomada em junho na comparação com maio, mês em que o Estado foi afetado pelas enchentes. O Índice de Atividade Econômica Regional do Banco Central (IBCR) divulgado ontem mostrou crescimento de 7,5% no mês contra queda de 8,2% (dado atualizado de 9%) registrado em maio.

Na comparação do segundo trimestre com o primeiro, o IBCR do Rio Grande do Sul registrou queda de 2,1%. Na comparação com junho de 2023, o indicador teve alta de 2,2%. No primeiro semestre do ano, o crescimento no Estado foi de 4,1% e no acumulado de 12 meses, de 2,6%.

Bernard Faust, sócio da One Investimentos, destaca que grande parte do aquecimento em junho tem impacto do envio de recursos para a reconstrução do Estado, via doações, investimentos privados ou públicos.

Sobre o trimestre, o economista avalia que, apesar de negativo em 2,1%, o número tem viés positivo. "[O número] é animador dado que, mesmo com a maior queda desde o início da apuração, em 2002, para o mês de maio, o Estado conseguiu ter um indicador de aquecimento econômico muito próximo do que vinha tendo em abril e março e até mesmo próximo de junho de 2023".

O número do Rio Grande do Sul contribuiu para trazer a atividade da região Sul como um todo para baixo no trimestre. O IBCR apontou um crescimento de 0,8% da região, com o Paraná crescendo 3% e Santa Catarina 2,9%.

Já o IBCR mostra o resultado das cinco regiões e 13 Estados selecionados. Houve crescimento de 0,5% no Nordeste no segundo trimestre, 1,3% no Sudeste, 0,9% no Norte e 2% no Centro-Oeste.

No cenário nacional, calculado pelo Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), o crescimento em junho foi de 1,37%. O resultado veio acima da mediana das projeções colhidas pelo Valor Data, que era de 0,6%.

Cenário nacional

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, afirmou nesta quarta-feira que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deve crescer "em torno" de 3% neste ano. A afirmação foi feita durante participação no Fórum Saúde, promovido pelo grupo Esfera Brasil.

A projeção mais recente do Ministério da Fazenda é de alta de 2,5%. Mas o titular da pasta, Fernando Haddad, já disse que os técnicos devem revisar a projeção para cima. Já o Banco Central (BC) calcula alta de 2,3%, enquanto o mercado projeta crescimento de 2,23%, segundo a projeção mediana mais recente do Boletim Focus.

No evento, Mercadante destacou positivamente o desempenho do mercado de trabalho como um dos fatores que devem fazer com que a atividade econômica surpreenda positivamente em 2024.

Ele também afirmou que o BNDES prevê que, entre o início do ano passado e o fim deste, as aprovações de crédito para a área de saúde chegarão a R$ 5,5 bilhões. Atualmente, elas estão em R$ 4 bilhões.

No mesmo evento, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou nesta que a economia está "diariamente superando" as estimativas de analistas. Ele disse que o crescimento médio anual do PIB neste mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve ficar em torno de 2%.

Ele afirmou que os investimentos público e privado serão a "surpresa" do primeiro semestre deste ano. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga o PIB do segundo trimestre no dia 3 de setembro. ***(Colaborou Estevão Taiar)***

"Estado conseguiu ter indicador de aquecimento econômico muito próximo do que vinha tendo"
Bernard Faust

Em busca de reforço, ONS aciona térmica

Robson Rodrigues
De São Paulo

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) solicitou, no domingo (18), o acionamento da termelétrica Energia Pecém, no Ceará, para reforçar a estabilidade do Sistema Interligado Nacional (SIN), principalmente nos horários de pico de consumo.

A usina ficará em operação até a próxima segunda-feira (26), com previsão de geração de 93.240 MWh no período. A central é movida a carvão mineral, tem capacidade instalada de 720 megawatts (MW) e é controlada pela Mercurio Asset, que comprou 80% da Energia Pecém da EDP em setembro de 2023.

O acionamento ocorre em um cenário marcado por chuvas abaixo da média na região Norte e aumento das temperaturas no Sudeste, com elevação da demanda de energia. Segundo a empresa, a restrição de geração de energia eólica e solar, que no jargão do setor é conhecido como "curtailment", também motivou o ONS a acionar termelétricas nas últimas semanas.

Esta é a segunda vez que a usina Pecém é acionada em agosto. O **Valor** mostrou nesta quarta-feira (21) que a segurança do abastecimento de energia no horário de ponta voltou a preocupar autoridades do setor, segundo troca de ofícios nos últimos dias entre ONS, Ministério de Minas e Energia (MME) e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O órgão chegou a propor a antecipação do suprimento da Termopernambuco, a partir de outubro.

INÊS 249

As faíscas de um acordo provisório



Maria Cristina Fernandes

Dino: "Teve 'emenda Pix' que dava pra arrancar os dentes de uma cidade inteira."

Lira: "Não é verdade. Aquilo não foi de emenda parlamentar."

Dino: "O senhor sabe que foi, eu sei que foi e o senhor sabe que eu sei."

Quando o ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino mencionou o feito, estava numa cabeceira do retângulo de poltronas, e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quase na outra.

O embate referiu-se a fatos ocorridos em Pedreiras, no Maranhão, quando o ministro ainda era governador do Estado. Com apenas 39 mil habitantes, o município recebeu emendas relativas à extração de 540 mil dentes em 2021, o equivalente a 14 por morador.

O desvio permitiu que Pedreiras não se transformasse numa cidade de banguelas, mas rendeu operação da Polícia Federal, processo no Tribunal de Contas da União e inquérito no Supremo Tribunal Federal. Não impediu, porém, que Juscelino Filho, deputado federal mais votado na cidade, se tornasse ministro das Comunicações deste governo.

Foi apenas um dos muitos momentos em que, sob o manto da liturgia e da graça, revelou a tensão da reunião de quatro horas no gabinete da presidência do STF em busca de um acordo para fazer cumprir as decisões de Dino, referendadas em plenário, sobre as emendas parlamentares. Apenas a ministra Carmen Lúcia, também presidente do TSE, ausentou-se do almoço que se seguiu à reunião em função da dupla jornada, lembrou a única mulher do colegiado.

Executivo e Legislativo ganharam tempo para tomar as providências acertadas antes que uma nova decisão sobre o tema seja tomada por Dino. Ninguém saiu cantando vitória, mas a reunião marcou o início de um longo processo de depuração da execução orçamentária.

Lira, que fez questão de ressaltar os 513 votos que representa, queixou-se do que ele vê como aliança entre STF e Executivo contra o Congresso: "Dizem aí fora que se trata de um 2x1." Os ministros Jorge Messias (AGU) e Rui Costa (Casa Civil) reagiram e Dino emendou: "Só duas instâncias mandam em mim, presidente [da Câmara], este colegiado e minha mulher."

Tanto Lira quanto o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), receberam de Dino, em junho, nas respectivas residências oficiais, o relato do que estava em curso depois da provocação ao STF sobre o não-cumprimento das decisões da ex-ministra Rosa Weber sobre o orçamento secreto.

O mesmo aconteceu com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, desta vez no gabinete do ministro do STF. Já o presidente, tem dito Dino a quem faz insinuações como a de Lira, foi avisado só depois das duas decisões que tomou. Ante a incredulidade do interlocutor, explica: não queria correr o risco de, ante uma reação negativa, ter que dizer não ao presidente.

O placar traçado por Lira colide com a própria decisão de Dino sobre o "jogo de empurra" da execução orçamentária: o parlamentar diz que apenas indica, o Executivo, que se limita a executar a emenda impositiva, e governadores e prefeitos, que recebem recursos carimbados.

A disputa entre Executivo e Legislativo por gastos discricionários ficou evidente durante o debate sobre as emendas de comissão, capítulo mais inacabado do acordo. Custa-se a encontrar uma fórmula que permita amarrar programas dos ministérios com emendas dos parlamentares, limitando a liberalidade do Executivo e do Congresso.

A insinuação de Lira sobre o 2x1 não impediu os ministros Luís Roberto Barroso e Gilmar Mendes de tomar a frente da reação quando Lira e Pacheco argumentaram contra a limitação da parcela crescente da receita corrente líquida que a execução das emendas tem tomado. Ambos os ministros defenderam um teto para evitar que a fatia das emendas (24% do Orçamento) cresça sem limite.

Lira argumentou que os limites do arcabouço fiscal também deveriam se aplicar a despesas vinculadas do Executivo, como aquelas indexadas ao salário mínimo. Desconcertado, Rui Costa reagiu, mas estava menos à vontade que os donos da Casa. Tanto Lira quanto Pacheco foram lembrados do preceito que exige o corte de despesa para a indicação de nova despesa, hoje descumprido pelas emendas.

Depois da reunião, aliados de Lira constataram que ele parecia aliviado em ter salvado as "emendas Pix" da fiscalização da Caixa Econômica Federal à qual as demais emendas são submetidas, ainda que tenham que prestar as informações de trâmite que lhes faltam. Previu reação às mudanças requeridas para as emendas de bancada. Não deu outra. No dia seguinte, o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União-AP), já questionava este capítulo do acordo. Pensadas para viabilizar projetos de âmbito estadual, as emendas de bancada hoje funcionam por "rachadinha", termo que irrita os parlamentares. Num Estado com sete deputados ao qual sejam destinados R$ 270 milhões, cada um fica com R$ 30 milhões. E, assim, no lugar de um hospital ou uma estrada, se multiplicam quadras de esportes e praças.

Dino não pretende transformar o imbróglio das emendas num novo inquérito do "fim do mundo", alcunha atribuída àquele de Alexandre de Moraes, ministro que se manteve discreto durante a reunião. Até que os termos do acordo entre o Executivo e o Legislativo sejam conhecidos, as decisões de Dino estão mantidas, bem como as auditorias encomendas pelo ministro à Controladoria-Geral da União. Também seguem os inquéritos sobre parlamentares envolvidos no desvio de emendas. O titular da PGR, Paulo Gonet, entrou mudo e saiu calado da reunião. Limitou-se a parabenizar os envolvidos pelo acordo alcançado.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do "Valor". Escreve às terças e quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Poderes Um dia após anúncio de acordo, presidente chama cúpulas do governo, Congresso e Judiciário para mostrar que há ambiente para o diálogo

Lula e Alcolumbre reúnem-se para discutir emendas

De Brasília

Em meio à discussão sobre a repactuação das emendas parlamentares, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reassumiu o protagonismo da articulação política, com o desafio de reduzir a temperatura da crise. Depois de se encontrar nos bastidores com os dirigentes e lideranças das duas Casas legislativas, Lula reuniu a cúpula dos três Poderes no Palácio do Planalto, um dia após o anúncio de um acordo sobre as emendas, na tentativa de demonstrar que há ambiente para diálogo.

Apesar dos esforços do presidente, entretanto, o clima nos bastidores do Legislativo ainda é de tensão e desconfiança com o Executivo e o Supremo Tribunal Federal (STF). Na noite dessa terça-feira (20), Lula recebeu em compromisso, fora da agenda oficial, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Davi Alcolumbre (União-AP), que demonstrou insatisfação com o debate sobre as novas regras das emendas, apurou o **Valor**.

Na véspera, na noite de segunda-feira (19), Lula havia se reunido com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), em agenda com a participação do ministro da Casa Civil, Rui Costa. E na manhã de terça-feira, ele recebeu o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para um café da manhã no Palácio da Alvorada. Nesse meio tempo, falou por telefone com o presidente do STF, Luís Roberto Barroso.

Principal candidato à sucessão de Pacheco, Alcolumbre é apontado, entre seus pares, como o gestor das emendas no Senado — indicativo que um interlocutor atribui ao fato de ele ter sido presidente da Casa, e, portanto, conhecer o trâmite das emendas. Nessa quarta-feira (21), na sessão da CCJ, ele criticou o acordo em andamento sobre o tema porque excluiria os municípios.

"Se ficar com essa tese fechada de que só pode obras estruturantes, nós vamos prejudicar municípios importantes no Brasil", observou. "Não dá pra fazer obras estruturantes, e dentro do contexto macro do que é obra estruturante, excluírem os municípios", reforçou.

Segundo relato de auxiliares presidenciais, Lula entrou em campo para afastar a percepção de lideranças do Congresso de que o Executivo estaria atuando alinhado com o STF na revisão do rito de pagamento das emendas parlamentares. Ao contrário de seus dois mandatos anteriores, ele não tem feito reuniões com lideranças da Câmara e do Senado. Nas conversas desses dois dias, preparou os espíritos de Lira e Pacheco para o almoço no Supremo, na terça-feira, organizado pelo presidente da Corte com representantes dos três Poderes, em busca de um entendimento sobre o impasse.

> "Juntar os três Poderes demonstra que o Brasil voltou à normalidade civilizatória"
> *Presidente Lula*

Na semana passada, uma decisão do ministro Flávio Dino do STF ordenou a suspensão do pagamento de todas as emendas até a definição de regras que assegurem transparência, correção e rastreabilidade do dinheiro público. A ordem judicial deflagrou uma das mais graves turbulências políticas do terceiro mandato de Lula.

Em meio ao impasse, Lula reuniu os presidentes da Câmara, do Congresso e do STF, além de ministros da Corte e de governo, para anunciar um pacto conjunto dos três Poderes pela "transformação ecológica". O evento ocorreu no dia seguinte ao anúncio de um acordo para repactuar o rito de liberação das emendas.

No ato político, Lula agradeceu, nominalmente, a presença de Lira, Pacheco e Barroso, citou o "poder do diálogo", o ambiente de "normalidade" política e lembrou a tentativa de golpe de Estado em 2023.

"Juntar os três Poderes aqui — já tínhamos juntado no golpe de 8 de janeiro —, mas juntar agora demonstra com muita clareza que o Brasil voltou à normalidade de civilizatória e que os Poderes, com autonomia, voltarão a se respeitar para cada um cumprir seu dever", afirmou Lula.

Esse trecho da fala presidencial foi o único em tom de recado político. Em seus respectivos discursos, Lira e Pacheco se restringiram à pauta do encontro: a primeira vez em que os três Poderes se reúnem em torno de uma agenda ambiental e climática para definir um novo rumo de desenvolvimento para o país.

Autor da decisão que deflagrou crise, o ministro do STF Flávio Dino disse nessa quarta-feira que o acordo entre a Corte, Executivo e Legislativo em torno das emendas tem "boas balizas". Mas salientou que dois pontos principais ainda serão discutidos: as emendas de comissão, e o que seriam "impedimentos técnicos" para a não execução das emendas impositivas.

Dino destacou que esses pontos serão discutidos ao longo dos próximos dez dias para que se chegue a um consenso. Além disso, observou que o limite para crescimento do valor das emendas a partir de agora é um "importante avanço". O acordo, contudo, não deixa claro como isso ocorrerá e será necessária ainda a aprovação de uma proposta de emenda constitucional (PEC) para viabilizar essa alteração.

Segundo Dino, as equipes técnicas já fizeram uma reunião no STF nesta quarta-feira pela manhã e terão outros encontros nos próximos dias para formatar o parecer, que incluirá critérios para dar mais transparência aos recursos.

Na saída do evento no Planalto, Barroso negou desconforto com Lira. "Não, todos nós saímos felizes", afirmou. "As pessoas já não conseguem, no Brasil, aceitar que alguma coisa deu certo. As pessoas acostumaram-se com o que não dá certo", criticou.

Nessa mesma quarta-feira, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou que uma "comissão" formada por representantes do governo, do Congresso e do Tribunal de Contas da União (TCU) argumentou junto aos ministros do STF a importância de se "liberar o mais rapidamente possível" as emendas já empenhadas. ***(Andrea Jubé, Caetano Tonet, Julia Lindner, Isadora Peron, Renan Truffi, Fabio Murakawa, Raphael Di Cunto e Estevão Taiar)***

EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO



Alcolumbre: principal candidato à sucessão de Pacheco, presidente da CCJ é apontado como gestor das emendas no Senado

Dino envia à PGR relatório sobre orçamento secreto

Flávia Maia
De Brasília

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou na quarta-feira (21) o envio para a Procuradoria-Geral da República (PGR) do relatório elaborado pela comissão técnica com diagnóstico e sugestões para acabar com o orçamento secreto e melhorar a transparência do repasse das emendas parlamentares. Também determinou o envio da lista do Tribunal de Contas da União (TCU) dos processos que versam sobre possíveis irregularidades na execução de recursos das emendas de relator.

A comissão que fez o relatório é composta por representantes do Executivo e de órgãos de controle e foi criada após a decisão de Dino. Entre os pontos apresentados, o relatório sugere que o Executivo migre todo o sistema de pagamento das emendas parlamentares para o sistema Transfere.gov, no intuito de ampliar o rastreamento dos recursos. Assim, a Controladoria-Geral da União (CGU) e o TCU poderão acessar em tempo real todos os dados.

Na visão dos membros da comissão, a mudança resolveria um dos pontos sensíveis de rastreamento, que são as transferências fundo a fundo das emendas de relator (RP9). Ou seja, quando os recursos públicos saem do fundo da União por indicação individual de parlamentares e se perdem em fundos municipais. A proposta é que fique claro quem indicou, qual o valor a ser pago e para onde vai o dinheiro repassado.

As emendas de relator foram extintas em 2022, mas ainda há recursos sob a rubrica que não foram executados, por isso a preocupação com aumentar a transparência.

Outra sugestão é a continuidade de convênios financiados por emendas de comissão ou relator que estejam com obras iniciadas ou sejam destinadas a entes federativos em situação de calamidade reconhecida pelo Poder Executivo. Os novos empenhos, por outro lado, só devem ser feitos pelo Executivo quando houver informações completas sobre as indicações dos solicitantes ou apoiadores da emenda de comissão. O documento sugere ainda que seja solicitado ao Poder Legislativo o envio de informações disponíveis para a identificação dos parlamentares em banco de dados estruturado, para que o Executivo possa dar transparência e rastreabilidade.

A comissão foi criada para responder questões como quais dados existem e que tipo de informação está disponível ao público. Além de representantes da CGU e do TCU, compõem o grupo equipes da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), e Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). O colegiado é presidido por Guilherme Resende, economista da presidência do STF.

Na terça-feira (20) representantes dos três Poderes anunciaram diretrizes que devem guiar os repasses das emendas parlamentares. Pelo acordo firmado após quatro horas de reunião a portas fechadas no Supremo, as emendas serão mantidas, mas com novos critérios – as regras devem ser ajustadas em 10 dias. Por enquanto, as liminares de Flávio Dino, que suspenderam as emendas, continuam válidas, até que o ministro se manifeste.

INÊS 249

Congresso Efeito retroativo das mudanças contempla ‘ex-mandatários por fatos pretéritos’ e pode beneficiar Bolsonaro e Eduardo Cunha

CCJ do Senado aprova projeto que reduz prazo de inelegibilidade

Julia Lindner, Caetano Tonet e Flávia Maia
De Brasília

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou nessa quarta-feira (21) um projeto de lei complementar (PLP) que, na prática, diminui o período de inelegibilidade para condenados por crimes comuns ou políticos cassados. O texto deixa claro que as alterações têm efeito imediato e caráter retroativo, que contemplam "ex-mandatários por fatos pretéritos". A matéria, na visão de especialistas, poderia beneficiar nomes como o do ex-presidente Jair Bolsonaro e o do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha em 2026, além de representar um retrocesso em relação à Lei da Ficha Limpa.

Por acordo, sem que houvesse objeções, os parlamentares aprovaram um requerimento para que o projeto tramite com urgência no plenário da Casa.

A matéria flexibiliza as regras de inelegibilidade vigentes. O início do prazo para o impedimento, fixado em oito anos, passará a ser contado, a depender do caso, a partir da data de saída do cargo, da decisão que gerar a perda do mandato, da data da eleição na qual ocorreu a prática abusiva ou da data da condenação por órgão colegiado.

Hoje, o político cassado pode ficar inelegível pelo período restante do mandato que ele ocupava e por mais oito anos após essa etapa. Em outros casos, para aqueles que não ocupam cargo público, o prazo só passa a contar após o trânsito em julgado dos processos, algo que os parlamentares buscam agora impedir.

Além disso, o PLP fixa um teto de 12 anos para a inelegibilidade. O intuito é evitar que políticos acumulem impedimentos, inclusive para casos em curso.

A matéria prevê ainda mudanças para a aplicação da lei. No caso de inelegibilidade por abuso de poder econômico ou político, o PLP prevê que somente haverá sanção de inelegibilidade no caso de "comportamento grave apto a implicar a cassação do mandato". O trecho poderia beneficiar Bolsonaro, que foi condenado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2023, justamente por abuso de poder político.

> Projeto pode "enfraquecer" a Lei da Ficha Limpa
> *Davi Tangerino*

Um dos idealizadores da Lei da Ficha Limpa, o advogado Márlon Reis considera que a redação usa "um jogo de palavras" suficiente para a Justiça Eleitoral entender que "quem não poderia ser cassado não pode ser condenado". No caso de Bolsonaro, a ação e posterior condenação ocorreu após ele ter sido derrotado no pleito de 2022. Ou seja, sem cassação.

Para Jamile Kuntz, servidora da Justiça Eleitoral e membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), no entanto, o texto não altera a situação de Bolsonaro. Ela explica que o entendimento do TSE de que o ex-presidente praticou abuso de poder configura grave conduta ficará mantido.

Kuntz ressalta que o PLP preserva trecho da lei vigente que prevê que "para a configuração do ato abusivo, não será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, mas apenas a gravidade das circunstâncias que o caracterizem".

Outra alteração do projeto é a exigência da comprovação de dolo (quando há intenção) para a caracterização de inelegibilidade por improbidade administrativa, não bastando a "voluntariedade do agente".


ROQUE DE SÁ/AGÊNCIA SENADO

Weverton Rocha: "É hipocrisia falar em prisão, em pena perpétua para quem cometeu algum tipo de erro no Brasil"

Ao defender a aprovação do texto, o relator afirmou que o projeto corrige "distorções" da Ficha Limpa. Weverton chegou a fazer uma comparação de que um assassino supostamente consegue ser ressocializado antes de um político voltar a ter chance de disputar novas eleições. Na visão dele, "erros técnicos" de gestores condenados podem resultar em sua "morte cívica e política".

"Isso não dá! É hipocrisia a gente falar em prisão, em pena perpétua para quem cometeu algum tipo de erro no Brasil. Se cometeu o erro, que se corrija e pague por ele, mas não dá para perpetuar. Isso é inacreditável! Nós estamos fazendo hoje uma grande injustiça", acrescentou.

Weverton negou que o intuito do projeto seja "facilitar a volta ou a vinda de pessoas que são fichas-sujas para fazer política".

O relator também alegou que há casos de ex-prefeitos que ficam 14 anos na Justiça respondendo a processos que não transitaram em julgado. "Um dia, quando, no tribunal, transitar e julgar o processo, ele [político] vai começar a cumprir uma pena de oito anos. É inacreditável."

Na mesma linha, o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União-AP), elogiou o avanço da proposta. "Nós não temos poucos casos concretos no Brasil em que a pessoa fica 10, 20, 30 anos condenada sem poder exercer a atividade política e isso, talvez, esteja tirando da política muitos homens e mulheres que gostariam de colaborar", afirmou Alcolumbre.

A proposta, que tem como uma das autoras a deputada Dani Cunha (União-SP), também tem potencial de beneficiar o pai da parlamentar e ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, cassado em 2016. Com as novas regras, ele poderia retornar às urnas já no pleito de 2026.

Pela regra atual, o prazo de inelegibilidade no caso de Cunha começou em 2019, quando terminou o mandato de deputado do qual ele foi afastado. Portanto, ele só poderia voltar à vida pública a partir de 2027.

Na visão da eleitoralista Marilda Silveira, a ideia do projeto "é acabar com aqueles prazos absurdos de inelegibilidade que podem chegar a décadas". No entanto, Silveira lembra que as regras não valerão para as eleições municipais de 2024 em função do princípio da anualidade eleitoral, ou seja, não é possível mudar regras eleitorais a menos de um ano das eleições.

O advogado Davi Tangerino, sócio do Davi Tangerino Advogados e professor da UERJ, considera que o PLP pode "enfraquecer" a Lei da Ficha Limpa. "Você vai colocar no mesmo balaio quem teve duas condenações de quem teve 50. Não parece plausível."

Supremo vai apurar vazamento de mensagens de assessores de Moraes

Isadora Peron e Flávia Maia
De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) abriu um inquérito para apurar o vazamento de mensagens trocadas por assessores do ministro Alexandre de Moraes na Corte e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O próprio ministro será o relator do caso.

Na semana passada, o jornal "Folha de S.Paulo" começou a publicar reportagens que afirmam que o gabinete de Moraes no Supremo teria usado a Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação, do TSE, fora do rito formal para levantar informações sobre pessoas investigadas em inquéritos que miram aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Como uma das primeiras diligências, o ex-chefe do órgão eleitoral Eduardo Tagliaferro será ouvido pela Polícia Federal (PF) nesta quinta-feira (22), em São Paulo. A mulher e o cunhado dele também foram convocados a prestar depoimento.

Tagliaferro foi demitido do TSE no dia 9 de maio de 2023, depois de ser preso acusado de violência doméstica e disparo de arma de fogo. O celular dele teria sido entregue à Polícia Civil de São Paulo.

Segundo o **Valor** apurou, Moraes determinou a abertura do inquérito com base em notícias da imprensa que levantam a suspeita do envolvimento da polícia paulista no vazamento. A deputada Carla Zambelli (PL-SP) também é citada. A hipótese é que as informações foram tornadas públicas com o objetivo de obstruir a Justiça.

Após o caso vir à tona, parlamentares da oposição, ligados a Bolsonaro, passaram a defender o impeachment de Moraes e acusar o ministro de perseguição. Representantes dos três Poderes, no entanto, saíram em defesa do magistrado.

Na semana passada, o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, fez um discurso na abertura da sessão plenária para defender o colega. Em sua fala, ele apontou que os ministros do TSE têm poder de polícia para atuar. "O TSE tem o dever jurídico de atuar sempre que exista a circulação de alguma desinformação que ofereça risco ao processo eleitoral ou ao processo democrático. A ideia de que foram iniciativas tomadas à margem da lei é completamente equivocada. É uma desinformação jurídica."


FOTÓGRAFO

Alexandre de Moraes: o próprio ministro será o relator do caso na Corte

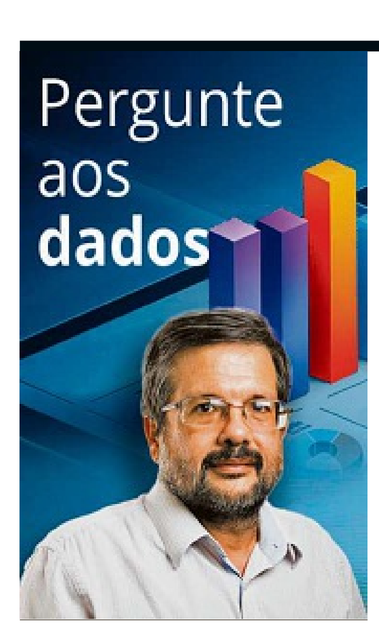
O presidente do STF também disse que não se poderia esquecer o contexto em que os procedimentos foram adotados por Moraes, para que não houvesse "um revisionismo histórico", abstraindo que havia risco grave para a democracia, especialmente após a derrota de Bolsonaro nas urnas.

Durante a sessão, o próprio Moraes defendeu a sua atuação tanto no Supremo como na presidência do TSE, cargo que ocupou entre agosto de 2022 e junho deste ano. "Nenhuma das matérias preocupa meu gabinete, me preocupa, ou a lisura dos procedimentos", afirmou.

O ministro também apontou que seria "esquizofrênico" ele, que ocupava ao mesmo tempo os dois cargos, se "auto-oficiar". Na ocasião, o ministro disse ainda que não tinha "nada a esconder". "Lamento que interpretações falsas, errôneas — de boa ou má-fé — acabem produzindo o que nós precisamos combater nesse país, que são notícias fraudulentas."

O advogado Eduardo Kuntz, que representa Tagliaferro, disse que enviou um ofício ao STF para ter "acesso total e irrestrito aos elementos de informação", mas que ainda não havia conseguido acesso aos autos.

Em nota, a Polícia Civil afirmou que instaurou um procedimento na corregedoria da instituição para apurar eventual envolvimento de um agente da corporação no vazamento de informações citadas pelas reportagens. Procurada, a assessoria da deputada Carla Zambelli não se manifestou.



César Felício

Eleições municipais têm a menor quantidade de candidatos desde 2008

A eleição de 2024 terá menos candidatos a vereador e prefeito do que as de 2012, 2016 e 2020, e o nível de competição, ou seja, o número de candidatos por vaga, também será menor. São 2,7 nomes por vaga de prefeito e 8 por vaga de vereador na média nacional, de acordo com o dado finalizado dos registros no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No Piauí, a média cai para 2,1 para prefeito e 3,67 para vereador. A maior competição está no Rio de Janeiro, tanto para prefeito (4,11 por vaga) quanto para vereador (13,74).

No total, 457,2 mil irão participar das eleições, cerca de 100 mil a menos do que em 2020; 40 mil a menos do que em 201 e 25 mil a menos que em 2012.

A tendência não surpreende políticos e especialistas, mas a intensidade, sim. Uma razão é lembrada: a mudança na regra eleitoral em 2017, que proibiu a coligação proporcional e criou uma cláusula de barreira , que sobe gradativamente. "Ficou difícil fazer chapa. Você tem que atingir o quociente, e o número de partidos diminuiu", comentou o presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira.

A fórmula para eleição proporcional no Brasil é complexa e envolve dois quocientes. O quociente eleitoral divide a quantidade de votos válidos para um cargo pelo número de vagas abertas. Um candidato só é eleito se tiver pelo menos 10% do quociente. Mas o número de cadeiras que um partido terá em um casa legislativa é definido pelo quociente partidário, calculado pela divisão dos votos válidos por partido pelo quociente eleitoral.

Até 2017 partidos formavam amplas coligações proporcionais, os chamados "chapões". Também não havia mecanismos de cláusula de barreira, como há atualmente. Um partido, para ter acesso aos fundos públicos, precisa obter no mínimo 2% dos votos, e esse percentual subirá para 2,5% em 2026. Há portanto uma tendência natural de redução do número de partidos. Siglas que preveem dificuldades de se manter nessa cláusula podem fazer uma federação partidária, ou seja uma coligação permanente, uniforme em todo o Brasil, com regras próprias, homologadas na Justiça Federal e válidas por pelo menos quatro anos. Já fizeram esse casamento o PCdoB e o PV com o PT; o Cidadania com o PSDB e o Rede com o Psol.

"Entre 1985 e 2016 tivemos uma expansão partidária, e agora estamos vivendo uma contração. Entramos em um tubo, o sistema vai se fechar", prevê Jairo Nicolau, pesquisador da FGV do Rio de Janeiro. Nicolau projeta algumas consequências futuras do enxugamento partidário: "Vai haver muita Câmara de Vereador com um ou dois partidos. provavelmente isso vai redundar em bancadas maiores no Congresso, acima de 100 deputados por sigla, o que tende a concentrar mais o financiamento público para os pleitos seguintes. A reeleição tende a subir . A renovação vai cair. O espaço para outsiders e aventureiros ficará bem mais restritos.

Vinicius Alves, cientista político do Ipespe, destaca que a maior redução de candidaturas se deu entre os partidos pequenos que se federaram. . "O custo de entrada nas disputas eleitorais ficou alto", disse Alves, em sentido figurado, mas que pode ser tomado também na literalidade. Com a proibição do financiamento de candidatos por empresas desde a eleição de 2016, quem pretende concorrer a um cargo eletivo depende do próprio bolso ou de repasses de recursos dos partidos , que são distribuídos para todo o país. Um dirigente pensa duas vezes antes de financiar candidatos de competitividade manifesta.

"Os municípios pequenos vão ficar a pão e água. Se um partido quer sobreviver à cláusula de barreira, por que vai permitir candidaturas em colégios eleitorais que não favorecem a formação de bancadas na eleição seguinte?", comenta Nicolau.

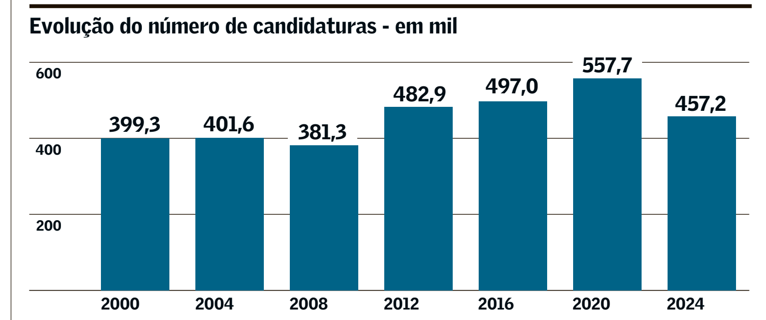
Esse cálculo explica as diferenças regionais. O Rio de Janeiro tem mais competitividade porque os municípios são mais populosos e com área territorial menor. Já no Piauí predominam municípios muito pequenos, com área grande.

Essa redução da competitividade não é uniforme no Brasil. Vigora com mais força nas pequenas cidades. Segundo levantamento da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) divulgado na terça-feira (20) , em 214 cidades haverá candidato único, a maioria deles no Rio Grande do Sul, palco da catástrofe climática de maio. 43 municípios gaúchos não terão competição para prefeito. É o mais que o dobro do total registrado em 2020, quando foram 106, de acordo com levantamento do Instituto de Pesquisa em Reputação e Imagem (IPRI), da FSB. Em 2016, foram apenas 95 nessa situação. O maior pico nos últimos 24 anos havia sido em 2000, quando foram 137 com apenas um candidato.

Nas capitais e nos grandes centros, pelo contrário, tem havido uma fragmentação da eleição, com um maior número de candidatos que conseguem acima de 5% dos votos válidos. Em São Paulo, por exemplo, foram seis acima deste patamar em 2020. Em 2012 e 2016 foram quatro. Este ano, segundo o relatório do Ipespe produzido em julho, às portas das convenções, a corrida eleitoral em Belo Horizonte começou com seis candidatos com competitividade: Mauro Tramonte (Republicanos), Rogério Correia (PT), Bruno Engler (PL), Fuad Noman (PSD), Duda Salabert (PDT) e Gabriel Azevedo (MDB). A fragmentação também acontece em Fortaleza , onde disputam de maneira competitiva Capitão Wagner (União Brasil), André Fernandes (PL), José Sarto (PDT) e Evandro Leitão (PT). A média de candidatos a prefeito no Ceará é 2,63 por vaga e em Minas Gerais, 2,74.

O sistema se fecha

Restrições legais levam partidos a lançarem menos candidatos



Nível de competição na eleição municipal

	Candidatos a prefeito por vaga	Candidatos a vereador por vaga
Acre	2,91	8,95
Alagoas	2,54	4,82
Amapá	3,44	8,45
Bahia	2,73	7,05
Ceará	2,63	5,51
Espírito Santo	3,54	10,51
Goiás	2,59	7,23
Maranhão	2,91	6,33
Minas Gerais	2,74	7,95
Mato Grosso do Sul	2,94	8,01
Mato Grosso	2,58	7,12
Pará	3,24	9,31
Paraíba	2,34	4,11
Pernambuco	2,8	6,89
Piauí	2,19	3,67
Paraná	2,85	8
Rondônia	3,21	8,4
Roraima	2,93	7,64
Rio Grande do Norte	2,31	4,12
Rio Grande do Sul	2,43	5,36
Santa Catarina	2,83	6,07
Sergipe	2,84	6,24
Tocantins	2,33	4,89
Rio de Janeiro	4,11	13,74
São Paulo	3,19	10,37
Amazonas	3,38	10,08
BRASIL	2,77	7,29

Fonte: TSE

César Felício é repórter especial de Política em Brasília
E-mail cesar.felicio@valor.com.br

Eleições Pesquisa mostra crescimento de rival no eleitorado de Bolsonaro e de Tarcísio, os principais cabos eleitorais do prefeito

Pressionado, Nunes tenta conter alta de Marçal à direita

Lucas Ferraz e Cristiane Agostine
De São Paulo

Com o avanço do candidato do PRTB à Prefeitura de São Paulo, Pablo Marçal, sobre o eleitorado de direita, a campanha do prefeito e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), vive um momento de crise que passa pela reavaliação da estratégia eleitoral e da relação com o bolsonarismo.

A mais recente pesquisa AtlasIntel para a prefeitura paulistana, divulgada nessa quarta (21), indica um avanço do candidato-influencer do PRTB sobre o eleitorado que votou no ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e no governador do Estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos) em 2022. Marçal tem mais intenção de voto sobre essa fatia do eleitorado do que Nunes, que conta com a declaração de apoio da dupla à sua candidatura.

Em junho, Nunes contava com 53,5% das intenções de voto dos que votaram no ex-presidente e Marçal tinha 26,9%. O levantamento divulgado ontem mostra o influencer numericamente à frente, com 41,8% contra 38,6%.

O avanço de Marçal sobre os apoiadores de Tarcísio foi ainda maior. Em junho, o prefeito tinha o dobro das intenções de voto desse eleitorado em relação a Marçal: 51,5% ante 25,6%. No levantamento mais recente, Marçal tem 47,2% das intenções de voto daqueles que declararam ter escolhido Tarcísio, enquanto o prefeito registrou 39,5%.

Pressionado a adotar bandeiras do bolsonarismo, o prefeito está diante de uma decisão difícil no início do próximo mês, o que deve ser decisivo para o futuro da relação dele com a extrema-direita: se o prefeito estará presente ou não no ato organizado pelo pastor Silas Malafaia, no 7 de Setembro, que terá como tônica o pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Apesar de ter sido aconselhado por integrantes de seu partido a não ir a uma manifestação contra Moraes, Nunes ainda avalia a participação. Ele tem evitado cravar se irá ou não ao ato, que deverá contar com a presença de Bolsonaro. Nessa quarta, o prefeito disse que "gostaria" de participar e ressaltou não temer ser vaiado por bolsonaristas, dando a entender que encaixaria sua agenda no Dia da Independência.

O prefeito não informou quando pretende fazer uma agenda de campanha com Bolsonaro na capital paulista. O ex-presidente está no Estado, em um giro por seis cidades do interior (São José do Rio Preto, Jaboticabal, Sertãozinho, Franca, Olímpia e Barretos) e não há previsão de vir para a cidade de São Paulo. O coronel da reserva da Polícia Militar de São Paulo, Ricardo Mello Araújo (PL), candidato a vice de Nunes e que tem tido pouco espaço nos atos de campanha até aqui, acompanha a comitiva.

A crise na campanha chegou ao ponto de fogo-amigo contra o marqueteiro Duda Lima, o mesmo que atuou na campanha à reeleição derrotada de Bolsonaro de 2022 e que assumiu o posto na atual disputa em São Paulo por indicação do PL. Lima é um nome de confiança de Valdemar Costa Neto, presidente da legenda.

Houve até uma tentativa de intervenção do governador Tarcísio de Freitas na condução da campanha. Emprestando seu capital político ao atual prefeito, ele também tem demonstrado preocupação com o crescimento de Marçal no eleitorado da direita. O governador teve papel central na escolha de Mello Araújo, que sofreu grande resistência por parte dos partidos (12, no total) que integram a coligação do prefeito, atuando diretamente para o anúncio de seu nome, em junho.

Uma das propostas do governador foi a participação do marqueteiro Pablo Nobel na campanha de Nunes, como uma espécie de conselheiro de Duda Lima. Nobel atuou na eleição de Tarcísio para o governo do Estado, em 2022, e entre janeiro e abril deste ano cuidou do marketing da também candidata Tabata Amaral (PSB). Segundo apurou o **Valor**, o distanciamento da candidata teria ocorrido a pedido do próprio governador.

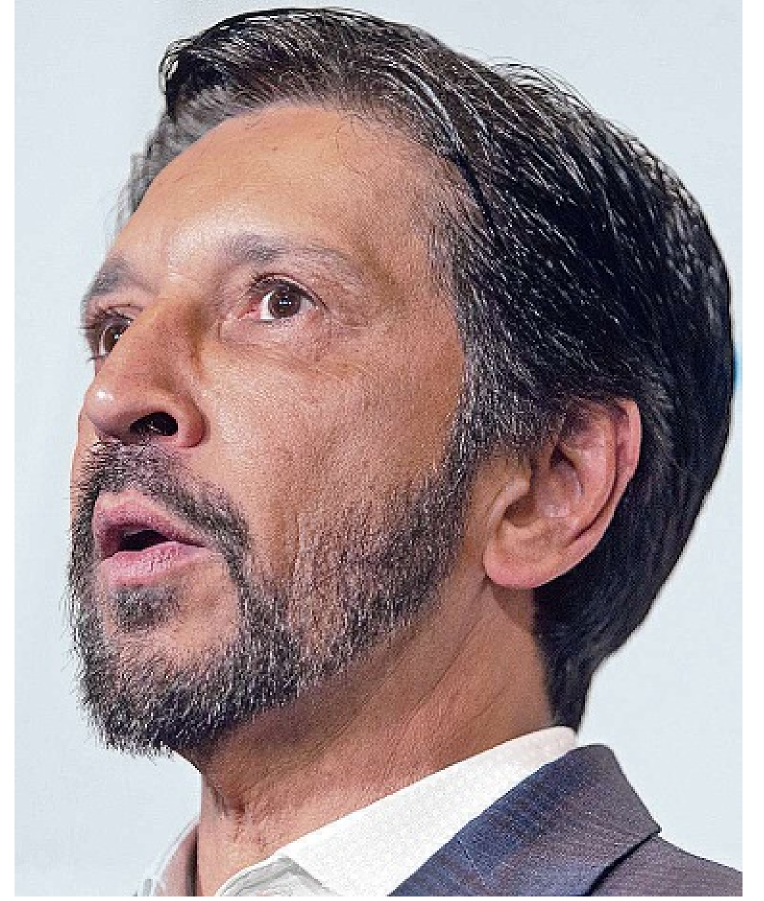
> "Gostaria de estar presente [no 7 de setembro bolsonarista]"
> *Ricardo Nunes*

Coordenador da campanha de Nunes, o deputado federal Baleia Rossi (SP), que também preside o MDB, afirmou que Nobel tem colaborado e conversado com Duda Lima, algo que, segundo ele, não é novo. "Tarcísio confia muito nele [Pablo Nobel]. É alguém que tem colaborado com ideias", ressaltou o deputado.

Duda Lima, via assessores, confirmou a "proximidade" e a "colaboração informal". O entorno de Nobel confirma que ele foi procurado, mas nega a colaboração, alegando que ele está envolvido em outras campanhas pelo país.

Nos bastidores do esvaziado debate organizado esta semana pela revista "Veja", que teve a ausência de Nunes — e também de Boulos e de Datena —, o advogado Fábio Wajngarten, que foi chefe da Secretaria de Comunicação Social do governo Bolsonaro, reclamava abertamente da atuação de Lima.

Encarnando a defesa do bolsonarismo, Wajngarten citava o episódio do vídeo gravado por Nunes em apoio à candidata a vereadora Joice Hasselmann, ex-deputada que rompeu com o clã Bolsonaro. O vídeo gerou mal-estar, a ponto do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) vir a público para criticar Nunes. Wajngarten criticou o marqueteiro pela divulgação do vídeo, poupando o prefeito, que disse não ter controle sobre "essas coisas".


MARIA ISABEL OLIVEIRA/AGÊNCIA O GLOBO — 14/8/2024
Nunes sofre pressão do bolsonarismo diante do crescimento de Marçal

O próprio Bolsonaro afirmou que o prefeito não era o "candidato dos sonhos", além de ter elogiado Marçal. Dias depois, contudo, o ex-presidente gravou um vídeo reafirmando o voto em Nunes.

Ainda na semana passada, Tarcísio articulou um encontro entre Duda Lima e Ricardo Nunes com o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), com o objetivo de discutir a estratégia eleitoral. A presença do jovem parlamentar tinha o objetivo de ajudar na estratégia digital, considerado um ponto fraco do prefeito, universo onde Nikolas é muito bem-sucedido — tem número de seguidores no Instagram à altura de Pablo Marçal.

A crítica à campanha de Nunes, em especial dos bolsonaristas, diz respeito à "falta de identidade" do candidato à reeleição. Ao se esforçar para se apresentar ao eleitorado como um político moderado, ele se distancia de pautas e temas do bolsonarismo, o que desagrada os expoentes desse campo político.

Não à toa o rival Pablo Marçal tem usado o ex-governador João Doria para compará-lo a Nunes e à sua relação com Bolsonaro: abraçou o político quando conveniente, para depois abandoná-lo.

Outro ponto citado como razão das dificuldades do prefeito é a falta de uma marca própria na comunicação, com a campanha marcada pela "entrega de obras", aspecto que, segundo marqueteiros eleitorais, tradicionalmente gera pouco engajamento.

Briga de Castro e Paes antecipa 2026

Camila Zarur
Do Rio

A briga entre o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), e o prefeito da capital fluminense, Eduardo Paes (PSD), tem a eleição de 2020 como pano de fundo e antecipa o pleito de 2026. É o que afirmam fontes próximas dos dois chefes de Executivo ouvidos pelo **Valor**.

No último domingo (18), Castro subiu o tom contra Paes chamando-o, pelas redes sociais, de "nervosinho" e "traidor". Foi a sequência de uma reação do governador que já se desenrolava nos bastidores às falas do prefeito, candidato à reeleição, no primeiro debate deste processo eleitoral.

Na ocasião, Paes jogou a culpa da falta de segurança no Rio no ocupante do Palácio Guanabara, responsável pelos comandos das polícias Militar e Civil. Segundo aliados de Castro, ele foi pego de surpresa pela postura do prefeito.

O governador não esperava entrar na mira de Paes, sobretudo pela boa relação que eles tinham desde 2022. Na época, segundo interlocutores ligados a ambos, os dois atuaram juntos para enfraquecer a candidatura de Marcelo Freixo (PT), então candidato do PSB ao governo estadual. Mesmo estando em lados opostos daquela disputa, eles tinham objetivos semelhantes: Castro tentava a reeleição, e o prefeito queria deixar o caminho aberto para um possível candidatura sua ao Guanabara (o que poderia ser atrapalhada com a eleição de alguém que pudesse ser reconduzido ao cargo em 2026).

Na visão de aliados do governador, ele foi "inocente" e "ingênuo" ao se deixar levar pelo jeito cativante de Paes e acreditar que o prefeito o deixaria passar imune no pleito deste ano. Nesse sentido, as fontes afirmam que a reação de Castro no domingo, apesar de ter passado a muitas mãos de assessores e conselheiros, foi também uma manifestação de um incômodo pessoal dele com o alcaide.

Essa insatisfação também foi o que fez Castro ameaçar os partidos que hoje integram a base do governo e estão na coligação de Paes. É o caso do Solidariedade e do Podemos, que saíram em defesa do governador. A pressão, no entanto, foi vista também como algo feito da boca para fora já que, pela baixa popularidade e por ser alvo de investigações e processos eleitorais, Castro não está numa posição confortável para abrir mão de alianças partidárias.

Já pelo lado de Paes, ao colocar Castro no centro do debate sobre segurança pública e colá-lo em Ramagem, o prefeito coloca em prática duas táticas. A primeira é a vacina que sua campanha encontrou para se esquivar das críticas feitas à gestão municipal sobre a violência na cidade. A outra é ligar o bolsonarista ao governador, que vive um momento de baixa popularidade e não é visto, nem por pesquisas nem pela classe política, como um bom cabo eleitoral.

Além disso, aliados de Paes apontam ainda que, ao criticar Castro, o prefeito também delimita um terreno para eventual candidatura ao Estado — embora venha negando publicamente que deixe o cargo em 2026 caso seja reeleito. Na avaliação de interlocutores, o recado indireto que Paes deu é que o problema da segurança não afeta só a capital fluminense, mas as demais cidades do Rio. Mesmo que Castro não seja o candidato na próxima eleição, é uma mensagem crítica para o postulante que estiver no seu palanque.

> Aliados dizem que governador confiava em boa relação com prefeito e foi pego de surpresa por críticas

Da mesma forma, o governador também mirou no próximo pleito com sua reação. Segundo uma fonte próxima, o chefe do Palácio Guanabara vem se sentindo "sem lugar" e, por isso, cava espaço no grupo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Castro não é um bolsonarista raiz; na verdade, está longe disso, ele sofre uma forte resistência entre os aliados do ex-mandatário por ficar muito em cima do muro e só se aproximar por conveniência.

Para 2026, Castro pretende se lançar ao Senado. Porém, a disputa para ver quem será o candidato à Casa Alta será concorrida. São duas vagas em jogo e ambas do PL: a de Flávio Bolsonaro e de Carlos Portinho. O plano do ex-presidente é manter as duas cadeiras com pessoas alinhadas ao bolsonarismo. Assim, o governador, sem possibilidade de migrar para um polo mais à esquerda e sem capacidade de montar uma força de centro ou centro-direita, tenta se mostrar um nome possível ao posto.

PSDB expulsa tucano contrário a Datena em SP

De São Paulo

O PSDB expulsou o ex-presidente do diretório paulistano Fernando Alfredo, que tentou impedir a candidatura do apresentador José Luiz Datena (PSDB) e lidera um movimento em apoio à candidatura à reeleição do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB).

A decisão foi tomada pelo diretório municipal do partido, comandado pelo ex-senador José Aníbal, vice na chapa de Datena. O comando nacional do PSDB ratificou na quarta-feira (21) a expulsão. Além de tumultuar a convenção do partido para oficializar Datena e apoiar Nunes, Alfredo pediu a impugnação da candidatura do apresentador.

O partido afirmou que Alfredo desrespeitou diferentes disposições estatutárias. "A comissão considerou que a conduta de Alfredo violou os princípios de democracia interna do PSDB ao tentar obstruir convenção partidária, comprometeu a autonomia do partido e da federação formada com o Cidadania, além de adotar, repetidamente, posturas que violam a ética, a disciplina e a fidelidade partidária, como propagar desinformação com o objetivo de tumultuar as ações do partido e manifestações homofóbicas contra o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite", afirmou o diretório paulistano, em nota.

O ex-dirigente era próximo do ex-prefeito Bruno Covas, que morreu em 2021, e liderava o movimento "tucanos com Ricardo Nunes", que levou militantes para a convenção do MDB e atos de campanha do prefeito. A esposa de Alfredo trabalha na atual gestão do prefeito e tem um salário de R$ 17 mil.

Alfredo vinculou sua expulsão a Datena e atacou o candidato. "Tal qual nas Escrituras Bíblicas, quando a cabeça de João Batista foi oferecida a Salomé, minha expulsão é a oferenda exigida por Datena, o biruta de heliponto da política, que almeja o poder para proveito próprio, para seus prazeres mundanos do ego e da infâmia", disse o ex-dirigente, em nota. O ex-tucano citou Mário Covas, Franco Montoro e Bruno Covas e disse que "fazer política é servir as pessoas e não se servir delas". *(CA)*

Curtas

Tocantins 1
O governador do Tocantins, Wanderlei Barbosa (Republicanos), foi alvo de uma operação da Polícia Federal (PF) nesta quarta-feira (21), sob a suspeita de envolvimento em desvios de recursos durante a pandemia de covid-19. Também foram alvos de mandados de busca e apreensão a primeira-dama, Karynne Sotero, e os filhos do governador, entre eles o deputado estadual Léo Barbosa (Republicanos). A PF apreendeu na casa e no gabinete de Barbosa, R$ 67,7 mil em dinheiro em espécie: R$ 35,5 mil, € 80 e US$ 1,1 mil. Já no gabinete de Barbosa foram encontrados R$ 32,2 mil e centenas de boletos de contas pagos em lotéricas, tanto do governador, quanto de terceiros.

Tocantins 2
A operação foi autorizada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ao todo, foram cumpridos 42 mandados de busca e apreensão em Tocantins e outras medidas cautelares patrimoniais. Segundo a PF, a Operação Fames-19 teve como objetivo aprofundar investigações relacionadas ao desvio de recursos públicos utilizados para o pagamento a empresas contratadas para o fornecimento de cestas básicas durante a pandemia.

Tocantins 3
As investigações, que tramitam em sigilo, apontaram indícios da existência de um esquema montado entre os anos de 2020 e 2021. Nessa época, Barbosa era vice-governador de Tocantins. A suspeita é que as empresas contratadas para o fornecimento de cestas básicas receberam a totalidade do valor contratado, mas acabaram entregando apenas metade do produto.

Tocantins 4
Em nota, o governador afirmou que recebeu com "surpresa" a operação, mas que estava tranquilo "sobretudo porque na época dos fatos era vice-governador e não era ordenador de nenhuma despesa relacionada ao programa de cestas básicas no período da pandemia". A primeira-dama, por sua vez, disse que recebeu com "espanto e perplexidade" a notícia de que foi alvo da operação, já que não faz parte do processo investigatório e sequer é citada. A nota do filho do governador foi no mesmo sentido e diz ter "certeza que no transcorrer do processo isso ficará provado": "Nunca imaginei que uma modalidade de consórcio informal de R$ 5 mil, do qual eu fazia parte com outras 11 pessoas, poderia gerar tamanho transtorno e embaraço jurídico", disse o deputado estadual.

Operação Defesa
A Polícia Federal (PF) deflagrou, na quarta-feira (21), a Operação Defesa para combater associação criminosa que incitava a prática de crimes contra os poderes institucionais do país através de aplicativos de mensagens instantâneas e redes sociais. Foram cumpridos quatro mandados de busca e apreensão, expedidos pela Justiça Federal, contra empresários e influenciadores digitais residentes em Santarém, no Pará.

Eleição nos EUA Entre os que não se definiram por nenhum candidato, Estado é o que distribui o maior número de delegados ao Colégio Eleitoral

Caminho mais claro para a Casa Branca passa pela Pensilvânia

Luiza Palermo
De São Paulo

A chegada de Kamala Harris à corrida pela Casa Branca revigorou uma disputa que não animava um eleitorado frustrado com a escolha entre Donald Trump e Joe Biden. Agora, com o cenário eleitoral transformado, as campanhas de Kamala e Trump buscam caminhos para uma vitória que se prevê apertada — e para a qual a conquista da Pensilvânia é o caminho que consideram mais seguro.

Levando-se em conta que os Estados que historicamente se inclinam claramente para um dos dois partidos, Kamala já teria 226 votos no Colégio Eleitoral — que em última instância definirá o novo presidente — e Trump, 219.

Para alcançar os 270 votos eleitorais necessários para vencer, os candidatos se concentrarão na conquista dos delegados nos Estados-chave, aqueles que podem pender para qualquer um dos lados. São eles Pensilvânia, Arizona, Geórgia, Michigan, Nevada, Carolina do Norte e Wisconsin — um total de 93 votos eleitorais.

"A disputa será muito apertada e, no final das contas, dependerá dos esforços de mobilização de cada partido nesses Estados", afirma Michael Traugott, professor de ciência política na Universidade de Michigan.

Como a Pensilvânia, em particular, representa o maior número de votos eleitorais — 19 — entre esses Estados, ela se tornou crítica para o caminho de qualquer um dos candidatos para a vitória em 5 de novembro.

Segundo a média das pesquisas nacionais realizada pelo site Real Clear Politics, Trump tem 47,7% das intenções de voto no Estado, contra 47,5% de Kamala.

"O candidato que perder a Pensilvânia terá um caminho para a vitória consideravelmente mais estreito", diz Andy Crosby, cientista político e especialista em pesquisas eleitorais da Universidade da Califórnia. "Esses 19 votos representam quase o total combinado de votos eleitorais de Arizona e Wisconsin (21)."

As principais questões que impactam a eleição na Pensilvânia são emprego, imigração, segurança e, especialmente, a inflação. A região foi o Estado americano que sofreu o maior aumento nos preços de alimentos no ano passado, de 8,2%, segundo um levantamento da Consumer Affair.

"É necessário entender que a Pensilvânia é um Estado com duas grandes cidades liberais em cada extremidade (Filadélfia e Pittsburgh), cada uma com grandes populações minoritárias", diz Alexander Keyssar, professor de história e ciências políticas na Universidade Harvard. "Enquanto isso, no meio, há pequenas cidades, áreas rurais e comunidades mineradoras e industriais em declínio."

Os democratas têm certa vantagem na Pensilvânia. Biden venceu lá por mais de 80 mil votos em 2020 e o Estado elegeu o candidato democrata em sete das últimas oito eleições presidenciais. A campanha de Kamala também espera contar com o apoio do seu popular governador, Josh Shapiro.

Supondo que Kamala conquiste os delegados da Pensilvânia, ela terá 245 votos eleitorais e alguns caminhos para chegar nos 270. Uma das possibilidades seria primeiro conquistar Michigan (15) e, em seguida, vencer no Arizona (11) ou na Geórgia (16) ou em Wisconsin (10), caso também ganhe no 2º distrito de Nebraska — um dos poucos Estados que possui delegados divididos, além do Maine.

No entanto, os especialistas alertam que Kamala pode encontrar dificuldades em Michigan por conta da população árabe-americana e o alto descontentamento com a conduta do atual governo em relação à guerra em Gaza.

"É possível que muitos árabe-americanos não saiam para votar, o que prejudicará Kamala. Mas isso pode ser compensado por uma grande participação dos afro-americanos em Detroit", explica Ken Kollman, professor de ciência política da Universidade de Michigan.

Do lado republicano, Trump teria mais chances de vitória se, junto com a Pensilvânia, também conquistasse a Geórgia (16). A partir disso, as possibilidades seriam ganhar na Carolina do Norte (16) ou Michigan (15) e Nevada (6) ou Arizona (11) e Wisconsin (10).

Para vencer na Geórgia, o ex-presidente precisa enfrentar as questões que contribuíram para sua derrota para Biden no Estado em 2020, como a grande resistência do grande eleitorado negro local. Além disso, Trump é acusado de tentar fraudar a eleição da Geórgia no ano, ficando manchado por desafios legais na região.

"Embora Trump possa vencer sem a Geórgia e Kamala possa vencer sem Michigan, perder apoio nesses Estados certamente tornaria a eleição muito mais difícil para qualquer um dos candidatos", diz Crosby.

É consenso entre analistas que uma derrota na Pensilvânia obrigaria qualquer candidato a vencer quase todos os Estados-chave restantes para manter suas chances de chegar à Casa Branca.

Como chega à disputa com menos votos "assegurados" nos demais Estados do país, se Trump perder na Pensilvânia, ele terá de buscar os votos de outros colégios para alcançar os 270 votos necessários. Um dos caminhos para vencer seria ganhar a eleição no Arizona (11), Geórgia (16), Michigan (15) e Wisconsin (10). Neste caso, os votos de Nevada (6) não fariam diferença.

No caso de Kamala, se ela ganhasse no Arizona (11), Geórgia (16), Michigan (15) e Wisconsin (10), ela teria 278 votos eleitorais e poderia prescindir da Pensilvânia.

"A saída de Biden pôs mais foco na idade e incoerência de Trump e Kamala se tornou uma visão do futuro, em vez de um retorno ao passado", diz Keyssar, acrescentando que Kamala "definitivamente" ganhará o voto popular, mas o resultado do Colégio Eleitoral é incerto.

O verdadeiro trunfo dos democratas, porém, está no ganho de mobilização de sua base mais aguerrida para levar eleitores às urnas nos Estados decisivos — um fator importante em um país onde o voto não é obrigatório. "Trump enfrenta uma situação mais difícil, principalmente porque Kamala tem a chance de aumentar a participação entre os jovens e as minorias raciais", diz Kollman.

Ao mesmo tempo, a eleição no Colégio Eleitoral vem sendo historicamente uma vantagem para o Partido Republicano, que perdeu o voto popular em sete das últimas oito eleições presidenciais nos EUA, mas conquistou a Casa Branca em três votações dos delegados.

Kamala também ainda precisa se mostrar mais para conquistar os eleitores indecisos menos entusiasmados, sendo a Convenção Nacional Democrata que ocorre nesta semana em Chicago uma boa oportunidade para isso.

"A verdadeira campanha só começa na próxima semana, após o fim de todas as convenções. A campanha de Trump foi organizada para enfrentar Biden, e eles vêm sofrendo para reorientar sua estratégia para enfrentar Kamala, mas ainda há tempo para mudar", afirma Traugott.

O caminho para vitória

Pensilvânia é chave para ambos os candidatos

Kamala Harris
226 votos
270 para ganhar
93 votos em disputa
Donald Trump
219 votos
Wisconsin (10)
Michigan (15)
Nevada (6)
Pensilvânia (19)
Carolina do Norte (16)
Arizona (11)
Geórgia (16)

Kamala e Tim Walz têm chapa formalizada



HANNAH BEIER/BLOOMBERG

A vice-presidente dos EUA, Kamala Harris, e o governador de Minnesota, Tim Walz (foto), foram nomeados ontem, formalmente, candidatos a presidente e a vice nas eleições de novembro. A confirmação ocorreu logo após a chapa ter obtido o número suficiente de votos dos delegados à Convenção Nacional Democrata, em Chicago. Walz seria uma das estrelas, discursando no encerramento do terceiro dia do evento partidário. Antes dele, estava programado para subir ao palco o ex-presidente Bill Clinton, o secretário federal de Transportes, Pete Buttigieg, e a ex-presidente da Câmara, Nancy Pelosi. A convenção se encerra hoje com o discurso de aceitação da indicação de Kamala.

Lado a lado, os Obamas mostram como os EUA mudaram

Análise

Fernanda Godoy
São Paulo

Vinte anos se passaram entre o despontar de Barack Obama na convenção democrata de 2004 e a aparição estelar do casal Obama, Michelle e Barack, ambos agora sessentões, no palco de Chicago na noite desta terça-feira (20). Mais do que a cabeça branca do ex-presidente de dois mandatos (2009-2017), é o protagonismo de Michelle que nos diz que os tempos mudaram, nesta semana de maratona política para entronizar a vice-presidente Kamala Harris, 59 anos, como oponente de Donald Trump, de 78.

"Eu sou a única pessoa estúpida o suficiente para discursar depois de Michelle Obama", disse Barack Obama, considerado o maior orador da política americana no século 21, arrancando risos e, sim, alguma compaixão da plateia que havia entrado em combustão durante a fala de 21 minutos de sua esposa.

Claramente, quem organizou o line up errou na mão, muito embora se saiba que um ex-presidente dos Estados Unidos sempre terá a deferência. Michelle Obama defendeu as virtudes de Kamala Harris da forma que só uma mulher negra poderia fazer, inclusive recorrendo a uma homenagem à sua mãe, Marian Robinson, falecida no último mês de maio, e à mãe de Kamala, que emigrou da Índia aos 19 anos.

"Kamala Harris e eu construímos nossas vidas em cima dos mesmos valores fundamentais. Nossas mães, embora tenham crescido separadas por oceanos, compartilhavam a crença na promessa que este país representa", disse Michelle, referindo-se à possibilidade de prosperar, mas também à responsabilidade de ajudar ao próximo e de "dar mais do que se recebe". "A mãe de Kamala dizia a ela: não fique sentada se queixando, faça alguma coisa!", contou Michelle, cunhando imediatamente um bordão repetido pela plateia.

Michelle anunciou a volta do "poder contagiante da esperança". Em resposta, os milhares de delegados do Partido Democrata gritaram "Yes, she can", uma adaptação do slogan de Barack Obama para Kamala Harris, mas, quem sabe, também para uma futura candidatura de Michelle.



PAUL MORRIS/BLOOMBERG

Barack e Michelle Obama festejam seu sucesso na Convenção Democrata

"Kamala Harris é uma das pessoas mais qualificadas a disputar a Casa Branca em todos os tempos. E uma das mais dignas, um tributo à mãe dela, à minha mãe, e à sua mãe também", disse. "Kamala mostra sua lealdade a este país ao sempre abrir as portas das oportunidades a outros. Ao longo de toda a sua vida, vimos em Kamala Harris a firmeza de sua espinha dorsal, a honestidade de seu exemplo, e, sim, a alegria de sua risada, de seu brilho", definiu a advogada, ativista, produtora de documentários e ex-primeira-dama.

Michelle Obama também atacou o racismo e a misoginia de Donald Trump, com "lugar de fala" só superável pelo da própria candidata, e ainda demonstrou humor afiado.

"Quem vai dizer a ele [Trump] que o emprego que ele está buscando no momento pode ser um desses black jobs?", provocou Michelle, em referência ao fato de Trump ter afirmado que imigrantes da América Latina estariam entrando ilegalmente nos EUA para "roubar" os empregos dos negros, os black jobs, assim nomeados pelo candidato republicano de forma depreciativa.

Os Obamas se apresentaram de novo ao país como "duas pessoas dedicadas ao trabalho, altamente educadas, que também são negras", nas palavras de Michelle, todo um antídoto para as "mentiras racistas e misóginas" que os feriram e, disse ela, já estão sendo dirigidas a Kamala, filha de mãe imigrante indiana e pai jamaicano.

A agressividade na política só aumentou e as divisões internas só se aprofundaram nesses 20 anos desde o histórico discurso em que o jovem (43 anos) senador estadual de Illinois forjou a ideia de que os americanos não vivem nos Estados vermelhos (cor dos republicanos) ou nos Estados azuis (democratas), mas nos Estados Unidos (com friso em unidos) da América.

Muito da fala de Barack e Michelle Obama na noite de terça-feira teve como objetivo redesenhar esse terreno dos valores compartilhados entre americanos, da defesa da democracia e, pura e simplesmente, da decência, da dignidade.

Jogando como uma dupla com funções bem específicas, ela atuou para a plateia, para energizar os já convertidos; ele, para conquistar os indecisos, os recalcitrantes, os arrependidos, os suburbanos (no sentido elitista que a palavra tem nos Estados Unidos, país onde as periferias urbanas ricas abrigam os que preferem uma forma polida de segregação) cujos votos podem ser decisivos nesta eleição.

"A esperança está voltando", afirmou Michelle. Ao menos para a plateia que a ovacionou em Chicago, isso certamente é verdade. Cada um que esteve ali dificilmente esquecerá este apelo: "Faça alguma coisa!"

Sem sinal de recuperação, atividade cai 3,9% em junho na Argentina

Pedro Borg
De São Paulo

A atividade econômica da Argentina voltou a cair em junho após melhora em maio, e fechou o mês em queda de 3,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. A notícia é negativa para o governo, que tinha celebrado o resultado de maio como sinal de que o país começava a superar a crise.

"Os indicadores setoriais já indicavam que junho não tinha sido um bom mês. O trimestre fechou com queda de 1,7% em relação ao período anterior, indicando que a recuperação está um pouco distante de se materializar. No entanto, julho deve ter sido um mês positivo", afirmou o economista argentino Nicolás Alonzo, analista da Orlando J. Ferrerés & Asociados.

Equipes resgatam 5 corpos em iate que naufragou com milionários

Agências internacionais

As equipes que buscam pelos desaparecidos no naufrágio de um iate de luxo na costa da Sicília, na Itália, resgataram ontem cinco corpos dos seis passageiros que estavam desaparecidos. Um deles poderia ser o do empresário britânico do setor de tecnologia Mike Lynch — conhecido como "o Bill Gates do Reino Unido".

Segundo a guarda costeira, os corpos estavam atrás de um colchão em uma das cabines do iate.

Ainda há um desaparecido e 15 sobreviveram ao naufrágio.

Lynch foi absolvido em junho de um processo por fraude nos EUA e a viagem festejava a sentença. Também desapareceram uma testemunha do caso, o presidente do Morgan Stanley, Jonathan Bloomer, e o advogado Chris Morvillo.

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

Governo precisa enfrentar o déficit estrutural crescente

Com a mudança dos regimes fiscais entre o governo de Jair Bolsonaro e o terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, o déficit público se acentuou. Entretanto, é preciso uma visão de longo prazo para saber a direção em que caminham as contas públicas. Foi o que economistas da MCM Consultores fizeram para chegar a uma conclusão preocupante: o déficit fiscal estrutural está crescendo. Isso significa que quando se excluem tanto receitas extraordinárias quanto despesas que não se repetirão, a condição normal dos gastos do Estado hoje é a de superar a arrecadação. (**Valor**, 15 de agosto).

A indicação é que para colocar as finanças públicas em ordem e permitir frear o endividamento - hoje em alta moderada, com tendência de aceleração -, será preciso obter um superávit primário maior. Pelas contas da MCM, o desequilíbrio ao longo do tempo tem subido. No segundo semestre do ano passado, foi de 1,1% do PIB, avançou para 2,1% no primeiro trimestre deste ano e alcançou 2,4% do PIB no segundo trimestre. Os números mostram que há 6 meses seria necessário um esforço fiscal bem menor para emprumar a contabilidade, cerca de R$ 120 bilhões. Hoje, seriam necessários R$ 250 bilhões para atingir o mesmo resultado.

Os cálculos vão além das oscilações fiscais típicas da sucessão de governos. O governo Lula resolveu fazer um ajuste fiscal que preserva aumentos reais de gastos, a serem cobertos pelos aumentos de receitas. A arrecadação está subindo, mas para efeitos estruturais não adianta obter uma safra boa de dividendos do BNDES ou da Petrobras, se eles não formarem um contínuo de recursos relativamente estável ao longo dos anos. Ainda que se obtenha a zeragem do déficit primário este ano, o que ainda é uma enorme dúvida, isso não resolverá o problema. Da mesma forma, despesas que não se repetem ao longo do tempo, ou variações acima do padrão normal de gastos, que podem enfeiar os resultados durante um ou outro exercício, não são tão relevantes se não contribuírem para uma piora permanente da conta.

O país tem agora um desequilíbrio crescente, mas já viveu uma situação oposta, a de superávits estruturais ao longo de praticamente uma década — nos primeiros governos de Lula e no início do primeiro mandato de Dilma Rousseff, de 2004 a 2015. A farra de gastos da nova matriz econômica, que não prescindiu das pedaladas fiscais, inverteu o rumo das contas públicas e levou o país a uma das maiores recessões da história. O teto de gastos, que impedia as despesas de terem crescimento real, implantado no governo Temer, conseguiu reverter a situação a partir de 2017, até se obter um superávit primário, ainda que pequeno, de 0,5%, no primeiro trimestre de 2022.

A partir do início do governo Lula, marcado pela PEC da Transição, houve um aumento grande das despesas, com o salvo conduto para gastos de R$ 168 bilhões no exercício fiscal de 2023, e os ajustes que conduziram a mais gastos, desta vez recorrentes, com a indexação das maiores despesas do orçamento à inflação acrescidas do avanço do PIB de dois anos anteriores. Isso foi feito sem que houvesse qualquer preocupação para diminuir as renúncias fiscais e gastos tributários, que, ao contrário, cresceram. E pelo visto continuarão assim, mesmo que se consiga um ou outro melhor desempenho ao longo do tempo.

As fortes vinculações do orçamento pioram o controle das contas públicas, por seu caráter pro-cíclico, um problema antigo e renitente. Nos momentos em que a economia está desacelerando, a arrecadação cai e o déficit cresce. Nos momento de crescimento, como agora, as receitas dos governos aumentam e as despesas crescem. Assim, mesmo com uma sequência provável de três anos de avanço do PIB perto dos 3%, o déficit estrutural continua piorando.

O novo regime fiscal, para se manter, precisa cumprir suas regras, que foram afrouxadas antes até do início de sua vigência. Apesar de o governo julgar que o esforço para atingir a meta será menor em 2025 do que agora, não é esta a opinião dos economistas. A mediana do Prisma Fiscal, que coleta as expectativas sobre o desempenho das contas públicas, recuou em agosto em relação a junho, para um déficit de R$ 73,5 bilhões. No entanto, o rombo esperado para 2025 é maior do que o do atual exercício — R$ 91,6 bilhões.

O governo terá de gerar um superávit primário de R$ 36 bilhões de agosto a dezembro para cumprir o limite inferior, de déficit de até R$ 28,8 bilhões este ano, calcula a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado. A receita líquida precisará crescer R$ 94,1 bilhões de agosto a dezembro, mas a IFI acredita que há "elevado grau de incerteza" sobre isso e que será possível alcançar R$ 65,6 bilhões, com carência de R$ 21,5 bilhões. A instituição mostra que a correção das principais despesas (60% do total) pela inflação mais ganho real do PIB ameaça já a curto prazo a subsistência das regras.

Para consertar de forma sustentável as contas públicas, seria preciso uma desvinculação importante das despesas e corte dos enormes subsídios fiscais, além do fim da correção real dos principais gastos. O governo não está disposto a realizar as mudanças, mas poderá ser convencido pela realidade dos fatos a fazê-las.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%



Modelo de cashback tem diversas vantagens em relação ao escolhido. Por **Daniel Massena e João Tavares**

Alíquota zero na cesta básica, benefício ilusório aos mais pobres

A recente aprovação da alíquota zero aplicada aos produtos que compõem a cesta básica foi celebrada sob a justificativa de beneficiar a população mais pobre. No entanto, a análise das cadeias comerciais revela que esse benefício pode não ser integralmente repassado ao consumidor final, sendo apropriado por intermediários como produtores, beneficiadores e varejistas. Essa medida, que a princípio visa a justiça social, pode resultar, na prática, em um impacto limitado e até contraproducente.

Os produtos da cesta básica, que incluem itens essenciais como arroz, feijão e leite, entre outros, têm grande importância no orçamento das famílias de baixa renda. A alíquota zero deveria, em tese, reduzir os preços desses produtos, aliviando o bolso dos mais necessitados. Contudo, na realidade, o benefício fiscal é frequentemente absorvido ao longo da cadeia produtiva e comercial, sem atingir plenamente o consumidor final. Isso ocorre porque intermediários podem manter os preços altos, aproveitando-se da margem adicional proporcionada pela isenção fiscal.

Além disso, a redução de alíquotas para determinados produtos impacta a arrecadação de tributos como o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A diminuição na arrecadação desses tributos implica na necessidade de ajustar a alíquota média para outros produtos e serviços, a fim de manter o equilíbrio fiscal. Soma-se a isso que, no modelo proposto pela reforma tributária, a isenção dos produtos da cesta básica acaba elevando a alíquota geral do IBS e CBS, o que afeta a população brasileira de maneira geral, inclusive os menos favorecidos.

Dessa forma, a proposta de desoneração geral dos produtos da cesta básica pode não se mostrar a política fiscal mais eficiente, ao mesmo tempo que a elevação das alíquotas médias de outros produtos e serviços acaba por onerar justamente aqueles que a isenção pretende beneficiar. Esse efeito cascata gera uma pressão inflacionária indireta sobre bens e serviços que não fazem parte da cesta básica, atingindo, assim, o consumidor final de maneira ampla e indiscriminada.

Para entender melhor essa dinâmica, é crucial observar que a isenção de impostos em um ponto específico da cadeia produtiva não garante a redução proporcional do preço no ponto de venda ao consumidor final. A complexidade e a diversidade das cadeias de suprimento podem diluir os efeitos da isenção, beneficiando desproporcionalmente os agentes econômicos intermediários. Isso se traduz em uma renúncia fiscal ineficiente, que não atinge plenamente seu objetivo social.

Um exemplo concreto desse descompasso pode ser visto na experiência internacional, como, por exemplo, na África do Sul. Em 2018, o governo sul-africano ampliou a lista de produtos isentos de VAT (Value-Added Tax) para incluir itens como farinha de milho, pão integral e fraldas, com a intenção de aliviar a carga fiscal sobre os consumidores de baixa renda. No entanto, estudos mostraram que a isenção de VAT não resultou em uma redução significativa nos preços desses produtos para os consumidores finais. Em vez disso, os benefícios fiscais foram na maioria absorvidos pelos intermediários ao longo da cadeia de suprimentos, como os varejistas e distribuidores. Esse cenário demonstra a necessidade de reavaliar a eficácia das políticas de isenção fiscal como instrumento de justiça social.


ALANDSMANN POR PIXABAY

Diante dessa problemática, a reforma tributária traz uma nova ferramenta que poderia ser mais eficaz: o cashback. Esse mecanismo, introduzido na Constituição Federal pela Emenda Constitucional 132/2023, permite a devolução de parte dos tributos pagos, diretamente aos consumidores de baixa renda. A ferramenta se destaca por sua capacidade de direcionar os benefícios fiscais de forma precisa e eficiente, garantindo que apenas a população mais necessitada seja beneficiada.

O modelo de cashback apresenta diversas vantagens em relação à alíquota zero. Primeiramente, ele permite uma segmentação mais precisa dos beneficiários, utilizando dados do Cadastro Único para Programas Sociais. Dessa forma, apenas as famílias de baixa renda receberiam a devolução dos tributos, reduzindo significativamente a renúncia fiscal e evitando a necessidade de aumentar as alíquotas médias de outros produtos e serviços.

Outro ponto positivo é que incentiva reconhecidamente a formalização das atividades econômicas e fortalece a consciência fiscal dos cidadãos. Ao receber a devolução dos tributos, os consumidores são incentivados a exigir notas fiscais e participar ativamente do sistema tributário, o que contribui para a redução da informalidade e o aumento da arrecadação a longo prazo. Esse mecanismo, portanto, não apenas promove a justiça social, mas também reforça a sustentabilidade fiscal.

A implementação dessa ferramenta, entretanto, requer um planejamento cuidadoso e uma infraestrutura robusta para garantir sua eficácia e evitar fraudes. O Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024, que regulamenta o cashback, sugere que a devolução personalizada do IBS e da CBS seja direcionada ao responsável pela unidade familiar inscrito no Cadastro Único. O sistema deverá ser gerido pela Receita Federal, no caso da CBS, e pelo Comitê Gestor do IBS, assegurando que os valores devolvidos cheguem efetivamente às famílias de baixa renda.

Em termos de operacionalização, pode ser realizado de diversas formas, como a devolução instantânea no ponto de venda ou o crédito em conta bancária. A flexibilidade desse mecanismo permite sua adaptação a diferentes contextos e necessidades, garantindo maior eficiência e alcance dos benefícios fiscais.

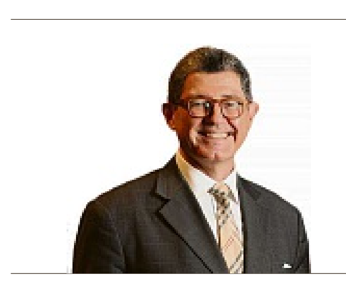
Portanto, enquanto a alíquota zero na cesta básica pode parecer uma solução direta para beneficiar a população mais pobre, suas limitações práticas sugerem que o cashback seria uma alternativa mais eficaz. Este mecanismo, ao garantir que os benefícios fiscais cheguem diretamente aos mais necessitados, evita distorções ao longo da cadeia de suprimentos e promove uma justiça fiscal mais precisa e sustentável.

A implementação bem-sucedida do cashback pode marcar uma evolução na forma como o Brasil aborda a questão da tributação e dos subsídios, movendo-se em direção a um sistema mais justo e eficiente para todos.

Daniel Massena e João Pedro Tavares são advogados do Daudt Castro e Gallotti Olinto Advogados.

Imperativo hipotético ou categórico?

Joaquim Levy



A economia brasileira caminha para o terceiro ano crescendo entre 2,5% e 3% com inflação cadente. A novidade é a retomada do investimento no primeiro trimestre do ano, que continuou no segundo.

O time de macroeconomia do Banco Safra notou a expansão dos serviços de tecnologia da informação (7,8% em um ano) e profissionais (4,3% ao ano) na última Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS) do IBGE. O time também tem apontado o aumento da produção de bens de capital (11,7%), que tipicamente flutua com a confiança da indústria. Essa, de acordo com o índice da FGV, cresce com força. Os insumos da construção civil também cresceram mais de 4% em doze meses. Assim, a previsão do Banco Safra feita no meado do ano passado de que o investimento cresceria 3% em 2024 foi atualizada para perto de 6%. Esse valor considera apenas o carrego do segundo trimestre e mantém nossa projeção original de um PIB 2,5% maior em 2024.

O dinamismo da economia tem se refletido no mercado de trabalho. Segundo o IBGE, são quase 3 milhões a mais de ocupados nos últimos 12 meses, dos quais mais da metade com carteira assinada e apenas 400 mil no setor público, 75% desses nas esferas subnacionais, cujo número de funcionários é de quatro a cinco vezes maior do que o do governo federal.

A queda do desemprego ainda não pressionou demais a folha de salários. A maioria das empresas reportadas na recente pesquisa Firmus do Banco Central via na virada do ano que a remuneração de seus funcionários crescia abaixo ou em linha com a inflação. Olhando para frente, um terço delas previa em maio que os salários cresceriam nos próximos 12 meses entre 2%-4% nominais e perto da metade previa entre 4%-6%, ou seja, subindo igual ou proporcionalmente menos que o PIB. Mais investimento ajudará a aumentar a produtividade do trabalho, diminuindo a pressão sobre esse mercado e os riscos de inflação.

O impulso fiscal negativo esperado nos próximos meses deve moderar a atividade, sem prejuízo da economia, dado que o setor externo continua forte e essa contenção facilitará a gestão da política monetária.

Gastos antecipados para a primeira metade do ano não se repetirão, e a União cortará outros em decorrência da aceleração recente dos pagamentos de benefícios sociais, especialmente do INSS. Com um pouco de sorte e a compensação da desoneração da folha haverá observância do arcabouço fiscal e a meta primária de déficit (ajustado) zero será cumprida.

O setor externo vai bem, mesmo com a acomodação do preço das commodities, e contribuirá para o PIB crescer em 2025. O superávit comercial no ano que vem poderá ser menor que os US$ 80 bilhões projetados para 2024, mas continuará confortável, assim como a conta corrente.

No lado monetário, a convergência da inflação americana para a sua meta pressagia cortes de juros pelo Fed, em velocidade que dependerá do desempenho do emprego, tendo a autoridade americana a opção barata de acelerar esses cortes se houver uma queda súbita da atividade.

Com um pouco de sorte, haverá observância do arcabouço fiscal e a meta de déficit (ajustado) zero será cumprida

Independente do risco inflacionário imediato e com o auxílio da maior clareza do governo quanto ao arcabouço fiscal, o Banco Central brasileiro (BCB) também dispõe de uma opção barata para enfrentar o rescaldo dos sustos no câmbio. Se o BCB decidir subir os juros em 0,5% na próxima reunião do Copom, ele cria uma ponte até as eleições americanas, com impacto moderado na economia, e se posiciona para em novembro apontar um corte na virada do ano se os cenários doméstico e internacional forem favoráveis, ou reagir a cenários mais turbulentos.

Essas indicações relativamente auspiciosas contrastam com certos preços de ativos e o pessimismo de diversos agentes econômicos, focado no desconforto fiscal. Esse desconforto é real e a abordagem mais filosófica desse desafio pelos gestores fiscais atuais, sem estoicismo ou estridência, reforça que enfrentá-lo é um imperativo motivado tanto por cálculo como por convicções mais profundas.

Não há uma relação mecânica entre superávit primário e juros ou crescimento. Mas a taxa de juros pré-fixada embute um prêmio de risco além do valor esperado para a Selic futura. Esse prêmio associado ao risco de surpresas macroeconômicas pode chegar a três pontos percentuais, alimentando a hipótese de que, ao diminuí-lo, o compromisso fiscal ajuda a baixar o custo da dívida pública e do crédito privado. Esse custo pode cair ainda mais se a disciplina fiscal evitar excessos na demanda agregada, ajudando a diminuir a Selic necessária ao combate à inflação. Nos últimos 20 anos, juros mais baixos moderaram o crescimento da dívida pública quando o resultado primário ajudou e estimularam o investimento privado.

A responsabilidade fiscal também pode ser considerada como um valor em si. O presidente a tem apresentado nos últimos tempos como virtude que se aprende em casa, exercida independente dos ganhos imediatos e levando em conta preocupações morais, inclusive o bem-estar dos outros. A projeção consistente dessa visão contribui para a formação de expectativas positivas e dá credibilidade a outras ações favoráveis ao crescimento do país, como o aproveitamento das oportunidades com a transição energética e valorização do nosso patrimônio natural.

A agenda fiscal é incontornável, ainda que desafiante. O alinhamento das despesas da Saúde, Educação e Previdência, por exemplo, à lógica do arcabouço fiscal de o gasto crescer no máximo 70% do crescimento da receita e do PIB é crucial, mas talvez não traga grandes economias imediatas. De fato, a recente vinculação da despesa da Saúde à receita tem abrigado muitas emendas parlamentares, e a mudança do seu piso sem ajuste no volume das emendas pode ser pouco produtiva.

A participação da sociedade no debate fiscal tem crescido, inclusive na compreensão das decisões necessárias, sem privilégio do fácil ou do que afeta apenas o outro. Já há quem diga que se avançarmos nessa pauta com o envolvimento dos três Poderes, como temos avançado na reforma tributária, é possível vencer o desafio fiscal como vencemos o da inflação e da fragilidade externa, com benefícios para toda a sociedade.

Joaquim Levy é diretor de Estratégia Econômica e Relações com Mercado do Banco Safra. Foi ministro da Fazenda e diretor gerente do Banco Mundial.

Firmas investiram US$ 1 trilhão em IA sem muito retorno. Por **Elisabeth Carpenter e Josh Burek**

Empresas falham com novas tecnologias

Da inteligência artificial e veículos elétricos ao blockchain e materiais compostos, estamos em uma era dourada da inovação. No entanto, para desbloquear o valor dessas tecnologias, as empresas precisam se transformar, e, segundo estudo da McKinsey & Company, mais de 70% desses esforços falham.

É óbvio, as empresas que adotam uma nova tecnologia precisam dos indicadores-chave de desempenho (key performance indicators, KPIs na sigla em inglês) corretos e do alinhamento interno de suas operações para garantir que obtenham o que desejam. Mas há um fator maior, frequentemente negligenciado, que determina se estão desbloqueando retornos duradouros ou apenas perseguindo tendências tecnológicas caras.

Embora tanto atualizar antigos usos de caso quanto criar novos constitua inovação, só o último cria valor econômico e social duradouro.

Essa tensão está ocorrendo agora com a IA generativa. Como a Goldman Sachs observou no início deste verão, as empresas investiram US$ 1 trilhão em IA sem muito retorno até agora. Para maximizar o retorno sobre o investimento em tecnologia, lideranças empresariais devem pensar como arquitetos começando a partir de uma página em branco.

Quando as câmeras digitais surgiram uma geração atrás, os consumidores ainda levavam cartões de memória para lojas físicas para imprimir suas fotos. Hoje, compartilhamos imagens instantaneamente com nossos telefones e redes sociais.

Essa evolução reflete um padrão comum na adoção de tecnologia. Como o empreendedor Chris Dixon observa em "Read Write Own: Building the Next Era of the Internet" (Ler, Escrever, Ter: Construindo a nova era da internet, em tradução livre), inicialmente usamos novas tecnologias apenas para continuar comportamentos antigos com mais rapidez, facilidade ou qualidade, ou a um custo menor. Só mais tarde as utilizamos de novas maneiras para produzir resultados disruptivos e duradouros.

O salto do pensamento "esquemórfico" (quando as interfaces digitais são projetadas para imitar as interfaces físicas tradicionais, como a "área de trabalho" do seu computador) para o pensamento nativo leva tempo. Por exemplo, a jornada das primeiras câmeras digitais até a ascensão do Instagram durou 15-20 anos. As empresas que implementam tecnologia de maneira esquemórfica podem melhorar margens, como ao usar códigos QR em vez de cardápios impressos em restaurantes. Mas aquelas que criam novos usos podem criar mercados completamente novos, como o GrubHub fez com sua plataforma de entrega de alimentos.



Toda inovação genuína tem um poder único. Para pensar de maneira nativa, devemos identificá-lo e aproveitá-lo. O poder único da fotografia digital não era a alta resolução; era a distribuição instantânea. O poder da IA é o reconhecimento de padrões, não veracidade

Como mais empresas podem dar o salto para uma mentalidade nativa que desbloqueia maiores ganhos? Uma maneira é procurar por pontos de fricção. Quando você assume que pontos de fricção em modelos de negócios existentes são fatos imutáveis, terá dificuldade em escapar de antigas formas de pensar. Contudo, ao identificar e focar nas fontes de fricção, muitas vezes descobrirá que elas podem ser eliminadas.

Os imperativos comerciais padrão de "mais rápido, mais fácil, mais barato" tendem a nos manter presos ao modo esquemórfico. Eles estão tão enraizados que não questionamos se o produto ou processo que buscamos melhorar deveria ser preservado.

A abordagem da Amazon à inovação no Whole Foods exemplifica essa dinâmica. Em algumas localizações, a empresa tornou o checkout mais rápido, permitindo que os clientes escaneiem a palma da mão em vez de inserir um cartão de crédito. Algumas de suas lojas eliminaram o checkout por completo com carrinhos que registram as compras à medida que você as faz.

Há uma diferença profunda entre acelerar uma etapa e eliminá-la. "Como podemos melhorar o checkout?" é uma pergunta esquemórfica. "Por que ainda precisamos de checkout?" é uma pergunta nativa.

Pontos de fricção são os proverbiais elefantes na sala. Em nossa própria indústria, tecnologia financeira, alguns deles parecem características permanentes do mercado. Quando foi a última vez que você esperou três dias e pagou US$ 6 para enviar um "e-mail transfronteiriço"? A própria noção é ridícula, pois todos nós transmitimos mensagens instantaneamente, globalmente e de graça.

Enviar dinheiro através das fronteiras pode e deve ser igualmente simples, dado que o sistema financeiro na internet está bastante consolidado hoje. Mas grande parte da indústria ainda está cativa ao pensamento esquemórfico que vê taxas, atrasos e jardins murados como fatos da vida. Globalmente, a taxa média nas remessas é de 6%. É como se ainda estivéssemos imprimindo fotos numa loja física.

Quando se trata de aplicar tecnologia, usuários e funções devem prevalecer sobre materiais e atributos. Toda inovação genuína tem um poder único. Para pensar de maneira nativa, devemos identificá-lo e aproveitá-lo. O poder único da fotografia digital não era a alta resolução; era a distribuição instantânea. O poder da IA é o reconhecimento de padrões, não a veracidade.

Usar IA para complementar uma busca na web é esquemórfico. Usá-la para escanear imagens médicas em busca de anomalias que os humanos podem não perceber é uma aplicação superior. Além disso, a IA pode reduzir ou eliminar pontos de fricção em todo o setor de saúde. Ao monitorar mudanças em nossos parâmetros de saúde básicos, por exemplo, wearables com IA podem nos ajudar a identificar uma doença antes que ela se torne grave. O Departamento de Defesa dos EUA já testou um programa-piloto assim para detectar a covid-19 dois dias e meio antes dos pacientes se tornarem sintomáticos.

Todos os líderes empresariais buscam maior eficiência. Quando se trata de tirar o máximo proveito da tecnologia, no entanto, atualizar produtos e processos atuais não é suficiente. O sucesso está em questionar suposições antigas sobre a forma como as coisas são feitas e desenvolver novos casos de uso. *(Tradução de Fabrício Calado Moreira)*

Elisabeth Carpenter e Josh Burek são, respectivamente, COO e diretor sênior de posicionamento estratégico da Circle.

Frase do dia

"Os Poderes, com autonomia, voltarão a se respeitar para cada um cumprir seu dever".

Do presidente Lula, sobre acordo feito por ministros do STF, Executivo e Congresso para regularizar as emendas parlamentares

Cartas de Leitores

Emendas parlamentares

Executar o orçamento é função do Poder Executivo. Os nobres parlamentares têm exercido essa função, gastando um disparatado montante, de forma sombria e sem a identificação da clara finalidade. Deveria ser considerado um crime a não rastreabilidade dos investimentos públicos, mas não é.

O Tribunal de Contas da União precisa garantir a total transparência dessas emendas parlamentares, comprovando a origem e o destino dos recursos transferidos. O Brasil não pode viver sob ameaças da Câmara dos Deputados contra o Supremo Tribunal Federal.

Os nossos congressistas foram eleitos pelo povo para defenderem seus interesses mais urgentes, ou seja, garantir que a sociedade tenha saúde, educação, segurança, empregos, acima de qualquer recôndito interesse político.

José Carlos Saraiva da Costa
jcsdc@uol.com.br

•

Enfim um momento republicano em que representantes dos três Poderes, como do Supremo Tribunal Federal, Executivo e Congresso Nacional, se reuniram por 4 horas para selar um acordo pela ética. Como acordado, permite que o Congresso, nas ditas emendas PIX, de bancadas e individuais, as utilize com eficiência, transparência e rastreabilidade em condições de serem fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), como definida pelo Supremo Tribunal Federal, em votação unânime por 11 x 0. As prioridades no uso destes recursos serão para obras inacabadas etc.

Ou seja, nada de uso secreto, ou de forma inconstitucional dos recursos dos contribuintes, como vinha, infelizmente, ocorrendo. Oxalá, os congressistas, na votação da regulamentação das novas regras, sigam literalmente esse acordo liderado pelo presidente do STF, Luiz Roberto Barroso. É o que espera o povo brasileiro.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

•

É importante ressaltar a correta afirmação da colunista Maria Cristina Fernandes (**Valor**, 20/08) de que a bandalheira orçamentária coloca em risco a democracia no Brasil, pois estas emendas parlamentares distorcem a forma republicana de governar.

Além disso, também é preciso registrar que a democracia vem sendo colocada em risco com o ultraje à Federação brasileira, que a Assembleia Nacional Constituinte insculpiu na Constituição da República Federativa do Brasil como uma cláusula pétrea a fim de que o nosso país tivesse uma pluralidade de centros de poder justamente com o objetivo de ser um forte antídoto contra ditaduras.

João Pedro Casarotto
jpcasarotto@uol.com.br

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249



Valor B
Quinta-feira, 22 de agosto de 2024

Empresas

Estratégia Cenário incerto, juros altos e preservar caixa para reduzir endividamento explicam decisão

Consumo e serviço reduzem investimento mesmo com aumento de receita e lucro

Adriana Mattos
De São Paulo

Apesar da recente queda da taxa de juros e da maior geração de empregos no país, que poderiam acelerar os investimentos dos grupos, levantamento realizado pelo **Valor** mostra que as empresas que dependem do mercado local para crescer reduziram desembolsos neste ano frente a 2023.

Isso ocorre mesmo num cenário de melhoria nos resultados das companhias — com alta na receita e no lucro no acumulado no ano — numa sinalização de que ainda há uma dose de cautela das companhias em já começar a destravar novos desembolsos, ou acelerar o nível de investimentos atual.

Taxa de juros mantida em patamar ainda elevado, em 10,5% ao ano, que encarece as dívidas, pesa nessa conta, mas há gestores que veem espaço para uma aceleração mais consistente nos investimentos após 2025, se juros perder força e mercado de trabalho se mantiver aquecido.

Nas companhias que fazem parte da carteira do Ibovespa, principal índice da bolsa, e que atuam na área de consumo de produtos e serviços, os investimentos representaram 3,9% da receita líquida de janeiro a junho, frente a um percentual maior, de 4,76% no mesmo período de 2023, segundo dados coletados em 23 empresas abertas, de consumo e serviços, incluídas no índice.

Enquanto a receita líquida alcançou R$ 320,1 bilhões, avanço de 7%, os investimentos caíram numa velocidade maior, de 10,2%, para R$ 12,8 bilhões.

No segundo trimestre do ano, o cenário se repete, com uma relação entre receita e investimentos de 4,37%, versus 5,98% em igual intervalo do ano anterior ns companhias analisadas.

A grosso modo, equivale a dizer que a cada R$ 100 faturados, foram aplicados pelas empresas pouco mais de R$ 4 de abril a junho, versus desembolso de R$ 6 um ano antes.

Há esse recuo porque, enquanto a receita líquida se expandiu 8,7% de abril a junho nas empresas analisadas, os investimentos sofreram uma diminuição de 20,5%.

Para Luís Leal, economista-chefe e sócio da G5 Partners, um aumento nos investimentos das empresas logo após a pandemia, que elevou gastos para atender o consumo, e, depois disso, a desaceleração na demanda entre 2021 e 2023, fez as companhias puxarem o freio de mão nos últimos tempos.



SILVIA COSTANTI / VALOR

No GPA os investimentos caíram 13% no primeiro semestre, enquanto a receita subiu 2,5%

Hoje, a receita na venda de produtos e serviços mostra aceleração, segundo os dados do IBGE, mas o baque recente ainda afeta a estratégia dos grupos, diz ele. "A probabilidade de manutenção de juros nesse patamar atual por um tempo, ou até uma eventual alta da Selic, só reforça essa linha de cautela adotada", diz ele.

Na opinião de Eugênio Foganholo, consultor e assessor de indústrias e varejistas, ainda há uma falta de visibilidade sobre demanda das empresas ligadas a consumo, o que afeta projetos no curto e médio prazos. "Estamos vendo ainda muito 'sobe e desce' nos desempenhos mês a mês. Não há uma retomada contínua para uma parte dos segmentos, e essa desigualdade gera um ambiente de incerteza, que afeta investimentos", diz Foganholo, diretor da Mixxer Desenvolvimento Empresarial.

Segundo ele, há dificuldade, inclusive, de mapear desempenho de curto prazo. "Você fala com as empresas e elas dizem que um determinado mês foi bom e outro ruim, mas não sabem ao certo o que aconteceu para isso. É algo que eu não via há muito tempo, e se chegam a razões aleatórias, então a previsibilidade anda baixa", diz.

Além disso, ainda há uma necessidade de manter caixa protegido, melhorar a rentabilidade e reduzir os indicadores de endividamento, que são impactados diretamente pela saída de investimentos.

Quando as empresas seguram caixa, os recursos entram no cálculo da dívida líquida, diminuindo essa linha e melhorando os indicadores financeiros de endividamento dos balanços.

Na prática, essa cartilha tem sido seguida pelas empresas voltadas a mercado doméstico após a crise da pandemia, quando os juros dispararam e a inflação retornou, mas ainda está no discurso de parcela dos grupos.

Na Alpargatas, dona da Havaianas, os investimentos caíram de quase R$ 210 milhões de janeiro a junho de 2023 para R$ 35 milhões neste ano, enquanto a receita líquida avançou 6,3%. Uma revisão de foco de atuação da companhia, atenção maior à margem e melhor uso dos próprios recursos levou a esse recuo nos desembolsos. "[A queda de investimento] reflete as novas políticas e critérios de priorização de projetos", disse o grupo no balanço do segundo trimestre.

No varejista GPA, controlador da rede Pão de Açúcar, os investimentos caíram 13% no primeiro semestre, e a receita subiu 2,5%. A companhia tem avançado numa reestruturação que envolve queda no endividamento neste ano e uma alocação do dinheiro mais de forma mais racional.

"Os recursos tem sido aplicados em lojas de vizinhança [minimercados] que tem menor metragem, e exigem menos gastos, e são lojas que as vendas vem crescendo acima da média do grupo", diz uma fonte a par da estratégia.

Já no setor de saúde e educação, o fato de as empresas terem feito desembolsos altos em anos anteriores, criando base de comparação mais forte, acabou pesando nos números deste ano. Uma das empresas nessa situação é a Yduqs, dona da Estácio, que gastou na construção de uma infraestrutura de tecnologia entre 2020 e 2022, e depois esse ritmo perdeu força.

No fim de 2021 e de 2022, a relação entre receita e investimento alcançou 12,4% e 10,8%, respectivamente, mas no segundo trimestre, o índice estava em 7,5%. Apesar desse efeito da base dos investimentos anteriores, em entrevista na edição de hoje, no **Valor**, o comando da companhia chama a atenção para um mercado em ensino à distância e presencial mais fraco neste ano, por conta da população ter mais limitações nos gastos.

Na visão de Daniel Lombardi, sócio-diretor da G5 Partners, que faz gestão de patrimônio, fusões e reestruturações, é preciso considerar o impacto do aumento dos gastos destinados para jogos e apostas por parte dos consumidores, que entrou no radar das empresas neste ano. Apesar de não ser um definidor de investimentos, ele diz que isso começa a comprometer renda. "As 'bets' estão comprometendo a capacidade de financiamento do consumidor", disse ele.

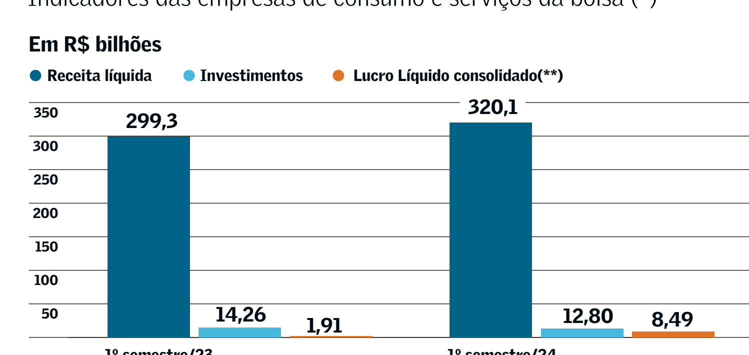
Os dados de investimento do levantamento referem-se ao valor do "capex" (sigla em inglês de "capital expenditure", ou despesas de capital), que soma gastos em equipamentos, prédios, lojas, marcas, tecnologia, entre outros, que geram produtividade e lucro maior.

Foram considerados 23 balanços de empresas de saúde (Fleury, Rede D'Or, Hapvida), educação (Cogna, Yduqs) varejo (Assaí, Azzas, Carrefour, GPA, Magazine Luiza, Renner, RD, Petz, Vivara), indústrias de consumo (Alpargatas, Ambev, Natura, BRF, JBS, Hypera) e construção civil (Cyrela, Eztec, MRV).

Para os cálculos, foi considerada apenas a receita das empresas no mercado local, sem incluir a receita no exterior, caso existisse. E sobre os investimentos, foram incluídas só o das empresas em que mais da metade da venda ou do lucro operacional tenha vindo do mercado local.

Desembolsos em queda

Indicadores das empresas de consumo e serviços da bolsa (*)



Fonte: Balanços de 23 empresas da carteira do Ibovespa(*). (**) Valores não consideram números ajustados pelos grupos

Vibra antecipa compra de 50% da Comerc Energia

Aquisições

Fábio Couto
Do Rio

A Vibra Energia antecipou a compra dos 50% de participação acionária da comercializadora Comerc Energia, iniciativa que estava prevista para ocorrer entre 2026 e 2028. O valor do negócio é de R$ 3,52 bilhões, 100% custeado pelo caixa da Vibra, que passa a deter 100% da empresa de energia elétrica, ao comprar os 30% detidos pela gestora de investimentos Perfin e os 20% dos demais acionistas, incluindo o sócio-fundador, Cristopher Vlavianos.

A Vibra comprou 50% da Comerc em 2022, às vésperas da abertura de capital da empresa de comercialização e geração de energia elétrica. Em comunicado, a Vibra afirmou que decidiu comprar o restante das ações diante dos resultados financeiros da Comerc, com os principais projetos de geração de eletricidade concluídos e lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) anualizado de R$ 1 bilhão em 2024.

"Operação trará retorno aos acionistas e destravará valor"
Ernesto Pousada

A Comerc Energia foi avaliada em R$ 7,05 bilhões em 2022. De acordo com a Vibra, não será necessário convocar nova assembleia geral de acionistas, pois o valor da aquisição está abaixo dos R$ 9,34 bilhões aprovados como limite para a operação. A Vibra prevê um benefício imediato de R$ 1,4 bilhão com sinergias por meio da otimização da estrutura fiscal e redução de custo de dívida, entre outros aspectos.

Além disso, explicou o presidente da Vibra, Ernesto Pousada, os acionistas da Comerc Energia detinham uma opção de venda ("put") que poderia ser exercida entre 2026 e 2028. Como a Vibra Energia pretende realizar novos investimentos, inclusive na atividade-chave, que é a distribuição de combustíveis e lubrificantes, um eventual exercício da "put" poderia limitar os planos de expansão.

Pousada ressaltou que a política de dividendos, de distribuir 40% do lucro líquido aos acionistas, está mantida mesmo com a operação, que torna a companhia uma plataforma multienergia, com grandes avenidas de crescimento. "Essa é uma operação que trará retorno aos acionistas e destrava valor", disse o executivo.

A atual vice-presidente de renovável e ESG da Vibra, Clarissa Sadock, será a nova presidente da Comerc, assumindo após período gradual de transição com o atual titular, André Dorf. Vlavianos permanecerá na companhia até 2028, participando da estratégia da comercializadora.

Sadock vê oportunidades da Comerc crescer no mercado de comercialização varejista de eletricidade: a mudança nas regras que permite a migração de consumidores conectados em qualquer tensão ao mercado livre (que permite escolher fornecedor e condições contratuais) tem viabilizado um alto número de negócios, segundo a executiva.

Outras oportunidades de expansão surgem com as novas demandas, como data centers, e em áreas como armazenamento de energia e eficiência energética. Sadock contou que a Comerc Energia tem dívida de R$ 7 bilhões, sendo que R$ 2,6 bilhões, a um custo de CDI mais "spread" de 3,2% ao ano, podem ser refinanciadas no curto prazo.

R$ 1,4 bi
de sinergia imediata com a aquisição

A Comerc Energia possui atualmente 2,1 gigawatts (GW) de capacidade instalada renovável e uma base de clientes que totaliza 4,5 mil unidades consumidoras. A operação adicionará R$ 1,3 bilhão ao Ebitda da Vibra em 2025, diz Augusto Ribeiro, diretor financeiro da empresa.

Diversidade Pesquisa aponta que entre 82 CFOs nomeados em 2024, 24% eram executivas, um recorde

Há mais mulheres nas diretorias financeiras

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

Mais mulheres estão chegando às diretorias financeiras das empresas, um setor historicamente ocupado por homens. Uma pesquisa global da consultoria de busca e desenvolvimento de lideranças Russell Reynolds Associates aponta que 82 CFOs (diretores financeiros, da sigla em inglês) foram nomeados no primeiro trimestre de 2024, sendo 24% executivas, a maior proporção observada nos últimos dois anos. Em 2022, a representatividade feminina nesse grupo marcou 17%, sobre 66 nomeações, e em 2023 chegou a 22%, entre 72 trocas.

O levantamento, obtido com exclusividade pelo **Valor**, analisou as movimentações de 1.822 corporações participantes de mais de dez índices de mercados de ações, como S&P 500 (Estados Unidos) e Nikkei 225 (Japão).

"No Brasil, verificamos uma tendência semelhante, com várias mudanças de posições nos últimos meses", analisa Fernando Machado, sócio-diretor e líder de práticas financeiras da Russell Reynolds. "Percebemos que a procura é maior por CFOs que conseguem unir uma visão estratégica de negócios a uma atitude 'hands-on' [mão na massa], ao contrário de demandas anteriores, centradas em gestores próximos ao mercado de ações, por conta da abertura de capital das empresas."

De acordo com o consultor, a indústria de tecnologia foi a que marcou a maior rotatividade entre os líderes de finanças, com 37% a mais de substituições do que a média global para a cadeira, e a com mais progressos de equidade, com 38% de mulheres entre as nomeações, no intervalo analisado.

A fim de aproveitar esse salto, embora as mulheres continuem sub-representadas, as organizações devem construir pipelines diversos e investir em programas de estímulo a grupos minorizados, avalia Machado. "No Brasil, os processos de desenvolvimento de CFOs podem ser melhorados e fortalecidos."


GABRIEL REIS/ VALOR
A economista Amanda Pimenta Carlos tornou-se a primeira mulher a assumir a diretoria financeira da Ticket, em junho

Na Ticket, marca da Edenred Brasil de vale-refeição e alimentação, a executiva Amanda Pimenta Carlos assumiu a diretoria financeira em junho e tornou-se a primeira mulher no posto na empresa. A economista, com passagens em cadeiras de liderança no Itaú Unibanco e Santander, encara o departamento que dirige como um facilitador de projetos na organização. "Sempre fui uma pessoa técnica que gosta de números", afirma. "Busco transformar a área de finanças para que ela se solidifique como uma unidade parceira, que caminha lado a lado com os negócios."

Carlos lidera diretamente quatro gerentes, todos homens, mas aposta no maior interesse das mulheres pelo mundo das planilhas. "São vários os motivos para termos esse cenário [de falta de equidade]", diz. "Aspectos culturais, falta de incentivo e de maior acesso à formação na área, além da concentração masculina no setor."

A intenção da gestora é servir de inspiração para quem está começando na carreira. Acredito em empoderar pessoas com ações de desenvolvimento, assinala. "A iniciativa privada tem um papel fundamental nesse movimento de inclusão, para combater vieses. A mudança pode começar de dentro."

> "A mulher precisa se provar 'em dobro', mostrando que possui uma capacidade muito além da requerida"
> *Chyou Pey Tyng*

A Edenred, presente em 45 países, tem a meta global de ter 40% de mulheres em posições executivas em 2030. Em 2023, o objetivo era alcançar 33% e a Edenred Brasil cravou 34%, segundo dados do grupo.

Na Serasa Experian Brasil, com 43,6% de mulheres no quadro de 4,6 mil funcionários, sendo 48,3% na área de finanças, Tatiana Campos foi nomeada CFO em setembro de 2023, quando ingressou na companhia de soluções para análise de riscos e crédito. Primeira executiva na função, a engenheira de produção com MBA em finanças já havia atuado por quase três anos como CFO na Johnson & Johnson.

"É crítico adotar uma abordagem multifacetada para que questões de equidade e de ascensão de mulheres a cargos de liderança avancem nas áreas financeiras", afirma ela, que hoje lidera 230 profissionais. "Precisamos promover uma cultura organizacional inclusiva, em que a valorização das contribuições femininas seja prioridade, além de investir em mentorias, com oportunidades de crescimento e networking."

Campos diz que ela mesma buscou treinamentos e feedbacks para ganhar experiência. "Meu papel de mãe também contribuiu, pois me ajudou a desenvolver resiliência, capacidade de gerenciamento de tempo e empatia, características essenciais na liderança."

Na avaliação de Chyou Pey Tyng, CFO da Voke há um ano, o expediente nas finanças exige dedicação permanente. "A mulher precisa se provar 'em dobro', mostrando que possui uma capacidade muito além da requerida para cumprir o esperado na posição", avalia a executiva, também a primeira mulher a conquistar a diretoria financeira na companhia de locação e venda de equipamentos de TI.

Graduada em administração, com MBA pela americana The Wharton School, Tyng chefia quase 100 pessoas em São Paulo e Belo Horizonte (MG). "O que me atrai na área é a perspectiva de crescimento, em um mercado em expansão", explica ela, com passagens por companhias de energia, como Engie e Energisa, e bancos de investimentos, como Lazard, Jefferies e Santander, em Nova York e São Paulo. "Toda a evolução em 'data analytics' [análise de dados] e inteligência artificial na área de TI conversa com a jornada da empresa."

Atualmente, a executiva nascida em Taiwan e no Brasil desde os dois anos de idade está envolvida em um novo projeto, de integração do ERP (sistema de gestão empresarial). "A Voke é resultado da aquisição de diversas companhias e temos o desafio de unificar sistemas, para ganhar mais agilidade no dia a dia", explica.

Mesmo para quem tem muita estrada na profissão, a cadeira de CFO continua classificada como "desafiadora". "A reforma tributária é uma mudança importantíssima para nos aproximarmos dos padrões globais de negócios", diz Vivianne Valente, diretora executiva financeira do Grupo Tigre, de soluções para construção civil. A executiva está no posto desde 2016 e integra o C-level de finanças há 15 anos. "Nosso desafio como CFO, em adaptar registros contábeis e tributários à nova regulação será gigante. Vamos precisar adequar a forma de precificar produtos e planejar o passo a passo fabril e de distribuição."

Gosto da figura do CFO como um equilibrista, continua Valente, que tem dedicado 20% do expediente à análise dos impactos da reforma dos tributos. "Para que suportemos a conformidade das empresas aos critérios contábeis, do mercado de capitais e tributários, precisamos ser firmes para acomodar esses padrões à realidade dos negócios", analisa. "É necessário fazer o melhor esforço de adaptação entre risco, conformidade e praticidade."

Responsabilidades do CFO se expandem para operações e TI

De São Paulo

As CFOs (chief financial officers, na sigla em inglês, ou diretoras financeiras) terão novas responsabilidades pela frente. De acordo com a pesquisa "CFO do amanhã", realizada pela consultoria Deloitte e o Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de São Paulo (Ibef SP), menos da metade dos entrevistados (42%) avaliam que as condições econômicas e de negócios em 2024 estão melhores do que no ano passado, 37% que estão iguais e 20% que parecem piores.

O levantamento divulgado em abril deste ano ouviu lideranças de 106 empresas no Brasil, sendo 42% com receita líquida média acima de R$ 500 milhões.

"Em tempos desafiadores, a gestão eficiente do caixa é crucial", diz Renato Bagnolesi, managing partner do Fesa Group, de soluções em recursos humanos. "Os CFOs precisam garantir que a companhia tenha liquidez suficiente para operar, investir e enfrentar períodos de crise."

Além de agir como um controlador de despesas, o gestor financeiro deve mostrar habilidade na alocação de recursos. "Precisam assegurar que as verbas sejam direcionadas para áreas que impulsionem a estratégia da empresa, fomentando a inovação e o crescimento sustentável", ensina Bagnolesi. "Identificar e mitigar riscos financeiros também são aspectos fundamentais", completa.

Na visão do professor de finanças Fábio Gallo Garcia, coordenador acadêmico do módulo CFO do programa de alta gestão da Fundação Getulio Vargas (FGV), a função dos diretores está mudando em ritmo acelerado, com uma "pegada" cada vez mais estratégica.

> "É esperado que o executivo assuma responsabilidades de tomada de decisão em outras áreas-chave"
> *Fábio Gallo Garcia*

"A competitividade entre as empresas demanda dos executivos uma melhor compreensão de como as decisões de investimentos são ligadas à estratégia corporativa e à criação de valor", explica Garcia. "Além do conhecimento técnico, devem entender o reflexo das novas tecnologias na área financeira."

De acordo o relatório Deloitte-Ibef SP, a inteligência artificial generativa (GenAI) já está sendo estudada (40%) ou testada (13%) pelas empresas. Entre os principais benefícios do uso do recurso na área de finanças estão a automatização de processos contábeis e relatórios financeiros, o apoio a tomadas de decisão e em estudos de previsão orçamentária.

No desempenho da função, o CFO vai precisar de habilidades como saber analisar dados financeiros, identificar tendências e aumentar o retorno sobre os investimentos, acrescenta Garcia. "Implementar práticas que reduzam custos operacionais, maximizando a eficiência financeira; e garantir a conformidade com regulamentações e padrões éticos que mantenham a reputação da organização também são tarefas necessárias."

O professor da FGV alerta que a missão do CFO se expandiu além das "finanças puras". "É esperado que o executivo assuma responsabilidades de tomada de decisão em outras áreas-chave, como operações e tecnologia", diz. "Algumas empresas estão até fundindo as funções de CFO e COO [diretor de operações]."

Fernando Machado, sócio-diretor e líder de práticas financeiras da consultoria Russell Reynolds, de busca e desenvolvimento de lideranças, destaca que é crítico que as corporações encorpem os planejamentos sucessórios no C-level, com o objetivo de mitigar imprevistos causados pela "dança das cadeiras" nas diretorias financeiras. "A alta rotatividade dos CFOs reflete que eles são cada vez mais considerados como candidatos à sucessão dos CEOs", avisa. *(JS)*

A IA pode prejudicar a formação de jovens profissionais?

Rumo certo



Claudio Garcia

Dentro do crescente número de conflitos armados acontecendo ao redor do mundo, uma habilidade crítica está fazendo muita falta: memória espacial. O GPS, tecnologia que evoluiu para precisões de milímetros, é efetivo apenas quando está funcionando! E isso está se tornando cada vez mais desafiador com o avanço de contra-tecnologias que bloqueiam, distorcem ou "hackeiam" sinais de satélites.

Nesse contexto, capacidades como navegação manual ou celestial se tornam ouro, embora ainda longe de serem tão precisas como o GPS. Mas anos de crescente dependência dessa tecnologia reduziram a habilidade espacial do nosso hipocampo — parte do cérebro que processa nosso sistema de navegação interna. Isso cria outras consequências, um tanto que inesperadas. Pesquisas sugerem que se apoiar demais em GPS reduz a sensação de pertencimento e conexão com o ambiente com que interagimos.

Este é apenas um exemplo do paradoxo da automação, ou ironias da automação, como foi inicialmente denominado, em 1983, pela psicóloga Lisanne Bainbridge. Esse conceito explica o fato de que quanto mais contamos com automação, mais desenvolvemos riscos associados à performance humana. Ou seja, tecnologias podem nos substituir em várias tarefas, inclusive criatividade e julgamento, como a evolução da IA generativa tem indicado. Mas, ao fazê-lo, elas potencialmente reduzem habilidades críticas das pessoas, além de também ocultarem falhas em sistemas, em vez de torná-los óbvios, ou complicar tarefas, quando deveriam simplificá-las.

Um dos desafios é que a ausência da habilidade só é notada quando mais precisamos dela, em alguns casos em situações extremas. Como no caso do voo 447 da Air France, que voava do Rio de Janeiro a Paris e caiu no Oceano Atlântico. A investigação identificou reação incorreta da tripulação em uma falha dos sensores de velocidade — muito possivelmente devido à falta de prática em situações semelhantes, mais comuns no passado.

As manifestações desse paradoxo são usualmente sutis, com grande impacto para os menos atentos ao fenômeno. Matt Beanne, da Universidade da Califórnia, em seu recente livro "The Skill Code", mostra exemplos de como os avanços tecnológicos já manifestam o paradoxo em áreas como medicina, advocacia, educação entre muitas outras. No setor de microprocessadores, por exemplo, engenheiros experientes, que antes delegavam tarefas menos complexas a engenheiros juniores, agora conseguem ser muito mais produtivos terceirizando as mesmas tarefas para a inteligência artificial. Mas o ganho de produtividade vem a custo de não se formarem os experts do futuro. Ou seja, quem irá resolver os problemas inesperados que, com certeza, aparecerão de novos microprocessadores? Ou quem será capaz de desenvolver novos paradigmas de processamento?

Enquanto a imprensa, líderes e profissionais de gestão de pessoas estão intensamente alertando para os "skills-gap" e a necessidade de investimento para reduzi-los (especialmente em IA generativa), poucos compreendem os "gaps" de "skills" que serão causados por essas mesmas tecnologias.

Adotar novas tecnologias e aumentar a produtividade são relevantes, óbvio. Mas não compreender essa dinâmica é estar cego à essência do que desenvolve vantagens competitivas a longo prazo: pessoas com capacidades únicas. Afinal, tecnologias todos podem ter acesso ao longo do tempo.

Claudio Garcia é presidente da Outthinker Networks e ensina gestão global na Universidade de Nova York

Vaivém

Stela Campos

BNP Paribas

Fernanda Guardado está assumindo como chefe de pesquisa macroeconômica para América Latina do BNP Paribas. Ela tem mais de 20 anos de atuação no setor. Recentemente, foi diretora de assuntos internacionais e gestão de riscos corporativos no Banco Central.

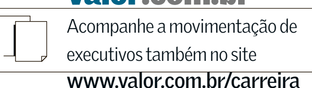
Henkel

Camilla Garcia está assumindo o cargo de global brand manager na sede da Henkel, em Düsseldorf, Alemanha.

Sólides

Wladmir Brandão assumiu como diretor de inteligência artificial da Sólides.

E-mail: vaivem@valor.com.br


valor.com.br
Acompanhe a movimentação de executivos também no site
www.valor.com.br/carreira


Não é só apoio ao empreendedorismo.
É impulsionar as mulheres nos negócios.
Aqui, no Sicredi, acreditamos que o empreendedorismo feminino ajuda a transformar o mundo, e o resultado não poderia ser melhor. Acabamos de atingir nosso recorde de captação de recursos: R$ 1,6 bilhão para impulsionar o crescimento de micro, pequenas e médias empresas lideradas por mulheres.
Francielly
Empresária e associada do Sicredi
Abra sua conta e faça parte dessa transformação.
Não é só dinheiro.
É ter com quem contar.
Sicredi

INÊS 249

Educação Faculdades estão tendo que optar entre conceder abatimentos para atrair novos alunos ou manter o preço da mensalidade e perder volume

Após forte alta no pós-pandemia, busca por cursos on-line cai

Beth Koike
De São Paulo

Após um primeiro semestre fraco, o mercado de ensino a distância deve, neste vestibular de meio de ano, apresentar outro ciclo negativo, com as faculdades tendo que optar entre conceder descontos na mensalidade a fim de matricular novos aluno ou manter preço e perder volume, repetindo o que ocorreu nos primeiros seis meses *(vide arte)*.

"O mercado está ruim. O ciclo de captação [de calouros] não está vindo bem, tanto no ensino a distância quanto no presencial. Esperamos um pouco pior no EAD (ensino a distância). As pessoas estão sem dinheiro", disse Eduardo Parente, presidente da Yduqs, dona da Estácio.

Um grupo de 19 faculdades de pequeno e médio portes de São Paulo, Paraná, Ceará, Minas Gerais e Paraíba deu abatimento e viu sua base de novos alunos crescer 11% no EAD e semi-presencial, segundo levantamento da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior (Abmes) e Educa Insights. "O aluno está sem bolso. As faculdades que optaram por dar desconto, bolsas e condições mais agressivas cresceram", disse Daniel Infante, sócio da Educa Insights.

A modalidade de aprendizado com aulas 100% on-line passou por um 'boom' após a pandemia, e tem sido a sustentação do setor de ensino superior — juntamente com medicina — desde a crise do Fies, programa de financiamento estudantil do governo. Em 2022, último dado do Ministério da Educação (MEC), já havia 4,1 milhões de alunos inscritos em cursos a distância e 3,2 milhões no presencial, no mercado privado.

A queda no volume de novos alunos e no tíquete médio chamam atenção, porque o mercado de ensino superior historicamente acompanha indicadores de emprego e renda, que tiveram melhora no primeiro semestre.

No primeiro semestre, a taxa de emprego formal cresceu 26% totalizando 1,3 milhão de novos postos. Desses empregos, cerca de 75% foram absorvidos por pessoas inscritas no CadÚnico, ou seja de baixa renda — o mesmo de boa parte dos alunos que procura cursos EAD —, segundo dados do Cadastro Nacional de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho.

> "Esperamos um ciclo de matrículas ruim. As pessoas estão sem dinheiro"
> *Eduardo Parente*

O varejo restrito (bens essenciais) acumulou alta de 5,2% nos seis primeiros meses, na comparação anual, mas entre junho e maio de 2024, houve queda de 1%, conforme o IBGE.

Apesar da melhora nesses indicadores, a inflação tem tido um peso maior para a camada da população mais pobre, o que pode estar se refletindo na queda da demanda. Mas essa não é a única razão. Há uma combinação de fatores macroeconômico e setorial.

Vinícius Figueiredo, analista do Itaú BBA, destaca que uma possibilidade é o mercado de ensino a distância com cursos 100% on-line ter atingido seu limite, após três anos de forte crescimento acelerado pela pandemia, quando os alunos migraram para o modelo remoto. "Não dá para crescer no mesmo patamar de períodos anteriores. Talvez esse mercado tenha atingido seu tamanho limite", disse Figueiredo. "Mas também é preocupante porque, sem novos alunos, a receita das empresas do setor não cresce", complementou o analista do Itaú BBA.

Lousa digital

Desempenho dos grupos de ensino superior com capital aberto, no primeiro semestre

Graduação on-line

Companhias	Volume de calouros (mil)	Variação (%)	Mensalidade média (R$) **	Variação (%)
Ânima	46,5	-14,18	228	12,41
Cruzeiro do Sul	155	0,2	218	2,8
Kroton (Cogna)	463,6	13	241	-0,9
Ser Educacional	62,5	-12,8	189,3	-1,1
Yduqs	254,9	-7,6	230	-3,7
Vitru*	452	9,5	278,6	3,4

Graduação presencial

Companhias	Volume de calouros (mil)	Variação (%)	Mensalidade média (R$) **	Variação (%)
Ânima	58	-18,66	840	8
Cruzeiro do Sul	62	2,5	952	0,2
Kroton (Cogna)	52,1	9,4	829	-2,3
Ser Educacional	57	12,7	853	-1,2
Yduqs	96	15,5	606	-8,7
Vitru*	ND	-	-	-

Fonte: Empresas. *Vitru ainda não divulgou dados do segundo trimestre. ** Valor médio das mensalidades de calouros e veteranos

Do ano passado para cá, houve uma expansão por cursos híbridos (aqueles que mesclam conteúdo on-line e presencial). E, agora em 2024, as faculdades voltaram a registrar um crescimento, ainda que pequeno, da graduação presencial, após anos em queda. "No entanto, são movimentos que isoladamente não explicam a queda do EAD 100%", destacou o analista do Itaú BBA.

Outra possibilidade que começa a ser aventada no setor é uma migração do dinheiro da mensalidade para apostas on-line. De acordo com pesquisa da Strategy&, da PWC, 54% dos jogadores de bets têm entre 18 e 30 anos e 35% estão na faixa etária de 31 a 40 anos. Além disso, 85% dos apostadores são das classes C, D e E — públicos muito semelhantes aos dos cursos de ensino a distância, cuja mensalidade média é de R$ 250.

Não há dados sobre o impacto das apostas on-line no mercado de educação, ainda são percepções de gestores de faculdades procurando entender as razões da queda na demanda de matrículas neste ano.

Nesse cenário, a Yduqs acredita que não vale investir cifras maiores de marketing com políticas de descontos para atrair alunos neste ano. A companhia desacelerou o investimento em propaganda neste segundo semestre e vai retomar apenas em 2025. No primeiro semestre, a companhia promoveu políticas de descontos, mas o retorno não foi no patamar esperado.

Outras faculdades, em especial as de menor porte, aceleraram os abatimentos para atrair mais alunos neste final de processo seletivo. Em cursos EAD, os estudantes podem ingressar tardiamente porque o currículo é modular. Roberto Valério, presidente da Cogna, afirma ter percebido um ambiente competitivo mais acirrado.

A grande desvantagem de captar uma massa maior de calouros atraída por descontos é que a maioria desiste quando inicia-se a cobrança do valor cheio da mensalidade, gerando aumento em índices de inadimplência e provisão.

> **4,1 mi**
> **é o número de alunos em cursos EAD**

O valor médio das mensalidades nos cursos a distância no mercado, no primeiro semestre, estava em R$ 210, uma redução de 14% sobre 2023, segundo pesquisa da Hoper, consultoria especializada em educação.

O desempenho neste ano ocorre em paralelo a uma regulação mais rigorosa em torno do EAD. Em junho, o ministro do MEC, Camilo Santana, suspendeu a abertura de novos cursos, vagas e polos de ensino a distância até março de 2025, alegando baixa qualidade. O setor, por sua vez, alega que, dos 5,5 mil municípios do Brasil, apenas 600 têm cursos presenciais e 2,5 mil têm as duas modalidades, e que uma redução na oferta deixará muitas cidades sem nenhuma opção de curso superior.

As graduações de pedagogia e licenciatura on-line agora são obrigadas a ter 50% do conteúdo ministrado presencialmente.

INÊS 249

Portos Ministro diz que planeja certame do STS10 para 2025 e descarta renovação do Ecoporto

Governo retoma leilão de terminal de contêiner em Santos



Silvio Costa Filho, ministro de Portos e Aeroportos: "A gente entende a importância de ampliar a competitividade e a capacidade do porto de Santos (SP)"

Taís Hirata
De São Paulo

O Ministério de Portos e Aeroportos planeja fazer em 2025 o leilão do terminal de contêineres no Porto de Santos, o chamado STS10, segundo o ministro Silvio Costa Filho (Republicanos).

"Temos trabalhado na construção do STS10. É uma pauta importante. Esperamos no próximo ano realizar esse leilão na B3. É um projeto que foi pensado lá atrás. Ao longo do último um ano e oito meses, temos remodelado a proposta. A gente entende a importância de ampliar a competitividade e a capacidade do porto de Santos", disse ele na quarta-feira (21), após o leilão de cinco terminais portuários realizado na sede da B3, em São Paulo.

O STS10 tem sido alvo de controvérsia entre operadores portuários em Santos, conforme noticiou o **Valor**. O projeto, que é defendido por empresas de navegação como Maersk e MSC, chegou a ser descartado pela Autoridade Portuária de Santos (APS) há alguns meses, diante do argumento de que traria gargalos no acesso terrestre do porto, e que a adição de capacidade poderia ser feita de outras formas. Porém, a iniciativa voltou à mesa diante da forte demanda e das filas nos terminais de contêineres dos últimos meses.

No governo passado, a ideia do STS10 era de um "megaterminal" na região do Saboó, na margem direita do porto. Porém, o projeto inicial deverá ser reduzido para acomodar no local o novo terminal de passageiros, o Concais.

> Leilão de cinco terminais realizado ontem na B3 levanta R$ 4,75 milhões de outorga

Segundo Costa Filho, outras propostas de expansão da capacidade de contêineres em Santos também serão conduzidas. "O plano estratégico dialoga com o STS10, com o adensamento [ampliação] da DP World, da Santos Brasil [a incorporação de uma nova área ao terminal], entre outras", disse. O ministro também citou o projeto de um Terminal de Uso Privado na Ilha de Bagres, na margem esquerda do porto, e de um novo terminal na Vila dos Criadores, área ocupada por moradias irregulares e que a APS tinha anunciado como local de um novo terminal de contêineres.

Sobre a renovação do Ecoporto, terminal da Ecorodovias em Santos, o ministro afirmou que já existe a decisão de não renovar o contrato. "Foi renovado recentemente, vai esperar que o processo vença para, a partir daí, iniciar a discussão do processo da licitação do novo STS10." Nos últimos meses, a APS havia proposto renovar o contrato do Ecoporto e alterar sua localização, o que tomaria uma parte da área destinada ao STS10. A proposta, porém, vinha sendo alvo de críticas no setor e no TCU (Tribunal de Contas da União). Procurada, a empresa não comentou.

No leilão de terminais portuários de ontem, foram licitados cinco ativos: três no Porto do Recife (REC08, REC09 e REC10), um no Rio Grande (RS), o RIG10, e um no Rio de Janeiro, o RDJ06. São contratos de menor porte, com prazo de dez anos, sem possibilidade de extensão. Os vencedores foram, respectivamente: Liquiport, Usina Petribu, SCS Armazéns Gerais, Sagres Operações Portuárias e Iconic Lubrificantes. Ao todo, as outorgas somaram R$ 4,75 milhões.

O ministro afirmou que planeja fazer mais duas rodadas de leilões portuários neste ano, em outubro e em dezembro. A meta é de seis ativos licitados, com cerca de R$ 4,5 bilhões de investimentos.

> **6 ativos**
> Ainda podem ser leiloados neste ano

Os maiores ativos que podem entrar nos leilões são os terminais de grãos em Paranaguá (PR), o PAR14 e o PAR15, que juntos deverão somar R$ 1,5 bilhão de obras. Outro grande projeto na lista é o ITG02, para granéis sólidos minerais em Itaguaí (RJ), conhecido como "área do meio", por estar entre terminais de Vale e CSN. Para Eduardo Nery, diretor-geral da Antaq (Agência Nacional de Transporte Aquaviário), a inclusão do projeto de R$ 3 bilhões depende da tramitação no TCU.

Braskem se manifesta contra indenização da Novonor

Petroquímica

Stella Fontes
De São Paulo

Em sua primeira manifestação após a sentença que condena sua controladora, Novonor, a indenizá-la em R$ 8 bilhões, a Braskem disse à Justiça que receber esse crédito a coloca em risco e "piora sua situação". Conforme a petroquímica, há risco de descumprimento de compromissos assumidos nos acordos de leniência firmados no Brasil, nos Estados Unidos e na Suíça, caso a sentença seja executada, com possíveis "graves prejuízos".

A manifestação foi juntada a um recurso da antiga Odebrecht , após decisão do juiz Eduardo Palma Pellegrinelli, da 2ª Vara Empresarial e de Conflitos de Arbitragem de São Paulo, que condenou a Novonor em primeira instância. A ação foi iniciada em 2018 por dois minoritários da Braskem, o economista Aurélio Valporto, presidente da Associação Brasileira de Investidores (Abradin), e o fundo Geração Futuro L Par Fia, de Lirio Parisotto. Eles acusam a Novonor de abuso de poder de controle, por ter sido a responsável pelo esquema de corrupção que levou a perdas de mais de US$ 1 bilhão por parte da petroquímica.

A Braskem diz que, "em termos práticos, a sentença piora a situação da companhia e só quem sai ganhando são os autores (e seus financiadores), que receberão o prêmio previsto na Lei das S.A.". Para corroborar seu argumento, juntou um parecer do advogado americano John S. Darden, do escritório Paul Hastings, que conduziu as negociações do acordo nos EUA. Segundo Darden, a Braskem está impedida de aceitar qualquer indenização relacionada aos atos que levaram ao acordo e a cláusula que estabelece esse impedimento "não se limita a indenizações" no país.

Além dos riscos, disse uma fonte próxima à Novonor, a sentença não oferece perspectiva real de recebimento, pela Braskem, dos recursos pleiteados, já que a antiga Odebrecht está em recuperação judicial. Mantida a decisão, o crédito entraria no plano que reestruturou suas dívidas. "Isso mostra que a ação não é movida em favor dos interesses da Braskem", disse. A Braskem é representada pela firma BMA Advogados e a Novonor, pela E.Munhoz Advogados.

> **R$ 8 bi**
> é o valor previsto em sentença judicial

Advogados dos minoritários ouvidos pelo **Valor** afirmaram que causou surpresa o fato de a Braskem voltar a usar o argumento do risco de descumprimento do acordo global de leniência. "Isso nos surpreendeu, porque a Braskem já havia se manifestado na primeira instância e o juiz foi veemente ao rechaçar o argumento, e ao dizer que a Braskem deveria no mínimo ficar neutra [na ação]", afirmou o advogado Fernando Kuyven, sócio da MKR Advogados e representante do fundo da Geração Futuro.

Rafael Pimenta, sócio do Galdino, Pimenta, Takemi, Ayoub, Salgueiro, Rezende de Almeida Advogados, que representa Valporto, lembrou que os minoritários também juntaram, antes da sentença, um parecer do advogado Daniel A. Braun, ex-promotor do Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ). Segundo Braun, o acordo de leniência não deveria impedir acionistas minoritários de buscarem reparação dos acionistas controladores. "O juiz já afastou esse argumento. E se são empresas brasileiras, estão sujeitas às leis brasileiras", disse Pimenta.

Procuradas, Novonor e Braskem não comentaram o assunto. Valporto afirmou que a manifestação da petroquímica "só mostra como a Odebrecht manipula, nos autos, as manifestações da Braskem".

Ford cancela SUV elétrico e admite baixa de US$ 1,9 bi

Veículos

Claire Bushey
Financial Times, de Chicago

A Ford está desistindo do seu plano de fabricar um utilitário esportivo (SUV) elétrico de três fileiras de assentos, alertando que a decisão poderá lhe custar até US$ 1,9 bilhão. Esse é o mais recente sinal de que as montadoras dos Estados Unidos estão se ajustando à demanda menor que o esperado por veículos elétricos caros.

O grupo baseado em Michigan disse, nesta quarta-feira (21), que seu planejado SUV elétrico não conseguiria gerar lucros um ano após lançado, devido a um segmento de mercado abarrotado e à relutância dos consumidores tradicionais em pagar preços mais altos por veículos elétricos.

"Esses veículos precisam ser lucrativos e, se eles não forem, com base onde o consumidor e o mercado estão, nós iremos tomar essas decisões difíceis", disse o diretor financeiro da Ford, John Lawler.

A companhia também disse que vai reduzir o percentual de seus investimentos anuais destinados puramente a veículos elétricos, de 40% para 30%.

As decisões da Ford ocorrem no momento em que a adoção de veículos elétricos pelos consumidores diminui. Estes, ao contrário da primeira onda de compradores de carros elétricos, estão mais desencorajados pelos preços altos e a infraestrutura pública de recarga insuficiente.

Fabricantes como Tesla e Ford reduziram os preços e o presidente-executivo da Ford, Jim Farley, demonstrou publicamente uma preocupação com a competição dos veículos elétricos de preços mais baixos que estão sendo lançados por montadoras chinesas, embora eles ainda não tenham chegado ao mercado americano.

A Ford também está lidando com investidores que ficaram decepcionados com os custos de garantia inesperadamente altos durante o segundo trimestre, que levaram a companhia a não atender às expectativas de Wall Street. A ação da montadora caiu cerca de 20% desde então. Mas, na sessão desta quarta-feira, o papel subiu cerca de 1,6%, sendo negociada a US$ 10,85.

Em vez do plano original, a montadora fabricará um SUV híbrido de três fileiras de assentos, enquanto a indústria automobilística continua a reavaliar uma tecnologia que muitos haviam descartado. Como as baterias representam uma parte significativa do custo de um veículo elétrico, "quando você consegue reduzir o tamanho da bateria, o perfil de lucro é melhor", disse o diretor de comunicações da Ford, Mark Truby.

> **30%**
> é parcela destinada aos carros elétricos

A Ford assumirá uma perda contábil de US$ 400 milhões vinculada à fabricação e que já está em sua contabilidade. Ela poderá registrar outro US$ 1,5 bilhão em encargos nos próximos trimestres para ativos que ainda não recebeu, mas que estão vinculados ao SUV elétrico de três fileiras.

A companhia também disse que "realinhou" seu fornecimento de baterias, para se qualificar melhor aos créditos fiscais previstos na Lei de Redução da Inflação (IRA), voltada para consumidores e fabricantes dos EUA.

Os planos da Ford "fazem sentido", diz Daniel Roeska, analista da Bernstein. Mas "as críticas que a Ford terá que enfrentar são pelo fato de seu plano de produto não ter sido mais flexível desde o começo, por que ela tem sido lenta em implementar essas mudanças e por que os investidores terão de esperar por uma atualização abrangente até o ano que vem".

2W Ecobank entrega parque eólico para pagar dívida com fundo Darby



Reestruturação

Silvia Rosa
De São Paulo

A 2W Ecobank está entregando um dos seus três parques eólicos para o fundo de private equity Darby International Capital, como pagamento de dívida de US$ 64 milhões (cerca de R$ 350 milhões). Como parte do acordo, está transferindo também o financiamento de R$ 500 milhões com o BNB para bancar o projeto. Com isso, a empresa deve reduzir o total da sua dívida em R$ 850 milhões, de R$ 2,4 bilhões para R$ 1,55 bilhão.

O projeto envolvido no negócio é o Kairós I, localizado no Ceará, que entrou em operação recentemente e tem capacidade instalada de geração de 112 MW. O Darby já tinha uma fatia do ativo como garantia de um financiamento mezanino, em que parte da dívida é conversível em ações.

A companhia ainda está em conversas avançadas com os demais credores para reestruturar o restante da dívida, com potencial para diminuir mais R$ 800 milhões do total do endividamento, apurou o Pipeline, site de negócios do **Valor**.

Após uma série de tentativas de buscar capitalização, que passou pela intenção de IPO à venda do controle para a Matrix Energy, a 2W contratou neste ano a consultoria Íntegra para assessorá-la na reestruturação da dívida.

Como o projeto Kairós I entrou em operação recentemente, não haverá impacto na receita da empresa. Nos primeiros nove meses de 2023, último dado disponível, a 2W tinha uma receita líquida de R$ 836,9 milhões.

Com a venda de Kairós I, a 2W passa a contar com o parque eólico Anemus, no Rio Grande do Norte e já operacional, com capacidade instalada de 138,6 MW, e a comercializadora de energia que tem uma carteira a valor de mercado de cerca de R$ 300 milhões.

A companhia também segue com o projeto Kairós II, no Ceará, que prevê investimentos de R$ 700 milhões e terá capacidade de 120 MW, com previsão de entrar em operação em 18 meses.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Cenário Companhias que vendem produtos eletroeletrônicos sofrem mais do que aquelas que focam em softwares para o mundo corporativo

Empresas e analistas projetam o semestre do setor de tecnologia

Daniela Braun
De São Paulo

A expectativa de um segundo semestre mais favorável do que o primeiro foi uma frase bastante ouvida pelos analistas de mercado que acompanharam, na semana passada, as projeções de grandes companhias brasileiras de tecnologia com ações negociadas em bolsa. Fazem parte desse grupo as empresas de software Totvs e LWSA (antiga Locaweb), a de serviços e produtos Positivo Tecnologia e a Multi (antiga Multilaser), com forte atuação no varejo.

Confirmar esse otimismo em um cenário econômico que não é dos mais animadores será uma tarefa mais árdua para empresas que atuam com vendas ao consumidor, dizem analistas consultados pelo **Valor**. Empresas que vendem eletroeletrônicos, incluindo computadores e celulares, sofreram mais com a alta do dólar, dos custos e dos prazos de entrega do frete internacional na primeira metade do ano.

A produção interna também enfrenta o desafio da estiagem severa do Amazonas e outros rios na região. O cenário, que pode ser mais grave do que o observado em 2023, afeta os custos logísticos dos produtos e componentes fabricados na Zona Franca de Manaus pois boa parte deles é transportada via fluvial.

A Multi reduziu o prejuízo no segundo trimestre, em relação ao primeiro, mas viu sua receita recuar 10,6%, em base anual. A fragilidade nas projeções de receita, segundo analistas do Citi, colaborou para um recuo de 15% das ações após a divulgação dos números, na semana passada.

O diretor presidente da Positivo Tecnologia, Hélio Rotenberg, disse que a empresa está "reestudando custos de frete e custos fixos para ganhar competitividade" e que a "queda de margens é conjuntural". Embora a receita do terceiro trimestre ainda não deva alcançar a que gostaria, o executivo aposta na demanda das vendas de fim de ano tanto no varejo como no setor público, no quarto trimestre.

Ampliar a receita com serviços de infraestrutura e locação de equipamentos tem sido o caminho da companhia para driblar instabilidades no varejo. O segmento de serviços, que gerou 63% da receita bruta da Positivo no segundo trimestre, ganha tração após a compra da Algar Tech MSP, no fim de maio, por R$ 235 milhões. Em teleconferência com analistas, no dia 15, a empresa informou ter fechado um contrato de R$ 100 milhões junto com a empresa adquirida.

Analistas do setor notam que a Multi está mais exposta aos desafios macroeconômicos, logísticos e climáticos que se apresentam, em relação a empresas que geram receita recorrente com venda de software e serviços. "A Multi está bem de caixa, mas não temos um cenário econômico trivial", nota o analista do setor de tecnologia do Itaú BBA, Thiago Alves Kapulskis. "A recuperação precisa ser mais pujante no varejo, com cenário de conjuntura econômica mais favorável à oferta de crédito".

O transporte da produção enfrenta o desafio da estiagem severa na região do Amazonas

Por outro lado, as empresas de software, que contam com receitas recorrentes (de assinatura de serviços, por exemplo), têm menos exposição ao cenário econômico, notam os analistas.

A incorporação de empresas adquiridas pela LWSA foi bem recebida pelos analistas. "Isso permite a redução da carga tributária e a amortização de ativos intangíveis", diz o analista do setor no banco UBS, Leonardo Olmos.

No dia 31, a LWSA finaliza a incorporação das empresas Bling, de softwares de gestão empresarial (ERP, na sigla em inglês); Tray, de e-commerce; e Etus, de gestão de redes sociais, com a expectativa de gerar R$ 284,9 milhões em benefícios fiscais e R$ 838 milhões em "goodwill" (ágio pago numa aquisição).

Olmos nota que o segundo semestre costuma ser sazonalmente favorável para o setor, especialmente para empresas que diluem seus custos com vendas recorrentes e novas fontes de receita dentro de suas bases de clientes.

Nesta segunda metade do ano, tanto a Totvs como a LWSA apostam na ampliação de serviços financeiros a clientes de ERP, marketing e vendas on-line.

Em junho, a LWSA recebeu autorização do Banco Central para operar como instituição de pagamentos (IP). A oferta de serviços de gestão de pagamentos, conta digital e crédito a clientes "se mantém dentro das plataformas da empresa", frisou o presidente da LWSA, Fernando Cirne, em teleconferência.

Das empresas analisadas, a Totvs parece ser a menos sensível a incertezas econômicas até o fim do ano. Alguns pontos a favor da empresa, segundo os analistas, são os reajustes de contratos pelo IGP-M e a demanda sazonal por crédito no agronegócio. Para Olmos, do UBS, os reajustes estimulam diretamente às margens da companhia. "Em um ambiente econômico que ainda não é o mais animador, ter um grau de certeza maior é relevante", completa Kapulskis.

Desempenho

Dados em R$ milhões

Empresa	Receita líquida 2T/2023	Receita líquida 2T/2024	Receita líquida Var. %	EBITDA 2T/2023	EBITDA 2T/2024	EBITDA Var. %	Lucro/prejuízo líquido 2T/2023	Lucro/prejuízo líquido 2T/2024	Lucro/prejuízo líquido Var. %
Totvs[1]	1.087,9	1.295,1	19,0	257,7	295,9	14,8	103,9	120,7	16,2
Grupo Multi (Multilaser)	989,8	884,9	-10,6	37,0	29,8	-19,5	43,5	-52,2	-
Positivo	754,5	813,1	7,8	96,7	84,3	-12,8	21,3	4,9	-77,2
LWSA (Locaweb)[1]	313,7	336,0	7,1	53,6	65,4	22,0	-39,0	18,3	-

Fonte: releases de resultados do segundo trimestre de 2024 das empresas. Elaboração: Valor Data.[1] EBITDA ajustado

Variações acumuladas, em %

Totvs ON · Multi ON · Positivo ON · LWSA ON (Locaweb)

30 · 20 · 10 · 0 · -10 · -20 · -30 · -40

17,44 · -17,28 · -23,80 · -39,23 · 9,91 · -2,92 · -14,77 · -38,05 · 17,72 · 3,76 · -24,22 · -41,59 · 13,78 · -13,82 · -26,29 · -42,18

21/ago/23 · 5/jan/24 · 11/mar/24 · 9/mai/24 · 21/ago/24

Variações em 12 meses (%)

Totvs	13,78 ↗	Positivo	-13,82 ↘
Multi	-42,18 ↘	LWSA	-26,29 ↘

Valor de mercado, em R$ bilhões

Totvs	19,2	Positivo	1,0
Multi	1,6	LWSA	3,0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

IA generativa para anúncio fica de fora de evento da Meta

De São Paulo

De olho nas vendas de fim de ano, a Meta, dona do Facebook, Instagram e WhatsApp, reuniu profissionais de marketing e anunciantes, ontem (21), em São Paulo, para promover suas ferramentas de inteligência artificial (IA) para campanhas publicitárias em suas plataformas.

Mas o uso de IA generativa para acelerar as produções de publicidade ficou de fora do evento. O motivo é que desde 16 de julho a Meta não pode usar esse tipo de ferramenta no país, incluindo um recurso para geração de anúncios e outro de criação de figurinhas no WhasApp. A decisão partiu da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que investiga como a Meta usa os dados de usuários de suas plataformas para treinar seus modelos de IA generativa. A empresa não esclareceu se interrompeu a coleta de dados de usuários para treinar modelos de IA.

Questionado pelo **Valor**, o principal executivo da Meta no Brasil, Conrado Leister, não quis comentar a investigação da ANPD ou a decisão proferida, na semana passada, pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), proibindo a personalização de publicidade com dados de usuários do WhatsApp.

DANIELA BRAUN/VALOR



"Como é um processo [judicial] prefiro não entrar nesse mérito" *Conrado Leister*

"Trabalhamos muito próximos do Judiciário e do Legislativo, mas como é um processo [judicial] prefiro não entrar nesse mérito", disse.

Na decisão liminar do TJ-SP, que atendeu a uma ação civil pública do Ministério Público Federal e do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a justiça determinou que a empresa não pode usar dados de usuários do WhatsApp para direcionar anúncios publicitários no Facebook e no Instagram. Na sexta-feira (16), a Meta disse, em comunicado, que "discorda da decisão e adotará medidas legais cabíveis para evitar qualquer impacto aos usuários e empresas que confiam no aplicativo".

Mesmo sem a IA generativa, Leister destacou a importância da IA para que anunciantes acompanhem a jornada de vendas físicas e on-line. "A gente sabe que ela [a IA] é essencial para o sucesso das empresas porque traz personalização e eficiência às marcas", disse.

O executivo destacou que visitas a páginas de lojas no Facebook e no Instagram ajudam nas decisões de compra de 78% dos consumidores brasileiros na temporada de compras de fim de ano e que 80% deles declaram que gostariam de receber ofertas personalizadas neste período, segundo estudo feito em junho pela consultoria Nodus e comissionado pela Meta e divulgado em junho. Ele também citou um estudo da consultoria Kantar, de outubro do ano passado, mostrando que um em cada três consumidores pesquisa produtos ou serviços on-line antes de fazer compras presenciais ou on-line.

Leister também falou sobre a participação de anunciantes brasileiros nas redes sociais, informando 72% dos anunciantes internacionais investem nesse tipo de plataforma. No Brasil, essa fatia é de 56%, aponta a consultoria Statista.

A IA generativa da publicidade da Meta pode estar na geladeira, mas anunciantes aceleram seus testes com outras ferramentas do mercado buscando ganhar escala em anúncios durante a Black Friday, no fim de novembro, e o Natal.

A área de marketing do Mercado Livre, a maior plataforma de vendas on-line do país e da América Latina, vem experimentando ferramentas de IA generativa para campanhas de publicidade, disse o diretor de Marketing do Mercado Livre, Guilherme Braz, que estava presente no evento.

"Os primeiros testes que vemos de alteração de fotos e vídeos em escala são promissores", disse Braz, ao **Valor**. A varejista vem testando ferramentas de IA generativa em áreas como geração de resumos de avaliações de produtos, cadastros de produtos no marketplace e respostas rápidas a dúvidas de usuários. "Antes se falava de fazer uma animação simples, mas o que temos hoje [em IA generativa] é muito mais interessante do que tínhamos há um ano". *(DB)*



Banco Bradesco S.A.

CNPJ nº 60.746.948/0001-12 – NIRE 35.300.027.795

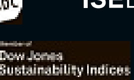
Ata da Reunião Extraordinária nº 2.503, da Diretoria, realizada em 11.6.2024

Aos 11 dias do mês de junho de 2024, às 14h, reuniram-se, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, e por videoconferência, os membros da Diretoria da Sociedade, sob a presidência do senhor Marcelo de Araújo Noronha, o qual convidou o senhor Antonio Campanha Junior para a função de Secretário. Ausentes os senhores Rogério Pedro Câmara e André Luis Duarte de Oliveira, ambos em férias. Durante a reunião, os diretores registraram: a) a saída do Diretor **André Bernardino da Cruz Filho**, nesta data (11.6.2024), por ter atingido o limite de idade estatutário, consignando a ele permanente estima e votos de felicidade, agradecendo-o pela diligência e comprometimento empenhados durante sua gestão; ....

....

Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para assinatura eletrônica. aa) Marcelo de Araújo Noronha, Cassiano Ricardo Scarpelli, Moacir Nachbar Junior, José Ramos Rocha Neto, Guilherme Muller Leal, Bruno D'Avila Melo Boetger, João Carlos Gomes da Silva, Roberto de Jesus Paris, Oswaldo Tadeu Fernandes, Edilson Dias dos Reis, Juliano Ribeiro Marcílio, Cintia Scovine Barcelos de Souza, Fernando Freiberger, José Augusto Ramalho Miranda, Marcos Valério Tescarolo, Renata Geiser Mantarro, Vinicius Urias Favarão, Silvana Rosa Machado e Túlio Xavier de Oliveira. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel de trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Banco Bradesco S.A.** a) Antonio Campanha Junior - Secretário. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob número 297.423/24-1 em 2.8.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.





ISEB3 · abrasca · CDP · ITAG B3 · Dow Jones Sustainability Indices · ibri · BBD LISTED NYSE · BBDO LISTED NYSE

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.509.120/0001-82 – NIRE 35.300.151.381 – Companhia Aberta

Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária realizadas em 30.4.2024

Data, Hora, Local: Em 30.4.2024, às 16h, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, s/nº, Prédio Prata, 2º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. ***Mesa:*** Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Antonio Campanha Junior. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do capital social votante. ***Presença Legal:*** Administrador da Sociedade e representante da KPMG Auditores Independentes. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação, de conformidade com o disposto no Parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Publicações Prévias:*** Os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício social findo em 31.12.2023, foram publicados em 9.2.2024, no jornal "Valor Econômico", páginas A5 e A6. ***Disponibilização de Documentos:*** Os documentos citados no item "Publicações Prévias" e as Propostas do Conselho de Administração, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente, foram disponibilizados para apreciação dos representantes do Banco Bradesco S.A., único acionista da Companhia. ***Deliberações:* a) em Assembleia Geral Extraordinária:** Aprovaram proposta do Conselho de Administração para alterar parcialmente o Estatuto Social, no "caput" do Artigo 12, extinguindo os cargos de Diretor Adjunto e de Diretor Gerente, e criando o cargo de Diretor Executivo; e no Artigo 14, aprimorando a redação da alínea "c" e excluindo a alínea "d" em decorrência da extinção dos cargos acima mencionados. Em consequência, os mencionados dispositivos estatutários passarão a vigorar com as seguintes redações, após a homologação pelo Banco Central do Brasil: "Artigo 12) A Diretoria da Sociedade, eleita pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, que se estenderá até a posse dos novos Administradores eleitos, é composta de 4 (quatro) a 18 (dezoito) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente e de 3 (três) a 17 (dezessete) diretores distribuídos, a critério do Conselho, entre os cargos de Diretor Vice-Presidente, Diretor Executivo e Diretor.". "Artigo 14) Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria: a) ao Diretor-Presidente, presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar e coordenar a ação dos seus membros; b) aos Diretores Vice-Presidentes, colaborar com o Diretor-Presidente no desempenho de suas funções, supervisionar e coordenar as áreas que lhes ficarem afetas; c) aos Diretores Executivos, o desempenho das funções que lhes forem atribuídas, reportando-se ao Diretor-Presidente e aos Diretores Vice-Presidentes; d) aos Diretores, desempenhar as funções que lhes forem atribuídas.". **b) em Assembleia Geral Ordinária:** 1) tomaram as contas dos administradores e aprovaram integralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; 2) considerando que a Bradesco Leasing obteve no exercício social encerrado em 31.12.2023 lucro líquido no montante de R$480.519.149,18, aprovaram a proposta do Conselho de Administração da Companhia para destinação da seguinte forma: • R$24.025.957,46 para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; • R$342.369.893,79 para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; • R$114.123.297,93 a título de dividendos, os quais deverão ser pagos até 31.12.2024 e serão computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício de 2024 previstos no Estatuto Social. Em seguida, o Secretário informou aos presentes que não foi proposta à Assembleia nova distribuição de juros sobre o capital próprio/dividendos relativos ao ano de 2023. 3) aprovaram a proposta do Banco Bradesco S.A., para reeleição dos atuais membros do Conselho de Administração, senhores ***Luiz Carlos Trabuco Cappi***, brasileiro, viúvo, em união estável, bancário, RG 5.284.352-X/SSP-SP, CPF 250.319.028/68; ***Alexandre da Silva Glüher***, brasileiro, casado, bancário, RG 57.793.933-6/SSP-SP, CPF 282.548.640/04; ***Milton Matsumoto***, brasileiro, casado, bancário, RG 29.516.917-5/SSP-SP, CPF 081.225.550/04; e ***Maurício Machado de Minas***, brasileiro, casado, bancário, RG 7.975.904-X/SSP-SP, CPF 044.470.098/62, todos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; bem como a eleição do senhor ***Octavio de Lazari Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 12.992.558-5/SSP-SP, CPF 044.745.768-37, todos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. Esclareceu o senhor Secretário que todos os membros reeleitos: 1. arquivaram declarações na Sede Social, sob as penas da lei, de que atendem às condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76 e na Resolução nº 4.970/21, do Conselho Monetário Nacional; 2. terão seus nomes levados à aprovação do Banco Central do Brasil, após o que tomarão posse de seus cargos para mandato de 2 (dois) anos, estendido até a posse dos Conselheiros que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2026. 4) aprovaram a proposta do Conselho de Administração para que não fosse fixada remuneração aos administradores da Companhia, considerando que todos são remunerados pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., seu único acionista. ***Encerramento:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata no livro próprio, que vai assinada pelo Presidente, por mim Secretário, pelo Administrador, e pelos representantes legais do único acionista e da KPMG Auditores Independentes, senhor Guilherme Zuppo Ventura Diaz, Contador, CRC 1SP294326/O-3, de acordo com o disposto no Parágrafo 1º do Artigo 134 da Lei nº 6.404/76. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil.** a) Antonio Campanha Junior - *Secretário.* **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob número 287.851/24-2 em 30.7.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60 - NIRE 3330029074-5
Companhia Aberta

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial ("Cia"), realizada em 2.8.24. 1. Data, Hora e Local: Em 2.8.24, às 15h, de forma presencial, na sede social da Companhia, ou por videoconferência, na forma autorizada pelo Art. 12, §5º, do Estatuto Social da Cia. **2. Convocação e presenças:** Convocação enviada aos Srs. Conselheiros no dia 28.7.24, nos termos do Art. 12 do Estatuto Social da Cia. Participação presencial e por videoconferência, estando presente a totalidade dos membros Conselho de Administração, a saber: Eduardo Saggioro Garcia (Presidente do Conselho de Administração), Carlos Alberto da Veiga Sicupira (Conselheiro), Paulo Alberto Lemann (Conselheiro), Cláudio Moniz Barreto Garcia (Conselheiro), Sidney Victor da Costa Breyer (Conselheiro Independente), Vanessa Claro Lopes (Conselheira Independente), Célio de Melo Almada Neto (Conselheiro Independente). Participaram, ainda, os Srs. Leonardo Coelho e Camille Loyo Faria, diretores estatutários da Cia, o Sr. Fábio Fernandes Medeiros, diretor jurídico e de compliance, e a Sra. Sabrina da Rocha Juhàsz, gerente de governança. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Eduardo Saggioro Garcia; Secretário: Fábio Fernandes Medeiros. **4. Ordem do Dia:** (i) Aprovar, nos termos da minuta de Proposta da Administração submetida, a convocação de AGE da Cia. a fim de submeter aos acionistas as propostas de: (a) alteração do art. 5º do Estatuto Social, de forma a atualizar a redação estatutária sobre a composição do capital social para refletir o aumento de capital da Companhia aprovado na AGE realizada em 21.5.24 e homologado parcialmente pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25.7.24, bem como o grupamento das ações e bônus de subscrição de emissão da Cia. na proporção de 100:1, aprovado na AGE realizada em 21.5.24; (b) eleição dos 7 (sete) novos membros do Conselho de Administração, nos termos da Cláusula 8.2.1 do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, homologado pelo Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro em 26.2.24 ("PRJ"); (c) consolidação do Estatuto Social da Cia. de forma a refletir a alteração acima indicada; e (d) autorização para a administração da Cia. a tomar as providências e praticar os atos necessários com relação à implementação das deliberações tomadas em Assembleia, bem como ratificar todos os atos praticados até a data da Assembleia. **5. Deliberações:** Instalada a Reunião do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade e sem ressalvas, após análise dos documentos pertinentes, tomaram as seguintes deliberações: **(i)** Aprovar, nos termos da minuta de Proposta da Administração submetida, a convocação de AGE da Cia, a realizar-se em 5.9.24, às 11h, de forma exclusivamente digital, para deliberar, em primeira convocação, a fim de submeter aos acionistas as seguintes propostas ("AGE"): **(i.1)** Alteração do art. 5º do Estatuto Social de forma a refletir o novo valor e número de ações em que se divide o capital social da Companhia em decorrência do aumento de capital aprovado na AGE realizada em 21.5.24 e homologado parcialmente pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25.7.24 ("Homologação Parcial" e "Aumento de Capital", respectivamente) e do grupamento das ações e bônus de subscrição de emissão da Cia., na proporção de 100:1, de forma que cada lote de 100 ações ordinárias ou bônus de subscrição seja grupado em uma única ação ou bônus de subscrição da mesma espécie, sem modificação do valor do capital social, nos termos do art. 12 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), conforme aprovado na AGE realizada em 21.5.24 ("Grupamento"). O Aumento de Capital da Cia. foi homologado parcialmente em montante de R$ 24.460.697.430,00, mediante a emissão de 18.815.921.100 novas ações ordinárias ("Novas Ações"), ao preço de emissão de R$ 1,30 por Nova Ação, fixado nos termos do art. 170, §1º, inc. III, Lei 6.404/76. Como vantagem adicional às Novas Ações subscritas, foi emitido um total de 6.271.972.262 bônus de subscrição aos subscritores das Novas Ações ("Bônus de Subscrição"), na proporção de 1 (um) bônus de subscrição para cada grupo de 3 (três) Novas Ações subscritas. Em razão da Homologação Parcial do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passou a ser de R$ 39.918.251.652,38, representado por 19.718.450.603 ações ordinárias, todas escriturais nominativas e sem valor nominal, sem considerar os efeitos do Grupamento. Conforme o cronograma constante do Aviso aos Acionistas divulgado em 24.7.24 pela Cia, o Grupamento será efetivado no dia 26.8.24. Assim, considerando os efeitos do Grupamento, o capital social passará a ser representado por 197.184.506 ações ordinárias, sem modificação do valor do capital social; **(i.2)** Eleição de 7 (sete) novos membros para compor o Conselho de Administração da Cia., para um mandato de 2 (dois) anos contados da data de sua investidura, autorizada a recondução por igual período ("Novo Conselho de Administração"). A eleição do Novo Conselho de Administração é uma medida prevista na Cláusula 8.2.1. do Plano de Recuperação Judicial da Cia, homologado pelo Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro em 26.2.24 ("PRJ"). Em 25.7.24 ("Data de Homologação"), o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Homologação Parcial do Aumento de Capital da Companhia. Nos termos da Cláusula 8.2.1, a partir da Data de Homologação, a Companhia deverá manter um Conselho de Administração composto por um total de 7 (sete) membros, identificados no Anexo II do Acordo de Apoio à Reestruturação, Plano de Recuperação Judicial, Investimento e Outras Avenças, celebrado em 27.11.23 ("PSA"). Nos termos da Proposta da Administração, do PRJ e do PSA, propõe-se a eleição dos seguintes membros efetivos, identificados no PSA e integrantes da chapa recomendada pelo Comitê de Nomeação da Companhia: Eduardo Saggioro Garcia, Luiz Fernando Ziegler De Saint Edmond, Cláudio Moniz Barreto Garcia, Yuiti Matsuo Lopes, e, como conselheiras independentes, Paula Magalhães Cardoso Neves, Maria Rita Megre de Sousa Coutinho e Vanessa Claro Lopes, tendo sido verificado, por este Conselho de Administração, em linha com a indicação do Comitê de Nomeação da Cia., também com base em declarações apresentadas pelas Sras. Paula Magalhães Cardoso Neves, Maria Rita Megre de Sousa Coutinho e Vanessa Claro Lopes, os seus respectivos enquadramentos no conceito de conselheiro independente para fins do Art. 12, §9º do Estatuto Social da Cia, do Anexo K da Res. CVM nº 80, de 29.3.22 e do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3; **(i.3)** Consolidação do Estatuto Social da Cia. de forma a refletir a alteração acima indicada; **(i.4)** Autorização para a administração da Cia. tomar as providências e praticar os atos necessários com relação à implementação das deliberações tomadas em assembleia, bem como ratificar todos os atos tomados até esta data com relação ao Aumento de Capital. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e ninguém fazendo uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, é assinada pelos membros da Mesa e pelos Conselheiros presentes. Mesa: Presidente: Eduardo Saggioro Garcia; Secretário: Fábio Fernandes Medeiros. Conselheiros: Eduardo Saggioro Garcia, Carlos Alberto da Veiga Sicupira, Paulo Alberto Lemann, Cláudio Moniz Barreto Garcia, Sidney Victor da Costa Breyer, Vanessa Claro Lopes, e Célio de Melo Almada Neto. RJ, 2.8.24. Certifico que a presente é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio. **Fábio Fernandes Medeiros** - *Secretário*. JUCERJA nº 6396202 em 14.8.24.

Moda Growth Brands prevê rodada de captação este ano para expansão de canais de vendas

Holding busca marcas digitais para abrir lojas físicas



ROGERIO VIEIRA/VALOR

Tulio Landin (à esquerda), Luísa Morato, Felipe Siqueira e Augusto Caldas: cofundadores da Growth Brands esperam faturar R$ 60 milhões este ano e R$ 1 bi em 5 anos

Angela Klinke
Para o Valor, de São Paulo

Foi ele que criou o uniforme dos "farialimers", os analistas e gestores do corredor financeiro de São Paulo, a avenida Faria Lima. "A culpa é toda minha. Vendemos mais de 5 mil coletinhos com pluma de ganso para a XP entre 2019 e 2020", conta rindo Felipe Siqueira, na época à frente da marca Oficina Reserva, que este ano passou a integrar o Azzas 2154, a fusão dos grupos Arezzo e Soma.

Hoje, Siqueira está nos bastidores de marcas de "lifestyle" vestindo surfistas, ciclistas e mulheres "de corpo real". É um dos fundadores da holding The Growth Brands ao lado de Túlio Landim (atual CEO da Dengo e ex-CEO da Track & Field) e do advogado Augusto Caldas, especializado em fusões e aquisições.

Desde 2022, o grupo adquire participação entre 15% e 40% de pequenas empresas nativas digitais de moda e bem-estar, para promover sua expansão. São as chamadas "DNVB", sigla para "digitally native vertical brand". A holding pretende faturar este ano R$ 60 milhões. E tem um plano ambicioso de chegar a R$ 1 bilhão em cinco anos, expandindo no varejo físico, com 212 lojas.

Até aqui, além de Landin e Caldas, Siqueira reuniu como investidores e no conselho um "grupo de amigos com experiência em tecnologia e varejo", como Diego Barreto, atual CEO do iFood; Marcela Rezende, da equipe fundadora da MadeiraMadeira e diretora do Stark Bank; Bruno Nardon, fundador de Kanui, Rappi e G4, entre outros.

Com uma "grande rodada de captação" prevista para este ano, destinada a fundos de investimento, os sócios pretendem fazer uma expansão omnichanel (estratégia de vendas por múltiplos canais) das marcas, focada em lojas próprias e franquias.

Na carteira do grupo hoje estão as marcas IQ, focada em roupas com performance e design para ciclismo; a Wave, marca de bem-estar sexual feminina; a Rabbit, fábrica de NFTs; a Undo for Tomorrow, de sneakers (tênis) sustentáveis com sola reciclada, feita de balões de festas infantis descartados, e a Camys, de moda feminina baseada no "básico de luxo".

A Camys está na origem da holding. Foi criada em 2018 pela advogada mineira Luísa Morato, hoje a CEO, que começou a startup em busca da camiseta perfeita para ser usada com blazer. É uma das principais apostas no projeto de faturar R$ 1 bilhão daqui cinco anos, segundo Siqueira.

Desde o início, a marca se destacou por escolher o algodão egípcio na confecção das camisetas, matéria-prima pouco utilizada pelas malharias. "As camisetas femininas do mercado eram transparentes e coladas no corpo. Apostamos em tecido de qualidade e modelagem confortável", diz Morato. Foram mais de 70 protótipos para chegar ao que queriam. No primeiro ano, com dois modelos (gola redonda e gola V) e três cores (branca, preta e cinza), a Camys alcançou R$ 4 milhões em vendas.

> Desenvolvemos o negócio em conjunto com os fundadores das grifes
> *Luísa Morato*

"Quando entramos no negócio, em 2021, a Camys faturava R$ 7,5 milhões. Este ano, vai chegar a R$ 31 milhões, com o 'e-commerce', duas lojas físicas e o atacado com presença em 110 multimarcas", diz Siqueira. Nesse período, a Growth comprou a participação de uma sócia da marca e fez um aporte que possibilitou a expansão do mix de produtos e a profissionalização do negócio.

Hoje, na Camys há também o "blazer ideal e 200 itens essenciais, atemporais e duráveis, que são nosso foco", diz Morato. O valor médio da camiseta é R$ 260, o tíquete médio no site R$ 530 e nas lojas físicas R$ 880.

Morato diz acreditar que o país comporta 60 lojas Camys, no mínimo. "Vamos ter dez lojas próprias, sendo cinco em São Paulo, e depois partimos para a expansão por franquias." Na Camys, o varejo físico, com as duas lojas próprias, sendo uma no shopping JK Iguatemi, em São Paulo, representa 42% do resultado.

A entrada de fundos de investimento que buscam resultados no curto prazo não vai mudar a essência do grupo? "Não, porque estamos escolhendo os fundos e não o contrário", diz Morato. O objetivo é recusar fundos que possam ter prejudicado empreendedores, por exemplo. "Buscamos resultado e a sustentabilidade econômica sempre. Desenvolvemos o negócio em conjunto com os fundadores das marcas."

Para Tulio Landin, um dos sócios da holding, o trabalho da Growth é tornar os modelos de negócios ainda mais robustos. "Nossa expertise, aliada ao capital investido e a inovação dos empreendedores, nos proporciona oportunidades únicas", diz ele.

"Temos competências complementares e isso nos permite criar ecossistemas para impulsionar empreendedores com comunidades incríveis", completa Augusto Caldas. Os grandes grupos de moda, diz Siqueira, querem apostar só em negócios que já estão prontos, mesmo que paguem mais caro para isso. "Eles são geniais, mas não olham para o potencial dos pequenos empreendedores."

A Growth investe em especial nos pilares de "branding", performance e na expansão omnichanel. "Apostamos muito nas fotos e vídeos feitos por cineastas, porque não dá para vender produtos sofisticados com campanhas feias. Isso também ajuda nas comunidades", diz. Ao mesmo tempo, os influenciadores que são contratados também precisam "trazer tráfego."

A mais nova marca a fazer parte do portfólio da Growth é a Cosmo Rio, fundada por Lúcia Hsu e Natalia Barros, que faz "beachwear" (moda praia) e roupas "minimalistas e confortáveis para mulheres livres." Segundo Siqueira, o grupo acompanha outras 25 marcas nativas digitais no mercado.

"São sempre startups autênticas, focadas em tecnologia, diversidade e com uma comunidade engajada. A que se destacar, a gente investe. A Cosmo, por exemplo, nunca usou um modelo ou filtro em suas fotos de campanha e tem mais de 100 mil mulheres fãs envolvidas mesmo com a marca."

A Undo, por sua vez, fabrica seus tênis no Brasil e tem 70% de seu resultado no mercado europeu, onde, diz Siqueira, "você não precisa explicar o que é um produto sustentável, e o maior mercado, claro, é Berlim." O escritório fica em Lisboa e o centro de distribuição em Frankfurt.

Agora, o grupo leva a marca para os Estados Unidos, com centro de distribuição e expandindo o "e-commerce" para aquele mercado. No ano passado, a Growth convidou o surfista Gabriel Medina para ter participação, o que ampliou o público da marca.

"Ele foi colocando o tênis no pé de todo mundo legal, como a medalhista olímpica de prata Tatiana Weston-Webb. Trouxe ainda mais a comunidade do surfe para a marca", diz Siqueira. O grupo vai trazer também os jovens, uma vez que por meio da Rabbit, o "laboratório figital" (junção de físico e digital) da holding, vai lançar tênis Undo no universo do "games". "A garotada compra o tênis no ambiente do jogo e recebe também o sneaker físico em casa."

Siqueira criou a marca Oficina em 2014, em Belo Horizonte, uma startup para "solucionar problemas de perfis corporais masculinos", marca nativa digital de roupas sob medida para o público masculino.

"Na época, eu vi que o mundo do trabalho estava mudando de figura. E que uma marca confortável como a Patagônia chegava a Wall Street. Então, finquei o pé nisso", conta Siqueira. Em 2017, vendeu a participação majoritária para o grupo Reserva. "A gente cresceu muito rápido porque criou uma marca apoiada em tecnologia, com matérias-primas muito incríveis."

> "É bacana quando o Brasil exporta produto acabado e sustentável"
> *Felipe Siqueira*

Siqueira lembra que, durante a pandemia, em junho de 2020, teve um retorno sobre um investimento global de 26 vezes, ou seja, "para cada R$ 100 mil que eu investia em tráfego pago voltava R$ 2,6 milhões em vendas."

Em novembro de 2020, o grupo Reserva foi adquirido pelo grupo Arezzo por R$ 715 milhões. "E aí a Oficina Reserva foi junto, a marca mais digitalizada do grupo. E eu decidi sair e criar coisas novas." Assim, ele montou o seu, digamos, "Clube da Esquina" das aceleradoras, de tantos mineiros que fazem parte do grupo.

Com a Growth, ele pretende fazer as marcas expandirem não só nacionalmente, mas também no exterior. "É muito bacana quando o Brasil exporta produto acabado e sustentável. A Dengo, por exemplo, está abrindo lojas em Paris com chocolate de cacau de agrofloresta". Nesse sentido, diz, um dos pontos de atenção do grupo é a rastreabilidade da matéria-prima, como o algodão.

"Não dá para a gente ser um país que só exporta minérios", diz Siqueira. Ele tem proximidade com esse cenário. Sua família é de Cataguases, na Zona da Mata mineira, onde há mineração e indústria têxtil. "Mas também tem uma arquitetura modernista incrível. O Colégio de Cataguases, por exemplo, é projeto de Oscar Niemeyer, paisagismo de Burle Marx e um mural de Portinari." São os empreendedores-criadores e o "soft power" brasileiro que ele busca valorizar no grupo.

Curtas

Google e Apple

A autoridade antitruste do Reino Unido encerrou as investigações sobre as lojas virtuais do Google e da Apple para analisar o caso novamente após a aprovação de novas leis no país.

Sephora demite na China

A Sephora, da LVMH, anunciou que demitiu menos de 3% de sua força de trabalho de 4 mil pessoas na China como parte de uma reestruturação mais ampla em meio a uma desaceleração econômica. A gigante francesa de beleza confirmou que essas demissões buscam garantir o crescimento a longo prazo no país, informou a Dow Jones. Isso segue um relatório da agência "Bloomberg" que afirmava uma redução de 10% na força de trabalho.

Pesquisa

A empresa de pesquisa de mercado Ipsos divulgou, nesta quarta-feira (21), o ranking das 20 marcas mais bem avaliadas por consumidores brasileiros. Entre as 13 marcas que ocupam as 10 primeiras posições, a Nestlé conquistou o 1º lugar, seguida por Google e Samsung. A 4ª posição ficou com a Colgate, depois Natura (5º), Amazon e Omo (6º lugar), Coca-cola (7º), WhatsApp e O Boticário (8º), Sadia e YouTube (9) e iFood (10). A pesquisa "Contextual Brand Success", realizada de forma on-line em julho, entrevistou 2 mil brasileiros com mais de 18 anos. Foram avaliadas 100 marcas de diferentes categorias.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Aceco Ti S/A -** CNPJ: 43.209.436/0001-06 - Endereço: Av. Fabio Eduardo Ramos Esquivel, 2100, Galpão 02, Bairro Canhema, Diadema/sp - Requerente: Ecolan Infraestrutura em Redes Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Body Sport Brasil Importadora e Comércio de Equipamentos de Ginástica Ltda. -** CNPJ: 32.479.731/0001-58 - Endereço: Av. Nasser Marao, 1781, Sala 01, 1º Distrito Industrial - Requerente: Body Sport Brasil Importadora e Comércio de Equipamentos de Ginástica Ltda. - Vara/Comarca: 5a Vara de São José do Rio Preto/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **Brasil Loteamentos Ltda. -** CNPJ: 60.837.671/0001-33 - Endereço: Av. Copacabana, 177, Sala 148, Emp. 18, Barueri/sp - Requerente: Elaine Silva de Castro - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Clínica de Estética Llux Carneiro Ribeiro Ltda., Nome Fantasia La Finesse Estética Avançada -** CNPJ: 40.472.753/0001-14 - Endereço: Rua Antonio Camardo, 727, Bairro Vila Gomes Cardim - Requerente: Clínica de Estética Llux Carneiro Ribeiro Ltda. - Vara/Comarca: 45a Vara Cível de São Paulo/SP - Observação: Pedido de auto falência redistribuído.

Requerido: **Concic Engenharia S/A -** CNPJ: 15.103.039/0001-01 - Endereço: Rua André Ampere, 153, Bairro Brooklin Paulista - Requerente: Construtora e Dragagem Paraopeba Ltda. - Vara/Comarca: 38a Vara Cível de São Paulo/SP

Requerido: **Condomínio Residencial Way Petrópolis Incorporação Spe Ltda. -** CNPJ: 15.777.385/0001-75 - Endereço: Av. Pereira Barreto, 1395, 4º Andar, Sala 47, Bairro Paraíso - Requerente: Valebeton Concreto Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Cordialle Alimentos Ltda. -** CNPJ: 37.439.886/0001-84 - Endereço: Estrada do Corredor, 6150, Galpão 03, Bairro Jardim Luana, Itaquaquecetuba/sp - Requerente: Puma Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Multissetorial - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Requerido: **Emilene Material Elétrico e Hidráulico Ltda. -** CNPJ: 73.036.618/0001-85 - Endereço: Av. Jardim Tamoio, 1432, Bairro Itaquera - Requerente: Banco Fibra S/A - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Requerido: **Favifer Comércio de Ferro e Aço Eireli -** CNPJ: 02.389.316/0001-42 - Endereço: Rua Jequitaí, 333, Bairro Cidade Parque Brasília, Guarulhos/sp - Requerente: Trademaster Instituição de Pagamento, Serviços e Participações S/A - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Requerido: **Favifer Comércio de Ferro e Aço Eireli -** CNPJ: 02.389.316/0001-42 - Endereço: Rua Jequitaí, 333, Bairro Cidade Parque Brasília, Guarulhos/sp - Requerente: Fátima Ferro e Aço Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Ferragens Fortaleza Ltda. -** CNPJ: 29.954.805/0001-56 - Endereço: Av. Presidente Castelo Branco, 2545, Bairro Jardim Zaira, Mauá/sp - Requerente: Banco Fibra S/A - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Requerido: **Indústria e Comércio de Móveis Jm Barreto Ltda. -** CNPJ: 63.914.865/0001-83 - Endereço: Rua Eugênio Buasi, 1/31, Distrito Industrial, Valentim Gentil/sp - Requerente: Ailton de Carvalho Monteiro, Alberto Eidt, Alexsandro Rodrigues Moura, Aline Almeida Silva, Anderson Natal Bellati Pagliarini, André Sunhiga de Almeida, Anivaldo Xavier Lemes, Brenda Tamara Cardoso Andrade, Bruna Correia da Silva e Camila Cristina de Souza Vieira - Vara/Comarca: 4a Vara de Votuporanga/SP

Requerido: **Jm Barreto Construtora e Incorporadora Ltda. -** CNPJ: 11.092.408/0001-57 - Endereço: Rua Antonio Carlos de Marchi, 2/74, Bairro Jardim Barreto, Valentim Gentil/sp - Requerente: Ailton de Carvalho Monteiro, Alberto Eidt, Alexsandro Rodrigues Moura, Aline Almeida Silva, Anderson Natal Bellati Pagliarini, André Sunhiga de Almeida, Anivaldo Xavier Lemes, Brenda Tamara Cardoso Andrade, Bruna Correia da Silva e Camila Cristina de Souza Vieira - Vara/Comarca: 4a Vara de Votuporanga/SP

Requerido: **Líder Pão Indústria e Comércio de Panificação Ltda. ME -** CNPJ: 04.709.037/0001-44 - Endereço: Rua Benedito Alves Delfino, 1491, Distrito Industrial - Requerente: Líder Pão Indústria e Comércio de Panificação Ltda. ME - Vara/Comarca: 5a Vara de Marília/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **Mmp Comercial Industrial de Plásticos Ltda. Epp -** CNPJ: 02.631.949/0001-15 - Endereço: Rua Maria Paula Motta, 1279, Bairro Jardim Presidente Dutra - Requerente: Premium Recebíveis I Multissetorial Fundo em Direitos Creditórios Não Padronizados - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Requerido: **Pets Mellon Indústria de Produtos Para Alimentação Animal Ltda. -** CNPJ: 35.644.394/0001-03 - Endereço: Av. Emílio Arroyo Hernandes 3299, Bairro Pozzobon, Votuporanga/sp - Requerente: Frigoibi Indústria e Comércio de Carnes Ltda. ME - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Requerido: **Sequoia Logística e Transportes S/A -** CNPJ: 01.599.101/0001-93 - Endereço: Av. Isaltino Victor de Moraes, 437, Piso Térreo M, Bairro Vila Bonfim, Embu Das Artes/sp - Requerente: Wirk Serviços Especializados e Transportes Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Soares Materiais Para Construção de Mairiporã Ltda. -** CNPJ: 09.202.981/0001-24 - Endereço: Alameda Canudo de Pito, 67, Parque Petrópolis, Mairiporã/sp - Requerente: Banco Fibra S/A - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Graça e Cruz Ltda. Epp, Nome Fantasia Art Vidros -** CNPJ: 41.192.246/0001-90 - Endereço: Av. Dona Constância de Góes Monteiro, 635, Bairro Jatiuca - Administrador Judicial: Dr. Arthur Taboza Barros - Vara/Comarca: 8a Vara de Maceió/AL - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **O. A. T. Centro de Formação de Vigilante Ltda. -** CNPJ: 02.071.693/0001-39 - Endereço: Av. Areia Branca, 1555, Loja A, Salas 201, 202 e 203, Bairro Santa Cruz - Administrador Judicial: Carlos Magno, Nery & Medeiros Sociedade de Advogados - Vara/Comarca: 6a Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Master Pátio e Estacionamento Eireli ME -** CNPJ: 03.011.019/0001-21 - Endereço: Estrada Vereador Norberto Vieira Diniz, 240, Bairro Jardim Itatiaia, Embu Das Artes/sp - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Campo Norte Transportes Ltda. -** CNPJ: 11.522.715/0001-20 - Endereço: Rua Araca, 2150,casa 01, Bairro Coronel Antonino - Administrador Judicial: Ex Lege Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Breno Augusto Pinto de Miranda - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS

Empresa: **Móveis Saraiva Eireli Epp -** CNPJ: 09.098.681/0001-47 - Endereço: Rua Mathias Nossol, 2990, Bairro Serra Alta, São Bento do Sul/sc - Administrador Judicial: João Carlos e Fernando Scalzilli Advogados e Associados, Representada Pelo Dr. João Pedro Scalzilli - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC

Empresa: **Renato Delorenzo Ribeiro do Vale, Nome Fantasia Fazenda Santa Fé Ii -** CNPJ: 54.399.932/0001-88 - Endereço: Fazenda Santa Fé Ii, S/nº, Zona Rural, Santa Fé do Araguaia/to - Administrador Judicial: Sr. Marco Aurélio Galdino Iunes - Vara/Comarca: Vara de Recuperação Judicial de Empresas e Falências de Araguaína/TO

Empresa: **Roque Delorenzo Ribeiro do Vale, Nome Fantasia Fazenda Santa Fé -** CNPJ: 54.400.005/0001-30 - Endereço: Fazenda Santa Fé, S/nº, Zona Rural, Santa Fé do Araguaia/to - Administrador Judicial: Sr. Marco Aurélio Galdino Iunes - Vara/Comarca: Vara de Recuperação Judicial de Empresas e Falências de Araguaína/TO

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Bokitu's Padaria, Confeitaria e Lancheria Ltda. -** CNPJ: 80.997.430/0001-69 - Endereço: Rua Silvino Ciarini, 532, Bairro Dos Industriários - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Clade Comércio de Alimentos Ltda. Ou Gba Indústria, Comércio e Transportes Ltda. -** CNPJ: 11.331.612/0001-83 - Endereço: Travessa Lamonatto, 195, Centro Ou Rodovia Br 153, Km 97, S/nº, Bairro Vila Jacob Biezus - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **La Viere Indústria Têxtil Ltda. -** CNPJ: 14.507.895/0001-60 - Endereço: Rua Frederico Jensen, 5294, Fundos, Bairro Itoupavazinha, Blumenau/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Padaria e Confeitaria Mcecília Eireli -** CNPJ: 13.465.940/0001-06 - Endereço: Distrito Santo Antonio, S/nº, Interior - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Padaria Pinherus Ltda. -** CNPJ: 03.458.244/0001-00 - Endereço: Travessa Lamonatto, 185, Centro - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Panificadora e Confeitaria Hello Ltda. ME -** CNPJ: 09.091.716/0001-16 - Endereço: Rua Atalípio Magarinos, 270, Sala 03, Centro - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.



Políticas Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário, afirmou que não haverá indenização a quem teve perdas estruturais com chuvas

Governo atendeu produtor familiar do RS, diz ministro

Rafael Walendorff
De Brasília


CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO

Paulo Teixeira: casos não atendidos pelo limite de desconto de R$ 120 mil nas dívidas serão analisados em comissão

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, afirmou que o conjunto de medidas anunciado até agora para apoiar a retomada da produção agropecuária no Rio Grande do Sul após enchentes e inundações deste ano atende totalmente às demandas apresentadas pela agricultura familiar gaúcha. Lideranças do setor ainda apontam insuficiência nas ações e demora na efetivação da ajuda.

Em entrevista ao **Valor**, o ministro disse que não haverá indenização aos produtores rurais por perdas estruturais. Os descontos, autorizados pela medida provisória 1.247/2024, são atrelados unicamente aos financiamentos bancários do público dos municípios afetados pela catástrofe climática.

Ele salientou que o governo federal vai arcar com os custos de reconstrução da infraestrutura de assentamentos da reforma agrária atingidos no Estado. A despesa é estimada em R$ 160 milhões e faz parte de um pedido de novo crédito extraordinário que a Pasta vai encaminhar à Casa Civil em breve.

Teixeira disse que foi necessário estabelecer um limite para os descontos — de R$ 120 mil para quem teve perdas acima de 60% — devido ao teto do orçamento de R$ 1,8 bilhão prometido para bancar os rebates. Segundo ele, os recursos contemplam a maior parte dos produtores gaúchos. Ainda não há previsão de medida adicional para quem teve perdas acima desse valor nem remissão total da dívida.

"O agente financeiro tem o perfil dos financiamentos. Não a totalidade, mas a grande maioria [do público] está dentro desse perfil. Esse conjunto de medidas atende plenamente a agricultura familiar", disse Teixeira. Nesta semana, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS) reforçou um pleito para que produtores com seguro ou penhor sejam atendidos. A entidade também disse que os limites de descontos reduzem o alcance.

Sobre a promessa de anistia das dívidas, Teixeira afirmou que casos não atendidos pelo limite de R$ 120 mil poderão ser analisados pela comissão especial, para se avaliar "a hipótese" de outro apoio. Os integrantes da comissão devem ser nomeados nesta semana.

O ministro disse que ainda não há estimativas do impacto das enchentes na próxima safra e que essas informações serão levantadas a partir da formalização dos pedidos de descontos pelos produtores e das declarações de prejuízos.

"Vamos sentir o pulso do agricultor. Esperamos que ele não deixe o campo, não deixe a sua propriedade, que continue a produzir", afirmou. Os laudos técnicos sobre as perdas dos produtores que buscarão os descontos poderá ser feito gratuitamente pela Emater/Ascar-RS. O governo federal vai repassar cerca de R$ 34,7 milhões para custear a medida.

Teixeira ressaltou que as medidas desenhadas e anunciadas até agora são para atender especificamente o público atingido pelas enchentes. Os gaúchos pedem ajuda mais ampla por conta do endividamento anterior, causado por três secas consecutivas.

"Assim que baixar essa água, literalmente, vamos continuar a dialogar com o setor e ouvir suas demandas", reforçou, sem sinalizar qualquer iniciativa para securitizar dívidas anteriores dos gaúchos. O montante total de dívidas rurais do Rio Grande do Sul, com vencimento até 2040, é de R$ 80 bilhões.

Após a primeira leva de medidas, que inclui suspensão de cobranças de dívidas, crédito novo do Pronaf com desconto e fundo de aval, o governo vai reunir agentes de assistência técnica e extensão rural para ajudar na restauração produtiva local. O objetivo, disse Teixeira, é "repensar em outras bases essa reconstrução, com um componente ambiental forte".

Outro assunto que interessa aos gaúchos, os preços do arroz continuam no radar do governo e voltaram a preocupar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A indústria sinalizou que a alta do dólar pode impactar nas cotações.

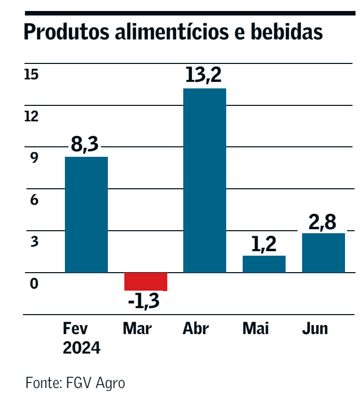
O governo praticamente descartou a possibilidade de comprar arroz importado. A MP 1.217/2024, que autoriza a importação de arroz, perderá a validade em 5 de setembro.

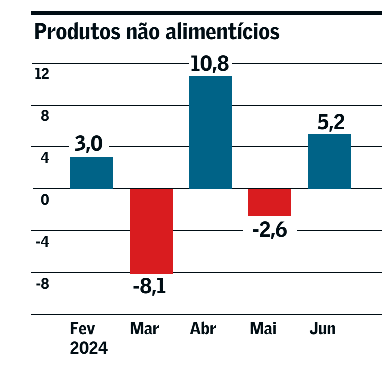
A estratégia principal do governo, disse Teixeira, será estimular a produção com o contratos de opção de compra do arroz direcionados ao Centro-Oeste, sul do Maranhão, Tocantins, Piauí, oeste da Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

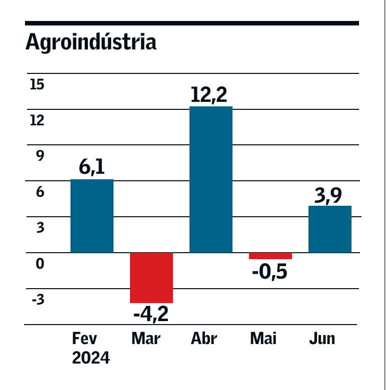
> "Vamos sentir o pulso do agricultor. Esperamos que ele não deixe o campo e que continue a produzir"
> *Paulo Teixeira*

PIMAgro

Índice de Produção Agroindustrial da FGV Agro (% a.a.)







Fonte: FGV Agro

Produção da agroindústria nacional reagiu em junho e teve alta de 3,9%

Conjuntura

Camila Souza Ramos
De São Paulo

A produção da agroindústria reagiu em junho depois que as enchentes no Rio Grande do Sul abalaram o resultado nacional em maio. O Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), elaborado pelo Centro de Estudos do Agronegócio FGV Agro, subiu 3,9% em junho na comparação anual.

O resultado de junho foi 3,1% superior ao de maio, e mais do que compensou a retração de 1,9% daquele mês. Com isso, no acumulado do ano, o setor registra crescimento de 3,9%.

Houve expansão tanto dos setores da indústria alimentícia e de bebidas como da indústria não alimentícia. O segmento que mais cresceu foi o de biocombustíveis, que avançou 19,9%, puxado pelo aumento da moagem de cana no Centro-Sul e da produção de etanol, cuja demanda está em alta. O resultado reverteu a retração do início do ano e resultou em uma alta acumulada de 11% no ano.

Ainda dentro do segmento de produtos não alimentícios, outro destaque foi o da indústria de produtos florestais, que cresceu 7,5% em junho, refletindo o aumento da produção de papel, celulose e produtos de madeira.

Já os segmentos de insumos agropecuários, produtos têxteis e fumo registraram retração em junho. Segundo o FGV Agro, o resultado possivelmente ainda reflete os efeitos das chuvas excessivas no Rio Grande do Sul.

Dentre os segmentos de produtos alimentícios e bebidas, o maior aumento de produção foi da indústria de bebidas alcoólicas, com crescimento de 8,5%.

Fórum Caminhos da Safra discutirá logística da agropecuária no país

Evento

Valor, de São Paulo

A "Globo Rural" vai realizar na quarta-feira (28/8), em Brasília, o Fórum Caminhos da Safra, que vai reunir autoridades, executivos, representantes de entidades de classe, produtores rurais, operadores logísticos e demais integrantes da cadeia de transportes da produção agropecuária brasileira para discutir os desafios e oportunidades do segmento. A programação vai se estender das 8h às 12h30. As inscrições para participar do fórum são gratuitas, e as vagas, limitadas.

Os debates, que terão a mediação de jornalistas do **Valor** e da "Globo Rural", ocorrerão em dois diferentes painéis. O primeiro tratará de novas rotas da produção: o que operadores e terminais portuários têm feito para aumentar sua capacidade, consolidar corredores logísticos e ampliar a movimentação de cargas.

O segundo painel tratará de inovação e sustentabilidade na logística. Além de apresentar soluções, os especialistas que participarão do debate vão falar sobre assuntos como conectividade, tecnologia de operações e descarbonização da matriz de transporte, especialmente a ligada ao agronegócio.

O evento marca o encerramento da 11ª edição do Caminhos da Safra, projeto em que jornalistas do **Valor** e da "Globo Rural" percorrem os principais corredores logísticos do país para produzir reportagens sobre as condições da infraestrutura de escoamento da produção agropecuária brasileira. Ao longo dos últimos três meses, as equipes de reportagem percorreram rotas no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Pará, Maranhão e Piauí. O conteúdo especial da edição 2024 do projeto está nos jornais **Valor** e "O Globo", integrou a programação da rádio CBN e está disponível também no site, revista e redes sociais da "Globo Rural".

Em seus 11 anos de existência, o Caminhos da Safra tornou-se uma referência na cobertura de logística para o agronegócio. Somadas todas as edições do projeto, as equipes de reportagem já percorreram mais de 100 mil quilômetros em todas as regiões do Brasil.

Saiba mais em globorural.globo.com

valor.com.br

Comércio

Agro abre 100º mercado no exterior em 2024

O Brasil abriu mercado para exportar erva-mate para a Indonésia, informou ontem o Ministério da Agricultura. Com esse anúncio, o agronegócio brasileiro atingiu a 100ª abertura de mercado em 2024. Desde o início do atual governo, o Brasil já soma 178 aberturas de mercado, para 58 diferentes destinos.

valor.com.br/agro

Agronegócios

Por GLOBO RURAL

Cenários Houve impacto na produtividade e na qualidade das sementes, sobretudo em MT e no RS, mas não deve haver falta do insumo, segundo empresas do setor

Calor e estiagem afetam produção de sementes de soja para a safra 2024/25

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

As ondas de calor e a falta de chuvas que afetaram a safra de verão de grãos também prejudicaram a produção de sementes de soja para plantio na atual temporada, a 2024/25. Empresas do setor relatam queda na produtividade e na qualidade de sementes. Como resultado, contratos de compra de sementes de soja foram cancelados em Mato Grosso, com risco de descredenciamento de sementeiras.

Segundo a Croplife Brasil, que reúne associados como GDM, Basf, Bayer e Syngenta, houve problemas mais localizados no Sul do país e em Mato Grosso. "Esses problemas podem afetar o volume de algumas cultivares específicas, porém o quadro geral não indica nenhuma grande variação que levaria a uma falta generalizada de sementes", diz Renato Gomides, gerente financeiro da CropLife Brasil.

"Talvez o produtor não encontre algumas variedades específicas de sementes, mas o mercado, como nós, teremos outras variedades para atender a demanda de plantio", afirma Fernando Prudente, diretor dos negócios de soja e algodão da Bayer. Ele confirma que em Mato Grosso e Rio Grande do Sul os problemas climáticos interferiram na produção e na qualidade das sementes.

De acordo com Prudente, no Rio Grande do Sul, algumas variedades de soja de ciclo longo foram mais afetadas. Em Mato Grosso, o impacto foi em variedades de soja precoce e de ciclo médio.

A GDM também sentiu o impacto devido ao clima no Centro-Oeste, mas afirma que o fato de ter multiplicadores de sementes espalhados pelo país ajudou a diluir os riscos. "Alguma variedade teve mais problemas, mas no geral não haverá falta de sementes", diz Ignacio Bartolomé, CEO da GDM.


DIVULGAÇÃO
Gomides, da CropLife: oferta normal


DIVULGAÇÃO
Prudente, da Bayer: há alternativas


DIVULGAÇÃO
Mognol, da Basf: sem impactos

Na Basf, a produção pulverizada também ajudou, e a empresa afirma não ter tido impacto. "Nossa produção de sementes no Brasil é pulverizada em vários Estados, visando justamente mitigar esses riscos", diz Graciela Mognol, diretora de marketing para sistemas de cultivo de soja da Basf.

Procuradas, Syngenta e Corteva não quiseram se manifestar sobre o assunto. A CropLife Brasil não comentou sobre o descredenciamento de sementeiras.

Uma fonte do setor, que preferiu não se identificar, afirmou que alguns produtores vêm sendo descredenciados porque não conseguiram entregar as sementes no volume e na quantidade acordados. Um deles seria a Sementes Campeã, do Agrogalaxy.

Procurado, o Agrogalaxy não quis comentar o assunto. Na divulgação do balanço da companhia, a Sementes Campeã aparece com uma receita de R$ 56,1 milhões nos seis primeiros meses de 2024, uma queda de 10,3% em relação ao primeiro semestre de 2023. O Agrogalaxy, por sua vez, apresentou no primeiro semestre queda de 47,6% na receita com sementes, para R$ 177,6 milhões.

A Boa Safra, uma das maiores no segmento de sementes de soja no país, também não se pronunciou sobre a questão. Em seu balanço financeiro, informou que as variações climáticas provocaram queda de produtividade, mas a empresa ampliou em 57,6% os campos de multiplicadores de sementes, para 227 mil hectares. E com isso mitigou os efeitos adversos climáticos. A carteira de pedidos da empresa atingiu R$ 1,17 bilhão no segundo trimestre, estável em relação ao mesmo intervalo de 2023.

> "Nem todo produtor vai conseguir adquirir as sementes de mais alto padrão"
> *Ronaldo Troncha*

Além do calor, chuvas também afetaram a qualidade das cultivares em alguns casos. Segundo Luciano Albernaz, diretor de sementes da Lavoro, variedades precoces e superprecoces tiveram quebra de 30% no centro-norte do país, por causa do calor intenso no fim do ano passado, que obrigou os produtores a fazerem o replantio. No caso das sementes de ciclo médio, o problema foram as chuvas.

"Houve um problema seríssimo de chuva em abril, que afetou a qualidade das variedades de ciclo médio", afirma Albernaz. Na região de Serra da Petrovina (MT), a perda chegou a 40%, diz.

Apesar desse cenário, a empresa conseguiu garantir o suprimento de sementes para a safra 2024/25 porque tomou posição no mercado mais cedo, afirma o executivo. "Tivemos alguns cancelamentos, mas não impactaram no negócio como um todo, porque conseguimos suprimir com uma carteira diversificada de sementes".

Ronaldo Troncha, presidente executivo da Associação Brasileira de Sementes e Mudas (Abrasem), afirma que as perdas na produção de sementes foram pontuais, afetando mais Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Apesar dessas perdas, ele diz, a produção de sementes de soja deve atingir 49,96 milhões de sacas de 40 quilos — em 2023, foram 49,63 milhões.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima que a produção de sementes de soja no ciclo 2023/24 atingiu 3,4 milhões de toneladas, 100 mil toneladas acima da safra anterior.

"Em termos de volume, a situação está tranquila. O que vai acontecer é que nem todo produtor vai conseguir adquirir as sementes de mais alto padrão genético", afirma Troncha. O dirigente estima que 70% das sementes de soja para a safra 2024/25 já tenham sido vendidas. No ano passado, nesse mesmo período, o índice chegava a 80%.

Fonte de uma grande empresa diz que a maior preocupação é com o risco de inadimplência. Parte dos produtores ainda não pagou as revendas pela compra de insumos da safra passada. Com isso, as revendas se recusam a vender produtos para a safra atual antes de receber pela dívida antiga. A expectativa é que com a liberação de recursos do Plano Safra as vendas se acelerem.

Incêndio atinge unidade da BRF em Mato Grosso

Frigoríficos

Nayara Figueiredo
De São Paulo

A unidade da BRF em Lucas do Rio Verde (MT) foi atingida por um incêndio na madrugada de quarta-feira (21/8). O fogo alcançou três silos, dois túneis e uma esteira aérea de transporte de grãos, conforme informações do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso. A equipe dos bombeiros chegou ao local por volta de 01h27.

"Após quatro horas de combate, o incêndio foi totalmente extinto, e os brigadistas da empresa ficaram monitorando os locais, bem como reforçando a atividade de rescaldo", informou à reportagem o tenente dos bombeiros Wolf, que esteve no local, em mensagem de aplicativo.

Segundo ele, foi necessário o uso de três caminhões de combate a incêndio do Corpo de Bombeiros, com o apoio de alguns caminhões pipas, sendo três da Prefeitura local, e dois de terceiros. A BRF disponibilizou um guindaste para auxiliar no combate às chamas.

O tenente acrescentou que foram usados cerca de 60 mil litros de água para apagar as chamas que afetaram a unidade.

Em nota enviada ao **Valor**, a BRF afirmou que o incêndio foi pequeno e não afetou a operação da unidade. "A BRF informa que o incêndio de pequenas proporções ocorrido no sistema de abastecimento de silos na unidade de Lucas do Rio Verde foi prontamente controlado e não houve feridos. Todos os protocolos de segurança foram acionados e a unidade segue operando", disse.

A unidade de Lucas do Rio Verde (MT) é a maior da empresa no país, com operações de processamento de frangos e suínos.

Em meados de março deste ano, a empresa anunciou um investimento na ampliação da linha de produção de frangos do complexo industrial, com o objetivo de elevar em 50% o volume de abates, de 300 mil aves para 450 mil aves por dia. Na área de suínos, a produção estava estimada em torno de 5 mil suínos por dia.

O plano anunciado também incluía aporte em uma linha de carne de frango processada na unidade, com maior valor agregado. Na ocasião, a BRF não divulgou os valores que seriam aplicados nem o prazo para conclusão das ampliações.

Biotrop conclui investimento de R$ 100 milhões em novas fábricas

Bioinsumos

Isadora Camargo
De São Paulo

A Biotrop, uma das maiores produtoras de bioinsumos do Brasil, controlada pela belga Biobest, investiu R$ 100 milhões em dois novos centros de multiplicação de microrganismos, em Curitiba (PR) e Jaguariúna (SP).

Juntas, as duas unidades, inauguradas hoje, têm capacidade de produção de mais de 50 bilhões de litros de bioestimulantes, inoculantes e biodefensivos. Segundo Eduardo Pesarini, diretor de operações daBiotrop, a expectativa é atingir a plena capacidade até a safra 2027/28.

A produção nas fábricas começa neste mês. O objetivo é alcançar o mais rápido possível as "metas" para as unidades, disse Pesarini.

A companhia já possui outra fábrica na capital paranaense. A nova planta em Curitiba tem capacidade de produzir 36 milhões de litros de bactérias vegetativas e bacilos ao ano. O volume é o triplo da capacidade da já existente em Curitiba, que fabrica 12 milhões de litros ao ano.



DIVULGAÇÃO
Vista do Centro de Multiplicação de Microrganismos da Biotrop em Curitiba

Em Jaguariúna, o foco será a produção de fungos fermentados em meio sólido. A empresa espera produzir nessa planta entre 2 mil e 4 mil toneladas de litros por ano de formulações prontas para diferentes culturas.

A Biotrop quer aproveitar a expansão para alavancar seus planos de exportação de produtos biológicos para os Estados Unidos, além de países da União Europeia e da América Latina, segundo Pesarini. A companhia tem escritório na Argentina, Paraguai e Bolívia.

"Temos muito otimismo com o nosso crescimento, mesmo em um ano que está sendo mais complexo para o agricultor e para a indústria. O segmento de biológicos não passa ileso, mas apostamos no Brasil e vamos tirar um pouco da pressão de mercado por meio da expansão de produção de olho nas exportações", afirmou o executivo.

Os recursos para construir as novas unidades vieram do caixa da Biotrop, segundo Pesarini. O faturamento da empresa cresceu 12 vezes desde sua criação em 2018, saindo de R$ 54 milhões, para R$ 620 milhões em 2023.

Levantamento
Produção da agroindústria reage após queda pelas chuvas no RS, diz FGV Agro
B9

Mercados
Chance de corte de juros nos EUA ganha força após divulgação da ata do Fed, liderado por Powell C2



Fundos
Idis planeja captar R$ 25 milhões para veículo de fomento à filantropia C6

Supervisão
CVM acusa 11 executivos em processo que investiga fraude no IRB C3

Infraestrutura
Governo quer votar aval a fundos de pensão estatais para investir no PAC C3

Renda fixa Previsão é de volume 20% menor no segundo semestre, após recordes do início do ano

Piora do cenário freia ritmo de debêntures incentivadas

GABRIEL REIS/VALOR



Wilberg, do Itaú BBA: "Vai ter atividade, mas em ritmo mais lento por conta da diminuição da demanda das empresas por investimentos de longo prazo"

Liane Thedim e Rita Azevedo
Do Rio e de São Paulo

As ofertas de debêntures incentivadas estão voltando lentamente a ganhar fôlego em agosto, após perderem ritmo em julho. Mas, enquanto no primeiro semestre o volume de emissões foi recorde, com cerca de R$ 70 bilhões, frente aos R$ 13 bilhões do mesmo período de 2023, a expectativa é de um segundo semestre mais frio, diante do cenário macroeconômico mais desfavorável, com apostas de elevação da Selic já em setembro. Para Felipe Wilberg, diretor de renda fixa e produtos estruturados do Itaú BBA, o volume deve ser 20% menor que o visto entre janeiro e junho.

O executivo conta que muitas empresas anteciparam suas captações no primeiro semestre para aproveitar a queda nos prêmios de risco. "Quem podia emitiu com suas portarias antigas [autorizações concedidas pelos ministérios] e melhorou sua estrutura de capital." Agora, afirma, essas companhias já partiriam para um segundo momento, em que a nova operação teria que trazer custo mais baixo ou alongamento de prazo. Wilberg diz que, com os investidores migrando dos multimercados e dos CDBs para os fundos de crédito privado, há sobra de apetite e, portanto, isso é possível. "Atividade vai ter, mas em ritmo mais lento por conta da diminuição da demanda das empresas por investimentos de longo prazo."

Em julho, as emissões de debêntures incentivadas somaram apenas R$ 9,15 bilhões, o menor volume mensal desde fevereiro (R$ 6,4 bilhões), segundo estudo da MerCap Solutions, plataforma de inteligência de dados e serviços de tecnologia para o mercado de capitais, a pedido do **Valor**. O pico de incentivadas no ano foi em junho, com R$ 29,22 bilhões em 29 ofertas, mostram os dados. A plataforma considera a data de registro das ofertas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O recuo em julho foi puxado por dois fatores, além da antecipação das captações nos primeiros meses do ano: vácuo regulatório, com a demora dos ministérios em publicar orientações sobre as ofertas dentro das novas regras da Lei 14.801, de janeiro, e efeito calendário, já que é mês de férias. "Um volume grande de debêntures incentivadas concluídas ao longo do primeiro semestre já deveria estar encaminhado nas regras operacionais anteriores. Com o término destas colocações, tivemos possivelmente um 'gap' de registros até que as novas normas fiquem mais claras para os estruturadores e emissores", explica Mariana Fenelon, gestora e co-responsável pela área de crédito privado na Tenax Capital. "E em agosto ainda não há sinal de melhora significativa."

Até 20 de agosto, de acordo com a MerCap, entre ofertas já registradas na CVM e procedimentos de alocação programados até o fim do mês, há nove emissões de debêntures com séries incentivadas, totalizando cerca de R$ 6,6 bilhões. Entre as companhias que estão com operações na rua estão a Klabin, que busca R$ 1,5 bilhão, e a Rumo, com uma oferta de R$ 800 milhões. A Santos Brasil deve levantar R$ 2 bilhões também neste mês, sendo uma parte dos papéis incentivados e outra parte de títulos corporativos.

A nova lei que rege as emissões de incentivadas, que são isentas de Imposto de Renda para investidores pessoas físicas, eliminou a exigência de portarias projeto a projeto, mas determinou que cada ministério publicasse suas regras gerais, e foram essas orientações que em alguns casos ainda não saíram. As dúvidas vêm sendo sanadas aos poucos. Em julho, o Ministério de Minas e Energia (MME) publicou orientações detalhadas e informou que os emissores não precisam aguardar a publicação da portaria do órgão com as regras gerais para as operações. Um pouco antes, em maio, publicou um passo para a passo para as companhias de geração de energia por fonte renovável e de minigeração distribuída — que, até então, não poderiam emitir papéis incentivados — enquadrarem seus projetos para ofertas.

> "Tivemos possivelmente um 'gap' de registros. E em agosto não há sinal de melhora significativa"
> *Mariana Fenelon*

A AXS foi a primeira do setor a captar. A companhia levantou em julho R$ 120 milhões com títulos de 12 anos e destinou os recursos para implantação, desenvolvimento e construção de usinas de minigeração fotovoltaicas. Até então, a empresa se financiava via debêntures corporativas, certificados de recebíveis imobiliários e private equity, segundo Paulo Thomazoni, CFO da companhia. "Pretendemos acessar o mercado novamente no quarto trimestre", afirma. O plano, diz ele, é encerrar o ano com R$ 1,5 bilhão investidos em ativos de energia renovável e crescimento de 300% no faturamento.

"O ano começou com gigantismo de incentivados e spread [diferença da taxa paga pela empresa e o título público de referência, que, no caso das incentivadas, é a NTN-B] perto de zero", avalia Renato Otranto, chefe de estruturação do Daycoval. "Tenho visto um número menor de demandas, mas elas estão vindo porque os spreads voltaram a cair, o que atrai as empresas." Segundo ele, com esses prêmios de risco baixos, o mercado de incentivados "saturou". "Os bancos precisaram exercer garantia firme porque o mercado desandou."

Em julho, os spreads médios das incentivadas atingiram o menor nível dos últimos dois anos, caindo de 53 pontos-base para 35, conforme relatório da área de pesquisa do Banco ABC Brasil. As ofertas que estão atualmente na rua mostram uma continuidade desse cenário. A operação da Klabin deve ser uma das mais emblemáticas, já que os investidores que comprarem o papel não terão uma remuneração acima do que receberiam com um título público, como geralmente acontece, mas abaixo.

A empresa de papel e celulose pretende pagar o equivalente a NTN-B com vencimento em 2035 menos 0,05% ou IPCA mais 6,05% ao ano pelos papéis que vencem em 15 anos. Pelo cronograma, a companhia deve anunciar hoje o resultado da precificação. Os recursos serão utilizados na instalação de uma nova caldeira de recuperação da unidade de Monte Alegre, no Paraná, voltada para a produção de papel-cartão. Procurada, a Klabin não comentou a oferta devido ao período de silêncio.

Matheus Licarião, responsável pela área de mercado de capitais do Santander, tem um olhar mais otimista sobre o mercado de incentivadas no segundo semestre. "Depois de uma acalmada em julho, vemos um volume significativo de ofertas, considerando as que estão por vir ou na rua", afirma. "Esse 'pipeline' forte é atrelado à enorme liquidez, com os fundos de infraestrutura alcançando captação recorde e o investidor pessoa física fazendo alocações significativas." Para Licarião, mesmo que alguns ministérios ainda não tenham se manifestado sobre as novas regras para a definição de lastro dos papéis, "ainda há um estoque de empresas com projetos que podem ser usados para as ofertas."

Thiago Giantomassi, sócio do escritório de advocacia Demarest, que assessorou juridicamente a emissão da AXS, avalia que a sensação de incerteza sobre a trajetória dos juros no país, que impacta o custo de captação e a perspectiva de ganhos dos investidores, afeta os projetos de infraestrutura, que são mais longos. Ele vê influência também das novas regras, já que, para o advogado, a concessão de portarias projeto a projeto, prevista na regra anterior, "dava mais conforto para as empresas seguirem com os projetos". No escritório, são dois projetos de transportes e três de energia, num total de R$ 3,5 bilhões, que estavam em compasso de espera e agora devem ganhar velocidade. "Em seis meses a um ano o mercado vai estar melhor, com a construção do consenso em torno da regulação."

Marcelo Ikeziri, coordenador da área de bancos, serviços financeiros, mercado de capitais e ativos digitais do BVA - Barreto Veiga Advogados, também acredita que o processo de familiarização com as novas regras vai reativar o setor. No escritório, as emissões de empresas de saneamento são maioria, mas o ministério da área ainda não divulgou suas regras. "Isso gera insegurança, temos R$ 600 milhões em operações represadas." Quem não podia esperar, afirma, emitiu debêntures comuns ao longo do primeiro semestre, para aproveitar as taxas baixas.

> "Tenho visto um número menor de demandas, mas elas estão vindo porque os spreads voltaram a cair"
> *Renato Otranto*

Segundo Rafael Feler, responsável pela área de mercado de capitais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), até o fim do ano, as operações devem ficar concentradas em alguns setores, como energia e transportes. "Há alguns projetos grandes precisando fechar investimento de longo prazo em energia e rodovias, e acho que virão mais captações daqui para frente", afirma. Outras áreas, como parques e florestas, saúde e educação pública — que foram incluídas neste ano no rol dos setores que podem captar com títulos incentivados — também devem buscar operações, mas, possivelmente, só no próximo ano, diz Feler.

Levantamento do Demarest a pedido do **Valor** mostra que, desde 2011, quando as debêntures incentivadas foram criadas pela Lei 12.431, 88,9% das emissões desse tipo de papel foram ligadas ao setor de energia; 6,8%, aos setores principalmente de portos, aeroportos, rodovias e ferrovias; 3,2%, de saneamento; e 1,1%, de comunicações.

A Lei 14.801, de janeiro deste ano, que passou a reger as incentivadas, também criou as debêntures de infraestrutura, cujo estímulo fiscal vai para o emissor, mas ainda não houve operações com esses papéis. Além de dúvidas regulatórias, a demanda por esse tipo de título seria mais concentrada em fundos de pensão, segundo especialistas, setor que tem um processo mais demorado de tomada de decisão.

Destaques

Vita Investimentos

A Vita Investimentos trouxe como sócio Guilherme Galli, que era diretor do "B2B" do BTG Pactual até algumas semanas atrás e que antes passou pela XP e pelo Itaú BBA. Na consultoria de investimentos, ele vai ser uma das peças para colocar em ação um plano de aceleração de crescimento via aquisições de fatias minoritárias de outros escritórios de fortunas. Com cerca de R$ 5 bilhões sob seu guarda-chuva, não se trata de um desenho tradicional de consolidação, diz Ricardo Guimarães, sócio-fundador e executivo-chefe (CEO) da casa. Depois de desenvolver uma tecnologia proprietária para deixar o "negócio mais lucrativo, controlável e escalável", a ambição é montar uma rede de gestoras de patrimônio e consultorias no seu entorno. ***(Adriana Cotias)***

Lucro do setor financeiro

Levantamento da consultoria Elos Ayta mostra que, dos dez maiores resultados líquidos do trimestre, sete são do setor financeiro. No período de abril a junho, entre as companhias listadas na B3, o maior lucro foi o da Oi, que está em recuperação judicial, de R$ 15,060 bilhões. A segunda é a Vale, com R$ 14,592 bilhões. O terceiro colocado é o Itaú Unibanco, com R$ 9,895 bilhões. No resultado ajustado, o lucro superou R$ 10 bilhões pela primeira vez. O banco é responsável também pela maior parte da sexta colocada da lista, a holding Itaúsa, que tem no Itaú sua maior posição. O Nubank, por exemplo, teve lucro de US$ 487,3 milhões (R$ 2,664 bilhões), o que o colocaria no 10º lugar da lista. ***(Álvaro Campos)***

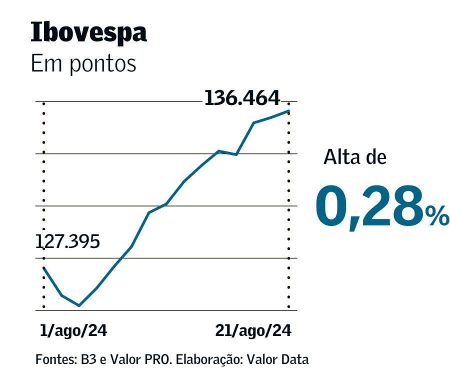
Citi enxuga área de análise

O Citi vai encerrar a cobertura de diversas ações de empresas de "utilities" após a saída do analista Antonio Junqueira. Comunicado informa que será descontinuada a cobertura de AES Brasil, Alupar, Ambipar, Auren, Copel, Copasa, CPFL Energia, CTEEP, Eletrobras (PN), Energisa, Eneva, Eletrobras, Engie Brasil, Equatorial, Neoenergia, Orizon, Sabesp, Sanepar e Serena.

Ganho do BC com swaps

O BC teve ganho de R$ 14,518 bilhões nas operações de swaps em agosto até dia 16. Os swaps não visam gerar ganhos ao BC. Com os contratos, a autoridade oferece proteção ao mercado em momentos de grande volatilidade no câmbio. Já o valor medido em reais das reservas internacionais, como resultado da variação do câmbio, diminuiu R$ 56,860 bilhões no período.

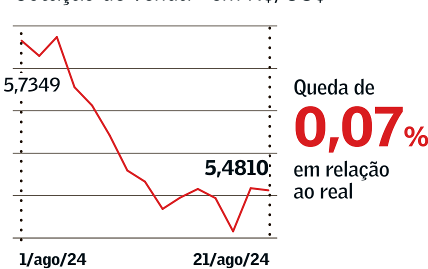
INÊS 249

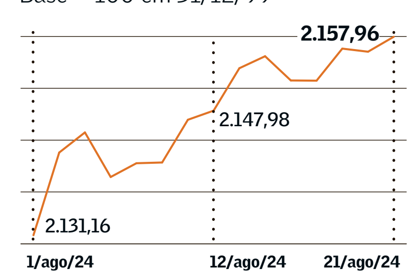


Bolsas internacionais
Variações no dia 21/ago24 - em %

Dow Jones	0,14
S&P 500	0,42
Euronext 100	0,53
DAX	0,50
CAC-40	0,52
Nikkei-225	-0,29
SSE Composite	-0,35

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano
Jan/2025 Jan/2026
11,57 11,54 11,45
10,69 10,74 10,75
1/ago/24 12/ago/24 21/ago/24





Mercados Dólar e taxas dos Treasuries recuaram, mas movimento arrefeceu com analistas à espera de fala de Powell em Jackson Hole

Ata do Fed reforça corte de juros em setembro e impulsiona NY

Gabriel Caldeira, Eduardo Magossi e Igor Sodré
De São Paulo

Se os investidores já esperavam pelo início do ciclo de flexibilização monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) em setembro, essa expectativa ganhou ainda mais força na sessão de ontem após as divulgações da revisão anual do "payroll", o relatório oficial do mercado de trabalho dos Estados Unidos, e da ata da reunião de julho do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc), colegiado responsável pelas decisões de política monetária nos EUA.

Enquanto a revisão do payroll mostrou uma geração de empregos menor do que o estimado anteriormente nos 12 meses até março deste ano, a ata do Fomc apontou para um comitê mais disposto a cortar os juros diante dos riscos que a política monetária apertada impõe sobre a saúde do mercado de trabalho e da atividade econômica americana.

A perspectiva cada vez mais certa de que o Fed cortará os juros em 18 de setembro se traduziu em uma sessão positiva em Nova York, embora o ritmo não tenha sido tão forte, uma vez que os investidores já precificam há algum tempo o começo da flexibilização monetária no mês que vem.

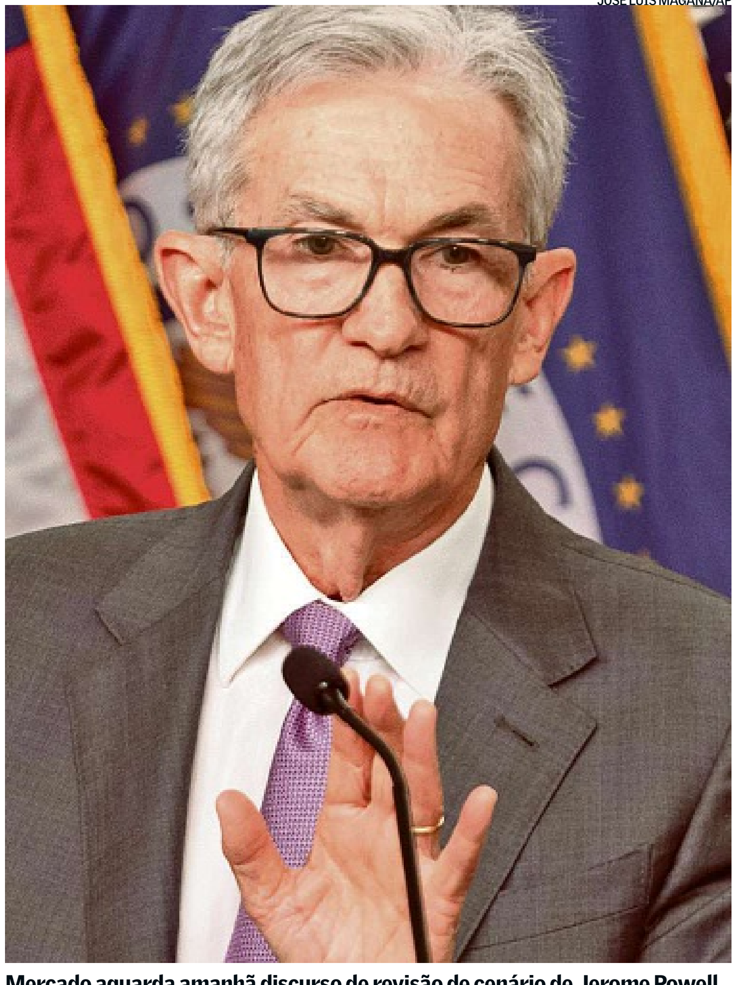
Ao fim do pregão, o índice Dow Jones fechou em leve alta de 0,14%, a 40.890,49 pontos; o S&P 500 subiu 0,42%, a 5.620,85 pontos; e o Nasdaq avançou 0,57%, a 17.918,99 pontos.

Já no mercado de renda fixa, as taxas dos Treasuries chegaram a exibir forte recuo em toda a extensão da curva a termo, especialmente após a ata do Fomc. O movimento, porém, arrefeceu e apenas os rendimentos da ponta curta se mantiveram em queda firme. Assim, a taxa da T-note de 2 anos recuou de 3,992% no ajuste da véspera a 3,941%, enquanto a da T-note de 10 anos teve leve baixa de 3,810% a 3,804%.

Dinâmica similar ocorreu com o dólar em comparação com seus principais pares. Após tocar o seu menor nível desde dezembro de 2023, aos 100,923 pontos, o índice DXY se recuperou parcialmente e encerrou a tarde com recuo de 0,27%, a 101,165 pontos.

Primeiro fator de ontem a alimentar a expectativa por cortes do Fed, o Escritório de Estatísticas Trabalhistas (BLS) dos Estados Unidos publicou com cerca de meia hora de atraso a primeiro revisão das leituras de abril de 2023 a março de 2024 do payroll americano, que revelaram uma criação de 818 mil empregos a menos do que o estimado anteriormente.

Embora tenha ficado dentro das estimativas dos investidores, o resultado foi pior do que a maioria do mercado esperava e representa, em média, uma geração de 178 mil postos de trabalho por mês no período, 68 mil a menos que os 246 mil empregos mensais conforme as leituras anteriores do payroll. Segundo Ian Lyngen e Vail Hartman, estrategistas de renda do BMO Capital Markets, a revisão publicada foi a maior desde 2009.


JOSE LUIS MAGANA/AP
Mercado aguarda amanhã discurso de revisão de cenário de Jerome Powell

"A atualização apenas colocará mais pressão sobre o Fed para afrouxar a política monetária"
James Knightley

Para James Knightley, economista-chefe internacional do ING, a grande revisão do payroll americano traz dúvidas sobre a qualidade das leituras de abril de 2024 em diante e empurra o Fed "à ação", já que os números revisados indicam que o mercado de trabalho está perdendo ímpeto de uma base inicial mais fraca do que se imaginava.

"Considerando que tudo estava fraco no payroll de julho — geração de empregos fraca, aumento da taxa de desemprego, queda nas horas trabalhadas e arrefecimento dos salários — a atualização de hoje [ontem] apenas colocará mais pressão sobre o Fed para afrouxar a política monetária", diz Knightley, que aposta em um corte de 0,5 ponto percentual nos juros em setembro, além de duas reduções de 0,25 ponto em novembro e dezembro.

Após a revisão do payroll, a ata do Fed deu ainda mais sinais de que um corte de juros em breve é provável. Segundo o documento, a "vasta maioria" dos dirigentes do Fed avaliou como provável uma redução em setembro caso a economia americana seguisse o caminho esperado, e parte dos membros do Fomc defenderam até que um corte já era justificável em julho.

"Alguns participantes citaram o risco de que uma flexibilização gradual das condições do mercado de trabalho pudesse se tornar uma deterioração mais séria. Muitos participantes observaram que uma flexibilização muito tarde ou insuficiente da política [monetária] poderia arriscar enfraquecer indevidamente a atividade econômica ou o emprego", apontou a ata.

De acordo com os membros do Fomc presentes na reunião dos dias 30 e 31 de julho, a atividade econômica americana tem se expandido a um ritmo menor que o do ano passado, a inflação progrediu mais em direção à meta de 2% e o mercado de trabalho do país desacelerou. Esse conjunto de fatores, de acordo com a ata, aumentou a confiança dos dirigentes no cumprimento das metas de estabilidade de preços e pleno emprego do Fed.

Com o corte em setembro praticamente sacramentado, resta saber qual será o tamanho da primeira redução de juros do Fed, diz Gino Olivares, economista-chefe da Azimut Brazil Wealth Management. "Para definir isso, o Fomc ainda terá os dados de emprego e inflação de agosto, que serão publicados antes da próxima reunião. Na nossa avaliação, a intensidade dos cortes dependerá menos da leitura da inflação, que já parece encaminhada, e mais da leitura do emprego", afirma.

Amanhã, o presidente do Fed, Jerome Powell, terá a chance de esclarecer ainda mais o cenário no discurso que abre de forma oficial o Simpósio de Jackson Hole deste ano. "Parece razoável esperar que Powell faça uma revisão do cenário do Fed à luz dessas informações que surgiram nas últimas semanas, principalmente a que foi divulgada", diz Olivares, em referência à revisão do payroll americano.

'Pix por aproximação já é realidade, mas vamos padronizar'

Mariana Ribeiro
De São Paulo

O Pix por aproximação já é uma realidade, mas o Banco Central (BC) trabalha para padronizar a oferta do recurso e garantir condições iguais de competição entre os agentes de mercado, disse ontem Breno Lobo, chefe adjunto do departamento de competição e de estrutura do mercado financeiro do BC.

"Quem quiser já pode ofertar, mas tem um custo de talvez ter que ajustar o produto ao padrão do BC no futuro. Aí é decisão de cada um, esperar a padronização ou não", afirmou em evento da Associação Brasileira de Bancos (ABBC).

De acordo com ele, na sexta-feira será divulgada uma consulta no âmbito do Fórum Pix para que regulador e mercado discutam como será padronizado o fluxo de informações que trafega entre os dispositivos envolvidos na transação.

O BC divulgou no mês passado as regras para a entrada em vigor da jornada sem redirecionamento (JSR) no open finance, que abrirá as portas para a implementação do Pix por aproximação via carteiras digitais ("wallets") de forma ampla. O lançamento da JSR está previsto para fevereiro de 2025, mas as instituições já estão liberadas para soltar o Pix por aproximação de forma privada. O Itaú, por exemplo, programou o lançamento para outubro com aceitação nas maquininhas da Rede.

Lobo contou que o pagamento por aproximação não estava no topo da lista de prioridades da agenda evolutiva do Pix e que agora o regulador está "correndo atrás para criar algo padronizado".

Presente no mesmo painel, Gabriel Cohen, da área de regulação da Stone, destacou a importância do papel do BC na padronização. "É importante para ampliar o potencial da solução, potencializar novos modelos de negócio e dar mais segurança para a oferta."

Lobo afirmou ainda que as melhorias no Mecanismo Especial de Devolução (MED), um recurso do Pix criado para facilitar as devoluções em caso de fraudes, devem ser lançadas entre o final de 2025 e início de 2026.

Batizado de MED 2.0, o instrumento aprimorado vem sendo discutido semanalmente entre regulador e participantes do Pix. A ideia é que desenho geral fique pronto até outubro, para que, depois, o projeto entre em fase de especificação e desenvolvimento tecnológico. Hoje, o rastreamento dos recursos fica limitado à primeira conta recebedora e o objetivo é, no futuro, chegar mais longe nesse acompanhamento.

eB Capital traz ex-fundo soberano da Arábia Saudita

Adriana Cotias
De São Paulo

A eB Capital, gestora de recursos do universo dos alternativos, trouxe como sócio Guilherme Quintal, executivo que durante cinco anos atuou como vice-presidente de private equity no Public Investment Fund (PIF), o fundo soberano da Arábia Saudita, que reúne cerca de US$ 925 bilhões em ativos.

Com experiência de 15 anos em diversas geografias, o executivo assume a liderança de mercados globais. Uma das suas tarefas vai ser ampliar a exposição da eB Capital no mercado internacional, incluindo a captação entre investidores estrangeiros, em especial do Oriente Médio.

No PIF, o executivo passou pela divisão de investimentos de Oriente Médio e África do Norte. Nos Estados Unidos, integrou o hedge fund Cannel Capital, em São Francisco, e a gestora de private equity Riata Corporate. Na América Latina, fez parte do grupo de reestruturação e situações especiais da Alvarez & Marsal.

Quintal se junta a um time formado por Eduardo Sirotsky Melzer, Marcelo Claure, Luciana Antonini Ribeiro e Pedro Parente.

"Fiquei muito impressionado com seu conhecimento de Oriente Médio e relacionamento na região. Pensando nos objetivos estratégicos da eB Capital, essa experiência é um ativo único para a nossa gestora", afirma Melzer, executivo-chefe e cofundador da gestora, em nota. O plano de voltar ao Brasil já estava no radar, mas Quintal não queria perder o vínculo com a Arábia Saudita, onde construiu "grandes laços".

Ibovespa bate recorde pelo terceiro pregão seguido

Maria Fernanda Salinet, Arthur Cagliari e Victor Rezende
De São Paulo

A bolsa brasileira voltou a bater a máxima de fechamento na sessão de ontem, impulsionada pela alta firme das ações da Vale. Foi o terceiro pregão consecutivo em que o Ibovespa atingiu o nível histórico mais elevado no término das negociações.

No fim do dia, o índice acionário exibiu valorização de 0,28%, aos 136.464 pontos. Em meio à alta dos preços do minério de ferro em Dalian, as ações de mineradoras tiveram ganhos na sessão, como CSN Mineração ON e Vale ON, que avançaram 3,80% e 1,92%, respectivamente. Na liderança do pregão ficou a CVC ON, que subiu 12,75%, após a WNT Gestores de Recursos atingir participação acionária de 5,01% no capital social da companhia.

Enquanto a bolsa acumulou mais uma valorização, a curva de juros voltou a inclinar, com a alta das taxas de contratos de prazos mais longos, e o dólar se manteve próximo da estabilidade. Numa sessão marcada pela ausência de indicadores econômicos locais e sem novos comentários de autoridades brasileiras, foi a perspectiva incerta sobre a política monetária do Banco Central (BC) e o cenário externo que guiaram os mercados de juros e câmbio.

A sessão de ontem começou com o dólar perdendo força ante o real, depois de uma alta firme na terça-feira. Pela manhã, antes da revisão dos números de emprego dos Estados Unidos, o dado mais esperado do dia, o real chegou a apresentar o melhor desempenho da relação das 33 moedas mais líquidas. Após a apresentação dos números pelo Escritório de Estatísticas Trabalhistas (BLS, na sigla em inglês), o dólar foi ganhando força até reverter o sinal. A avaliação de parte dos operadores era que uma classe de moedas considerada mais sensível a chances de recessão teria sido penalizada após a revisão dos números.

Na parte da tarde, no entanto, houve uma melhora das mercados globais de câmbio após a ata da última reunião do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) mostrar um colegiado disposto a cortar as taxas de juros no mês de setembro.

136.464
foi o nível de fechamento do Ibovespa

Gustavo Menezes, gestor macro da AZ Quest, diz não enxergar uma recessão da economia americana. "A taxa de juros está muito restritiva por lá, não só no curto, mas no médio e longo prazo. Enquanto a atividade, ainda que não esteja forte, tem mostrado uma desaceleração ordenada", afirma. "Imaginamos que deve vir um corte de 0,25 ponto percentual [em setembro], mas o Fed tem espaço para um corte maior, se sentir necessidade. Eles não tem problemas de credibilidade como temos aqui, eles têm expectativas ancoradas."

Menezes diz ainda que a perspectiva de corte de juros nos Estados Unidos e a chance de a Selic voltar a subir deve ao menos blindar o real. "Só o fato de termos políticas monetárias em sentidos diferentes dificulta a depreciação do real. Isso é um motivo para quem querer entrar no 'carry-trade' [estratégia de tomar empréstimos em países de juros baixos e financiar apostas em países de juros altos]. Mas só isso não basta, ainda há ressalvas", afirma. "A própria decisão do Banco Central pode gerar barulho, e além disso há uma questão crucial que é o comprometimento do governo com a questão fiscal."

Por enquanto, a avaliação de Menezes é que é cedo para ficar otimista com o desempenho futuro do real, apesar da valorização recente da moeda. "Ainda estamos em momento de cautela, em compasso de espera. Precisamos coletar mais informações para saber se dá para encarar ou não o real mais uma vez."

No fim das negociações de ontem, o dólar à vista encerrou bem perto da estabilidade, em leve queda de 0,07%, a R$ 5,4810. No mercado de juros, a inclinação da curva a termo voltou a aumentar. A taxa de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 recuou de 10,80% para 10,75%, enquanto o DI para janeiro de 2029 saiu de 11,485% para 11,505%.

O alívio nos rendimentos dos Treasuries, títulos do Tesouro americano, deu apoio à queda das taxas de prazos curtos e intermediários, diante do tom menos conservador adotado pelo Fed na ata. Mas enquanto sinais divergentes sobre a condução dos juros no Brasil seguem no radar dos mercados, as taxas de longo prazo voltaram a subir.

Infraestrutura Para especialistas, iniciativa é controversa porque trouxe perdas para as fundações

Governo quer fundo de pensão em obras do PAC

Guilherme Pimenta, Edna Simão, Renan Truffi e Liane Thedim
De Brasília e do Rio

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) quer acelerar a tramitação de uma proposta para permitir que os fundos de pensão das empresas estatais invistam em obras de infraestrutura, principalmente no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A informação foi primeiramente divulgada pelo jornal "O Globo".

Para especialistas, o assunto é controverso porque trouxe perdas pesadas para as fundações no passado recente. "Fundos de pensão das estatais são feitos para capitalizar poupança dos empregados e pagar aposentadorias e pensões dos participantes. Não é fonte de recurso barato para projetos que o governo queira apoiar. Se os projetos forem bons, eles conseguem financiamento privado, não sendo necessário induzir os fundos das estatais a participar. O histórico recente de participação dos fundos estatais em iniciativas apoiadas pelo governo é trágico", disse o economista Marcos Mendes, pesquisador do Insper.

O tema foi tratado na manhã de ontem em reunião no Palácio do Planalto que envolveu o presidente Lula, o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e membros da Petros (dos funcionários da Petrobras), da Previ (Banco do Brasil), da Funcef (Caixa Econômica Federal) e do Postalis (Correios).

O encontro ocorreu na esteira de problemas registrados pelo Postalis. No ano passado, a estatal precisou desembolsar R$ 2 bilhões para avançar com o plano de equacionamento do fundo. Nesta semana, o jornal "O Estado de S. Paulo" informou que a empresa firmou um contrato para transferir R$ 7,6 bilhões para cobrir metade do déficit do Postalis.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) pleiteia há algum tempo a ampliação do cardápio dos fundos para permitir aplicações em debêntures de infraestrutura, crédito de descarbonização (CBIO), ativos de crédito de carbono, fundos de investimentos em cadeias agroindustriais (Fiagro), entre outros produtos.

O investimento em infraestrutura por meio dos fundos de pensão é encarado como uma alternativa à restrição orçamentária do governo federal. Desde o início do ano, o órgão trabalha em uma proposta para implementar essa mudança, a qual já foi submetida ao Ministério da Previdência Social e ao Ministério da Fazenda. Na avaliação de fontes que participam dessa elaboração, a reunião convocada pelo presidente Lula pode acelerar esse processo.

> "O histórico de participação dos fundos em iniciativas do governo é trágico"
> *Marcos Mendes*

Procurado pelo **Valor**, o diretor- presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), Jarbas Antonio de Biagi, frisou que não foi comunicado oficialmente sobre o teor da reunião, mas disse que o posicionamento da entidade sobre o uso das reservas das fundações se baseia em critérios técnicos.

"Nossa obrigação é garantir a solvência do fundo, com liquidez e rentabilidade que garantam os benefícios aos participantes. O investimento ser uma necessidade do governo não faz parte dos critérios. Veremos uma emissão como alternativa de alocação se ela oferecer boas condições de segurança e pagar uma taxa acima dos títulos públicos."

Já para Geraldo Affonso Ferreira, especialista em governança e conselheiro independente de empresas, qualquer tipo de tentativa de interferência na alocação dos fundos de pensão de estatais é "um péssimo exemplo para o nosso país."

"Investimentos que focam em agendas políticas são inconcebíveis. São um grande retrocesso cujos resultados já conhecemos e seus cotistas já sofreram muito no bolso", disse ele.

Ferreira explica que o estatuto de Previ, Funcef, Postalis e Petros define que os deveres dos administradores são voltados à proteção e promoção dos interesses dos participantes e beneficiários. "Esses deveres são fundamentais para garantir que o fundo de pensão seja gerido de forma responsável, protegendo os interesses dos participantes e assegurando a sustentabilidade a longo prazo. Qualquer violação desses deveres pode resultar em sanções tanto para o fundo quanto para os administradores envolvidos."

A Previc quer acabar com a vedação à compra direta de imóveis pelas entidades e ajustar os limites para investimentos em fundos de investimento em participações (FIP). Essas mudanças, no entanto, dependem de aprovação do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Em maio de 2018, o CMN proibiu que os fundos de pensão fechados aplicassem diretamente na compra de empreendimentos. Os investimentos em imóveis só poderiam ser feitos por meio de fundos de investimentos imobiliários, Letras de Crédito Imobiliário (LCI) ou Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI). Na ocasião, também foi reduzido — de 20% para 15% — o limite para aplicação em fundos de investimento em participações (FIP).

CVM acusa 11 executivos em processo sobre IRB

Victoria Netto
Do Rio

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concluiu no último dia 2 a peça acusatória de um dos processos em torno da suposta fraude contábil no IRB, que estourou pouco antes da pandemia. A informação foi antecipada ontem pelo jornal "O Globo".

O processo administrativo sancionador (PAS) em questão, aberto em maio de 2023, investiga possíveis irregularidades nos registros contábeis e nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social de 2019.

A peça acusa 11 ex-diretores e ex-conselheiros da resseguradora. Segundo as informações disponíveis, o processo agora está na fase de citação dos acusados com comunicação externa — ou seja, notificação oficial sobre a acusação.

Entre os acusados, estão quatro ex-diretores estatutários do IRB: o ex-presidente José Carlos Cardoso; Fernando Passos, ex-vice-presidente de finanças; Lúcia Maria da Silva Valle, ex-vice-presidente executiva de riscos e conformidade; e Werner Romera Suffert, ex-diretor de relações com investidores.

São sete os ex-membros do conselho de administração acusados. Ivan Monteiro, que comandou o conselho do IRB, presidiu a Petrobras e é atual CEO da Eletrobras. Alexandro Broedel Lopes, ex-conselheiro do IRB, foi diretor financeiro do Itaú. Também estão listados Pedro Guimarães, ex-presidente da Caixa na gestão Bolsonaro; Marcos Bastos Rocha; Maria Elena Bidino; Roberto Dagnoni; e Vinícius José de Almeida Albernaz.

Procurado, o IRB declarou que não vai se pronunciar. O **Valor** tentou contato com os acusados, mas não teve retorno de todos até o fechamento. Único a responder, Fernando Passos não quis comentar.

Outro processo que espera julgamento na CVM, aberto em novembro de 2021, acusa Fernando Passos e José Carlos Cardoso de possíveis irregularidades envolvendo as ações do IRB entre 1º de janeiro e 31 de março de 2020.

Em fevereiro de 2020, a gestora Squadra publicou uma carta explicando sua posição vendida ("short") nas ações do IRB, argumentando que acreditava na queda dos papéis devido a questionamentos sobre suas práticas contábeis. A carta repercutiu mal entre investidores, resultando em uma queda de 26% no valor dos papéis naquele mês.

Com a crise instaurada, o então presidente do conselho do IRB, Ivan Monteiro, renunciou em fevereiro, seguido pelo ex-presidente José Carlos Cardoso em março. O IRB encerrou 2020 com um prejuízo líquido de R$ 1,5 bilhão, contra lucro de R$ 1,21 bilhão do ano anterior.

INÊS 249

Habitação Carteira de crédito habitacional teve expansão anual de 14,8%, mas banco tem dito que escassez de funding é sinal de alerta

Caixa tem lucro de R$ 3,3 bi no segundo trimestre

Álvaro Campos e Mariana Ribeiro
De São Paulo

A Caixa Econômica Federal registrou um lucro recorrente de R$ 3,287 bilhões no segundo trimestre de 2024, resultado 14% maior do que o observado no primeiro trimestre e 27,3% superior ao do segundo trimestre do ano passado. A margem financeira somou R$ 15,481 bilhões, aumento trimestral de 1,3% e anual de 4,1%.

A carteira de crédito do banco atingiu R$ 1,174 trilhão, com alta de 2,7% no trimestre e 10,6% em um ano. A inadimplência da carteira, por sua vez, encerrou junho em 2,20%, de 2,34% em março e 2,79% no mesmo período do ano anterior.

A receita de prestação de serviços foi de R$ 6,755 bilhões no segundo trimestre, crescimento de 1,9% no período e de 6,5% em 12 meses. Já as despesas operacionais (de pessoal e outras despesas administrativas) totalizaram R$ 10,769 bilhões, uma queda de 5,7% na comparação trimestral e alta de 9,3% na anual.

As provisões para créditos de liquidação duvidosa ficaram em R$ 4,399 bilhões, uma queda de 11,1% quando comparadas ao primeiro trimestre e uma redução de 7,4% em relação ao segundo trimestre de 2023.

A carteira imobiliária, que corresponde a 66,7% do total, encerrou o trimestre com saldo de R$ 784,568 bilhões, crescimento de 3,9% no trimestre e 14,8% em 12 meses. Desse total, R$ 456,6 bilhões foram de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS), e R$ 327,0 bilhões, do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

O segmento de crédito comercial pessoa física encerrou o trimestre com R$ 132,390 bilhões de saldo em carteira, redução de 1,2% em relação a março e de 2,5% ante junho de 2023. Com relação ao crédito comercial pessoa jurídica, o saldo da carteira terminou junho com R$ 97,902 bilhões, queda de 0,1% no trimestre e alta de 2,9% em um ano.

Já a carteira de crédito de infraestrutura alcançou saldo de R$ 101,833 bilhões, crescimento de 1,6% em três meses e 3,4% em 12 meses. No agronegócio, o total da carteira atingiu R$ 59,004 bilhões, aumento de 2,1% e 19,5%, na mesma base de comparação.

A Caixa projeta crescimento de 7% a 11% para sua carteira de crédito total em 2024. Tanto no segmento de habitação quanto no de saneamento e infraestrutura, esse avanço deve ser 8% a 12%. De acordo com as projeções, a margem financeira bruta deve ter alta de 3% a 7%, e as despesas administrativas devem crescer entre 7% e 11%. A carteira de finanças sustentáveis também deve registrar um avanço de 7% a 11%.

A Caixa informou que a inadimplência da carteira fechou junho em 2,20%, de 2,34% em março e 2,79% no mesmo período do ano anterior. O índice no crédito imobiliário caiu para 1,55%, de 1,72% em março e 2,08% em junho do ano passado. Já em agro, avançou para 2,11%, de 1,73% e 0,47%, na mesma base de comparação. Em crédito comercial PF, a inadimplência recuou para 7,01% em junho, de 7,29% em março e 5,93% em junho do ano passado. Já em comercial PJ, caiu para 4,64%, de 4,75% e 3,94%.

O presidente da Caixa, Carlos Vieira, tem dito que, se algumas medidas não forem tomadas quanto ao "funding" (financiamento) da habitação, o "copo" para o futuro da área estará "vazio". "Em 2024, a questão da habitação está resolvida. Em 2025, não sabemos. Estamos trabalhando no limite", comentou recentemente.

Em entrevista ao **Valor** em julho, a vice-presidente de habitação da Caixa, Inês Magalhães, afirmou que essa questão do funding é "um desafio estrutural de todo o sistema financeiro". O banco tem defendido diversas medidas, como redução de depósitos compulsórios, securitização de carteira e até mudanças em normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) para permitir que fundos de previdência façam investimentos na habitação.

Ontem, a Caixa confirmou também que entrou com pedido de licença para atuar no segmento de apostas esportivas, as chamadas "bets". "A Caixa informa que, como ator relevante no mercado brasileiro de loterias, atua constantemente no desenvolvimento de novos produtos e negócios de jogos."

GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR



Para Magalhães, funding é desafio estrutural em todo o setor financeiro

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 21/08/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.137,6566890	0,07	0,60	6,13
IRF-M	1+**	20.613,2879760	0,11	1,57	3,37
IRF-M	Total	18.687,9215090	0,10	1,25	4,15
IMA-B	5***	9.415,4660620	0,07	0,60	4,89
IMA-B	5+****	11.606,1450970	0,06	2,02	0,01
IMA-B	Total	10.128,3970900	0,07	1,25	2,23
IMA-S	Total	6.834,5639750	0,05	0,60	6,95
IMA-Geral	Total	8.332,2091050	0,06	0,96	4,81

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	07/08	06/08	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	34,63	33,96	29,63	29,63	33,26	31,60
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	26,48	25,13	24,96	24,96	26,48	27,63
Conta garantida pré - a.a.	39,52	38,38	38,67	38,67	41,01	46,17
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,69	21,69	21,70	21,70	22,70	27,85
Vendor pré - a.a.	15,81	15,22	15,28	15,28	16,87	18,71
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	14,07	17,44	16,30	16,30	17,84	20,02
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	20,32	18,43	18,30	18,30	17,55	17,38
Conta garantida pós - a.a.	24,66	24,36	24,76	24,76	23,64	27,94
ACC pós - a.a.	8,65	8,24	8,30	8,30	8,22	8,85
Factoring - a.m.	3,25	3,25	3,25	3,25	3,25	3,50

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	21/08/24	20/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3200	5,3300	5,3800	5,3300	5,3000
1 mês	-	5,3502	5,3535	5,3512	5,3464	5,2708
3 meses	-	5,3675	5,3663	5,3612	5,3589	5,1575
6 meses	-	5,3939	5,3930	5,3905	5,3892	5,0134
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6640	3,6620	3,6530	3,6640	3,6540
1 mês	-	3,6689	3,6687	3,6681	3,6674	3,5617
3 meses	-	3,7414	3,7572	3,7943	3,8170	3,3780
6 meses	-	3,8507	3,8590	3,8781	3,8903	3,0958
1 ano	-	3,9120	3,9125	3,9106	3,9030	2,1460
Euribor ***						
1 mês	-	3,587	3,606	3,630	3,630	3,612
3 meses	-	3,538	3,542	3,647	3,705	3,806
6 meses	-	3,407	3,398	3,579	3,641	3,941
1 ano	-	3,159	3,148	3,390	3,511	4,082
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	5,30	5,32	5,33	5,37	5,37	5,39
T-Bill (3 meses)	5,15	5,18	5,21	5,27	5,32	5,42
T-Bill (6 meses)	4,88	4,93	4,96	5,09	5,09	5,45
T-Note (2 anos)	3,94	3,99	3,96	4,26	4,52	5,00
T-Note (5 anos)	3,66	3,69	3,68	3,91	4,17	4,47
T-Note (10 anos)	3,80	3,81	3,84	4,03	4,25	4,34
T-Bond (30 anos)	4,08	4,06	4,13	4,31	4,47	4,45

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	Mês ago/24*	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,59	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,80	11,50
CDI	0,59	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,80	11,50
CDB (1)	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	6,04	10,12
Poupança (2)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
Poupança (3)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
IRF-M	1,25	1,34	-0,29	0,66	-0,52	0,54	4,15	8,37
IMA-B	1,25	2,09	-0,97	1,33	-1,61	0,08	2,23	4,38
IMA-S	0,60	0,94	0,81	0,83	0,90	0,86	6,95	11,71
Renda Variável								
Ibovespa	6,90	3,02	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	1,70	4,68
Índice Small Cap	7,76	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	-6,90	-13,36
IBrX 50	6,45	3,15	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	3,08	6,82
ISE	8,63	2,84	1,10	-3,61	-6,02	1,21	0,38	-4,44
IMOB	8,73	4,82	1,06	-0,73	-11,56	1,10	-5,22	-8,60
IDIV	6,37	1,90	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	4,70	11,06
IFIX	0,50	0,53	-1,04	0,02	-0,77	1,43	2,13	5,25
Dólar Ptax (BC)	-3,38	1,86	6,05	1,35	3,51	0,26	13,00	19,42
Dólar Comercial (mercado)	-3,06	1,18	6,46	1,09	3,54	0,86	12,95	19,56
Euro (BC) (4)	-0,53	2,92	4,73	2,89	2,37	0,07	13,91	17,29
Euro Comercial (mercado) (4)	-0,11	2,23	5,07	2,79	2,43	0,71	13,82	17,68
Ouro (BC)	0,05	5,98	5,97	2,87	7,18	8,62	37,24	46,76
Inflação								
IPCA	-	0,38	0,21	0,46	0,38	0,16	2,87	4,50
IGP-M	-	0,61	0,81	0,89	0,31	-0,47	1,71	3,82

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 21/ago. ** Até jul/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 16/08/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.687.812,58					3.734,06	69.568,99	329.617,08	286.169,95
RF Indexados (2)	146.698,15	-0,16	0,84	4,29	7,66	113,07	-662,23	-10.340,10	-15.508,52
RF Duração Baixa Soberano (2)	706.245,26	0,04	0,44	6,14	10,49	955,01	18.652,29	58.334,06	41.410,35
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	894.648,38	0,05	0,50	7,03	11,98	6.091,41	20.870,04	87.161,61	90.253,94
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	190.186,37	0,05	0,05	7,09	12,04	756,69	3.840,36	81.200,33	85.598,43
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	171.617,19	0,01	0,67	5,94	9,42	2,15	736,36	-3.245,62	-4.830,68
RF Duração Livre Soberano (2)	213.901,28	-0,04	0,57	5,88	10,05	-9.395,24	-6.109,17	-17.501,69	-36.414,43
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	666.525,24	0,01	0,60	6,40	10,78	1.303,51	12.161,83	-19.605,90	-40.184,31
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	393.289,19	-0,01	0,76	6,61	11,29	1.246,41	6.813,41	102.444,22	144.255,74
Ações	646.359,61					-120,03	-1.437,06	2.276,65	45.611,57
Ações Indexados (2)	10.795,00	-0,17	4,98	-0,14	15,37	-60,74	179,30	298,44	-800,75
Ações Índice Ativo (2)	31.391,24	-0,23	4,81	-1,32	11,90	-17,27	-503,14	-5.818,71	-5.258,92
Ações Livre	234.277,40	-0,09	4,45	1,35	12,00	-40,81	-1.021,74	-706,03	-5.307,95
Fechados de Ações	125.390,86	-0,14	1,42	-3,47	-0,95	1,00	-11,14	-1.952,48	29.622,37
Multimercados	1.635.846,40					213,86	-26.278,19	-133.059,12	-263.176,08
Multimercados Macro	139.183,72	0,02	0,82	3,00	7,01	-232,86	-3.829,19	-40.549,96	-61.602,27
Multimercados Livre	631.828,71	0,00	0,82	5,85	10,49	379,30	-372,36	-14.747,63	-77.280,26
Multimercados Juros e Moedas	48.495,94	0,00	0,54	6,18	10,90	-23,74	-375,20	-9.813,33	-15.365,95
Multimercados Invest. no Exterior (2)	733.823,65	-0,10	0,06	6,90	11,99	-296,88	-21.801,92	-69.147,22	-104.769,56
Cambial	6.672,67	-0,20	-2,54	16,91	16,53	-4,28	469,88	-211,18	-826,83
Previdência	1.466.554,47					144,68	2.883,62	26.045,19	40.801,97
ETF	43.426,13					-551,95	-725,72	-3.242,94	-3.856,41
Demais Tipos	2.098.275,46					3.191,55	16.169,85	88.869,80	85.590,20
Total Fundos de Investimentos	**7.486.671,86**					**3.416,35**	**44.481,52**	**221.425,68**	**104.724,17**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.800.612,11**					**1.031,88**	**8.815,83**	**95.814,04**	**150.045,87**
Total Fundos Off Shore (4)	**50.481,47**					-	-	-	-
Total Geral	**9.337.765,44**					**4.448,23**	**53.297,36**	**317.239,72**	**254.770,04**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de junho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	21/08/24	20/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	10,77
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,8561
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,03
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9514
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,58	10,60	10,54	10,50	10,50	12,72
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,98	11,04	10,92	10,83	10,72	12,13
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,45	10,45	10,43	10,42	10,42	13,05
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,50	10,52	10,48	10,45	10,44	12,91
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,57	10,60	10,55	10,50	10,50	12,72
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,70	10,74	10,67	10,59	10,56	12,51
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,96	11,01	10,90	10,81	10,72	12,15
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,36	11,46	11,29	11,38	11,14	11,10

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 21/08/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	99.686,17	10,408	533.220	10,406	10,412	10,406
Vencimento em out/24	98.862,30	10,454	305.312	10,450	10,468	10,454
Vencimento em nov/24	97.956,39	10,524	61.116	10,516	10,550	10,528
Vencimento em dez/24	97.199,09	10,609	21.325	10,600	10,660	10,615
Vencimento em jan/25	96.341,29	10,749	933.891	10,740	10,810	10,750
Vencimento em fev/25	95.434,57	10,882	7.516	10,895	10,940	10,905
Vencimento em mar/25	94.591,89	11,022	2.156	11,025	11,070	11,045
Vencimento em abr/25	93.803,99	11,110	120.700	11,100	11,180	11,110
Vencimento em mai/25	92.976,42	11,191	14.306	11,210	11,255	11,210
Vencimento em jun/25	92.125,61	11,242	32	11,245	11,300	11,245
Vencimento em jul/25	91.302,54	11,310	318.460	11,290	11,410	11,315

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	5.483,15	-0,21	232.315	5.464,50	5.516,50	5.484,00
Vencimento em out/24	5.499,87	-0,22	7.945	5.489,50	5.519,00	5.514,00
Vencimento em nov/24	5.519,63	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.535,98	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.555,30	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	6.121,67	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	6.148,83	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	6.180,54	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	138.598	0,24	93.235	138.250	139.100	138.760
Vencimento em dez/24	140.810	-	0	0	0	0
Vencimento em fev/25	142.904	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 21/08/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,4701	5,4707	0,29	-3,38	13,00	9,75
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,4804	5,4810	-0,07	-3,06	12,95	10,10
Dólar Turismo (R$/US$)	5,5104	5,6904	-0,05	-2,87	12,74	9,86
Euro (BC) - (R$/€)	6,0948	6,0960	0,62	-0,53	13,91	12,30
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,1111	6,1117	0,17	-0,11	13,82	12,68
Euro Turismo (R$/€)	6,1812	6,3612	0,21	-0,03	13,45	12,44
Euro (BC) - (US$/€)	1,1142	1,1143	0,32	2,95	0,81	2,32
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	441,1371	441,1855	0,29	0,05	37,24	45,68
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.512,01	-0,03	2,71	21,63	32,96
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.507,65	-0,55	3,64	21,59	32,67

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	21/08/24	20/08/24	No fim de jul/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	178.642,18	177.485,64	164.489,50	173.997,89	0,65	8,60	2,67
Valor-Coppead Mínima Variância	105.127,70	104.877,64	101.224,36	93.533,91	0,24	3,86	12,40

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 21/08/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 21/08/24

Índice	21/08/24	20/08/24	Em 31/07/24	29/12/23	21/08/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	187,92	186,69	185,23	165,54	153,09	0,66	1,45	13,52	22,75
S&P BNY Emergentes	361,99	360,43	350,11	312,75	286,03	0,43	3,40	15,75	26,56
S&P BNY América Latina	199,60	200,03	189,19	225,28	195,17	-0,21	5,50	-11,40	2,27
S&P BNY Brasil	201,67	200,92	186,11	232,95	192,84	0,37	8,36	-13,43	4,58
S&P BNY México	292,03	297,09	295,36	331,67	321,68	-1,70	-1,13	-11,95	-9,22
S&P BNY Argentina	247,39	253,23	223,58	178,27	147,01	-2,31	10,65	38,77	68,28
S&P BNY Chile	143,03	141,96	139,05	162,12	164,60	0,75	2,86	-11,78	-13,10
S&P BNY Índia	3.099,33	3.073,86	3.096,48	2.923,01	2.768,99	0,83	0,09	6,03	11,93
S&P BNY Ásia	220,85	219,05	218,49	189,60	172,43	0,82	1,08	16,48	28,08
S&P BNY China	320,70	314,26	306,01	336,11	325,70	2,05	4,80	-4,59	-1,54
S&P BNY África do Sul	222,52	224,08	221,65	199,87	184,79	-0,70	0,39	11,33	20,42
S&P BNY Turquia	34,17	34,42	36,85	22,45	23,30	-0,71	-7,26	52,19	46,67

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
04/08 a 04/09	0,0705	0,5709	0,5709	0,8062
05/08 a 05/09	0,0742	0,5746	0,5746	0,8430
06/08 a 06/09	0,0742	0,5746	0,5746	0,8425
07/08 a 07/09	0,0743	0,5747	0,5747	0,8439
08/08 a 08/09	0,0706	0,5710	0,5710	0,8068
09/08 a 09/09	0,0671	0,5674	0,5674	0,7720
10/08 a 10/09	0,0670	0,5673	0,5673	0,7713
11/08 a 11/09	0,0707	0,5711	0,5711	0,8082
12/08 a 12/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
13/08 a 13/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
14/08 a 14/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8445
15/08 a 15/09	0,0708	0,5712	0,5712	0,8085
16/08 a 16/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7729
17/08 a 17/09	0,0673	0,5676	0,5676	0,7736
18/08 a 18/09	0,0710	0,5714	0,5714	0,8107
19/08 a 19/09	0,0759	0,5763	0,5763	0,8477
20/08 a 20/09	0,0751	0,5755	0,5755	0,8466

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 21/08/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
		Variação % em reais			
Ibovespa	136.464	0,28	6,90	1,70	19,26
IBrX	57.531	0,22	6,72	1,92	19,51
IBrX 50	22.902	0,25	6,45	3,08	21,20
IEE	93.892	-0,02	5,28	-1,12	9,60
SMLL	2.191	-0,07	7,74	-6,90	-1,12
ISE	3.778	0,02	8,64	0,38	10,09
IMOB	958	-0,49	8,73	-5,22	3,89
IDIV	9.500	0,56	6,37	4,70	23,10
IFIX	3.382	-0,02	0,51	2,13	5,58
		Variação % em dólares			
Ibovespa	24.944	-0,02	10,64	-10,00	8,66
IBrX	10.516	-0,08	10,46	-9,81	8,89
IBrX 50	4.186	-0,04	10,18	-8,78	10,43
IEE	17.163	-0,31	8,96	-12,50	-0,14
SMLL	400	-0,36	11,51	-17,61	-9,90
ISE	691	-0,27	12,44	-11,17	0,31
IMOB	175	-0,78	12,54	-16,12	-5,34
IDIV	1.737	0,27	10,09	-7,35	12,17
IFIX	618	-0,31	4,02	-9,62	-3,80

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível pelo fornecedor em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
dez/23	355.034	09/08/24	365.760
jan/24	353.563	12/08/24	365.954
fev/24	352.705	13/08/24	367.023
mar/24	355.008	14/08/24	367.554
abr/24	351.599	15/08/24	366.347
mai/24	355.560	16/08/24	366.858
jun/24	357.827	19/08/24	367.652
jul/24	363.282	20/08/24	368.375

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	21/08/24	20/08/24	19/08/24	16/08/24	15/08/24	14/08/24
Índice	2.157,96	2.155,94	2.156,36	2.152,03	2.152,06	2.155,33
Var. no dia	0,09%	-0,02%	0,20%	0,00%	-0,15%	0,08%
Var. no mês	1,28%	1,18%	1,20%	1,00%	1,00%	1,16%
Var. no ano	4,49%	4,39%	4,41%	4,20%	4,21%	4,36%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 21/08/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	34,1600	34,1900	0,16000	0,16010
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,4701	5,4707
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,5913	36,6830	0,1491000	0,1495000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,7814	0,7986
Colon (Costa Rica)	519,7750	532,0000	0,010280	0,010530
Coroa (Dinamarca)	6,6980	6,6984	0,8166	0,8168
Coroa (Islândia)	136,4900	136,7800	0,03999	0,04008
Coroa (Noruega)	10,4954	10,4992	0,5210	0,5212
Coroa (Rep. Tcheca)	22,4820	22,5000	0,2431	0,2433
Coroa (Suécia)	10,1959	10,1980	0,5364	0,5366
Dinar (Argélia)	133,7941	134,3841	0,04071	0,04089
Dinar (Kuwait)	0,3054	0,3055	17,9054	17,9132
Dinar (Líbia)	4,7681	4,7904	1,1419	1,1474
Direitos Especiais de Saque ***	1,3456	1,3456	7,3606	7,3614
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6724	3,6734	1,4891	1,4897
Dirham (Marrocos)	9,6803	9,6853	0,5648	0,5651
Dólar (Austrália)***	0,6749	0,6750	3,6918	3,6927
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,4701	5,4707
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,6904	2,7378
Dólar (Canadá)	1,3583	1,3584	4,0269	4,0276
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,5510	6,6312
Dólar (Cingapura)	1,3052	1,3059	4,1888	4,1915
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,4701	5,4707
Dólar (Hong Kong)	7,7941	7,7942	0,7018	0,7019
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6157	0,6161	3,3679	3,3705
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7515	6,8260	0,8014	0,8103
Euro (Comunidade Européia)***	1,1142	1,1143	6,0948	6,0960
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0055	3,0657
Franco (Suíça)	0,8515	0,8516	6,4233	6,4248
Guarani (Paraguai)	7583,6900	7589,5200	0,0007207	0,0007214
Hryvnia (Ucrânia)	41,2000	41,5000	0,1318	0,1328
Iene (Japão)	145,2000	145,2100	0,03767	0,03768
Lev (Bulgária)	1,7593	1,7605	3,1071	3,1096
Libra (Egito)	48,7400	48,8400	0,1120	0,1122
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000061	0,000061
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,3076	1,3077	7,1527	7,1540
Naira (Nigéria)	1550,0000	1600,0000	0,00342	0,00353
Lira (Turquia)	33,8958	33,9082	0,1613	0,1614
Novo Dólar (Taiwan)	31,9000	31,9300	0,17130	0,17150
Novo Sol (Peru)	3,7390	3,7400	1,4626	1,4631
Peso (Argentina)	944,0000	944,5000	0,00579	0,00580
Peso (Chile)	915,7500	916,6500	0,005968	0,005974
Peso (Colômbia)	4006,9100	4011,0400	0,001364	0,001365
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2279	0,2279
Peso (Filipinas)	56,5000	56,5200	0,09678	0,09683
Peso (México)	19,2090	19,2180	0,2846	0,2848
Peso (Rep. Dominicana)	59,6300	60,0300	0,09112	0,09174
Peso (Uruguai)	40,2600	40,2900	0,13580	0,13590
Rande (África do Sul)	17,8604	17,8640	0,3062	0,3063
Rial (Arábia Saudita)	3,7520	3,7524	1,4578	1,4581
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001302	0,0001303
Ringgit (Malásia)	4,3750	4,3850	1,2475	1,2504
Rublo (Rússia)	91,3705	91,3795	0,05986	0,05987
Rúpia (Índia)	83,8700	83,8900	0,06521	0,06523
Rúpia (Indonésia)	15480,0000	15490,0000	0,0003531	0,0003534
Rúpia (Paquistão)	278,5000	278,6000	0,01963	0,01964
Shekel (Israel)	3,7157	3,7357	1,4643	1,4723
Won (Coréia do Sul)	1333,7900	1334,6100	0,004099	0,004102
Yuan Renminbi (China)	7,1344	7,1350	0,7667	0,7668
Zloty (Polônia)	3,8433	3,8445	1,4228	1,4234

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2507,35	0,01240	441,1371	441,1855

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	21/08/24	20/08/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	40.890,49	40.834,97	0,14	0,12	8,49	18,65	32.417,59	41.198,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.824,84	19.719,82	0,53	2,39	17,82	32,73	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.918,99	17.816,94	0,57	1,82	19,37	32,76	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.620,85	5.597,12	0,42	1,78	17,84	27,75	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	23.121,73	23.037,44	0,37	0,05	10,32	16,87	18.737,39	23.121,73
México	Cidade do México	IPC	53.864,73	53.991,06	-0,23	1,37	-6,14	1,42	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.347,33	1.345,35	0,15	0,12	12,73	18,95	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	93.018,66	89.556,19	3,87	3,14	60,84	149,78	36.599,96	94.058,81
Chile	Santiago	IPSA	6.495,43	6.491,04	0,07	0,85	4,80	6,08	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	28.482,94	28.548,06	-0,23	-3,57	9,72	24,61	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.621.075,60	1.659.274,75	-2,30	7,51	74,36	177,44	514.073,77	1.715.609,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.479,22	1.471,39	0,53	-0,67	6,00	10,93	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.448,95	18.357,52	0,50	-0,32	10,13	18,24	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.524,72	7.485,73	0,52	-0,09	-0,24	4,54	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.312,41	33.075,62	0,72	-1,34	9,75	19,03	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.095,43	4.068,22	0,67	-0,84	10,46	13,88	3.290,68	4.142,40
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.695,27	2.712,57	-0,64	-2,05	18,03	26,22	2.059,59	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.114,90	11.087,80	0,24	0,45	10,03	20,00	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.432,53	1.425,51	0,49	-3,09	10,78	11,46	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	907,65	903,04	0,51	-1,41	15,36	23,73	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	73.141,98	Feriado	1,19	-1,23	20,66	29,10	55.055,60	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	84.205,76	83.717,15	0,58	-0,17	7,32	23,30	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.673,99	6.678,04	-0,06	-0,51	4,34	11,21	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	951,10	961,60	-1,09	-11,65	-12,22	-10,02	951,10	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.523,94	2.527,29	-0,13	-3,27	5,24	17,99	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.250,11	12.266,56	-0,13	-0,55	9,99	12,92	10.323,71	12.365,18
Turquia	Istambul	BIST 100	9.904,79	9.982,28	-0,78	-6,90	32,59	27,04	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.029,03	2.043,65	-0,72	1,55	8,17	8,87	1.608,42	2.069,46
África do Sul	Joanesburgo	All Share	84.026,19	83.783,31	0,29	1,52	9,28	13,92	69.451,97	84.026,19
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	37.951,80	38.062,92	-0,29	-2,94	13,41	20,23	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.234,00	8.207,60	0,32	-1,04	5,17	12,24	6.960,20	8.343,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.521,41	1.525,68	-0,28	-5,55	-17,22	-21,20	1.433,10	1.981,63
China	Xangai	SSE Composite	2.856,58	2.866,66	-0,35	-2,80	-3,98	-7,64	2.702,19	3.177,06
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.701,13	2.696,63	0,17	-2,51	1,73	7,67	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.391,01	17.511,08	-0,69	0,27	2,02	-1,32	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	80.905,30	80.802,86	0,13	-1,02	11,99	24,06	63.148,15	81.867,55
Indonésia	Jacarta	JCI	7.554,59	7.533,99	0,27	4,12	3,87	10,03	6.642,42	7.554,59
Tailândia	Bangcoc	SET	1.337,83	1.328,12	0,73	1,28	-5,51	-12,32	1.274,01	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	22.237,89	22.429,10	-0,85	0,17	24,02	35,75	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares



Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal
Secretaria Executiva de Gestão Integrada
Subsecretaria de Administração Geral
Coordenação de Planejamento, Licitações e Compras Diretas



AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2024

PROCESSO SEI-GDF: 00050-00001226/2023-46. TIPO: Menor Preço. Modo de disputa: Aberto. OBJETO: Registro de preço para futura aquisição de bens permanentes, Sistema de Aeronave Remotamente Pilotada (Drones), conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência. VALOR ESTIMADO: R$ SIGILOSO. PRAZO: Vigência da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses a partir da assinatura. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 03/09/2024, às 14h, no https://www.gov.br/compras/pt-br/. UASG 450107. Edital está disponível no endereço acima e no portal http://www.ssp.df.gov.br/licitacoes/

Brasília/DF, 22 de agosto 2024.
LUCIANO BARBOSA RAMOS
Pregoeiro



Klabin S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 89.637.490/0001-45 - NIRE 35300188349
Certidão do Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada no dia 12 de Agosto de 2024, às 10:00 horas
Certifico o registro na JUCESP sob o nº 303.085/24-1 em 16.08.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA
NOVA ABERTURA DE LICITAÇÃO

A Universidade de São Paulo através do Instituto de Matemática e Estatística torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob n°: 05/2024 – IME**, do tipo menor preço, cujo objeto é **contratação de empresa para aquisição e renovação de softwares,** conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o **dia 22/08/2024 a partir das 10h00**, estando a sessão de disputa agendada para o **dia 05/09/2024 às 09h30**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"Portal de Compras do Governo Federal"** através do sítio **www.gov.br/compras/pt-br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 22/08/2024**, além da página do **ComprasGov**, citada anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.imprensaoficial.com.br.**



INÊS 249

Investimentos Gestora endossou só 4% de propostas sociais e ambientais de acionistas em assembleias

BlackRock reduz ainda mais o apoio a ESG

Brooke Masters e Kenza Bryan
Financial Times, de Nova York e Londres

O apoio da BlackRock a propostas de acionistas em questões ambientais e sociais caiu para níveis baixíssimos em comparação aos do ápice em 2021, segundo a gestora revelou ontem, apesar de seu respaldo a temas relacionados a governança corporativa ter crescido.

Nos 12 meses até o fim de junho, a BlackRock apoiou apenas 20 das 493 propostas sociais e ambientais apresentadas por acionistas em assembleias anuais, cerca de 4% do total, segundo seu relatório de supervisão dos investimentos anuais.

No relatório de 2021, a porcentagem havia sido de 47%. No de 2023, já havia caído para 7%.

O declínio se dá depois de os esforços das companhias para lidar com as mudanças climáticas e a desigualdade — questões antes também agrupadas com a governança, sob a sigla ESG — terem se tornado um tema político delicado.

Alguns conservadores criticam a BlackRock e outras grandes gestoras de ativos por usarem suas amplas participações em empresas para promover um capitalismo "woke" — o movimento pelo "despertar" da consciência racial e social. Por outro lado, ativistas climáticos reclamam que os investidores não têm pressionado o suficiente pela redução das emissões de carbono.

Por sua vez, as atividades relacionadas à governança, com o objetivo de proteger os direitos dos acionistas e promover conselhos de administração mais fortes, têm se salvado de críticas do tipo.

A gestora de recursos que reúne US$ 10,6 trilhões revelou ter votado no total em um número recorde de 867 propostas de acionistas e que, em sua avaliação, bem poucas das referentes a temas ambientais e sociais estavam no melhor interesse de seus clientes.

Muitas das propostas no relatório de 2024 foram "excessivamente prescritivas, careciam de mérito econômico ou pediam que as empresas abordassem riscos materiais que já estão gerenciando", escreveu Joud Abdel Majeid, chefe global de supervisão de investimentos da BlackRock.

Segundo a empresa, 61% de seus votos negativos em questões climáticas e sociais foram baseados no fato de a BlackRock já ter "um processo em vigor para lidar com o risco empresarial" relacionado ao assunto.

> "A gestora está decepcionando os poupadores e aposentados que investem nos fundos dela"
> *Lara Cuvelier*

O número total de votos contrários da gestora foi engrossado neste ano pela oposição uniforme da BlackRock a 88 resoluções anti-ESG apoiadas por conservadores que tentavam impedir as companhias de lidar com essas questões.

A maior gestora de recursos do mundo votou a favor de 79 das 374 propostas de governança avaliadas, o equivalente a 21%, um crescimento em comparação aos 11% que aprovou no período anual anterior. Entre as propostas mais comuns estavam as que buscavam permitir aprovações por maioria simples, prescindindo das supermaiorias.

Ambientalistas disseram estar decepcionados com a continuidade da tendência de queda do apoio da BlackRock a temas ambientais. "[A companhia] está decepcionando os poupadores e aposentados que investem nos fundos dela e querem proteger o futuro deles contra as mudanças climáticas", disse Lara Cuvelier, do grupo ativista francês Reclaim Finance.

A falta de entusiasmo da BlackRock em relação a propostas ambientais e sociais contribuiu para que houvesse um baixo apoio generalizado a essas medidas em muitas assembleias anuais de empresas. O apoio médio às propostas de acionistas sobre questões ambientais e sociais em companhias integrantes do índice acionário referencial Russell 3000 foi de 21% e 18%, respectivamente, nesse período de 12 meses, segundo dados da ISS-Corporate. Apenas duas questões relacionadas ao clima receberam apoio majoritário.

"Os maiores gestores de ativos estão tentando ficar com o bolo e comê-lo", disse Felix Nagrawala, chefe da área de análises de votações de investidores da instituição beneficente ShareAction. "Dizer que as resoluções não têm mérito econômico não faz muito sentido, dado que as mudanças climáticas vão afetar materialmente toda uma série de setores diferentes", acrescentou.

Mundialmente, a BlackRock apoiou 88% das propostas apresentadas pelas empresas em que investe, incluindo 82% das relacionadas à remuneração. Também apoiou 90% dos diretores indicados pelas companhias, uma proporção similar à registrada em anos anteriores.

Segundo a empresa, suas principais razões para se opor à nomeação de diretores foram a falta de independência, a participação em um número excessivo de conselhos e preocupações sobre a remuneração dos executivos.

Idis cria fundo patrimonial com meta de captar R$ 25 mi

Adriana Cotias
De São Paulo

O Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis), uma das entidades que se mobilizaram para tirar do papel a lei dos fundos patrimoniais filantrópicos, vai ter o seu próprio veículo de investimentos. E estreia com chave de ouro.

Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central e um dos fundadores da Gávea Investimentos; o médico e empresário José Luiz Egydio Setúbal, cuja fundação é mantenedora do Sabará Hospital Infantil e do Instituto Pensi; Luis Stuhlberger, executivo-chefe (CEO) e de investimentos (CIO) da Verde Asset; além do casal Teresa Cristina e Candido Bracher estão entre os doadores que aportaram os recursos iniciais.

Apresentado em evento na noite de terça-feira, o batizado fundo de fomento à filantropia nasce com R$ 5 milhões, com um "matching" garantido de mais R$ 5 milhões pela recente doação da filantropa MacKenzie Scott, numa nova rodada que beneficiou entidades no Brasil.

O fundo tem meta de captação de R$ 25 milhões, com expectativa de atração de R$ 15 milhões em até dois anos, segundo Paula Fabiani, CEO do Idis. Essa estratégia foi idealizada há três anos, com o objetivo de perpetuar as atividades da entidade no engajamento da filantropia e a cultura de doações no Brasil. Isso inclui a articulação para aprovação de medidas que aprimorem o ambiente regulatório.

Assim como se mobilizou junto com outros atores do segmento — o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), a Confederação Brasileira de Fundações, a Associação Paulista de Fundações e o Instituto Humanitas360 — e um grupo de filantropos para influenciar o marco legal dos "endowments", naquela que se tornaria a Lei 13.800, de 2019, o Idis defende outros dois projetos, um na Câmara (6.185/23) e um no Senado (2440/23). De acordo com Fabiani, o conteúdo é parecido e pretende estender benefícios recém-regulamentados e hoje restritos à Rouanet para outras leis de incentivo, como as voltadas para educação, saúde e projetos socioambientais.

"O objetivo é que valha para qualquer fundo patrimonial, independentemente da causa", diz Fabiani. "As mudanças socioambientais têm necessidade de capital mais longevo e precisam assegurar o investimento de longo prazo, porque uma organização não vai fazer nenhuma mudança estrutural e social em dois ou três anos, precisa da próxima geração, e os fundos patrimoniais são o instrumento para esse legado."

O próprio Idis se viu em dificuldades para captar recursos para seus projetos durante a pandemia, quando as doações foram todas direcionadas para a saúde, ou na recente enchente no Rio Grande do Sul, com o dinheiro da filantropia destinado à região, situações emergenciais que continuarão ocorrendo. "Quando a gente perde parcerias, como complementa? O fundo ajuda a ter recursos para aguentar os solavancos. Assim, nos anos de mais dificuldade não deixa de realizar uma atividade tão importante."

> "As pessoas usam leis de incentivo e acham que fazem doação, quando na verdade estão dirigindo para onde vai o imposto"
> *José Luiz E. Setúbal*

O instituto faz, por exemplo, mapeamentos periódicos sobre o setor. A última compilação, de meados de julho, identificava 107 fundos patrimoniais ativos no Brasil, com R$ 157,1 bilhões, com os grandes volumes concentrados em meia dúzia de entidades, algumas com a origem ligada a grandes grupos financeiros.

Fabiani acredita que a isenção de Imposto de Renda seria um divisor de águas para setor, especialmente após o fim do diferimento tributário para os fundos fechados exclusivos utilizados pelos ultrarricos. "Se conseguem ter benefício para o capital filantrópico, as famílias vão criar seus próprios fundos patrimoniais, é um incentivo também para a captação pulverizada."

Setúbal considera que, para a indústria de fundos patrimoniais ganhar relevância no país, é preciso mudar a cultura de doações. "No Brasil, as pessoas utilizam as leis de incentivos fiscais e acham que fazem doação, quando na verdade estão dirigindo para onde vai seu imposto." Para ele, a lei dos fundos patrimoniais veio com um atraso enorme, "mas antes tarde do que nunca".

SILVIA ZAMBONI/VALOR



Fabiani: proposta de estender benefícios recém-regulamentados e restritos à Rouanet para outras leis de incentivo

O médico conta que há 20 anos, quando instituiu a sua fundação e foi estudar o assunto, se deparou com grandes fundações e endowments enormes e seculares nos Estados Unidos e na Inglaterra. "Quando fui ver, no Brasil, pouquíssimas fundações pensaram nisso para sua sustentabilidade. Para mim é incrível pensar que a USP foi criada na década de 30 e não pensaram num endowment, só agora, após a lei."

Setúbal também tem apoiado a criação do fundo da USP e foi atraído para o projeto do Idis pelo propósito de fortalecer o terceiro setor, algo que tem buscado realizar também com ações estruturantes da filantropia na fundação. Ele afirma estar otimista com o engajamento das novas gerações.

Arminio avalia que o setor sem fins lucrativos e com eficiência vem demonstrando sua capacidade de gerar valor e, dessa forma, de atrair investimentos. "A partir dessa base, os fundos serão uma evolução natural." Ele pondera que ainda "falta ganhar visibilidade para aproveitar uma mudança cultural que vê no capital social uma alavanca indispensável para o desenvolvimento econômico, social e sustentável".

Arminio não espera, contudo, grandes impactos decorrentes da taxação dos fundos fechados exclusivos. "Isenção tributária não me parece viável no atual quadro fiscal do país, mas não descarto que as questões mais fundamentais sejam encaradas em algum momento, o que poderia abrir espaço para incentivos nessa área."

Aumento dos juros contratado pelo mercado

Palavra do Consultor



Marcelo d'Agosto

O mercado financeiro espera que o Banco Central (BC) aumente a taxa de juros a partir do dia 19 de setembro.

Se de fato isso acontecer, marcará o menor período de estabilidade da taxa básica de juros nos últimos anos. Terão se passado apenas duas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) para uma reviravolta na tendência da taxa Selic.

No dia 19 de junho deste ano, o Copom decidiu manter a Selic estável para o período entre 20 de junho e 31 de julho. Depois, na reunião seguinte, a decisão foi novamente manter a Selic estável para o período de 1 de agosto até 18 de setembro. Se as previsões atuais do mercado financeiro se confirmarem, serão apenas 91 dias de estabilidade dos juros.

Outro período na história em que houve mudança tão rápida na tendência dos juros foi entre 30 de outubro de 2008 e 21 de janeiro de 2009. Naquela época, a decisão inicial do Copom foi manter os juros estáveis em 13,75%. Depois de duas reuniões, em janeiro de 2009, o Copom decidiu reduzir a Selic em um pontopercentual.

É claro que as condições da época eram diferentes e o BC sempre reforça que os membros do Copom analisam os cenários prospectivos para a economia. Mas a rápida mudança de expectativas tem chamado a atenção.

Existe um contrato derivativo negociado na B3 chamado opção de Copom em que é possível tentar lucrar com as previsões de mudanças da taxa Selic. O contrato paga R$ 100 caso seja efetuado o ajuste previsto para a Selic pelo Copom. Para os demais contratos, a remuneração é zero.

No dia 5 de agosto, o contrato que estipulava que o Copom manteria a Selic estável na reunião do dia 18 de setembro tinha preço de R$ 72,50. O investidor desembolsava esse valor para receber R$ 100, caso a decisão fosse confirmada.

O contrato que previa o aumento de 0,25 ponto percentual na Selic era cotado a R$ 12,50. E o que previa aumento de 0,50 ponto percentual tinha preço de R$ 16.

Na linguagem das bets, as casas de aposta, a "odd" para que o Copom mantivesse a Selic estável era baixa, dada a diferença entre os R$ 100 de prêmio e o desembolso de R$ 72,50 para comprar o contrato. Já a "odd" de um ajuste de 0,25 ponto percentual era maior, porque um gasto menor daria o mesmo retorno de R$ 100.

Portanto, usando os contratos de opção de Copom como parâmetro, no início do mês o mercado esperava, por uma larga margem, que a decisão do BC fosse manter a taxa Selic inalterada. Mas o cenário mudou radicalmente.

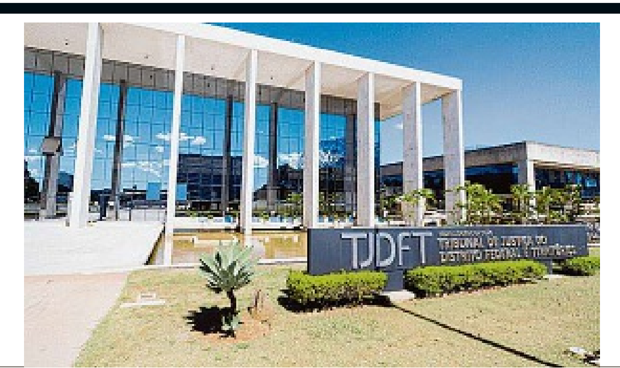
No dia 19 de agosto, a cotação do contrato que prevê a manutenção da Selic caiu para R$ 29,20. O contrato que estima alta de 0,25 ponto percentual subiu para R$ 39,50 e o que prevê alta de 0,50 ponto percentual aumentou para R$ 30,10. O ganho maior, agora, é para quem aposta na estabilidade dos juros.

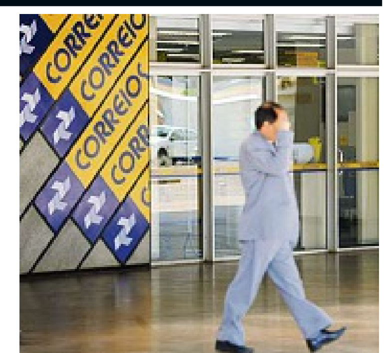
Os contratos futuros de DI, outro derivativo negociado na B3 e que pode ser usado para estimar a variação acumulada da Selic em determinados períodos, também preveem alta da taxa básica de juros. Um cenário compatível com as cotações atuais dos contratos é de alta na Selic de 0,25 ponto percentual nas próximas duas reuniões do Copom e mais 0,5 ponto percentual nas duas reuniões seguintes. Os juros começariam o ano de 2025 em 12% ao ano.

As declarações dos diretores do BC após a divulgação da ata da última reunião do Copom parecem ter coordenado as expectativas do mercado financeiro para a alta dos juros. Resta saber se as altas serão suficientes para reduzir as projeções para a inflação.

E se a revisão dessas projeções terá, de fato, impacto real no ritmo de aumento dos preços.

Marcelo d'Agosto é economista especializado em administração de investimentos com mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro.





Valor E
Quinta-feira, 22 de agosto de 2024

Legislação & Tributos SP

Comercial Questões de ordem do relator, que poderiam anular a decisão tomada pela maioria da Corte, perderam objeto com edição de nova lei

STJ define Selic para correção de dívidas e indenizações

Marcela Villar
De São Paulo

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) bateu o martelo e concluiu julgamento que definiu a Selic como índice a ser aplicado na correção de dívidas civis e indenizações. A análise do mérito ocorreu em março, mas a proclamação do resultado só ocorreu ontem após a análise de três questões de ordem apresentadas pelo relator do caso, o ministro Luís Felipe Salomão, que poderiam anular a decisão tomada pela maioria.

Uma das questões suscitadas por Salomão foi que dois ministros — Og Fernandes e Francisco Falcão — não estiveram presentes na sessão que analisou o mérito, o que ensejaria a nulidade do julgamento. Ele também pediu esclarecimentos sobre o método de cálculo da taxa Selic a ser utilizada. Uma mudança no Código Civil, com a edição da Lei nº 14.905/2024, porém, resolveu essa questão.

A nova norma, publicada no Diário Oficial da União em julho, estabeleceu novas regras para a atualização monetária e a aplicação de juros em casos de inadimplência. Devem ser aplicados, respectivamente, IPCA e Selic. Para o cálculo dos juros, deverá ser deduzido o índice de atualização monetária. Se a diferença entre esses valores for negativa, a taxa de juros considerada será zero para o período de referência.

A metodologia de cálculo e a forma de aplicação desses juros serão definidas pelo Conselho Monetário Nacional e divulgadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Até a edição da lei, prevalece o entendimento da Corte Especial do STJ.

"Minhas preocupações ficaram todas sanadas quanto à aplicabilidade para o pretérito e para o futuro em relação à questão da taxa Selic", afirmou Salomão. A presidente do STJ, Maria Thereza Rocha de Assis Moura, reforçou então que ficava "ratificado o resultado do julgamento que já havia sido proclamado no dia 6 de março".

> "O julgamento do STJ beneficiará especialmente os devedores"
> *Isabela Pompilio*

Em março, a votação foi acirrada e a presidente foi responsável pelo desempate. Salomão foi voto vencido, entendendo que deveriam ser aplicados os juros de 1% ao mês mais correção monetária, conforme o índice adotado pela tabela do tribunal onde o caso for julgado (INPC ou IPCA, por exemplo). Ele foi acompanhado pelos ministros Antônio Carlos Ferreira, Humberto Martins, Herman Benjamin e Mauro Campbell Marques, que havia pedido vista.

O voto vencedor foi do ministro Raul Araújo, seguido pelos ministros Benedito Gonçalves, João Otávio de Noronha, Maria Isabel Gallotti, Nancy Andrighi e a presidente. Para Araújo, a aplicação da tese de Salomão conduz a uma situação em que o credor obtém remuneração muito superior à de qualquer aplicação financeira, pois os bancos vinculam-se à Selic. Para ele, não existe razão para se impor uma alta taxa ao devedor (REsp 1795982).

O ponto central da discussão no STJ foi o artigo 406 do Código Civil. Esse dispositivo determina que os juros moratórios, se não estabelecidos em contrato, serão fixados pela taxa em vigor para o pagamento de impostos devidos à Fazenda.

A decisão agora vale para todas as situações em que a correção não for previamente convencionada. Isto é, quando houver pedido de indenização que não decorrer de relação contratual — por acidentes ou danos ambientais, por exemplo — ou dívidas decorrentes de contratos sem o índice.

Segundo Caio Fink, sócio do Machado Associados, a conclusão do relator foi que a aplicação só da Selic seria inapropriada. "Ela acrescenta juros, atualização monetária e depende de política econômica, então pode não ser a correção adequada", disse Fink. A nova lei editada no mês passado, que altera o artigo 406 do Código Civil, acrescentou, busca solucionar essa questão. "Para não ter dupla atualização monetária, determinou-se que seja feita a dedução do IPCA, para, assim, se extrair efetivamente a taxa de juros."



DIVULGAÇÃO

Caio Fink: nova lei editada no mês passado, que altera o artigo 406 do Código Civil, busca solucionar essa questão

A advogada Isabela Pompilio, sócia na área de contencioso de TozziniFreire Advogados, destacou que o julgamento do STJ beneficiará especialmente os devedores. "A adoção da Selic sem capitalização mensal para dívidas civis representará encargos moratórios inferiores aos que eram adotados anteriormente", afirmou Isabela.

Ela lembrou que a Selic dos últimos 12 meses, sem soma dos acumulados mensais, representa 11,94%, enquanto só os juros moratórios de 1% ao mês da regra anteriormente adotada representariam 12% ao ano livres. "O regime anterior, de fato, era demasiadamente oneroso para os devedores, ainda mais se considerado que o STJ também decidiu recentemente que o depósito judicial do valor da dívida não estancava a mora", completou.

A especialista alertou, no entanto, que nem todas as dúvidas foram esclarecidas com a publicação da nova legislação. "Apenas com a publicação do acórdão poderemos ter certeza se teremos Selic simples ou composta", disse ela. "Imagino que deverá ser a Selic simples, sem soma dos acumulados, em razão da vedação da Lei de Usura e da própria natureza moratória que visa apenas a recomposição da perda."

Para advogada Amanda Celli Cascaes, sócia do Salles Nogueira Advogados, as questões de ordem suscitadas por Salomão não poderiam ensejar a anulação de um julgamento. Mas, de fato, afirmou, elas perderam o objeto com a atualização do Código Civil, que definiu a dedução do IPCA — índice de atualização monetária que passará a ser adotado a partir de agora. "Isso resolveria a questão de ordem, pois não haverá incidência simultânea da Selic e do IPCA, além de se poder deduzir o IPCA de forma parcial do cálculo da Selic, diante de diferentes termos iniciais de incidência", explicou Amanda.

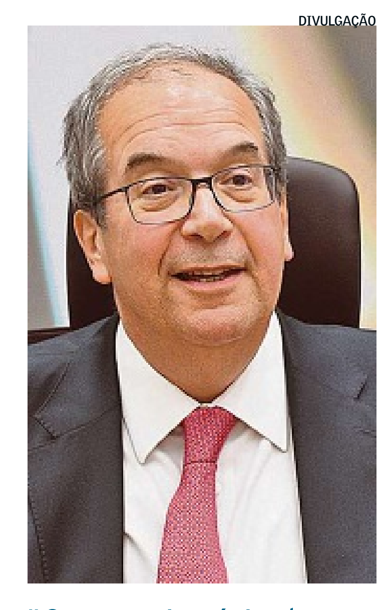
Rodovias devem indenizar por acidentes com animais

Marcela Villar
De São Paulo

As concessionárias de rodovias precisarão indenizar usuários pelos danos e acidentes causados por animais domésticos na pista — até os de grande porte, como cavalo e boi. Foi o que decidiu a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em recurso repetitivo, na sessão de julgamento de ontem. A decisão deverá ser aplicada em todos os processos semelhantes na Justiça e a responsabilização é "independentemente da existência de culpa", conforme determina o Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Os ministros, por unanimidade, negaram o recurso da concessionária Ecopistas, que administra desde 2009 as rodovias Ayrton Senna e Governador Carvalho Pinto, ambas no Estado de São Paulo. A empresa buscava reverter um acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), que determinou o pagamento de uma indenização.

A tese fixada pelo relator, o ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, foi a seguinte: "As concessionárias e rodovias respondem independentemente da existência de culpa pelos danos oriundos e acidentes causados pela presença de animais domésticos nas pistas de rolamento aplicando-se as regras do Código de Defesa do Consumidor e da Lei de Concessões" (Tema 1122 ou REsp 1908738).



DIVULGAÇÃO

> "Concessionária deve responder de forma objetiva por danos sofridos por usuários"
> *Villas Bôas Cueva*

Na leitura da ementa do voto, Cueva considerou que a concessionária deve responder de forma objetiva pelos danos sofridos pelos usuários "independentemente da observância dos padrões mínimos de segurança previstos no contrato, sendo inaplicável a teoria da culpa administrativa".

"O princípio da primazia do interesse da vítima decorrente do princípio da solidariedade impõe a reparação dos danos independentemente da identificação do proprietário do animal cujo ingresso na rodovia causou o acidente", disse Cueva, durante o julgamento, que durou cerca de cinco minutos (sem considerar as sustentações orais).

Além do CDC, o relator levou em conta o artigo 25 da Lei de Concessões. Nele, a concessionária está obrigada a executar o serviço concedido e "responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade".

O advogado da Ecopistas, Luiz Antônio de Almeida Alvarenga, do Almeida Alvarenga Advogados, disse, no julgamento, que o acórdão do TJSP deixou de considerar alguns aspectos, por isso, precisava ser anulado. Para ele, o tribunal estadual não analisou se estão preenchidos os requisitos para responsabilização, como a omissão, culpa ou dolo da empresa e o nexo causal entre a conduta dela e o dano que se pretende indenizar. "Não houve qualquer falha na prestação dos serviços", afirmou Alvarenga, na sustentação oral.

Na visão do advogado, "o ingresso de animal doméstico na pista de rolamento é um evento súbito, sob o qual não se pode exigir pleno controle da concessionária". Ele defendeu a aplicação do Código Civil ao caso. De acordo com Alvarenga, existe a previsão nos artigos 936 e 1.297 de que a responsabilidade pelos danos causados por animais é do dono, que também tem o direito de cercar sua propriedade rural. Procurado pelo **Valor**, ele não respondeu se deve recorrer da decisão.

Já o advogado Orlando Magalhães Maia Neto, sócio do escritório Ayres Britto, que representou a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) — parte interessada (amicus curiae) na ação — entende que não é possível imputar uma responsabilidade abstrata às empresas. "Se a concessionária atua nos standards regulatórios e se ela opera nas precisas coordenadas contratuais, não há que se falar em ato ilícito ou conduta omissiva marcada pela ilicitude", defendeu, na sustentação oral.

A Lei de Concessões, acrescentou, não determina "que toda e qualquer responsabilidade deva ser atribuída às concessionárias". Caso contrário, afirmou, seria atribuir uma "onisciência fiscalizatória e onipresença física", exigindo que as empresas sejam capazes de sanar "metro a metro, segundo a segundo, toda e qualquer ocorrência que venha ocorrer na extensão da rodovia".

Neto ainda destacou que a consequência disso seria tornar as concessionárias uma "seguradora universal", o que poderia aumentar o valor da tarifa para os usuários. Para ele, também deveria prevalecer o artigo 936 do Código Civil, transferindo a responsabilidade do acidente para o dono do animal.

O advogado especialista em Direito do Consumidor Vinicius Zwarg, sócio do escritório do Emerenciano, Baggio & Associados, afirma que a jurisprudência sobre o tema era oscilante. Agora, a priori, a responsabilidade de indenizar é da empresa, até que se prove o contrário.

Apesar de o STJ ter definido que se aplica a responsabilidade objetiva do CDC, ainda existe a possibilidade de a empresa não precisar indenizar o usuário, mas será preciso enquadrar o caso nas exceções legais. "Se houver culpa exclusiva e não concorrente de terceiro, pode se excluir a responsabilidade", diz Zwarg. "Mas é preciso que o consumidor esteja absolutamente errado nessa situação."

Ele afirma que a lei não prevê limite para as indenizações, varia muito do dano que foi causado. "Os tribunais se valem de uma certa razoabilidade, levando em conta a capacidade de pagamento para não haver enriquecimento sem causa", completa.

Felipe da Costa, do Wilton Gomes Advogados, acredita que a decisão pode provocar "discussão acerca do reequilíbrio contratual, pois há alteração dos riscos contratuais e, consequentemente, da previsibilidade financeira do contrato".

Procurado pelo **Valor**, o advogado da parte que será indenizada, Adalberto José Santos de Almeida, não foi localizado pela reportagem. A Ecopistas preferiu não comentar o assunto.

INÊS 249

Parcelamento de dívida fiscal e suspensão de ação penal

Opinião Jurídica

Luiza Oliver e Neuler Mendes Jr.

O legislador claramente optou, nos crimes tributários, por adotar uma política-criminal que prioriza a recuperação do crédito tributário, em detrimento de uma visão meramente punitivista. É nesse contexto que se inserem a extinção da punibilidade do acusado pelo pagamento integral da dívida fiscal (artigo 69, Lei nº 11.941/2009) e a suspensão da ação penal pelo parcelamento do tributo (artigo 83 da Lei nº 9.430/96).

Nas últimas décadas, contudo, o tema da suspensão da ação penal diante do parcelamento da dívida sofreu repetidas alterações: (1) na sua redação original, a Lei nº 9.430/96 não dispunha sobre a suspensão da ação penal pelo parcelamento da dívida; (2) em 2000, foi editada a Lei nº 9.964 que previa que a ação deveria ser suspensa pela inclusão da dívida em programa de parcelamento, "desde que a inclusão no referido programa tenha ocorrido antes do recebimento da denúncia criminal" (artigo 15); (3) em 2003, foi publicada a Lei nº 10.604, que excluiu a limitação da suspensão antes do recebimento da denúncia (artigo 9º); (4) em 2009, a Lei nº 11.941 alterou novamente a disciplina da matéria, mas, no ponto que nos interessa, também não exigia que o parcelamento fosse feito antes do recebimento da denúncia (artigo 68); (5) em 2011, porém, a Lei nº 12.382 reinseriu (na Lei nº 9.430, artigo 83, parágrafo 2º) a limitação de que a ação penal é suspensa "desde que o pedido de parcelamento tenha sido formalizado antes do recebimento da denúncia criminal".

Essa é a norma vigente hoje: em regra, o parcelamento da dívida fiscal só suspende a ação penal se feito antes do recebimento da denúncia — que é o documento em que o Ministério Público formaliza a acusação criminal, a ser recebida pelo juiz.

Dessa elevada quantidade de alterações — criticável por si só, pois o tema tem natureza penal, que demanda especialmente a segurança jurídica —, surgiram problemas e controvérsias sobre a determinação da legislação aplicável em cada caso.

A primeira premissa era evidente e foi corretamente fixada: a lei editada depois do crime não retroage se for mais gravosa ao processado e, de outro lado, deve retroagir se mais benéfica, como prevê o artigo 2º do Código Penal. O STJ decidiu isso no REsp 1493306.

O problema surgiu na segunda premissa: qual a data considerada para verificar a legislação aplicável? Embora na maioria dos crimes isso não seja um problema, nos delitos tributários há uma particularidade: ele apenas se consuma depois do lançamento definitivo do crédito tributário pelo órgão fiscal competente (Súmula Vinculante nº 24/STF).

Assim, o processo de ocorrência do delito tributário se estende por anos, afinal, mesmo que iniciado hoje o crime, ele apenas se consumaria depois do procedimento fiscal que constitui o crédito tributário, o que pode demorar mais de uma década.

O STJ tem entendido que "a incidência ou não da modificação operada pela Lei nº 12.382/2011 — que é mais gravosa e não pode retroagir para alcançar casos anteriores a sua entrada em vigor — deve ser aferida pela data da constituição do crédito tributário e não pelos anos em que supostamente não houve o pagamento do tributo devido, na esteira da Súmula Vinculante nº 24 do STF" (AgRg no RMS nº 62.925, DJe 16.12.22).

Há vários outros julgados em igual sentido, de ambas as turmas. O entendimento, contudo, está equivocado: a data do lançamento do crédito tributário não pode ser o critério que define a legislação aplicável, porque essa é a data da consumação do crime, não o tempo do crime.

O nosso Código Penal fixa que "considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado". Ou seja, o tempo do crime, que determina a legislação aplicável, é aquele da ação ou da omissão (data da fraude), "ainda que seja outro o momento do resultado" (data do lançamento do crédito tributário).

Daí, basta ver que, justamente pela demora no lançamento, não é raro ver ações penais ainda em curso cuja ação/omissão incriminada ocorreu antes de 2011, antes da limitação da suspensão pelo recebimento da denúncia.

Nesses casos, há que se reconhecer que a legislação aplicável no tempo do crime permitia a suspensão da ação penal pelo parcelamento da dívida fiscal mesmo que já recebida a denúncia: ainda que o parcelamento fosse feito hoje, seria cabível a suspensão.

Essa é a solução correta tecnicamente, incentiva o parcelamento e o pagamento de dívidas fiscais e cumpre a política-criminal que prioriza a recuperação do crédito tributário em detrimento de uma visão meramente punitivista.

A boa notícia é que há espaço para convencimento. O nosso escritório conseguiu suspender duas ações penais com base nesse argumento, uma delas inclusive em habeas corpus no TRF-3, formando precedente em que a questão foi perfeitamente compreendida: o tribunal fixou que "nos crimes cometidos até a publicação da referida lei, terá o acusado direito à suspensão do andamento do feito, caso concedido o parcelamento, independentemente de ter havido ou não o recebimento da denúncia na ação penal, assim como será declarada extinta a sua punibilidade caso efetue o pagamento integral do tributo, ocorrendo este antes ou depois do recebimento da peça inicial acusatória".

Portanto, ainda é possível a suspensão da ação penal por crime tributário em razão do parcelamento da dívida, mesmo que já recebida a denúncia, nos casos em que a ação/omissão tomada por criminosa seja anterior ao dia 1º de março de 2011, data em que a Lei nº 12.382 passou a vigorar.

Luiza Oliver e Neuler Mendes Jr. são, respectivamente, advogada, mestre em Direito Penal pela New York University e sócia do escritório Toron Advogados; e advogado, mestrando em Direito Penal pela Universidade de São Paulo, associado ao escritório Toron Advogados

MPF Procuradoria da República em São Paulo — Ministério Público Federal

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 1/2024 (90001/2024 - PNCP) - UASG 200049

Nº Processo: 1.34.001.010182/2023-88: Objeto: Contratação de empresa especializada na implantação e operação de sistema informatizado de Administração e Gerenciamento de despesas da Frota de Veículos da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, na capital e no interior do Estado, mediante gestão de abastecimento para aquisição de combustíveis para veículos e geradores, lavagem de automóveis e aquisição de peças e de serviços de manutenção preventiva e corretiva, socorro mecânico e guincho, mediante rede de estabelecimentos próprios ou credenciados, de natureza continuada, nos termos do Edital e seus anexos. Total de itens licitados: 1. Entrega das propostas: a partir do dia 22/08/2024. Abertura da sessão: dia 09/09/2024 às 14h00 no site www.gov.br/compras/pt-br. O Edital está à disposição para consulta nos endereços eletrônicos: http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/licitacoes-contratos-e-convenios e https://www.gov.br/pncp/pt-br, Poderá ser solicitado também pelo e-mail prsp-licitacao@mpf.mp.br.

São Paulo, 20 de agosto de 2024.
FÁBIO TEYDI ARAKI
Pregoeiro - PR/SP

ÂNIMA HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 09.288.252/0001-32 NIRE: 35300350430

Extrato da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em 09 de Agosto de 2024 às 17:00 Horas

Data, hora e local: Realizada dia 09/08/2024, às 17:00 hs, por meio de videoconferência, centralizada na sede da Companhia, na Rua Harmonia, 1.250, 9º andar, São Paulo - SP, CEP 05435-001. **Convocação**: Dispensadas as formalidades de convocação, em virtude da presença da unanimidade dos membros do Conselho de Administração; **Presenças**: Presentes os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia com mandato em vigor: Sr(a)s. Daniel Faccini Castanho, Maurício Nogueira Escobar, Gabriel Ralston Correa Ribeiro, Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves, Eduardo Azevedo Marques de Alvarenga, Ana Paula de Assis Bogus, Paula Maria Harraca e Marcelo Barbalho Cardoso. **Mesa**: Sr. Daniel Faccini Castanho - Presidente. Sr. Heleno Carlos Fernandes - Secretário. **Deliberações**: Os Conselheiros presentes, por unanimidade, com a abstenção da Conselheira Paula Maria Harraca e do Conselheiro Marcelo Barbalho Cardoso, que não esteve presente na deliberação anterior, deliberaram por: - aprovar a alteração da data de pagamento dos dividendos intermediários aos acionistas, objeto de aprovação na RCA de 08/08/2024, para o dia 21/08/2024, tendo em vista a solicitação de prazo para operacionalização feita pela depositária e pelo Banco Escriturador; **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 09 de agosto de 2024. JUCESP nº 306.082/24-0 em 19/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ÂNIMA HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 09.288.252/0001-32 NIRE: 35300350430

Extrato da Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração Realizada em 08 de Agosto de 2024 às 11:00 Horas

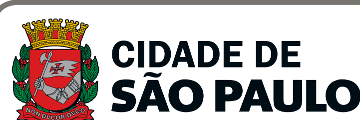
Data, hora e local: Realizada dia 08/08/2024, às 11:00 hs, de forma presencial e também por meio de videoconferência, centralizada na sede da Companhia, localizada na Rua Harmonia, 1.250, 9º andar, São Paulo - SP, CEP 05435-001. **Convocação**: Os Conselheiros foram convocados, na forma da lei e do estatuto da Companhia; **Presenças**: Presentes os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia: Sr(a)s. Daniel Faccini Castanho, Maurício Nogueira Escobar, Gabriel Ralston Correa Ribeiro, Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves, Eduardo Azevedo Marques de Alvarenga, Ana Paula de Assis Bogus e Paula Maria Harraca. Ausência justificada do conselheiro Marcelo Barbalho Cardoso. Além da Presidente da Companhia e conselheira Paula Maria Harraca, estiveram presentes, também, o Diretor Financeiro Átila Simões da Cunha da Companhia, bem como o Procurador Jurídico Geral da Companhia João Batista Pacheco Antunes de Carvalho. **Mesa**: Sr. Daniel Faccini Castanho - Presidente. Sr. Heleno Carlos Fernandes - Secretário. **Deliberações**: Os Conselheiros presentes, por unanimidade, com a abstenção da Conselheira Paula Maria Harraca, deliberaram por: (i) aprovar a declaração e distribuição de dividendos intermediários aos acionistas, no valor de R$ 178.000.000,00, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual de 2023, na forma dos arts. 201, 202, § 5º, 204 § 2º da Lei de S.A., bem como dos arts. 14, IX e 23, § 2º, do estatuto da Companhia; (ii) por aprovar o pagamento dos dividendos até o dia 14/08/2024, observando-se, com isso, o disposto no § 3º do art. 205 da Lei de S.A; **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 08 de agosto de 2024. JUCESP nº 306.225/24-4 em 19/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral



CIDADE DE SÃO PAULO — **SUBPREFEITURA SÉ**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão eletrônico nº **012/SUB-SÉ/24** - Processo SEI nº **6056.2024/0001871-4**
Objeto: **Aquisição de MATERIAIS DE FERRAGENS** - Data/hora da sessão pública: **03/09/2024 às 10:00h.**
Pregão eletrônico nº **013/SUB-SÉ/24** - Processo SEI nº **6056.2024/0001880-3**
Objeto: **Aquisição de GRADES DE CONTENÇÃO, de acordo com o Anexo I - Termo de Referência.** Data/hora da sessão pública: **05/09/2024 às 10:00h.**
Documentação/Retirada do Edital: https://www.gov.br/compras/pt-br ou no site https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/



FAZENDA

COMUNICADO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO **nº 90019/2024** - PROCESSO SEI **nº 6017.2024/0033068-5**
OBJETO: **Aquisição do Software Assurance para Windows Server (Software Assurance - Windows Server External Connector SLng SA Part Number R39-00404, Software Assurance - Windows Server CAL Slng SA UCAL Part Number R18-00086, e Software Assurance - Windows Server Datacenter Core SLng 2L Part Number 9EA-00268), conforme condições e quantidades estabelecidas no Termo de Referência** - Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/ UASG: 925011- Data e Hora da Abertura da Sessão Pública: **05/09/2024 às 10h00** - MODO DE DISPUTA: **Aberto e Fechado** - CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **Menor Preço Total** - EDITAL: O Edital consta no documento SEI 109040261, e poderá ser consultado também gratuitamente no site: https://www.gov.br/compras/pt-br/.



CIDADE DE SÃO PAULO — **SEGURANÇA URBANA**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº **90.023/SMSU/2024** - Processo SEI nº **6029.2023/0018867-0**
Objeto: **Constituição de Ata de Registro de Preço para o fornecimento de óleo automotivo 15W 40 API CI-4/SL, ACEA E7-08, destinado à frota própria de veículos da Guarda Civil Metropolitana da Cidade de São Paulo - da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência do Edital** - Data/hora da sessão pública: **06/09/2024 às 09h00** - Links de acesso: www.comprasnet.gov.br, https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio.

IGUÁ SANEAMENTO S.A.

CNPJ/MF nº 08.159.965/0001-33 - NIRE 35300332351 - Companhia Aberta

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de junho de 2024

I. Data, Hora e Local: Aos 28 dias de junho de 2024, às 13h, realizada de forma exclusivamente digital, por videoconferência na plataforma "MS Teams" e gravada pela Iguá Saneamento S.A. ("Companhia"), nos termos do art. 124, §2º-A da Lei nº 6.404 de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81 de 2022, conforme alterada, e da Instrução Normativa DREI nº 81 de 2020, conforme alterada. **II. Mesa:** Presidente: Paulo Todescan Lessa Mattos; Secretário: Alexander Pibernat Cunha Cardoso. **III. Convocação:** Edital de Convocação publicado nos termos do Artigo 124 da Lei das S.A., nas versões impressa e digital do jornal "Valor Econômico" veiculadas nos dias 04 de junho de 2024, 05 de junho de 2024 e 06 de junho de 2024 ("Edital de Convocação") Ainda que observadas as formalidades, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas, aplicável o que dispõe o art. 124, § 4º da Lei nº 6.404/76. **IV. Presença:** Presentes os acionistas titulares de 426.355.971 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representativas da totalidade do capital social da Companhia, desconsiderando as 1.448.451 ações em tesouraria. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a ratificação do "Protocolo e Justificação da Incorporação da Spat Saneamento S.A. pela Iguá Saneamento S.A." ("Protocolo"), que estabelece os termos e condições da proposta de incorporação, pela Companhia, de sua subsidiária integral **Spat Saneamento S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Suzano, Estado de São Paulo, na Rua Waldemar Cusma, nº 700, Jardim Aeródromo Internacional, CEP 08616-510, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.538.454/0001-95, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESP sob o NIRE 35.300.355.628 ("Spat Saneamento" ou "Incorporada"), o qual consubstancia as justificativas, termos, cláusulas e condições da incorporação da Spat Saneamento pela Companhia ("Incorporação"); **(ii)** a ratificação da nomeação da **Approach Auditores Independentes S/S**, sociedade simples, com sede na Cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Gurgel, 1.041, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.017.215/0001-00, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRC/SP) sob o nº 2SP023119/O-0, e na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sob o nº 11.223, com seus atos constitutivos registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro de Pessoas Jurídicas da cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, sob o nº 2.019 ("Empresa Avaliadora"), como empresa avaliadora responsável pela elaboração do laudo de avaliação do valor contábil do patrimônio líquido da Spat Saneamento na data-base de 31 de março de 2024 para fins da Incorporação ("Laudo de Avaliação"); **(iii)** a aprovação do Laudo de Avaliação subscrito pelo sócio administrador da Empresa Avaliadora, o Sr. **Leandro Antonio Marini Pires**, contador legalmente habilitado, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo – CRC/SP sob o nº 1SP185.232/O-3, e perito contábil inscrito no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis - CNPC sob o nº 2025; **(iv)** a proposta da Incorporação, nos termos do Protocolo, com a consequente extinção da Spat Saneamento; e **(v)** a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à implementação da Incorporação. **VI. Deliberações:** Preliminarmente, foi autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 130 da Lei das S.A. Em seguida, após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações: **(i)** Por unanimidade dos votos, com 426.355.971 votos a favor, sem votos contrários ou abstenções, foi ratificado o Protocolo, elaborado em conformidade com o disposto nos artigos 224 e 225 da Lei das S.A., anexo à presente ata na forma do **Anexo I**. **(ii)** Por unanimidade dos votos, com 426.355.971 votos a favor, sem votos contrários ou abstenções, foi ratificada a nomeação da Empresa Avaliadora como empresa avaliadora responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação, consoante o disposto no artigo 226 da Lei das S.A.. **(iii)** Por unanimidade dos votos, com 426.355.971 votos a favor, sem votos contrários ou abstenções, foi aprovado o Laudo de Avaliação, com data base 31 de março de 2024, na forma do Anexo A do Protocolo, o qual fora subscrito pelo sócio administrador da Empresa Avaliadora, o Sr. **Leandro Antonio Marini Pires**, contador legalmente habilitado, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo – CRC/SP sob o nº 1SP185.232/O-3, e perito contábil inscrito no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis - CNPC sob o nº 2025. **(iv)** Por unanimidade dos votos, com 426.355.971 votos a favor , sem votos contrários ou abstenções, foi aprovada a proposta da Incorporação, nos termos do Protocolo, com a consequente extinção da Spat Saneamento S.A. e sua sucessão pela Companhia em todos os seus respectivos direitos e obrigações, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A. Tendo em vista que a Companhia detém a totalidade das ações da Spat Saneamento S.A., a Incorporação não resultará na emissão de ações da Companhia e não haverá relação de troca, mantendo-se inalterado seu capital social. **(v)** Por unanimidade dos votos, com 426.355.971 votos a favor, sem votos contrários ou abstenções, os administradores da Companhia foram autorizados a praticar todos os atos necessários à implementação da Incorporação. Nos termos da legislação vigente, a Empresa Avaliadora oportunamente declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário da Spat Saneamento ou da Companhia, (ii) não ter conflito de interesse que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções, e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Spat Saneamento ou da Companhia qualquer tipo de limitada à realização dos trabalhos necessários. Para que não subsistam dúvidas, os acionistas presentes, conforme referidos no item "IV" acima desta ata, ratificam todas e quaisquer matérias deliberadas na presente Assembleia, independentemente de elas terem constado ou não nas matérias da ordem do dia enunciadas no Edital de Convocação. **VII. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Após reaberta a sessão, a presente ata foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada. Certificamos que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo, 28 de junho de 2024. **Mesa: Alexander Pibernat Cunha Cardoso** - Secretário. JUCESP nº 304.235/24-6 em 15/08/2024.



COMUNICADO

DESPACHO DO SENHOR COORDENADOR DA CGA
024.00062785/2024-11
Interessado: COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CGA.
Assunto: Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços Especializados em Informática.
Trata o presente de procedimento preparatório visando à contratação de empresa para a prestação de serviços especializados em informática - desenvolvimento de integrações de sistemas e sistemas de gestão integrados de Recursos Humanos para a Secretaria da Saúde (Sistema Integrado RH).
À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação retro, às quais me reporto a título de despacho e motivação para o presente ato, e considerando o valor estimado para a contratação pretendida, **AUTORIZO** a Dispensa 26/2024 - observadas as normas legais incidentes e as recomendações declinadas no Parecer Referencial, a contratação da empresa **COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP, CPNJ: 62.577.929/0001-35,** fundamentada nos termos do artigo 75, inciso IX, da Lei federal nº 14.133/2021, para a prestação de serviços especializados em informática - desenvolvimento de integração de sistemas e sistemas de gestão integrados de Recursos Humanos para a Secretaria da Saúde (Sistema Integrado RH), no valor total de R$ 18.416.981,52 (dezoito milhões quatrocentos e dezesseis mil novecentos e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos).

TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A.

CNPJ: 02.351.144/0001-18 - NIRE 35.300.340.931

Ata de Reunião do Conselho de Administração

Data, hora, local: 25.07.2024, às 09:30h, na sede, Avenida Nicola Demarchi, 2.000, São Bernardo do Campo/SP. **2. Convocação:** Edital de Convocação transmitido por meio eletrônico aos conselheiros no dia 19 .07.2024. **Presença:** Totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração, que participaram da reunião por meio de vídeo conferência. **Mesa:** Presidente: Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos. Secretário: Fernando Luiz Schettino Moreira. **Deliberações Aprovadas: 1.** A reeleição dos seguintes membros para compor o Comitê não estatutário denominado do Comitê de Gestão, Gente e Governança ("Comitê GGG") da Companhia: **Mário Bardella Júnior**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 3.658.478-2 SSP/SP, CPF/MF 034.674.068-15, residente em Santo André/SP; **Décio Carbonari de Almeida**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 5.518.572-1 SSP/SP, CPF/MF 878.449.238-49, residente em São Paulo/SP; e eleição do Sr. **José Affredo de Freitas**, brasileiro, casado, contador e empresário, RG 17.505.568-3 SSP/SP e CPF/MF 073.327.678-48, residente em Vitória/ES. O mandato dos membros do Comitê GGG vigerá por 1 ano, com início em 31.07.2024 e término 31.07.2025. Terminado o prazo do mandato, os membros do Comitê GGG permanecerão nos seus cargos até a eleição dos sucessores. **2.** Nos termos do artigo 23, inciso XIX do Estatuto Social, a aquisição de 8 carretas do tipo Cegonha para atualização e modernização da frota da Companhia, no valor total de até R$3.840.000,00. **Encerramento:** Nada mais. São Bernardo do Campo, 25.07.2024. **Fernando Luiz Schettino Moreira** - Secretário. JUCESP nº 300.020/24-7 em 07.08.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO



O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.593/2024, de 02 de maio de 2024, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:
PE 2024012000335 - Serviços de montagem cenográfica para a Unidade São Carlos. Abertura: 09/09/2024 às 10h30.
PE 2024012000351 - Fornecimento de veículos "SUV Compacto Híbrido" para a Administração Central. Abertura: 17/09/2024 às 10h30.
PE 2024012000355 - Fornecimento de plataformas elevatórias para as Unidades Taubaté e futura Unidade Franca. Abertura: 06/09/2024 às 10h30.
PE 2024012000356 - Fornecimento de livros de diversas editoras para futura Unidade Franca. Abertura: 09/09/2024 às 10h30.
PE 2024012000359 - Locação de gerador pelo período de 12 meses para a Unidade Interlagos. Abertura: 02/09/2024 às 10h30.
PE 2024012000360 - Serviços de impressão, fornecimento, instalação e desinstalação de comunicação visual para Diversas Unidades. Abertura: 05/09/2024 às 10h30.
A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

ORE SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.320.349/0001-90

NONA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 46ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 46ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a FRAM Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Nona Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("9ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **05 de setembro de 2024, às 15:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para operacaofatorore@fator.com.br, sendo que, haverá a possibilidade de participação à distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções enviadas pelo Agente Fiduciário a todos os Investidores. Os Titulares dos CRI que fizerem o envio da instrução de voto até o início da 9ª AGT, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da 9ª AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática. **Ordem do Dia:** A 9ª AGT tem como objetivo deliberar sobre a prorrogação do prazo para apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas pela Devedora, referentes ao ano contábil de 2023, onde o prazo deliberado na 8ª Assembleia Geral, realizada em 09 de maio de 2024, encerrou em 08 de julho de 2024. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações e/ou instrução de voto, se aplicável, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 9ª AGT, para os e-mails operacaofatorore@fator.com.br e agentefiduciario@framcapital.com. A 9ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, pelo menos 50% mais um dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 15.3.1. do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos Investidores que representem a maioria dos CRI em Circulação presentes à 9ª AGT, conforme cláusula 15.8. do Termo de Securitização.

São Paulo/SP, 22 de agosto de 2024. Diretora de Securitização

CIDADE DE SÃO PAULO — **SAÚDE**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO **nº 90034/2024/CRSN -** Processo SEI é **6018.2024/0071698-8**
Objeto: **confecção de envelopes para prontuários de pacientes, para atender às necessidades da Coordenadoria Regional de Saúde Norte -** Data/hora da sessão pública: **09:00h do dia 03/09/2024.**
PREGÃO ELETRÔNICO **nº 90036/2024/CRSN -** Processo SEI é **6018.2024/0061954-0**
Objeto: **aquisição de diversos equipamentos odontológicos 06 (mocho, fotopolimerizador e bomba a vácuo), para atender às necessidades da Coordenadoria Regional de Saúde Norte -** Data/hora da sessão pública: **09:00 horas do dia 04/09/2024 -** Documentação/Retirada do Edital: https://www.gov.br/compras/pt-br ou no site https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/ - Ou poderá ser adquirido mediante o recolhimento de taxa referente aos custos de reprografia do edital, através do DAMSP, Documento de Arrecadação do Município de São Paulo, nos termos da legislação vigente, junto ao Setor de Compras/Licitações da Coordenadoria Regional de Saúde Norte, local de realização do pregão, sito à Rua Paineira do Campo, 902 - Santana - CEP 02012-040.

CIDADE DE SÃO PAULO — **EDUCAÇÃO**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90031/SME/2024 - PROCESSO ELETRÔNICO nº 6016.2024/0014929-2 - Registro de Preços para Aquisição de Material de Consumo: Fraldas Descartáveis tamanhos, infantil e adulto, para atendimento à Rede Municipal de Educação.**
Data/hora da sessão pública: **09h30** do dia **04/09/2024 -** Download do edital: **https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras** e **https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/,** bem como, as cópias dos Editais estarão expostas no mural do Núcleo de Licitação.

Fator Seguradora S.A.

fator seguradora

CNPJ/MF n° 33.061.862/0001-83 - NIRE 35.3.0014460-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 1° de Julho de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 1° de julho de 2024, às 9h (nove horas), na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, n° 387, 2° andar, conjunto 21, 5° andar, conjuntos 51 e 52, e 6° andar, conjunto 62, Vila Nova Conceição, CEP 04543-121. **2. Convocação:** Dispensada, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme disposto no art. 124, § 4° da Lei n° 6.404/76 e alterações posteriores. **3. Presença:** Sr. Luís Eduardo Alves de Assis, Sr. Pedro Mattosinho, Sr. Luiz Antonio da Fonseca, Sr. Silvio Steinberg e Sr. Gilberto Teruhiko Moriama e os representantes legais dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica pela assinatura aposta no "Livro de Presença de Acionistas". **4. Mesa:** Presidente da Mesa: Sr. Luís Eduardo Alves de Assis; Secretário da Mesa: Sr. Luiz Antonio da Fonseca. **5. Ordem Do Dia:** (i) Aprovar a lavratura da presente ata na forma de sumário; e (ii) Aprovar o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia. **6. Deliberações:** Após estudos e debates sobre as matérias da ordem do dia, os acionistas decidiram: (i) Aprovar a lavratura da presente ata na forma de sumário, como faculta o § 1°, do art. 130 da Lei n° 6.404/76; e (ii) Aprovar o pagamento de juros sobre capital próprio referente ao primeiro semestre de 2024 aos acionistas da Companhia, no valor total de R$ 4.940.652,95 (quatro milhões, novecentos e quarenta mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e noventa e cinco centavos), a ser pago até dia 22/07/2024. Os valores serão distribuídos conforme ações ordinárias nominativas, representativas do Capital Social da Seguradora, conforme segue: R$ 4.594.807,24 (quatro milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, oitocentos e sete reais e vinte e quatro centavos), para o Banco Fator, que detém 93% (noventa e três por cento) das ações ordinárias nominativas, e R$ 345.845,71 (trezentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e setenta e um centavos), para o acionista Fator Capital S.A. que detém 7% (sete por cento) das ações ordinárias nominativas. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como ninguém mais desejou fazer uso da palavra, a Assembleia foi encerrada com a lavratura desta ata que, lida e conferida, foi por todos assinadas. São Paulo, 1° de julho de 2024. **Mesa: Presidente da Mesa -** Sr. Luís Eduardo Alves de Assis; **Secretário da Mesa -** Sr. Luiz Antonio da Fonseca. **Acionistas: Banco Fator S.A. Fator Capital S.A. De Acordo:** Sr. Luís Eduardo Alves de Assis; Sr. Luiz Antonio da Fonseca; Sr. Pedro Mattosinho; Sr. Silvio Steinberg; Sr. Gilberto Teruhiko Moriama. **JUCESP** n° 303.401/24-2 em 14/08/2024. Maria Cristina frei - Secretária Geral.



COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90133/2024,** referente ao processo nº **024.00107548/2024-88**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO DOMICILIAR EM SAÚDE, NA MODALIDADE INTERNAÇÃO DOMICILIAR, EM ATENDIMENTO À AÇÃO JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 05/09/2024 às 10:00 horas.**
Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 22/08/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

MOBLY S.A.

CNPJ nº 31.553.627/0001-01 - NIRE 35.300.561.201 - Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2024

Convocamos os senhores acionistas da **MOBLY S.A.**, companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 5.545, atualmente nº 16.737, Mezanino, Sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.561.201 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 31.553.627/0001-01, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como emissor de valores mobiliários categoria "A" sob o código 2546-1 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 4º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem, **de modo exclusivamente à distância e digital**, em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 20 de setembro de 2024, às 9:00 horas ("**Assembleia**"), a fim de discutir e deliberar sobre a ordem do dia a seguir. **Considerações sobre as matérias da ordem do dia:** As matérias da ordem do dia da Assembleia serão deliberadas no contexto do fato relevante divulgado pela Companhia em 8 de agosto de 2024, pelo qual a Companhia informou sobre a celebração, pela administração da Companhia e pelo FS – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e TS Coinvestimento – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (em conjunto "**Acionistas Controladores Tok&Stok**"), do Acordo de Contribuição (*Contribution Agreement)* para fins de um aumento de capital da Companhia por meio da contribuição, na data de fechamento, das ações emitidas pela Estok Comércio e Representações S.A. ("**Tok&Stok**") de titularidade dos Acionistas Controladores Tok&Stok ("**Acordo de Contribuição**" e "**Operação**", respectivamente), aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de agosto de 2024. O fechamento da Operação está condicionado à verificação (ou à renúncia, conforme o caso) de determinadas condições suspensivas e precedentes descritas no Acordo de Contribuição, de acordo com o artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("**Código Civil**") ("**Condições Precedentes**"), incluindo as aprovações pelos Srs. acionistas das matérias da ordem do dia da Assembleia. Uma vez que as Condições Precedentes sejam cumpridas, o Conselho de Administração da Mobly definirá a data em que as deliberações da ordem do dia da Assembleia serão efetivamente realizadas e divulgará um fato relevante anunciando a data de fechamento da Operação e os detalhes dos procedimentos relacionados ao fechamento da Operação, incluindo, entre outros, o prazo para exercício do direito de preferência dos acionistas da Companhia na emissão Novas Ações (conforme definido abaixo) e nas Debêntures Conversíveis (conforme definido abaixo), bem como os termos e condições finais das emissões de Bônus de subscrição (conforme definido abaixo) e de Debêntures Conversíveis. Além disso, as partes do Acordo de Contribuição e a Home24 Holding GMBH & CO. KG, atual acionista controladora da Mobly ("**Home24**"), também assinaram, em 8 de agosto de 2024, o Compromisso de Voto e Outras Avenças (*Voting Commitment Agreement and Other Covenants*) ("**Acordo de Voto**"), por meio do qual a Home 24 comprometeu-se a votar a favoravelmente às matérias da ordem do dia da Assembleia, e ceder, a título gratuito, seu direito de preferência na subscrição das Novas Ações aos Acionistas Controladores da Tok&Stok e a credores afiliados aos Acionistas Controladores da Tok&Stok em relação às Debêntures Conversíveis. Os demais acionistas Tok&Stok poderão compartilhar da cessão dos direitos de preferência na subscrição das Novas Ações e das Debêntures Conversíveis, conforme o caso, caso optem por aderir ao Acordo de Contribuição. Em razão do acima exposto, **as matérias submetidas à apreciação da Assembleia são interdependentes, vinculadas entre si, e com efeitos sujeitos ao cumprimento (ou renúncia) das Condições Precedentes**. A satisfação das Condições Precedentes, o fechamento da Operação e a data de eficácia das deliberações tomadas na Assembleia serão informados aos senhores acionistas por meio de fato relevante a ser divulgado pela Companhia oportunamente. **Ordem do dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: **(i)** a ratificação da celebração do Acordo de Contribuição pela Mobly e a contribuição, na data do fechamento da Operação, de ações ordinárias de emissão da Tok&Stok representativas de, no mínimo, 51,38% do capital social votante e total da Tok&Stok, e de, no máximo, 100,0% do capital social votante e total da Tok&Stok no Aumento de Capital de que trata o item (ii) da ordem do dia, nos termos dos artigos 8º, 166 e 170 da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 81, sendo certo que cada 1 ação ordinária de emissão da Tok&Stok dará ao seu titular o direito de subscrever 0,098789 Nova Ação da Mobly (conforme definido abaixo); **(ii)** condicionado à verificação (ou à renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes e ao fechamento da Operação, o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão para subscrição privada de, no mínimo, 13.682.205 novas ações ordinárias e, no máximo, 56.520.336 novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal ("**Novas Ações**") ao preço de emissão por ação de R$ 4,08 (quatro reais e oito centavos), perfazendo o montante mínimo de R$ 55.823.396,40 e máximo de R$ 230.602.970,88, a serem integralizadas (a) em bens, mediante a contribuição de ações de emissão da Tok&Stok pelos Acionistas Controladores Tok&Stok e, conforme o caso, demais acionistas minoritários da Tok&Stok, ou (b) em moeda corrente nacional, pelos demais subscritores, assegurado aos atuais acionistas da Companhia o direito de preferência para subscrição das Novas Ações, nos termos do artigo 171, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações ("**Aumento de Capital**"), com delegação de poderes ao Conselho de Administração para determinar a data de início do período de exercício do direito de preferência, alterar o número máximo de Novas Ações a serem emitidas no Aumento de Capital e o e o valor máximo do Aumento de Capital (até a data de início do prazo de exercício do direito de preferência), bem como homologar o aumento de capital parcialmente, observado o número mínimo de Novas Ações e o valor mínimo do Aumento de Capital, determinar o tratamento de sobras de ações não subscritas e estabelecer a alocação entre a conta de capital social e a conta de reserva de capital do valor total de emissão, nos termos do artigo 14 da Lei das Sociedades por Ações; **(iii)** a ratificação da nomeação e da contratação da empresa de avaliação Apsis Consultoria e Avaliações Ltda., como empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação da Tok&Stok para os fins da contribuição de ações de emissão da Tok&Stok no Aumento de Capital como forma de integralização de Novas Ações, com data-base de 30 de junho de 2024, em conformidade com o artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações ("**Laudo de Avaliação**"); **(iv)** exame do Laudo de Avaliação; **(v)** condicionado à verificação (ou à renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes e ao fechamento da Operação, delegar poderes para o Conselho de Administração da Companhia deliberar sobre **(a)** a emissão de bônus de subscrição, como vantagem adicional aos subscritores das ações do Aumento de Capital, os quais darão o direito ao seu detentor de subscrever até 0,555556 ação ordinária adicional de emissão da Mobly para cada 1 Nova Ação subscrita e integralizada no Aumento de Capital, ao preço de preço de exercício de R$9,00 por ação ordinária ("**Bônus de Subscrição**"), e **(b)** a 1ª emissão de debêntures, conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada, da Companhia ("**Debêntures Conversíveis**"),a serem integralizadas mediante (b.1) contribuição de direitos creditórios em face da Tok&Stok detidos por acionistas da Tok&Stok ou credores afiliados de acionistas da Tok&Stok na da data do fechamento da Operação; ou (b.2) em moeda corrente nacional, pelos demais subscritores, assegurado aos atuais acionistas da Companhia o direito de preferência para subscrição das Debêntures Conversíveis, nos termos do artigo 171, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações ("**Debêntures Conversíveis**"), bem como definir os termos e condições finais da emissão de Bônus de Subscrição e de Debêntures Conversíveis, incluindo quantidades, valores, prazos, entre outros, observados os termos substancialmente acordados no Acordo de Contribuição, anteriormente à data de início do prazo para exercício do direito de preferência do Aumento de Capital e da emissão das Debêntures Conversíveis; **(vi)** condicionado à verificação (ou à renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes e ao fechamento da Operação, a reforma e a consolidação do estatuto social da Companhia para (a) alterar o capital autorizado previsto no *caput* do artigo 6º, (b) aumentar o número máximo de membros do Conselho de Administração previsto no artigo *caput* do artigo 12, (c) ajustes de redação para fins de clareza nas competências do Conselho de Administração previstas nos incisos do artigo 16, (d) inclusão de novo artigo 35 com cláusula de proteção à dispersão acionária, dentre outras alterações, conforme destacadas proposta da administração divulgada nesta data; **(vii)** condicionado à verificação (ou à renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes e fechamento da Operação, definir o número de membros que comporão o Conselho de Administração da Companhia para o primeiro mandato a se iniciar na data de fechamento da Operação; **(viii)** condicionado à verificação (ou à renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes e ao fechamento da Operação, eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia para o mandato, com prazo unificado de 2 anos, a se iniciar na data de fechamento da Operação; **(ix)** autorização para que a administração da Companhia tome todas as providências necessárias para efetivar a Operação, nos termos do Acordo de Contribuição, bem como as deliberações das matérias da ordem do dia desta Assembleia. **Instruções e Informações Gerais:** A participação dos acionistas na Assembleia poderá ser pessoal, por procurador devidamente constituído, observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações – em ambos os casos: **(i)** por meio da plataforma eletrônica "Ten Meetings" ("**Plataforma Digital**"), nos termos da Resolução CVM 81; ou **(ii)** por meio do boletim de voto à distância. Reitera-se que **não haverá** a possibilidade de os acionistas comparecerem fisicamente à Assembleia, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo à distância e digital. A eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada em observância às disposições dos artigos 141 e 147 da Lei das Sociedades por Ações, da Resolução CVM 81 e da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, sendo necessário, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que os acionistas possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo, nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia para o exercício de tal faculdade. Ainda, os acionistas poderão, observado o disposto no artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, solicitar a realização de votação em separado para eleição de membro do Conselho de Administração. *Participação por meio da Plataforma Digital.* O acionista que desejar participar da Assembleia de forma digital deverá acessar o link https://assembleia.ten.com.br/074416863/auth ("**Link da Plataforma Digital**"), preencher as informações necessárias para realizar o cadastro e anexar toda documentação necessária para participação na Assembleia (conforme especificado a seguir), **até às 9:00 horas do dia 18 de setembro de 2024**. Na realização do cadastro, os acionistas deverão encaminhar, por meio do Link da Plataforma Digital, conforme o caso: **(i)** comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias; **(ii)** o instrumento de mandato; e/ou **(iii)** relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, bem como os seguintes documentos: (iii.1) ***pessoa física***: cópia do documento de identidade do acionista; (iii.2) ***pessoa jurídica***: (a) cópia do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (b) cópia do documento de identidade do(s) representante(s) legal(is) do acionista; e (iii.3) ***fundo de investimento***: (a) cópia do último regulamento consolidado do fundo de investimento; (b) cópia do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) cópia do documento de identidade do(s) representante(s) legal(is) do fundo de investimento. As informações e documentação enviadas pelo acionista (ou seu representante legal) através do Link da Plataforma Digital dentro do prazo acima mencionado, serão avaliadas pela Companhia e o acionista (ou seu representante legal) receberá e-mail informando sobre a aprovação ou não do seu cadastro. Caso não aprovado, será permitido ao acionista (ou seu representante legal) que regularize seu cadastro até às 9:00 horas do dia 19 de setembro de 2024. Caso o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação à distância e digital na Assembleia por meio da Plataforma Digital não receba e-mail com a confirmação de cadastro no prazo acima mencionado, deverá entrar em contato com a Companhia pelo endereço ri@mobly.com.br, para que a Companhia possa analisar o ocorrido e auxiliar o acionista na finalização de seu cadastro. **Os acionistas (ou representantes legais) que não enviarem a solicitação de cadastramento, incluindo o envio da documentação aplicável, no prazo acima referido (ou seja, até às 9:00 horas do dia 18 de setembro de 2024) não poderão participar digitalmente da Assembleia.** *Participação por meio do Boletim de Voto.* Em atendimento à Resolução CVM 81, a Companhia adotou o sistema de votação a distância e disponibilizou o boletim de voto à distância ("**Boletim de Voto**") referente à Assembleia nas páginas eletrônicas abaixo indicadas. O acionista (ou representante legal) poderá enviar suas instruções de voto **(i)** diretamente à Companhia, por e-mail (ri@mobly.com.br), aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, tendo como assunto "Mobly – AGE Tok&Stok", na forma detalhada no Manual de Participação e Proposta da Administração disponibilizado pela Companhia nos endereços abaixo indicados em 21 de agosto de 2024 ("**Manual de Participação e Proposta da Administração**"); **(ii)** por meio dos seus agentes de custódia, de acordo com os procedimentos adotados pelos respectivos agentes de custódia que mantêm suas posições em custódia; ou **(iii)** ao Banco BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM ("**Escriturador**"), escriturador das ações da Companhia, realizadas de forma eletrônica por meio da plataforma disponibilizada pelo Escriturador. É imprescindível que o Boletim de Voto seja preenchido com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número de inscrição no cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato. Além disso, para que o Boletim de Voto seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia, as seguintes instruções deverão ser observadas: **(i)** os campos do boletim deverão estar devidamente preenchidos; e **(ii)** o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá(ão) assinar o Boletim de Voto. **A Companhia alerta que, em qualquer das hipóteses acima, os Boletins de Voto deverão ser recebidos em até, no máximo, 7 (sete) dias corridos antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até às 23h59min do dia 13 de setembro de 2024, de modo que eventuais Boletins de Voto recepcionados pela Companhia após a data indicada serão desconsiderados.** Para maiores informações sobre a participação do acionista na Assembleia pela Plataforma Digital (incluindo informações de representação dos acionistas da Companhia para Assembleia), bem como por meio do Boletim de Voto, veja o Manual de Participação e Proposta da Administração. Estão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (https://investors.mobly.com.br/), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Resolução CVM 81, do Manual de Participação e Proposta da Administração e demais documentos e informações relacionados às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia. São Paulo, 21 de agosto de 2024. **Marc Dominic Appelhoff -** Presidente do Conselho de Administração. (21, 22 e 23/08/2024)

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 116ª E 117ª SÉRIES DA 4ª EMISSÃO (IF 19H0182182 / 19H0205086) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 116ª e 117ª Séries da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 116ª e 117ª Séries da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 02 de agosto de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **30 de agosto de 2024, às 14:50 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 116ª e 117ª Séries da 4ª Emissão – (IF 19H0182182 / 19H0205086), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a matéria da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 22 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores



INÊS 249

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 350 LOTES - DIA: 23.08.2024 - 10h00 - 6ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 23.08.2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 2G1F93DJ3E9270916 - 9BGKS69V0KG251696 - 9BWDB05U8DT101353 - 9BD13531682083664 - 9BD17164LA5497703 - 9BD341ACXNY780811 - 9BD17164G95353226 - 9C6RG5020R0085985 - 8BCLCN6BYDG502119 - 9BD19713MH3314444 - 9BFZE12N558629825 - 93Y5SRD64GJ199277 - 8AD3DN6B49G022622 - 9BD17122ZG7574712 - 935FCKFVY9B526634 - 9C6DG2580N0007372 - 9C2MC4400MR003162 - 3VWDH2169GM021619 - 8AJBA3FS9R0361156 - 9C2KD0560CR511614 - 9C2KF1710FR504825 - 9C2KC2500KR066955 - 9BD17164LA5575426 - 9C2KC2210RR045153 - LJ12FKS24D4501663 - 9BWDA05U8AT172065 - 9C6SG5910N0019568 - 9BGKS48B0FG227118 - 3C4PFABB5ET692445 - 93Y5SRD04FJ705415 - 9BGJC69Z0FB110276 - 9BD135019E2246395 - 9BHBG51DAFP352770 - 8AP196272D4013219 - 8AP196271F4119942 - 8AFTZZFFCCJ473990 - 9BD13501YG2286612 - 9BWDA05U4CT176181 - 9BD195A4ZG0763791 - 9BWAA05U9BP060274 - 93Y5SRD04HJ470596 - 9BWAA05Z294100864 - 935FCKFVYCB595520 - 9BD195102F0637049 - 9BD19515ZG0723156 - 3FAHP08Z48R203444 - 9BFZF55AXE8498792 - 8A1FC1605GL793983 - 93Y5SRF84KJ309914 - 93HGM2520DZ120009 - 9BD195A4ZK0845120 - 93YRBB001KJ796428 - 9C6KG0570J0016606 - 9BWAA05U09T148387 - 9BFZK53A7BB233485 - 9BFZH54S4L8493346 - VF7UARFJ28J100220 - 93HFA66408Z207607 - 9C2KC2200PR110214 - 9BWKB45U2NP027078 - 9BGJB75Z0DB290501 - 8BCLDRFJVDG510463 - 9C2KC2200PR111574 - 9C2KC2200NR267487 - 9C6RG2310G0009524 - 9BGJC69Z0FB123552 - 9BWAG5BZ8KP592871 - 9BFZH54L4L8489113 - 9BWDL5BZ7KP574659 - 8AFAR23L8LJ178998 - 93YLSR0RH9J139236 - 9BFZD55J3EB743232 - 9UK64ED5XE0083183 - LVVDB12B9DD048620 - 9BFZH55L0K8279136 - 9BGKL48U0LB148727 - 9BHBG51CAJP802425 - 93Y4SRFH4JJ990982 - 9BWAA45U3FP162022 - 93HFB9640EZ122670 - 9BGJC75Z0FB142144 - 9BD195162C0249182 - 93YHSR6R3CJ108598 - 9BFZE55H9B8589595 - 9BGAJ48C0AB271515 - 9BFZK53P09B121691 - 9362EN6A98B032187 - 8AGCN48X0BR125294 - 9BGRZ08908G102773 - 8AD3CN6BTAG021749 - 9BGKS48B0DG243806 - 9BWDA45U4FT040483 - 9BGXH68X0BC214972 - 9362MKFW09B013196 - 935FCKFV89B509497 - 93Y5SRFH4HJ777664 - 3FADP4YJ9FM183881 - 93Y4SRD04GJ277493 - 8BCLDRFJWAG524392 - 3GNCL13V59S620163 - 935FCKFV88B545077 - 8BCLDRFJ28G543397 - 935CHN6A87B532355 - 9BWPB45Z6F4076322 - 93YRBB006KJ531049 - 9BGRZ08909G124200 - 9C2KC08108R055915 - 9BWAA05W3CP052173 - 9BWAA05U7AT254730 - 9BGAC69M06B224649 - 9BWCA05W57T132354 - 93YLSR6RHDJ503205 - 9BWCA45X92T021699 - 9BD195102E0619655 - 8BCLCRFJYAG534462 - 9BWAB45Z9E4057137 - 9BGTB75F01C253821REM - 9BFZF10BX48211748 - 9BD25504578786070REM - 9BWAB45U0DT190975 - 8AD4DRFJYEG004796 - 9BGXL75G08C163281REM - 9BD13561372036415 - 9BG116EWWVC905860 - 94DTBAL10BJ613980 - 9BD195193C0316457 - VF7UARFJWBJ510928 - 935FCKFVYBB507134 - 9BGRJ69808G181528 - 8AD4CNFNVDG002213 - 93YLSR2TH9J130255 - 9BD17241C63206662REM - 9BD15802AB6569074 - 9BGCA8030FB221489 - 9BD17306C54123409 - 9BFZH55L1K8347850 - 9BD195A62F0654380 - 9BD341A4XJY533622 - 9BWAB45U3EP128884 - 9BD27844PC7440782 - 9BWAA05ZXA4110398 - 9BFZK53AXAB148798REM - 9362NKFWXAB026744 - 9BFZK53P69B121663REM - 9BWAB05U99T250297 - 93HFA66309Z106037 - 9BD13561382069325REM - 9BWKB05Z654059909 - 9BD17103242360476REM - 9BWCB41J014072340 - 9C6DG2590N0013279 - 9BGKS69L0FG120875 - 93YBSR7RHEJ353812 - 9BGKS48B0EG350765 - 9BFZF55A2C8318038 - 9BGRJ69808G267572 - 9BRBL3HE0K0191948 - 9362MKFWXDB028686 - 9BGJE6920JB197239 - 9BWBH6BF0L4094275 - 8AFTZZFHCDJ153921 - 93HGM2620BZ100256 - KMHDC81EBBU100111 - 8AGSA19908R302689 - 9BGRX48907G181774 - 9C2KF1710FR202919 - 935SDN6AWCB581905 - 93W245G24F2142199 - 9C6RM0940P0007761 - 9C2JC7000JR111025 - 98861112XMK412607 - KMHJN81DP7U710538 - 95VZB1F5MNM000996 - 9C2KF2700KR002199 - 9C6SEB520N0029474 - 9C6DG25B0R0033196 - 9BWCH6CH9MP005310 - 95VXL1F5LMM000132 - 9BD358A4NLYK31472 - 3VVHJ65N2LM005985 - 9BGKL48U0KB230092 - 9C6SG3310K0037526 - 9BFZH55L1K8333690 - 9BHGA811BKP099320 - 9C6SG3310J0017264 - 98822611XJKB71485 - 93HGM6670GZ208396 - 988611126GK044029 - 9CDNF4FDJGM104725 - 9BGKS48B0FG203117 - WVWHD6AU9EW159535 - 9BHBH51DBDP044746 - 9BGSU19F0CB247916 - 9BGJC69X0CB183399 - 9BD195152C0242848 - KMHSH81GDCU762609 - 9BWAA05Z494098714 - 9BD17164LA5475408 - 9BGRM69409G258600 - 93HGD18605Z100198 - 9BD195102D0405267 - 9C2KC1660ER029478 - 3N1AB6AD2CL601679 - 8AFUZZFHCAJ308483 - 9BRKC3F36P8216376 - 9BD19713NM3393009 - 9BWAB45Z5J4030317 - 936CMNFN2HB043610 - KNAPB817BG7776853 - 94DFFUK13FB101175 - 8AP196272F4083799 - 935FCKFVYCB585328 - 8AFTZZFFCBJ410179 - 9BGJB75Z0EB226814 - 935FCN6AWBB543999 - 9BWAA05Z0B4072620 - 8AGCN48P0AR149155 - 9BGKS48L0DG340382 - 9BWAA05W09T008177 - 93HGD38808Z102762 - 8AGSA19908R140580 - 9BWEB05W16P056791 - 93HGD17406Z101510 - 9BD17146G62609948 - 9BR72ZEC268615168 - 9BWDH6BZ7PP026675 - 9BWBJ6BF9M4043962 - 93HGM2640AZ126822 - 9BWAA05Z9D4033429 - 9C6RG3160R0102643 - 9C6RH1150R0024646 - 9BHGA811BLP178454 - 93XXTGA2WGCG30634 - 93YHSR3HSLJ196434 - 935SUNFNWEB536687 - 8BCLCN6BYAG518356 - 9BGTU75W09C127942 - 3N1DK3CD1DL232520 - 8AJYY59G0F6528246 - JTDKB3FU8J3583383 - 3N1BB7AE2FY201471 - 93YHSR6P5CJ156919 - 8AC906635KE175469 - 93Y5SRFH4LJ914794 - 9BWLB45U3DP044670 - 93HGD18404Z135477 - 9BHBG51DADP042900 - 9BGCA80X0EB200160 - 9C6RM0940R0008830 - 9BD358A47KYJ08346 - 8AGBN6950KR101054 - 93HGK5840JZ108546 - 98861115YHK126420 - 9BD341A5XKY582240 - WV1DB42H9GA031053REM - 9BGKS69R0GG113288 - 93XHYKH8WFCE16255 - 9BWAA05U6DP049896 - 9BFZC52P1DB927241 - 9BD13572AC2184237 - 9362PKFWXAB028059 - 9BFZH54L8K8338984 - 9BGRM69X0AG283193 - 9BFVEADS3DBS15459 - 9BGKT48V0KG396263 - 9BWAG4129JT524048 - 9BD358A1NMYK80183 - 93YRJF001SJ847291 - 93XHYKL1TNCM48655 - 9C2KD0810PR010137 - 9BG148MK0NC408970 - 9BGEN69H0NG162132 - 9C6SG5910M0000141 - 9C6RH1140L0017497 - 3GNAX9EX8LS509266 - 9BGJE7520LB133004 - 93YRBB004NJ985272 - 93HGM6630JZ106815 - 9BFZH55L4J8483503 - YV1UZ10CCJ1020592 - 95PJV81DBJB047479 - 9BRBD3HE1J0383780 - 9BFZB55S1J8671193 - 8A1BB8215GL965438 - 9C2KC1670FR543921 - 9BD17144ZF7541458 - 8AGSU19F0FR116333 - 93YBSR7RHAJ453604 - 8AGCB48X0BR102514 - 9BD195152E0589540 - KMHDC51EBAU246149 - WBA3B1106EF938954 - 9BGRX0810AG184125 - 93KP0E0C8BE130825 - 8AWAB05Z79A341451 - 9BWAA05W39P045751 - 9BD17201G73249758 - WV1DB42H1DA014811 - 9C2KF4300PR012225 - 93YRBB002LJ354050 - 9C6RG3840M0011259 - 9BD195152E0493564 - 93YBSR8VACJ224491 - 935FCKFVYCB503036 - 3CZRE2870BG507728 - 9BD195163B0079164 - 9BD27844PD7689847.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.



Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG 533201 - Pregão Eletrônico n° 90054/2024 - Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para a aquisição futura de desktops educacionais, com todos os seus acessórios, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência Anexo I, e visando contratações futuras pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras às 9h do dia 05/09/2024. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "e-negociospublicos".

Prodesp

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Gestão e Governo Digital

ALFA FINANCEIRA — FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Sociedade Anônima de Capital Fechado - CNPJ nº 17.167.412/0001-13 - NIRE 35 3 0004818 1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DATA: 22 de abril de 2024. **HORÁRIO:** 10h00min. **LOCAL:** Sede social, Alameda Santos, n° 466, 14° andar, São Paulo - SP. **PRESENÇA:** Acionistas titulares de ações ordinárias, representando mais de dois terços do capital social com direito de voto. **MESA:** Alberto Monteiro de Queiroz Netto - Presidente. Felipe Barbosa da Silveira e Silva - Secretário. **ORDEM DO DIA:** 1. Tendo em vista a homologação do cancelamento de registro de companhia aberta pela CVM em 28 de março 2024, realizar adaptações à governança e reformar o estatuto social, conforme abaixo: **(a)** extinção do Conselho de Administração; **(b)** alteração das regras de competência, representação e prazo de mandato da diretoria; **(c)** reforma e consolidação do Estatuto Social para refletir as alterações acima e excluir as regras aplicáveis a companhias abertas; e **2.** Eleição dos membros da Diretoria. **PUBLICAÇÕES:** Editais de Convocação: Valor Econômico, edição de 11 de abril de 2024, página E4; edição de 12 de abril de 2024, página E2; e edição de 13 de abril de 2024, página E2, bem como no site do mesmo jornal. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR VOTAÇÃO UNÂNIME:** após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas aprovaram: **1. a)** a extinção do Conselho de Administração; **b)** a alteração do prazo de mandato dos membros da Diretoria, que passa de 01 (um) ano para 03 (três) anos; **c)** alteração das regras de competência e representação da Diretoria; **d)** a reforma e consolidação do Estatuto Social, a fim de refletir **(i)** a alteração das regras de competência, representação e novo prazo de mandato da diretoria; **(ii)** extinção do Conselho de Administração; **(iii)** exclusão de regras aplicáveis a sociedade de capital aberto, tendo em vista a homologação do cancelamento de registro de companhia aberta pela CVM em 28 de março de 2024. **2.** eleger, para compor a Diretoria, com prazo de mandato de 3 (três) anos, estendendo-se até a posse dos Diretores que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária que se realizar no ano de 2027, como: Diretor Presidente, **MARCOS LIMA MONTEIRO,** brasileiro, divorciado, economista, inscrito no CPF nº 105.109.428-30, portador do RG nº 19.897.606-9/SSP-SP, com endereço comercial na Av. Paulista, nº 2.100, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-930; e como Diretores sem designação específica **ANTONIO JOSÉ AMBROZANO NETO,** brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF nº 132.474.888-55, portador do RG nº 18.676.628-2-SSP-SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP; **FABIANO SIQUEIRA DE OLIVEIRA,** brasileiro, divorciado, contador, inscrito no CPF nº 206.299.018-99, portador do RG nº 25.702.961-8-SSP-SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP; e **FELIPE BARBOSA DA SILVEIRA E SILVA,** brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, inscrito no CPF nº 269.366.838-78, portador do RG nº 27.962.945-X SSP/SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, todos com endereço comercial na Alameda Santos, n° 466, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP, CEP 01418-000. Os membros da Diretoria ora eleitos: 1) serão empossados nos respectivos cargos após a homologação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil; e 2) não estão impedidos, na forma da lei, para o exercício do cargo para os quais foram eleitos, e preenchem as condições previstas na Resolução nº 4.970/2021, do Conselho Monetário Nacional, tendo apresentado as respectivas declarações e autorizações requeridas pela aludida norma, que ficam arquivadas na sede da Sociedade. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, esta ata foi lavrada, lida e achada conforme, e assinada por todos os presentes, de forma eletrônica, em conformidade com a Medida Provisória 2.200-2, de 2001. **MESA:** Alberto Monteiro de Queiroz Netto - Presidente da Mesa. Felipe Barbosa da Silveira e Silva - Secretário. OS ACIONISTAS: FASA PARTICIPAÇÕES S.A. Eduardo Pinto de Oliveira. Fabiano Siqueira de Oliveira. CORUMBAL PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA. Valéria Fernandes da Silva. Eduardo Pinto de Oliveira. BANCO SAFRA S.A. Alberto Monteiro de Queiroz Netto. Marcos Lima Monteiro. Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. **Alberto Monteiro de Queiroz Netto -** Presidente da Mesa. **Felipe Barbosa da Silveira e Silva -** Secretário. **JUCESP** n° 253.928/24-2 em 26/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **ANEXO I - ESTATUTO SOCIAL DA FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS. TÍTULO I -** Da Denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto Social: **Art. 1º -** A **FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS** é uma sociedade anônima regida pelo presente estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Art. 2º -** A Sociedade tem sede na Cidade, Município e Comarca de São Paulo, capital do Estado de São Paulo, que é o seu foro, podendo, por deliberação da Diretoria: (i) alterar o endereço da sede, desde que dentro do mesmo município; e (ii) instalar, alterar o endereço ou extinguir dependências em qualquer localidade do território nacional ou no exterior, observadas as normas legais pertinentes. **Art. 3º -** O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Art. 4º -** A Sociedade tem por objeto a prática de todas as operações de crédito, financiamento e investimentos permitidas pelas leis e regulamentos aplicáveis à espécie. **§ Único -** É vedado à Sociedade: a) transacionar com imóveis não necessários ao seu uso, ressalvando se os casos de imóveis recebidos em pagamento de dívidas preexistentes; b) praticar operações de câmbio; c) participar de operações de redesconto, ainda que como simples coobrigada; d) vender, à prestação, títulos de Dívida Pública de qualquer espécie, assim como ações, debêntures e afins, salvo se obtida a competente autorização governamental; e) admitir quaisquer transações por meio de cheque contra ela girados. **TÍTULO II -** Do Capital e das Ações: **Art. 5º -** O capital social é de R$529.540.000,00 (quinhentos e vinte e nove milhões, quinhentos e quarenta mil reais), dividido em 102.942.556 (cento e dois milhões, novecentas e quarenta e duas mil e quinhentas e cinquenta e seis) ações escriturais, sem valor nominal, das quais 58.736.269 (cinquenta e oito milhões, setecentas e trinta e seis mil e duzentas e sessenta e nove) ordinárias e 44.206.287 (quarenta e quatro milhões, duzentas e seis mil e duzentas e oitenta e sete) preferenciais, inconversíveis em ordinárias. **§ 1º -** As ações preferenciais não terão direito de voto e são inconversíveis em outro tipo de ações com direito a voto; e às ações dessa natureza não se aplicará o disposto no parágrafo primeiro do artigo 111 da Lei de Sociedades por Ações. Os titulares das ações preferenciais poderão, no entanto, fiscalizar os negócios sociais. **§ 2º -** Às ações preferenciais é assegurado o direito ao dividendo anual mínimo de 8% (oito por cento) sobre o valor da parte do capital que representem, pago com preferência sobre qualquer outro dividendo. **§ 3º -** As ações preferenciais terão direito ao recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, §1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações). **Art. 6º -** Todas as ações serão escriturais, permanecendo em conta de depósito em nome de seus titulares, sem emissão de certificado, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei de Sociedades por Ações. **§ Único -** A instituição administradora das contas de depósito das ações da companhia é o Banco Santander (Brasil) S.A., que poderá, observados os limites estabelecidos pelo Parágrafo 3º do artigo 35 da Lei de Sociedades por Ações, na qualidade de depositária, cobrar do acionista o custo do serviço de transferência de ações escriturais. **Art. 7º -** Poderão ser suspensos: **a)** os serviços de transferência de ações, para atender a determinações da Assembleia Geral, não podendo essa suspensão exceder 90 (noventa) dias intercalados durante o ano, nem mais de 15 (quinze) dias consecutivos; **b**) transitoriamente, na forma da letra anterior, a transferência de ações, aceitando-se o registro das transferências que forem apresentadas com data anterior. **Art. 8º -** Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, os dividendos serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social. **TÍTULO III -** Da Assembleia Geral: **Art. 9º -** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social; e, extraordinariamente, quando convocada para deliberar sobre assuntos de interesse social submetidos ao seu conhecimento. **§1º -** A Assembleia Geral será ordinária quando tiver por objeto as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e extraordinária nos demais casos. **§2º -** Para participar da Assembleia Geral, é necessária a condição de acionista até 8 (oito) dias antes da data da realização do respectivo conclave, e o depósito do instrumento de procuração, na sede social, até 5 (cinco) dias também antes do mesmo evento, no caso de representação do acionista por mandatário. **Art. 10 -** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Presidente, ou, na sua ausência, outra pessoa indicada pelo plenário dentre os presentes. O Presidente da Mesa convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos. **TÍTULO IV -** Da Administração: **Art. 11 -** A Sociedade será administrada pela Diretoria, órgão de representação legal da Sociedade, com poderes e atribuições definidos neste Estatuto e na Lei das Sociedades por Ações. **Art. 12 -** A Diretoria será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 11 (onze) membros, sendo, um Diretor Presidente e até 10 (dez) Diretores, sem designação específica, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. **§1º -** O prazo de gestão da Diretoria é de 3 (três) anos, mas estender-se-á até a investidura dos novos membros eleitos. É admitida a reeleição. **§2º -** A Assembleia Geral Ordinária fixará, anualmente, o montante global da remuneração da Diretoria. **§3º -** Caberá ao Diretor Presidente designar o seu substituto ou o substituto de qualquer outro membro da Diretoria, nos casos de impedimentos ou faltas; não o fazendo, caberá à própria Diretoria tal designação. **§ 4º -** Para preenchimento de cargo vago na Diretoria, tal eleição pela Assembleia Geral só será obrigatória para se perfazer o número mínimo de 03 (três) membros da Diretoria, sendo facultativa nos demais casos. **§ 5º -** Considerar-se-á vago o cargo de Diretor que, sem causa justificada, deixar de exercer as suas funções por mais de 15 (quinze) dias consecutivos. **Art. 13 -** A Diretoria se reunirá sempre que exigirem os interesses da Sociedade, deliberando validamente com a presença da maioria de seus membros. **§ Único -** As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria dos membros desse órgão e, no caso de empate, o Diretor Presidente usará do voto de qualidade. **Art. 14 -** Observado o disposto neste artigo, cada um dos membros da Diretoria é investido de poderes para representar a Sociedade e praticar os atos necessários ao seu funcionamento regular, ressalvado competir, privativamente: I - ao Diretor Presidente: a) cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, assim como as resoluções das Assembleias Gerais da Diretoria; b) instalar e presidir as Assembleias Gerais dos acionistas; c) presidir as reuniões da Diretoria, usando do voto de qualidade quando houver empate nas deliberações; d) dirigir e superintender todos os negócios e operações da Sociedade. **Art. 15 -** Compete a cada um dos Diretores: a) dirigir os serviços que lhes forem designados pela Diretoria e pelo Diretor Presidente; b) realizar quaisquer operações atinentes aos fins sociais, nos limites e condições estabelecidos pela Diretoria; c) incumbir-se das atribuições que lhes forem cometidas, especificamente, pela Diretoria e pelo Diretor Presidente. **Art. 16 -** Compete à Diretoria: **a)** orientar os negócios da Sociedade, conforme diretrizes do Diretor Presidente; **b)** exercer a representação legal da Sociedade em juízo ou fora dele; **c)** alienar e onerar bens do ativo permanente, bem como prestar quaisquer garantias em operações compreendidas ao objeto social; **d)** elaborar os relatórios e contas da administração, submetendo-os à apreciação da Assembleia Geral juntamente com as demonstrações financeiras exigidas por Lei; **e)** declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes nos balanços semestrais; **f)** escolher e destituir auditores independentes; e **g)** convocar a Assembleia Geral. **§ 1º -** Os atos e documentos em geral, que importarem em responsabilidade para a Sociedade ou exonerarem terceiros de responsabilidade para com ele, inclusive a assinatura de contratos, documentos, papéis ou instrumentos de qualquer natureza, deverão ser praticados ou firmados da seguinte forma: (a) por 2 (dois) membros da Diretoria, em conjunto; (b) por 01 (um) membro da Diretoria em conjunto com 01 (um) Procurador da Sociedade; ou (c) por 2 (dois) Procuradores da Sociedade, em conjunto, nomeados na forma deste Estatuto Social. **§ 2º -** A Diretoria, representada por 2 (dois) de seus membros poderá, nos limites de suas atribuições e poderes, nomear e constituir, em nome da Sociedade, um ou mais procuradores, devendo ser especificado nos respectivos instrumentos de mandato os atos e operações que poderão praticar. **§ 3º -** Exceto para instrumentos de mandato com poderes da cláusula "ad judicia" e "ad judicia et extra", todos os instrumentos de mandato deverão conter: a) prazo de validade, que não poderá exceder a 01 (um) ano; b) vedação do substabelecimento; e c) no caso de instrumentos de mandato que incluam poderes para alienação ou oneração de bens móveis ou imóveis, concessão de crédito, assunção de obrigações, prestação de garantias reais ou fidejussórias, transação ou renúncia de direitos, emissão de títulos ou celebração de contratos, deverão constar no instrumento de mandato os montantes máximos de obrigações que podem ser assumidas por tais procuradores agindo em nome da Sociedade. **§ 4º -** A Sociedade poderá ainda ser representado isoladamente por qualquer membro da Diretoria ou por procurador investido de poderes específicos e nomeado com observância deste Estatuto, nos seguintes casos: **a)** para os mandatos com cláusula "ad judicia" e "ad judicia et extra", hipótese em que a procuração poderá ter prazo indeterminado e ser substabelecida; **b)** para recebimento de citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais; **c)** para participação em licitações; **d)** para participação em assembleias gerais, reuniões de sócios de empresas ou de debenturistas de outras empresas ou fundos de investimento em que a Sociedade participe, bem como de entidades de que seja sócia ou filiada; **e)** para representação da Sociedade perante órgãos e repartições públicas, desde que não implique na assunção de responsabilidades e/ou obrigações pela Sociedade; **f)** para representação da Sociedade em depoimentos judiciais; **g)** para representação da Sociedade perante as entidades certificadoras para obtenção de certificados digitais; **h)** para assinatura de procurações eletrônicas perante administração pública ou empresas de economia mista que não permitam a representação conjunta; **i)** nos casos de representação feita por pessoa jurídica, desde que com poderes específicos e especiais para as operações identificadas de forma individualizada; e **j)** i) em outras situações que venham a ser autorizadas em Reunião da Diretoria. **§ 5º** - Os atos que importem na alienação ou oneração de bens do ativo permanente e participações societárias de caráter permanente, dependerão de prévia autorização em Reunião de Diretoria, com a aprovação de no mínimo 2/3 de seus membros. **TÍTULO V -** Do Conselho Fiscal: **Art. 17 -** O Conselho Fiscal é órgão não permanente, que só será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, na conformidade legal. **Art. 18 -** Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e de suplentes em igual número; e a sua remuneração será fixada pela Assembleia Geral que o eleger. **§ 1º -** Os membros do Conselho Fiscal exercerão seus mandatos até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária que se seguir à respectiva eleição, podendo ser reeleitos, competindo-lhes desempenhar as atribuições que lhes são conferidas por Lei. **§ 2º -** O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que a lei lhe confere. **§ 3º -** Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, nos seus impedimentos ou faltas, ou em caso de vaga, pelos respectivos suplentes. **TÍTULO VI -** Das demonstrações financeiras: **Art. 19 -** O exercício social coincide com o ano civil, terminando, portanto, em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras; e do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para Imposto sobre a Renda. **§ Único -** Será levantado balanço semestral em 30 de junho de cada ano. **Art. 20 -** Juntamente com as demonstrações financeiras, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido, obedecendo à seguinte ordem, na forma da lei: a) 5% (cinco por cento) para a Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; b) valores que, legalmente, puderem ser destinados a Reserva para Contingências; c) valor necessário ao pagamento de um dividendo que represente, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedade por Ações. Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridades das ações então existentes, segundo os termos da lei e deste estatuto, e, quando for o caso, as resoluções da Assembleia Geral. **§ 1º -** O saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria, for deliberado pela Assembleia Geral, inclusive o seguinte: a) até 90% (noventa por cento) à Reserva para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais, até atingir o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social; b) o remanescente à Reserva Especial para Dividendos, com o fim de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. **§ 2º -** Como previsto no artigo 197 e seus parágrafos da Lei de Sociedades por Ações, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos deste estatuto ou do artigo 202 da mesma Lei, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. **§ 3º** - As reservas provenientes de lucros auferidos e lucros suspensos, inclusive a reserva legal, não poderão ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos. **§ 4º** - A Assembleia Geral poderá atribuir à Diretoria uma participação nos lucros nos casos, forma e limites legais. **§ 5º** - A distribuição de dividendos e bonificações obedecerá aos prazos fixados em lei, observado o disposto no artigo 8 (oito) deste estatuto. Nos termos do artigo 204 da Lei de Sociedades por Ações, poderão ainda ser declarados dividendos intermediários com base no balanço do primeiro semestre de cada exercício social, a título de antecipação do dividendo anual, por deliberação da Diretoria. **Art. 21 -** Os balanços serão obrigatoriamente auditados por auditores independentes, registrados na Comissão de Valores Mobiliários. **Art. 22 -** Por proposta da Diretoria, poderá a Sociedade pagar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, até o limite estabelecido pelo artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; e, na forma do parágrafo 7º desse mesmo artigo, as eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor dos dividendos obrigatórios previstos em lei e neste estatuto. **TÍTULO VII -** Da liquidação: **Art. 23 -** A Sociedade entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação nomear o liquidante que deva funcionar durante o período da liquidação." **TÍTULO VIII -** Das disposições gerais: **Artigo 24 -** Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações e pela legislação aplicável às Instituições Financeiras.